



DOUTORAMENTO
GERIATRIA E GERONTOLOGIA

Participar na velhice: o desenvolvimento da literacia cívica e política ao longo da vida

Teresa Alves Martins

D
2023



Participar na velhice: o desenvolvimento da literacia cívica e política ao longo da vida

Teresa Marisa Alves Martins

UNIVERSIDADE DO PORTO
UNIVERSIDADE DE AVEIRO



TERESA MARISA ALVES MARTINS

**PARTICIPAR NA VELHICE: O DESENVOLVIMENTO DA
LITERACIA CÍVICA E POLÍTICA AO LONGO DA VIDA**

**Tese de Candidatura ao grau de Doutor em
Gerontologia e Geriatria;
Programa Doutoral da Universidade do Porto**
(Instituto de Ciências Biomédicas de Abel
Salazar e Universidade de Aveiro)

Orientador – Doutor João Carlos Freitas Arriscado Nunes
Categoria – Professor Catedrático (Aposentado)
Afiliação – Centro de Estudos Sociais
da Universidade de Coimbra

Coorientadora - Maria Isabel Correia Dias
Categoria – Professora Associada com Agregação
Afiliação – Faculdade de Letras da Universidade do Porto/
Instituto de Sociologia
da Faculdade de Letras da UP

Coorientadora - Isabel Menezes
Categoria – Professora Catedrática
Afiliação – Centro de Investigação e Intervenção Educativas (CIIE)
– Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação
da Universidade do Porto

FINANCIAMENTO

Este trabalho foi financiado por fundos europeus, através do Fundo Social Europeu (FSE), e por fundos nacionais, através da Fundação para a Ciência e a Tecnologia, IP (FCT) [Bolsa de doutoramento com a Referência SFRH/BD/132328/2017 e COVID/BD/152442/2022].

Foi também apoiado pelo Governo Português, através da FCT, IP, através do financiamento multianual do CINTESIS [UIDB/04255/2020 e UIDP/04255/2020]; do CIIE [UIDB/00167/2020 e UIDP/00167/2020]; do IS.UP [UIDB/00727/2020 e UIDP/00727/2020]; e do CES [UIDB/50012/2020 e UIDP/50012/2020].

I

Cofinanciado por:



UNIÃO EUROPEIA
Fundo Social Europeu

FCT Fundação
para a Ciência
e a Tecnologia

AGRADECIMENTOS

Sinto, genuinamente, que este trabalho resulta de um trabalho coletivo, para o qual muitas pessoas, de formas muito diversas, contribuíram determinantemente. Sem o incrível apoio de tanta gente que tive o privilégio de ir tendo comigo ao longo deste percurso, não teria conseguido chegar a este momento.

Dito isto, dirijo as palavras iniciais de agradecimento para as pessoas que aceitaram orientar este trabalho, nomeadamente a Professora Doutora Isabel Menezes, a Professora Doutora Isabel Dias e, obviamente, o Professor Doutor João Arriscado Nunes. Este foi um percurso longo... Obrigada por se terem mantido comigo! Obrigada pela paciência e por tudo o que me deixaram aprender convosco! Ser-vos-ei para sempre grata! De diferentes modos contribuíram para que este trabalho acontecesse e fosse hoje uma realidade. É para mim um incrível privilégio ter podido contar convosco!

Agradeço aos e às colegas da Escola Superior de Educação do Politécnico do Porto. Desde 2002 que esta é também “a minha casa” e continuou a ser ao longo deste processo do Doutoramento. Aqui sempre encontrei o apoio e o incentivo que se encontra nos sítios onde nos sentimos bem e dos quais, de algum modo, sentimos que fazemos parte! Obrigada por me continuarem a permitir sentir “em casa”! Aos e às colegas, docentes, não docentes e também estudantes, sou profundamente grata! Não posso deixar de salientar aqui o papel fundamental da Maria José Araújo, a quem agradeço verdadeiramente o apoio e o incentivo para não desistir em momentos de maior ‘turbulência’.

Falando em instituições que são ‘casa’, um agradecimento especial aos membros da Inducar, gente de inesgotáveis talentos com quem tenho tido a oportunidade de trilhar um caminho incrivelmente enriquecedor... desafiante, cheio de aprendizagens e de solidariedade e cuidado! A nossa perseverante existência enquanto coletivo, mesmo com as minhas ausências prolongadas e indisponibilidades, foi um porto seguro fundamental a que tantas vezes recorri neste meu caminho potencialmente mais solitário.

Aos e às colegas da FPCEUP, nomeadamente da COPIN PCEP – Participação, Comunidades e Educação Política, agradeço reconhecidamente a forma como me acolheram e acompanharam ao longo deste caminho! Integraram-me de forma tão profissional, mas ao mesmo tempo tão espontânea e afetuosa que senti sempre que fazia parte, apesar do meu estatuto formal de ‘outsider’. Aqui, destaco o meu amigo e confidente Pedro Ferreira! Por tudo, muito obrigada!

Aos/ às colegas e docentes do ICBAS/UA e do Programa Doutoral, o meu agradecimento pelas aprendizagens que também me foram permitindo fazer convosco. Ao Luís Midão um

agradecimento especial, pela sua incrível, crucial e fundamental disponibilidade. Como me disse: “Que bom que é trabalhar com pessoas de quem gostamos!” Obrigada!

Às pessoas que se disponibilizaram para participar como ‘objeto de estudo’, como em algumas circunstâncias brincamos, muito, muito obrigada! É um privilégio ter podido contar com a vossa generosidade e tempo no âmbito deste trabalho, que acabou por ser demorado e cheio de percalços. Pelo apoio que me deram para o continuar, muito agradeço. Uma palavra especial para as pessoas que contribuíram para este trabalho e que partiram, entretanto...

E um profundíssimo agradecimento à APRe!, que desde o primeiro momento manifestou disponibilidade para colaborar neste estudo e que foi determinante para que acontecesse. Por tudo o que aprendi e espero poder continuar a aprender convosco sobre tantas coisas, inclusive sobre participação política, muito obrigada! Não posso deixar de fazer um agradecimento muito especial à Ana Maria Brito Jorge, cujo apoio inicial foi fundamental, e à Anabela Paixão, que acompanhou quase ‘militantemente’ este trabalho a partir de certa altura.

Às minhas amigas e amigos... dos mais novos aos mais velhos, das mais recentes às de mais longa data. Àquelas/es com quem falo quase todos os dias e às/aos que encontro menos vezes, mas que é sempre como se tivéssemos falado “ontem”. O vosso apoio foi fundamental para a concretização desta tarefa! Será fundamental em todas as outras que virão, tal como tem sido até aqui.

Ao Hugo, que tendo apanhado este comboio em andamento, teve muitas mais vezes do que algum dia poderá imaginar, um papel fundamental para que não descarrilasse! Que aventura boa, a nossa!

Aos meus pais! E à minha irmã, a Ana, o meu pilar.

INDICE

FINANCIAMENTO	I
AGRADECIMENTOS.....	II
INDICE	IV
RESUMO.....	IX
ABSTRACT	XI
LISTA DE ARTIGOS.....	XIII
LISTA DE COMUNICAÇÕES E POSTERS APRESENTADOS	XIV
Introdução geral.....	1
PARTE I - ENQUADRAMENTO CONCEPTUAL E METODOLÓGICO	4
Enquadramento conceptual.....	5
Problematização do conceito de participação.....	6
Participação social, cívica e política	8
Participação social, cívica e política de pessoas adultas mais velhas	10
Enquadramento metodológico	17
Estudo 1. Iniciativas de participação social, cívica e/ou política protagonizadas por pessoas mais velhas em Portugal	18
Estudo 2. Estudo de caso de uma associação de pessoas reformadas	22
Estudo 3. Expressão a nível europeu da participação de pessoas adultas mais velhas em atividades (voluntariado, atividades formativas, associações e organizações políticas).....	23
Referências	25
PARTE II – TRABALHO EMPÍRICO	30
Capítulo 1: Preditores de participação social, cívica e política de pessoas adultas mais velhas em Portugal	31
Resumo.....	31
Introdução	31
A participação social, cívica e política enquanto fenómeno multideterminado	32
Preditores da participação social, cívica e política de pessoas adultas mais velhas ..	34
Abordagem metodológica.....	38

Participantes	39
Análise dos dados.....	41
Resultados	41
Características e circunstâncias pessoais que potenciam a participação social, cívica e política das pessoas mais velhas	42
Características e circunstâncias pessoais que se constituem como barreiras à participação social, cívica e política das pessoas mais velhas	44
Indicadores do contexto envolvente que potenciam a participação social, cívica e política das pessoas mais velhas	48
Indicadores do contexto envolvente que se constituem como barreiras à participação social, cívica e política das pessoas mais velhas	52
Indicadores do contexto histórico e sociopolítico que potenciam a participação social, cívica e política das pessoas mais velhas	57
Indicadores do contexto histórico e sociopolítico que se constituem como barreiras à participação social, cívica e política das pessoas mais velhas	58
Discussão.....	61
Referências	70
Capítulo 2: Engagement in civic organisations in old age: Motivations for participation and retention	77
Abstract.....	77
Introduction	77
Motivations for civic engagement in old age	79
Materials and methods	81
Study setting, design and procedure	81
Participants	81
Results	83
Motivations to get involved	83
Motivations to remain in the organisations.....	87
Possible reasons to leave the organisations.....	89
Discussion.....	93
Strengths and limitations of study.....	96

Conclusions and implications for policy and practice	96
References.....	97
Capítulo 3: Learning and the experience of social, civic, and political participation in old age	102
Abstract.....	102
Introduction	102
Lifelong learning in old age.....	103
Benefits of involvement in learning experiences in old age	104
Learning potential in contexts of social, civic and political participation in old age ...	105
Methods	107
Participants	108
Data analysis	109
Findings	110
Learning as enabler of social, civic and political participation	110
Learning opportunities as barriers to social, civic and political participation in old age	112
Learning as result/impact of participation	113
Discussion.....	115
Conclusions and implications for policies and practices.....	118
References.....	119
Capítulo 4: Etnografia online sobre uma associação de pessoas reformadas em Portugal – o Facebook como meio de participação política em tempo de pandemia	123
Resumo.....	123
Introdução	123
1. A participação das pessoas adultas mais velhas em contexto pandémico e o desocultar de fenómenos idadistas	125
2. A inclusão digital como resposta aos constrangimentos trazidos pela pandemia	127
3. A etnografia <i>online</i> como estratégia metodológica para acompanhar o trabalho de uma associação durante a pandemia.....	129

4. Participação cívica e política na velhice em tempos de pandemia – transições e adaptações de uma associação portuguesa de pessoas reformadas.....	132
4.1. Notícias	133
4.2. Divulgação	134
4.3. Intervenções na comunicação social	135
4.4. Reivindicação política.....	136
Discussão e considerações finais.....	137
Referências bibliográficas	139
Capítulo 5: Pandemic protection and the fight against ageism: the double struggle of retired people in Portugal.....	145
Abstract.....	145
1 Introduction.....	145
1.1 Civic and political participation of older adults	146
1.2 Ageism in a time of pandemic.....	147
2 Methods	149
2.1 Context.....	150
2.2 Analyses	150
3 Results	151
3.1 Pandemic	152
3.2 Ageing.....	155
3.3 Institutional Communication	157
3.4 Achievements and rights	158
3.5 Ageism	159
3.6 Social Protection	160
3.7 Contributions to policy documents.....	161
4 Discussion	161
5 Conclusions.....	163
References.....	164
Capítulo 6: Participação de pessoas reformadas com mais de 60 anos a partir do SHARE - Questionário sobre saúde, envelhecimento e reforma na Europa.....	169

Resumo.....	169
Introdução	169
Material e métodos.....	170
Participantes	170
Participação social, cívica ou política	171
Análise estatística	172
Resultados	172
“Trabalho voluntário ou de caridade”	172
“Frequência de um curso ou formação”	176
“Participação numa associação desportiva, social ou de outro tipo”	179
“Participação numa organização política ou relacionada com a comunidade”	182
Discussão.....	185
Referências	187
PARTE III - DISCUSSÃO E REFLEXÕES FINAIS	190
Discussão geral	191
Conclusão	199
Referências	202
ANEXOS.....	206

RESUMO

Neste trabalho procurou-se compreender a participação social, cívica e política de pessoas adultas mais velhas em Portugal, um fenómeno com pouca visibilidade em comparação com outras questões do envelhecimento.

Foram realizados três estudos com objetivos e abordagens metodológicas próprias, mas complementares, incluindo diferentes estratégias de recolha e análise de dados qualitativos e quantitativos.

No primeiro estudo, qualitativo, identificaram-se iniciativas de participação social, cívica e/ou política de pessoas adultas mais velhas para compreender fatores que predizem esta participação – potenciando-a (facilitadores) ou inibindo-a (barreiras) – bem como as principais motivações para participar nestes contextos. Constatou-se que motivações e circunstâncias pessoais, contextos de vida e contexto histórico e sociopolítico têm um impacto significativo na participação social, cívica e política de pessoas adultas mais velhas. As pessoas reconhecem, ainda, estes contextos de participação como relevantes oportunidades de aprendizagem, sendo o potencial de educação intergeracional sublinhado como uma mais-valia.

No segundo estudo, desenvolveu-se uma etnografia *online* em que se analisaram as estratégias desenvolvidas por uma associação portuguesa de pessoas reformadas para responder aos desafios trazidos pela COVID-19. Esta associação adaptou a sua comunicação para o contexto *online* durante a pandemia. As publicações na sua página de Facebook refletiram as tensões e debates com que as pessoas mais velhas foram confrontadas naquele período, recorrentemente associadas a fenómenos de idadismo e de perda de direitos. A reivindicação política de direitos dos mais velhos é um traço determinante da ação da associação.

No terceiro estudo, analisaram-se dados de 27 países, incluindo Portugal, disponibilizados na Base de Dados SHARE (Vaga 7), sobre a expressão da participação de pessoas reformadas com 60 ou mais anos em atividades de voluntariado, associações, formação e organizações políticas. Ficou evidente que as associações são o contexto onde as pessoas adultas mais velhas mais participam (22,6%), seguidas pelo voluntariado (13,9%), pelos contextos educativos (6%) e, por fim, as organizações políticas (5,3%). Em Portugal, ainda que a expressão da participação seja menor que a média dos países analisados, há uma tendência semelhante na distribuição da participação, com 10,5% das pessoas envolvidas em associações da comunidade, 9,8% em atividades de voluntariado, 3,5% em cursos ou formações e 3,2% em organizações políticas. Tanto a nível internacional como nacional,

foram identificados padrões de género na distribuição da participação das pessoas adultas mais velhas nas diferentes atividades, bem como uma tendência forte para a diminuição da participação com o aumento da idade.

No geral, estes estudos evidenciam a diversidade de formas de participação das pessoas adultas mais velhas, a saliência de fatores biográficos e sócio históricos, e o potencial destas experiências em aprendizagens intergeracionais. Ainda assim, é especialmente relevante o papel de questões estruturais, com destaque para o *edadismo*, cujo impacto se verifica tanto ao nível das opções individuais das pessoas em relação à sua participação, como ao nível das instituições – locais e nacionais – e das políticas públicas. Criar condições para uma maior igualdade de oportunidades para a participação é um passo significativo para uma maior qualidade de vida na velhice, em que as pessoas tenham, efetivamente, possibilidade de escolher o que fazer enquanto atores cívicos e políticos (de pleno direito).

ABSTRACT

With this work we sought to understand the social, civic and political participation of older adults in Portugal, a phenomenon with little visibility compared to other issues of ageing.

Three studies were conducted with specific objectives and methodological approaches, yet complementary, including different qualitative and quantitative data collection and analysis strategies.

In the first study, a qualitative one, initiatives for social, civic and/or political participation of older adults were identified so as to understand factors predicting this participation — enhancing it (facilitators) or inhibiting it (barriers) — as well as the main motivations to participate in these contexts. It was found that personal motivations and circumstances, life contexts and historical and socio-political context have a significant impact on the social, civic and political participation of older adults. People also recognise these participation contexts as relevant learning opportunities, and the potential for intergenerational education is underlined as an asset.

In the second study, an online ethnography was developed. The strategies deployed by a Portuguese association of retired people to respond to the challenges raised by COVID-19 were analysed. This association adapted its communication to the online context during the pandemic. The posts on its Facebook page reflected the tensions and debates with which older people were confronted in that period, recursively associated with ageism and loss of rights phenomena. The political claim for the rights of older people is a defining feature of the association's action.

The third study analysed data from 27 countries, including Portugal, available in the SHARE Database (Wave 7), on the extent to which retired people aged 60 or over participate in volunteering activities, associations, trainings and political organizations. It was evident that associations represent the context in which older adult participate the most (22.6%), followed by volunteering (13.9%), educational contexts (6%), and, finally, political organizations (5.3%). In Portugal, even though the expression of participation is lower than the average of the countries analysed, there is a similar trend in the distribution of participation, with 10.5% of people involved in community associations, 9.8% in voluntary activities, 3.5% in training or courses and 3.2% in political organisations. Gender patterns were identified at both international and national level in the distribution of older adults' participation in different activities, as well as a pronounced downward trend in participation as age increases.

Overall, these studies highlight the diversity of forms of participation of older adults, the relevance of biographical and socio-historical factors, and the potential of these experiences in terms of intergenerational learning. Nevertheless, the role of structural issues is particularly noteworthy, especially ageism, which influences both individual choices of people in relation to their participation, and local and national institutions as well as public policies. Providing more equal opportunities for participation is a significant step towards a better quality of life in old age, when people may effectively have the possibility to choose what to do as fully entitled civic and political actors.

LISTA DE ARTIGOS

Esta tese resulta da articulação entre três estudos desenvolvidos de forma integrada ao longo deste percurso, dos quais resultaram 5 artigos que aqui apresentamos de forma articulada e complementar. Os artigos listados abaixo foram publicados ou submetidos para publicação em Revistas nacionais e internacionais com revisão por pares e surgem neste índice pela mesma ordem em que são apresentados na tese.

Artigos publicados/ submetidos	
Estudo 1	Martins, Teresa A.; Nunes, João A.; Dias, Isabel; Menezes, Isabel (2021), Engagement in civic organisations in old age: Motivations for participation and retention, <i>Journal of Aging Studies</i> , 59. doi: 10.1016/j.jaging.2021.100977.
	Martins, Teresa Alves; Arriscado Nunes, João; Dias, Isabel; Menezes, Isabel (2022), Learning and the Experience of Social, Civic, and Political Participation in Old Age. <i>Adult Education Quarterly</i> . 72(4), 401–421. doi:10.1177/07417136221080432
Estudo 2	Martins, Teresa Alves; Arriscado Nunes, João; Dias, Isabel; Menezes, Isabel (2022). Etnografia online sobre uma associação de pessoas reformadas em Portugal – o Facebook como meio de participação política em tempo de pandemia. <i>Revista Crítica de Ciências Sociais</i> , 128, 135-158. doi: https://doi.org/10.4000/rccs.13503
	Martins, Teresa Alves; Dias, Isabel; Nunes, João Arriscado; Menezes, Isabel. Pandemic protection and the fight against ageism: the double struggle of retired people in Portugal (Artigo submetido em maio de 2022)
Estudo 3	Martins, Teresa Alves; Dias, Isabel; Nunes, João Arriscado; Menezes, Isabel. Participação de pessoas reformadas com mais de 60 anos a partir do SHARE - Questionário sobre saúde, envelhecimento e reforma na Europa. (Artigo submetido em novembro de 2022)

LISTA DE COMUNICAÇÕES E POSTERS APRESENTADOS

No âmbito deste trabalho foram apresentadas comunicações e posters em Encontros Científicos nacionais e internacionais, com e sem revisão por pares, identificados abaixo por ordem cronológica.

Apresentação de comunicações em eventos/ contextos académicos e científicos	
2018	Martins, Teresa A.; X Congresso Português de Sociologia (10 a 12 de julho de 2018 – Universidade da Beira Interior - Covilhã), com o título: <i>Participação e envelhecimento - do cruzamento de conceitos ao desencontro nas práticas</i> (evento com revisão por pares)
	Martins, Teresa A.; Seminário de disseminação desenvolvido no âmbito do projeto internacional “Local and International Active Seniors - Voluntariado e Cidadania”, promovido em Portugal pela Associação Mais Cidadania (18 de setembro de 2018 - Lisboa), com o título: <i>Participação cívica e política de pessoas mais velhas em Portugal. (sem revisão por pares)</i>
	Martins, Teresa A.; Dias, Isabel; Nunes, João Arriscado; Menezes, Isabel; XIV Congresso da Sociedade Portuguesa de Ciências da Educação (11 a 13 de outubro de 2018 – Universidade de Coimbra), com o título: <i>Participação social, cívica e política e aprendizagem ao longo da vida</i> (evento com revisão por pares)
	Martins, Teresa A.; Congresso internacional “A Animação sociocultural e a educação intergeracional no contexto do envelhecimento rural e urbano: atividades, técnicas, métodos e estratégias para uma vida ativa” (18 a 20 de outubro de 2018 – Alijó), com o título: <i>Aprender ao longo da vida – A educação como direito humano fundamental</i> (sem revisão por pares)
2019	Martins, Teresa A.; Dias, Isabel; Nunes, João Arriscado; Menezes, Isabel; Aging & Social Change: Ninth Interdisciplinary Conference (16–17 September 2019 - University of Vienna - Vienna, Austria), com o título: <i>Ageing and social, civic and political participation – Motivations and barriers for participation in old age</i> (evento com revisão por pares).
	Martins, Teresa A.; Dias, Isabel; Nunes, João Arriscado; Menezes, Isabel; Colóquio Internacional: Matura Idade - Considerações sobre a

XIV

Cofinanciado por:



UNIÃO EUROPEIA
Fundo Social Europeu



Fundação
para a Ciência
e a Tecnologia

	velhice (10 - 11 de Outubro 2019 - Faculdade de Letras da Universidade do Porto), com o título: <i>Participar na velhice: desafios e oportunidades</i> (evento com revisão por pares). Martins, Teresa A.; Dias, Isabel; Nunes, João Arriscado; Menezes, Isabel; ESREA Access, Learning Careers and Identities Network Conference (7 – 9 November, 2019 – Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade de Coimbra, Portugal), com o título: <i>Envelhecimento, participação e aprendizagem – intersecções e potencialidades</i> (evento com revisão por pares).
2020	Martins, Teresa A.; Unidade Curricular de Estudos Comunitários II – Mestrado em Educação e Intervenção Social (28 de março de 2020 - Escola Superior de Educação do Politécnico do Porto – Online). Convite para falar sobre “Desafios teóricos e metodológicos num projeto de investigação em gerontologia, desenvolvido a partir de uma perspetiva educativa” (sem revisão por pares). Martins, Teresa A.; Unidade Curricular de Seminário – Mestrado de Gerontologia Social (22 de maio de 2020 – Instituto Superior de Serviço Social do Porto – Online). Convite para falar sobre “Projetos de investigação em Gerontologia” (sem revisão por pares). Martins, Teresa A.; Dias, Isabel; Nunes, João Arriscado; Menezes, Isabel; XV Congresso da Sociedade Portuguesa de Ciências da Educação (10 a 12 de setembro de 2020 – Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da UP – Online), com o tema: “Liberdade, equidade e emancipação”. Título da comunicação: <i>Preditores da participação social, cívica e política de pessoas mais velhas em Portugal – contributos para o debate sobre equidade no acesso a oportunidades de participação</i> (evento com revisão por pares).
2021	Martins, Teresa A.; Dias, Isabel; Nunes, João Arriscado; Menezes, Isabel; I Seminário Internacional de Psicogerontologia e Geriatria ACT-ING (Active Aging) – (20 e 21 de maio de 2021 – Universidade da Beira Interior, Covilhã – Online), com o tema: “As novas pessoas idosas: desafios e oportunidades Pós Covid-19”. Título da comunicação: <i>Da tomada de consciência da perda de direitos, ao desenvolvimento de competências em tempos de pandemia: uma etnografia online sobre</i>

	uma associação de pessoas reformadas em Portugal (evento com revisão por pares).
	Martins, Teresa A.; Dias, Isabel; Nunes, João Arriscado; Menezes, Isabel; 1ª Conferência Internacional sobre Ambientes Sociais Online para o Envelhecimento Ativo (22 a 23 Julho de 2021 – Universidade de Aveiro, Aveiro – Online), com o título: <i>O Facebook como plataforma de comunicação e intervenção na resposta às limitações da Pandemia Covid-19: uma etnografia online sobre uma associação de pessoas reformadas em Portugal</i> (evento com revisão por pares). - <u>Publicação do Resumo alargado no Livro de Atas da Conferência:</u> Martins, Teresa, Nunes, João, Dias, Isabel e Menezes, Isabel (2021). <i>O Facebook como plataforma de comunicação e intervenção na resposta às limitações da Pandemia COVID-19: uma etnografia online sobre uma associação de pessoas reformadas em Portugal</i>. In Sónia Ferreira; Tânia Ribeiro; Cláudia Ortet; Francisco Regalado (Eds), Book of Abstracts miOne World - 1st International Conference on Online Social Environments for Active Ageing, p. 67-70. Aveiro: Universidade de Aveiro. DOI: https://doi.org/10.48528/xr5w-n445
	Martins, Teresa A.; Conferências do Mestrado de Sociologia - Unidade Curricular de Sociologia do Envelhecimento (11 de outubro de 2021 – Faculdade de Letras da Universidade do Porto). Convite para falar sobre <i>Participação social, cívica e política na velhice: mito ou preconceito?</i> (sem revisão por pares).
2022	Martins, Teresa A.; Paixão, Anabela; Poster exhibition on Older Persons in Emergency Situations – UNECE Ministerial Conference on Ageing (15 a 17 de junho de 2022 – Roma, Itália). Título do Poster: <i>Digital Switchover to Combat Ageism in Times of Pandemic COVID-19</i> (evento com revisão por pares). Poster disponível em: https://unece.org/sites/default/files/2022-06/Posters-Older-Persons_Emergencies.pdf Martins, Teresa A.; Dias, Isabel; Nunes, João Arriscado; Menezes, Isabel; Porto ICRE'22 - Porto International Conference on Research in Education 2022 (20 a 22 de julho de 2022 – Escola Superior de Educação do Politécnico do Porto), com o título: <i>Educar em tempos de</i>

	<i>idadismo – um desafio internacional visto a partir de Portugal</i> (evento com revisão por pares).
--	---

Cofinanciado por:



UNIÃO EUROPEIA
Fundo Social Europeu



Introdução geral

A participação e o envolvimento das pessoas nas suas comunidades sempre me despertaram interesse, tanto enquanto Educadora Social como enquanto cidadã. Atenta a esta questão, fui percebendo quer na minha prática profissional quer na minha experiência pessoal de contacto quotidiano em diferentes contextos, que era recorrente a participação de pessoas adultas mais velhas, frequentemente reformadas, em organizações sociais, cívicas e políticas, como voluntárias, dirigentes de coletividades, membros ativos de partidos políticos ou outros movimentos políticos, mas também como fundadoras de associações, entre tantas outras atividades.

Verificava isto ao mesmo tempo que ouvia com recorrente persistência a narrativa totalizadora de que “as pessoas mais velhas não participam e não querem participar”. Foi com esta aparente contradição em mente que avancei, em 2009, para o Mestrado em Gerontologia Social, que conclui em 2012 no Instituto Superior de Serviço Social do Porto. Neste Mestrado desenvolvi uma dissertação sobre “Voluntários/as Reformados/as: Práticas de Voluntariado na Reforma” (Martins, 2012)¹.

A pesquisa que desenvolvi no Mestrado para trabalhar sobre a questão do voluntariado na reforma em Portugal, permitiu-me perceber que seria relevante apostar num estudo mais alargado sobre experiências de participação social, cívica e política de pessoas adultas mais velhas em Portugal, dada a escassez de pesquisas realizadas no país sobre o assunto, apesar da questão da ‘participação’ surgir recorrentemente quando se fala de pessoas adultas mais velhas. Situar e clarificar o conceito de “participação” seria uma das prioridades para se poder destrinçar de que falamos quando falamos em “participação”, dada a complexidade subjacente a este fenómeno.

Candidatei-me ao Programa Doutoral de Gerontologia e Geriatria do ICBAS.UP/ UA com o intuito de desenvolver uma Tese de Doutoramento sobre participação social, cívica e política de pessoas adultas mais velhas em Portugal. Assim sendo, com o trabalho que agora se apresenta, espero poder contribuir para o estudo deste tema, que considero muito relevante para uma reflexão em gerontologia consentânea com aqueles que são os desafios trazidos pelo envelhecimento demográfico, em Portugal e no mundo, dos quais fazem parte a urgência de se olhar para as pessoas adultas mais velhas a partir daqueles que são os seus direitos.

¹ Martins, Teresa (2012), Voluntários/as Reformados/as: Práticas de Voluntariado na Reforma. [Dissertação de Mestrado, Instituto de Serviço Social do Porto]

Para o desenvolvimento desta Dissertação foi definido o projeto “Participar na velhice: desenvolvimento da literacia cívica e política ao longo da vida”, no âmbito do qual foram definidos os seguintes objetivos:

- Conferir visibilidade a vivências da velhice que contrariam preconceitos e estereótipos instalados relativamente às pessoas adultas mais velhas;
- Contribuir para o debate relativo aos Direitos Humanos das pessoas adultas mais velhas na contemporaneidade, mais concretamente no que concerne ao direito à educação;
- Explorar o potencial educativo de experiências de participação cívica e/ou política para o desenvolvimento de competências de literacia.

A Dissertação está organizada em três Partes. A Parte I é composta por um enquadramento conceptual global da Tese e pela clarificação da sua estrutura metodológica.

A Parte II corresponde ao trabalho empírico desenvolvido, operacionalizado através de 3 estudos. Esta parte subdivide-se em 6 capítulos relativos a temáticas concretas da pesquisa e que correspondem a artigos publicados ou submetidos para publicação em revistas nacionais e internacionais, com exceção do Capítulo 1. No Capítulo 1 foi desenvolvida uma revisão de facilitadores e barreiras que podem predizer a participação social, cívica e política de pessoas adultas mais velhas em Portugal. No Capítulo 2 foram exploradas as motivações para a participação e para a continuidade da participação social, cívica e política, correspondendo a um artigo publicado no *Journal of Aging Studies* (2021)². No Capítulo 3 foi problematizado o potencial papel educativo e de aprendizagem de experiências de participação social, cívica e política em etapas mais avançadas do ciclo vital, que corresponde ao artigo publicado na Revista Internacional *Adult Education Quarterly* (2022)³.

Do estudo de caso de uma associação de pessoas reformadas, realizado através de uma etnografia *online* durante a pandemia COVID-19, resultou o Capítulo 4, que corresponde a um artigo publicado na *Revista Crítica de Ciências Sociais* (2022)⁴, sobre o impacto da pandemia na ação de organizações de pessoas mais velhas, nomeadamente em Portugal e a sua transição para o contexto digital. No Capítulo 5 foi feita uma análise mais

² Martins, Teresa A.; Nunes, João A.; Dias, Isabel; Menezes, Isabel (2021), Engagement in civic organisations in old age: Motivations for participation and retention, *Journal of Aging Studies*, 59. doi: 10.1016/j.jaging.2021.100977.

³ Martins, Teresa Alves; Arriscado Nunes, João; Dias, Isabel; Menezes, Isabel (2022), Learning and the Experience of Social, Civic, and Political Participation in Old Age. *Adult Education Quarterly*. 72(4), 401–421. doi:10.1177/07417136221080432

⁴ Martins, Teresa Alves; Arriscado Nunes, João; Dias, Isabel; Menezes, Isabel (2022). Etnografia online sobre uma associação de pessoas reformadas em Portugal – o Facebook como meio de participação política em tempo de pandemia. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 128, 135-158. doi: <https://doi.org/10.4000/rccs.13503>

aprofundada dos conteúdos das publicações desta associação nas redes sociais, com um aprofundamento de questões como o Idadismo e seu impacto na vida de pessoas adultas mais velhas, nomeadamente durante a pandemia, correspondendo a um artigo submetido para publicação numa revista internacional.

No Capítulo 6 são apresentados os resultados de uma análise de dados disponibilizados no âmbito do Projeto SHARE (Survey of Health, Ageing and Retirement in Europe) sobre atividades sociais, cívicas e políticas desenvolvidas por pessoas reformadas com 60 ou mais anos em diversos países, submetida para publicação.

A Parte III deste trabalho corresponde à discussão e reflexões finais da tese, procurando-se sintetizar os principais resultados obtidos no âmbito deste trabalho. No final estão elencados os anexos referidos ao longo da Dissertação.

PARTE I - ENQUADRAMENTO CONCEPTUAL E METODOLÓGICO

“As minhas três companheiras e eu escrevíamos com uma faca nos dentes; éramos um bando temível. O que queríamos mudar? O mundo, nada mais nada menos, e, com a arrogância da juventude, julgávamos poder fazê-lo nuns 10 ou 15 anos. Falo de há mais de meio século e vejam onde estamos ainda, mas não perdi a confiança em que isso pode ser feito, e as minhas colegas de então, que estão tão velhas como eu, também não a perderam. Desculpem-me por usar o termo “velha”, que hoje parece ser pejorativo. Faço-o propositadamente, pois tenho orgulho em sê-lo. Cada ano vivido e cada nova ruga contam a minha história.” (p.41)

Isabel Allende, 2020

“Mulheres da minha alma – sobre o amor impaciente, a vida longa e as bruxas boas”

Enquadramento conceptual

A participação e o envelhecimento cruzam-se neste estudo, uma interseção que se assume como desafiante e potencialmente interessante para a gerontologia, uma área relativamente recente, mas de progressiva consolidação internacional e nacional (Paúl, 2012). Reconhecendo que diversos processos e estruturas interferem com a forma como as pessoas envelhecem e como vivenciam a velhice (Baars, 1991), assume-se neste estudo a subjetividade e a complexidade que marcam o processo de envelhecimento (Katz, 2015). Neste sentido, entende-se que o estudo de experiências de participação social, cívica e política de pessoas adultas mais velhas, pela amplitude de significados e de práticas que as caracterizam, poderá ser um contributo para um maior conhecimento sobre experiências e vivências que marcam percursos e modos de vida de pessoas adultas mais velhas, na senda do que sugere Katz (2014), como sendo uma das atribuições dos ‘estudos da idade’ (“age studies”).

Os desafios trazidos pelas questões demográficas têm certamente tido um papel relevante no incremento dos estudos sobre o processo de envelhecimento, sobre a forma como diferentes pessoas adultas mais velhas vivem e perspetivam a velhice e os desafios que um aumento significativo da proporção de pessoas mais velhas vai acarretando para as suas comunidades. Já nos anos 1980, Siegel (1981) avançou com uma análise internacional da variação de indicadores demográficos relevantes para os estudos sobre o envelhecimento, que apontavam para o aumento significativo do envelhecimento da população até ao ano 2000, o que veio a verificar-se. Também Minois, que em 1987 publicou a *História da velhice no Ocidente*, sublinhava o impacto das questões sociodemográficas no aumento dos estudos sobre a velhice, referindo que “o velho deixou de ser um marginal para se tornar na espécie mais comum de cidadão.” (Minois, 1987, p.13).

Sendo o envelhecimento demográfico um fenómeno global, em Portugal evidenciou-se mais recentemente e de forma muito acelerada em comparação com outros países europeus (Paúl & Fonseca, 2005). De 1960 a 2020, Portugal passou de um dos países com mais baixos índices de envelhecimento⁵ da Europa (27%), para os 165,1% em 2020, sendo nesta altura o segundo país com maior índice de envelhecimento no continente Europeu, apenas superado pela Itália (180,9%)⁶ (Pordata, 2022).

⁵ “O índice de envelhecimento é o número de pessoas com 65 e mais anos por cada 100 pessoas menores de 15 anos. Um valor inferior a 100 significa que há menos idosos do que jovens.” (Pordata, 2022).

⁶ Consultado em 5 de agosto de 2022 - <https://www.pordata.pt/Europa/%c3%84ndice+de+envelhecimento-1609>

Apesar da pandemia causada pela Doença de Coronavírus (Covid-19), que teve impactos na esperança de vida em diversos países (e.g. Islam, Jdanov, Shkolnikov, Khunti, Kawachi, White, Lewington & Lacey, 2021; Aburto, Schöley, Kashnitsky, Zhang, Rahal, Missov, Mills, Dowd & Kashyap, 2022), as projeções indicam que o envelhecimento demográfico continuará a intensificar-se nas próximas décadas (United Nations Department of Economic and Social Affairs, 2022).

Neste estudo pretende-se estudar a participação social, cívica e política de pessoas mais velhas em Portugal. Este objeto poderá ser especialmente relevante considerando que estamos a estudar um contexto onde alguns investigadores referem que, apesar da sua heterogeneidade, as pessoas adultas mais velhas portuguesas têm em comum percursos de vida pessoais e geracionais que podem ser desfavoráveis à participação cívica e política (Cabral, Silva, Almeida, & Cabaço, 2011). Importa sublinhar que Portugal tem uma democracia recente, estabelecida apenas em 1974. Isto significa que as pessoas com mais de 65 anos em Portugal agora, eram jovens ou adultas durante o período da ditadura, tendo memória vivencial do fascismo e dos seus impactos no dia a dia de cidadãs e cidadãos.

Problematização do conceito de participação

Investigadores/as de várias áreas de estudo têm-se confrontado com a dificuldade de definir o conceito de participação, considerando a diversidade de sentidos que lhe têm vindo a ser dados. Por essa razão, o conceito de participação tem sido, em si mesmo, objeto de discussão, análise e reflexão.

A filósofa Joelle Zask (2011) discutiu o conceito de participação, assumindo-o como fundamental para a vida em democracia. Esta perspetiva assenta na ideia de que se as pessoas ‘participam’, se aderem a um projeto comum, estarão a fazer proveito do melhor de si mesmas, nesse envolvimento em algo que partilham com os outros. Contudo, a autora entende que existirão diferentes lugares de participação e que as pessoas tenderão a corresponder ao papel que ‘os outros’ esperam que tenham nessa participação, alertando para o risco de podermos estar, recorrentemente, perante “formas ilusórias de participação” (p. 8), quando as próprias pessoas não têm a possibilidade de definir efetivamente os projetos ou iniciativas em que ‘participam’. Zask (2011) sugere que existirão três experiências de participação que podem diferenciar-se entre si, mas que deveriam ser complementares, para uma vivência plena da cidadania em contextos democráticos (p.11):

- tomar parte (*prendre part*) – que se relaciona com o estar efetivamente envolvido em algo, implica partilha e sociabilidade com outros (destaca os contextos associativos como um bom exemplo desta manifestação da participação);

- contribuir para algo (*apporter une part*) – ou seja, contribuir para uma discussão, um processo que esteja a decorrer e em que a pessoa tenha a possibilidade de intervir, contribuindo para essa discussão ou ação que está a decorrer;
- receber uma parte (*recevoir une part*) – os indivíduos de uma determinada sociedade também participam ao usufruir dos benefícios que essa mesma sociedade lhes garante, sendo certo que a forma como estes benefícios da sociedade estão organizados e as oportunidades de acesso a esses diversos benefícios são diferentes de pessoa para pessoa.

A autora defende que a separação destas três faces da participação será a “fonte de todas as injustiças” (p. 14), e que, por isso, é fundamental a defesa de uma estreita combinação entre tomar parte, contribuir e beneficiar. Na perspetiva de Zask, a reciprocidade entre estes três aspetos corresponderia ao ideal de que a participação é o símbolo, ou seja, a “democracia” (Zask, 2011).

A investigação tem ainda articulado a clarificação do conceito de ‘participação’ com a compreensão do lugar de poder que têm as/os participantes. Dois exemplos deste enfoque são os estudos sobre doentes em contextos clínicos (Nunes *et al.*, 2014) e estudantes em contexto escolar (Anderson *et al.*, 2019). Estes dois contributos sublinham como a pluralidade e versatilidade subjacente ao conceito de participação poderá ser uma das suas mais proeminentes armadilhas, que se materializam não raras vezes numa instrumentalização da participação, “transformada em um processo de controle social organizado de cima para baixo (*top-down*), no qual interesses e atores hegemónicos encontram uma nova forma de prevalecer sobre interesses e atores subordinados, com menos capital político ou de organização.” (Santos, 2002, p. 60-61).

Como demonstra Cabral (2014), uma análise aprofundada, de longo prazo e tendo em conta o contexto sócio histórico, poderá permitir a identificação de mobilizações cidadãs ‘de baixo para cima’ (*bottom-up*), associadas à emergência de grupos que, através de formas diversas de participação, poderão estar a conseguir conquistar lugares de poder que lhes eram historicamente vedados – no caso português, em grande medida devido ao afastamento de boa parte da população de oportunidades educativas.

Neste sentido, tal como em Cabral (2014) ou Menezes, Fernandes-Jesus, Ribeiro e Malafaia (2012), recupera-se a ideia de capital social como relevante para os estudos da participação, enquanto pressuposto basilar para a democracia (Zask, 2011), a partir da perspetiva de Putnam (1995, 2001). O capital social relaciona-se com características das organizações sociais e dos contextos, como a densidade das redes sociais, a confiança nas normas e a confiança nas outras pessoas, que podem potenciar o envolvimento das

peessoas em iniciativas que beneficiem toda a comunidade (Putnam, 1995, 2001). Este autor sublinha que o capital social se fortalece privilegiadamente em contextos associativos e que o potencial cívico de uma comunidade se percebe através dos níveis de confiança interpessoal e do número de organizações da sociedade civil. Neste sentido, alerta para os riscos da erosão da ‘confiança social’, decorrente da crescente privatização da vida social e do desinvestimento em contextos e organizações comunitárias (Putnam, 1995, 2001).

Participação social, cívica e política

Ao contrário do que poderia ser expectável, adjetivar o conceito de participação como ‘social’, ‘cívica’ ou ‘política’, não simplificou esta clarificação conceptual. Efetivamente, dentro daquilo que poderá enquadrar-se em “participação social”, “participação cívica” ou “participação política”, são múltiplos os entendimentos e diversas as perspetivas.

Ekman e Amnå (2012) contribuíram para esta discussão conceptual propondo uma nova tipologia para a análise da participação política e envolvimento cívico, a partir de uma perspetiva abrangente da ideia de participação política. Diferenciaram formas latentes e manifestas de participação política e envolvimento individual e coletivo, o que contribuirá para se identificarem diferentes formas de comportamento político. Na Imagem 1 reproduz-se a tipologia esquematizada pelos autores, na qual consideram como forma latente de participação a ‘participação cívica’, que inclui a ‘atenção a questões políticas’ e o ‘envolvimento cívico’, que pressupõe já uma ação, de que é exemplo o voluntariado, na sua expressão coletiva. Por outro lado, subdividem as ações que perspetivam como ‘participação política manifesta’, entre ‘participação política formal’ e ‘ativismo’. Como ‘participação política formal’ consideram ações individuais como a participação eleitoral, ou, na dimensão coletiva, a participação em partidos políticos. Subdividem o ‘ativismo’ entre formas legais (como assinar uma petição, numa perspetiva individual, ou participação em novos movimentos sociais, numa abordagem coletiva) e formas ilegais de participação (como, por exemplo, ações individuais ilegais praticadas com motivações políticas ou envolvimento em protestos coletivos violentos e ilegais) (Ekman e Amnå, 2012, p.292).

Não participação (Desinteresse)		Participação cívica (Participação latente)		Participação política (Participação manifesta)		
Formas ativas (anti-políticas)	Formas passivas (apolíticas)	Envolvimento (atenção)	Envolvimento o cívico (ação)	Participação política formal	Ativismo (participação extraparlamentar)	
					Legal	Illegal
Formas individuais de participação						
Não votar Evitar ativamente ler notícias ou ver assuntos políticos na TV Evitar falar de política Percepção da política como desagradável	Não votar Percepção da política como desinteressante e irrelevante Passividade política	Interesse pessoal por assuntos políticos ou sociais Atenção a assuntos políticos	Atividades baseadas na atenção e interesses pessoais em assuntos políticos e sociais	Participação eleitoral e estabelecimento de contactos	Formas de participação extraparlamentares: fazer ouvir a sua voz ou fazer a diferença por meios individuais (ex.: assinar petições, opções de consumo por razões políticas)	Ações individuais ilegais motivadas por razões políticas
Formas coletivas de participação						
Estilos de vida deliberadamente não políticos Em casos extremos: atos aleatórios de violência não política (como motins), que refletem frustração, alienação ou exclusão social	Estilos de vida não politicizados “não deliberados”	Sentido de pertença a um grupo ou coletivo com um perfil ou agenda política distintivo Assunção de um estilo de vida determinado por razões políticas (ex.: identidade , roupas, música, comida, valores)	Trabalho voluntário para melhorar a comunidade local, caridade, ou ajudar outras pessoas (fora da família e do círculo de amizades)	Participação política organizada: pertença a partidos políticos, sindicatos e outras organizações políticas	Participação política não organizada ou sustentada por redes: Novos movimentos sociais, manifestações, greves e protestos	Atividades ilegais e violentas e protestos: Manifestações , motins, ocupação de edifícios, destruição de propriedades, confrontos com a polícia ou com opositores políticos

Tabela1. Formas latentes e manifestas de participação e de não participação (tradução livre do original – Ekman & Amnå, 2012, p. 295)

Esta tipologia tem sido mobilizada para estudos diversos sobre participação cívica e política, nomeadamente com jovens (Menezes *et al.*, 2012), migrantes (Ribeiro *et al.*, 2015), mulheres (Fernandes-Jesus, 2013) e com pessoas adultas mais velhas (Serrat, Scharf, Villar & Gómez, 2020).

A partir de uma reflexão aprofundada e ampla do conceito de participação política, Van Deth (2015) evidencia, ao longo das últimas décadas, um alargamento considerável do domínio da participação política, integrando dimensões que anteriormente estavam remetidas para os contextos pessoais e domésticos, não sendo encarados como questões sociais ou económicas. Recursos como a Internet e as redes sociais são reconhecidos pelo autor como fatores que potenciaram o alargamento do âmbito da participação política, tanto no que se refere aos temas subjacentes a esta participação, como às formas que essa participação pode assumir, e que pode incluir atividades de voluntariado, boicotes ao consumo de determinados produtos, manifestações públicas sobre temas diversos

(presenciais ou online), entre outros. Nesta abordagem, a participação política pressupõe atividade, ação das cidadãs/os em prol de questões que os e as mobilizem, tendo como pressuposto que é uma ação que a pessoa faz voluntariamente. Van Deth (2015) defende que existe uma ligação forte entre a participação e a democracia e que é esta ligação que justifica a participação política. Neste sentido, elenca três grandes razões que justificam a participação política:

- motivações intrínsecas, uma vez que esta contribuirá para a saúde mental das pessoas;
- razões instrumentais, pressupondo que em contextos de democracia participativa a participação política permite às/aos cidadãs/os manifestar os seus interesses e reivindicações, podendo influenciar os processos de tomada de decisão. Estas razões instrumentais surgem frequentemente associadas a uma função educativa da participação, que contribui para o fortalecimento dos valores democráticos;
- e razões de legitimidade, visto que a tomada de decisões democráticas exige legitimação democrática, só garantida por uma efetiva participação dos cidadãos e cidadãs.

Van Deth (2015) alerta que, não obstante o alargamento do âmbito e da maior acessibilidade a formas de participação política (trazida sobretudo pela Internet e pelos novos média), se mantêm desiguais as oportunidades de participação, alertando que esta desigualdade pode vir a ser uma ameaça à própria democracia.

10

Neste sentido, importará também uma compreensão de fatores que têm vindo a interferir com as possibilidades de participação de grupos sociais específicos.

Como Ribeiro, Neves e Menezes (2016) sistematizaram, Norris (2002) e outros/as investigadores/as evidenciaram que existem três conjuntos de fatores que influenciam a participação cívica e política das pessoas e que estão para além dos indicadores sociodemográficos: *fatores macrossociais*, como o enquadramento histórico-político no qual as pessoas vivem; *fatores proximais*, que se relacionam com os contextos de vida das pessoas, como a família ou a ligação a organizações políticas; e *fatores psicológicos*, que resultam de variáveis cognitivas e atitudinais que se relacionam com a sua ação individual ou coletiva (Ribeiro *et al.*, 2016).

Participação social, cívica e política de pessoas adultas mais velhas

A participação tem vindo a ser fortemente advogada na literatura como um preditor para um envelhecimento bem-sucedido e saudável (Levasseur, Richard, Gauvin & Raymond, 2010). Contudo, a polissemia do conceito de participação em si mesmo reflete-se também nas interpretações que lhe têm vindo a ser dadas quando falamos em participação de

peessoas adultas mais velhas. Assim sendo, também em relação a adultos/as mais velhos/as é importante aprofundar a reflexão sobre o que se entende por participação, bem como as condições objetivas e subjetivas que a podem condicionar ou determinar.

Serrat, Petriwskyj, Villar e Warburton (2017) reforçaram, na senda de outros autores, que seria importante estabelecer uma diferenciação entre participação social (que perspetivavam como mais relacionada com atividades como o voluntariado) e participação política (que pressuporá uma ação e intervenção política). Esta preocupação prende-se essencialmente com a questão da efetiva participação e representação política das pessoas mais velhas nos processos de tomada de decisão num contexto crescente de envelhecimento populacional (Serrat *et al.*, 2017).

Levasseur e colegas (2010) propuseram uma tipologia para uma melhor compreensão do conceito de 'participação social sénior', na qual pressupõem que a participação está sempre associada a atividades que implicam interação com outras pessoas. A partir de definições de participação social encontradas na literatura, identificaram seis níveis progressivos de envolvimento em atividades que consideram como participação social. Na Figura 2 reproduzimos o esquema proposto pelos autores no qual se evidencia esta diferenciação entre diferentes atividades de participação social tendo em conta, por um lado, o nível de proximidade com outras pessoas que as atividades implicam (nível 1: sozinho; nível 2: acompanhado; nível 3 a 6: em interação) e, por outro, aqueles que são os objetivos desse envolvimento (nível 1 e 2: orientado para satisfazer necessidades básicas; nível 3: socialmente orientado; nível 4: orientado para a tarefa; nível 5: orientado para ajudar outros; nível 6: orientado para a sociedade). Estas atividades podem ser realizadas de forma individual (nível 1 e 2), com outras pessoas (nível 4 e 5) ou para outros (nível 5 e 6) (Levasseur *et al.*, 2010, p. 2145).

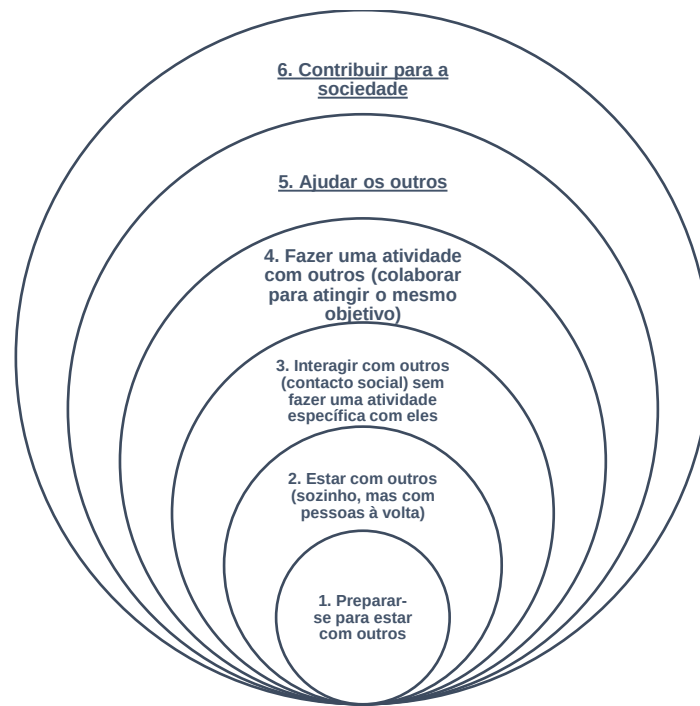


Figura 1. Tipologia de atividades sociais proposta por Levasseur e colegas (2010) (tradução livre do original – Levasseur *et al.*, 2010, p. 2145)

Assumindo todos os níveis como participação social, subdividem os níveis 5 e 6 - que incluem atividades como voluntariado e ajuda aos outros (nível 5) ou envolvimento em partidos políticos ou outras organizações que podem beneficiar mais pessoas ou a sociedade em geral (nível 6) – enquanto envolvimento social. Esta distinção prende-se com o facto de considerarem que estas atividades implicam um envolvimento mais significativo com outras pessoas e com a comunidade, para além de contextos pessoais, como a família e amigos/as. Neste entendimento, o envolvimento social (a que correspondem os níveis 5 e 6) implica a vontade da pessoa de contribuir para a mudança social, de ser ouvida em processos e tomada de decisão e de dar o seu contributo para a melhoria da qualidade de vida de outras pessoas.

Neste trabalho, quando se fala em participação social refere-se, grosso modo, o nível 5 proposto nesta tipologia. Os níveis 1 a 4 estão fora do escopo deste estudo e o nível 6 corresponde ao que se entende como participação cívica e política.

Serrat e colegas (2020) desenvolveram uma extensa revisão da literatura sobre participação cívica de pessoas mais velhas (entre 1963 e 2018). Nessa revisão, os autores referem que entre as diversas propostas de tipologias que enquadram o que são ou podem ser ‘atividades cívicas’, existem três eixos de base que são comuns. Em primeiro lugar, entendem que existe uma distinção entre ‘envolvimento cívico’ e ‘participação cívica’, considerando que o ‘envolvimento cívico’ remete para a atenção e interesse por assuntos

sociais e políticos, enquanto que a ‘participação cívica’ terá subjacente uma dimensão mais comportamental, remetendo para a ação. Em segundo lugar, perceberam que, no conceito de ‘participação cívica’, são consideradas atividades promovidas individual ou coletivamente, em contextos informais e formais, privados ou públicos. Em terceiro lugar, concluem que, sob o chapeu do conceito de ‘participação cívica’, se podem encontrar atividades sem ‘intenção política manifesta’ - como ajudar os outros, ou colaborar na resolução de um problema da comunidade -, e atividades com objetivo explícito de influência política.

A partir desta análise e tendo por base a tipologia proposta por Ekman e Amnå (2012), Serrat e colegas (2020) construíram uma nova tipologia que perspetiva quatro grandes tipos de atividades cívicas, que variam sobretudo em função da intensidade de participação. Todas as atividades são, nesta tipologia que reproduzimos na Imagem 3, consideradas como participação cívica.

Participação Cívica		
	Participação Social	Participação Política
Formas individuais	Tipo 1 Prossocial/ Ajudar/ Comportamento altruísta fora do contexto familiar Doar dinheiro/ Apoio caritativo em espécies/ ONG's	Tipo 3 Votar Contactar com representantes políticos Doar dinheiro para partidos ou outras organizações políticas Assinar petições Escrever cartas/ E-mails/ Blogs/ Artigos com conteúdo político Boicotes e consumo determinado por razões políticas Outras manifestações políticas individuais
	Tipo 2 Participação em organizações de voluntariado, da comunidade ou de caridade	Tipo 4 Concorrer para ou ter um cargo político Trabalhar em campanhas Participar em organizações ou fóruns políticos Atividades de protesto Participação em movimentos sociais Outras manifestações políticas coletivas

Tabela 2. Tipos de atividade cívica (tradução livre do original – Serrat *et al.*, 2020, p.e39)

No tipo 1 são consideradas atividades de participação social, que têm caráter individual, de que são exemplo atividades altruístas realizadas fora do contexto familiar ou iniciativas como doar dinheiro para organizações comunitárias. No tipo 2 são também consideradas atividades de participação social, que têm subjacente uma dimensão coletiva, de que é exemplo o voluntariado. No tipo 3 encontramos atividades entendidas como sendo de participação política, que têm uma dimensão individual, como votar ou participar em

boicotes por motivações políticas. Por fim, no tipo 4 são enquadradas atividades de participação política, com dimensão coletiva, como a participação em organizações políticas, a participação em protestos ou na organização de movimentos sociais (Serrat *et al.*, 2020).

Existindo já alguns estudos sobre outros tipos de atividades, os estudos sobre experiências de voluntariado são mais expressivos - dos 429 artigos considerados na revisão da literatura de Serrat e colegas (2020), 358 são sobre participação de pessoas mais velhas em atividades de voluntariado formal. Este corpo teórico tem vindo a contribuir para uma maior e melhor compreensão do voluntariado nesta etapa do ciclo vital a partir de diferentes perspetivas: desde as motivações para o voluntariado (e.g.: Principi *et al.*, 2016), às aprendizagens que adultos mais velhos reconhecem como consequência do seu envolvimento enquanto voluntários/as (Cook, 2011), ou às consequências desta participação, por exemplo, no bem-estar de quem faz voluntariado (e.g. Kahana *et al.*, 2013).

Autores como Martinson e Minkler (2006) e Adler, Schwrtz e Kuskowski (2007) alertaram para o facto de frequentemente o conceito de 'envolvimento cívico' se restringir ao voluntariado formal, inclusivamente na investigação, o que tem vindo a remeter para a invisibilidade outras atividades que se enquadram também neste âmbito. Martinson e Minkler (2006) avançam com vários exemplos de grupos de pessoas mais velhas organizadas e que têm protagonizado a emergência de novos movimentos sociais, como os "Gray Panthers", fundados em 1972 nos Estado Unidos, com o intuito de combater fenómenos de discriminação com base na idade e outras injustiças sociais. Percebemos facilmente que apesar de muitas pessoas adultas mais velhas estarem a dedicar o seu tempo e talentos às necessidades e problemas das suas comunidades e da sociedade em geral, "quando se pensa num ativista social, uma pessoa mais velha raramente nos vem à cabeça" (Adler *et al.*, 2007, p. 66).

Martinson e Minkler (2006) reforçam a importância da questão semântica, evidenciando que "à medida que exploramos os papéis que os adultos mais velhos estão agora a ser encorajados a desempenhar na vida cívica como voluntários da comunidade, as forças políticas e económicas subjacentes a estes papéis e tipos de envolvimento cívico são muitas vezes deixadas de fora da conversa" ⁷(Martinson & Minkler, 2006, p. 319). O que defendem estes e outros autores é que a participação cívica e política das pessoas adultas mais velhas existe e precisa de ser estudada e visibilizada, mas sem se esquecer a

⁷ Tradução livre do original: "as we explore the roles older adults are now being encouraged to play in civic life as community volunteers, the political and economic forces that underlie these roles, and the types of civic engagement that often are left out of the conversation." (Martinson & Minkler, 2006, p. 319).

estrutura macroeconómica e política, que condiciona esta participação. Neste sentido, importa sublinhar a importância da participação dos mais velhos inclusive como estratégia de combate a fenómenos idadistas que têm vindo a invisibilizar progressivamente as pessoas mais velhas e a sua ação no espaço público, ora pela sua integração no grupo dos 'adultos', como documenta Minois (1987) no seu estudo sobre a História da velhice, ou remetendo-os para um grupo homogéneo, inativo e doente (Butler, 1969).

Aliás, o estudo da participação política de pessoas mais velhas na Europa (Goerres, 2009) reforça o quanto este não é um fenómeno novo e tampouco homogéneo, havendo uma forte ligação entre a participação política das pessoas e os contextos socio-históricos em que vivem ao longo do seu percurso de vida, o que reforça a perspetiva de que a participação política é contextualizada (Goerres, 2009).

Com o trabalho desenvolvido no âmbito desta tese pretende-se aprofundar o conhecimento sobre experiências de participação social, cívica e política de pessoas adultas mais velhas em Portugal e contribuir para lhes dar visibilidade.

Neste sentido, foram desenvolvidos no âmbito deste trabalho três estudos, a partir dos quais foram aprofundadas diversas temáticas, que se cruzam neste trabalho. No Estudo 1 procurou-se identificar e conhecer iniciativas de participação social, cívica e/ou política protagonizadas por pessoas mais velhas em Portugal, através da realização de entrevistas a pessoas envolvidas nestes contextos. Através deste estudo foi aprofundada a análise de fatores que podem predizer a participação social, cívica e política de pessoas mais velhas em Portugal, na medida em que a pode potenciar ou inibir (Capítulo 1). As motivações para a participação e para a continuidade nestes contextos foram também exploradas no âmbito deste estudo (Capítulo 2), bem como o potencial papel educativo e de aprendizagem decorrente de experiências de participação social, cívica e política em etapas mais avançadas do ciclo vital (Capítulo 3).

No Estudo 2 foi realizado um estudo de caso de uma associação de pessoas reformadas através de uma etnografia online. Este estudo foi desenvolvido durante os primeiros meses da pandemia (Covid-19), permitindo estudar o impacto da pandemia na ação de organizações de pessoas mais velhas, nomeadamente em Portugal, e a sua transição para o contexto digital, tendo-se explorado também os desafios que a inclusão digital tem representado para as pessoas mais velhas (Capítulo 4). Uma análise mais aprofundada dos conteúdos das publicações desta associação nas redes sociais permitiu a exploração de questões concretas que têm motivado reivindicações de pessoas adultas mais velhas em Portugal e que se tornaram mais evidentes durante a pandemia, como o Idadismo, analisado de forma mais consistente no Capítulo 5.

Por fim, no Estudo 3 procurou-se perceber a expressão a nível europeu da participação de pessoas adultas mais velhas em atividades consideradas como de participação social, cívica e política (voluntariado; atividades formativas, associações e organizações políticas), a partir da análise de dados disponibilizados no âmbito do Projeto SHARE (Survey of Health, Ageing and Retirement in Europe). Neste trabalho procuraram-se perceber regularidades na participação de pessoas reformadas com 60 ou mais anos nos diversos países considerados no SHARE (Vaga 7), tendo em conta as atividades propriamente ditas e também marcadores sociodemográficos como o género e a idade (Capítulo 6).

Pretende-se, portanto, ampliar as representações sobre experiências de vivência da velhice enquanto etapa do ciclo vital e não advogar pela participação social, cívica ou política como o modo ideal de vivência desta etapa. Pretende-se alargar o leque de possibilidades e não de obrigações, como defendeu Freedman (2002). Defende-se neste trabalho o direito das pessoas fazerem opções acerca de como viver esta etapa do ciclo vital e a serem respeitadas nas suas escolhas e/ ou circunstâncias de vida. Como evidenciaram Martinson e Minkler (2006), importa ter em conta que, apesar da participação social, cívica ou política poder ser uma opção individual, existem fatores de ordem social, económica e institucional que condicionam essas escolhas, podendo levar a experiências de envelhecimento muito distantes daquelas que as pessoas desejariam.

Lynne Segal (2017) escreveu sobre a importância de ‘momentos coletivos de esperança’ para resistir às desordens do presente, referindo que, apesar do nosso conhecimento do sofrimento e das injustiças que nos rodeiam, será sempre possível afirmar algumas possibilidades de mudança e de resistência. Esse é um dos intuitos deste trabalho.

Enquadramento metodológico

Neste trabalho pretendeu-se estudar a participação social, cívica e política de pessoas mais velhas em Portugal. Considerando que este é um assunto ainda relativamente pouco estudado, considerou-se relevante olhar para o fenómeno a partir de diferentes tipos de dados, recorrendo-se, por isso, a diferentes estratégias de recolha e análise da informação. Este trabalho sustenta-se, por conseguinte, numa abordagem metodológica mista (Anderson, 2016), resultando de uma combinação de métodos qualitativos e quantitativos, que, na perspetiva de autores como Ghiara (2019), poderá constituir-se como um paradigma de investigação em si mesmo, com características e especificidades próprias.

A mobilização de um dispositivo metodológico mais abrangente, sem se limitar à tradicional distinção entre métodos qualitativos e quantitativos, tem vindo a dar forma a investigações diversas (Bryman, 2006). Aliás, perspetivar os fenómenos em estudo através de diferentes estratégias, recorrendo a métodos heterogéneos para a recolha e análise de dados, poderá contribuir para uma melhor e mais abrangente resposta às questões de investigação que fundamentam os estudos (Cohen, Manion & Morrison, 2018).

Assim, este trabalho desenvolveu-se com base numa abordagem de *complementaridade* entre abordagens qualitativas e quantitativas, procurando-se “a elaboração, aperfeiçoamento, ilustração, [e] clarificação dos resultados de um método com os resultados de outro”⁸, tendo em conta a tipologia proposta por Greene e colegas, em 1989 (e reforçada posteriormente por Bryman, 2006).

Na Figura 2 é apresentada a estrutura metodológica deste trabalho. Foram desenvolvidos três estudos, cujo racional metodológico aqui se descreverá genericamente. Nos capítulos relativos a cada um dos estudos serão apresentados de forma mais detalhada os respetivos enquadramentos metodológicos.

⁸ “Complementarity: seeks elaboration, enhancement, illustration, clarification of the results from one method with the results from another” (Greene *et al.*, 1989: 259).

Estudo 1	Estudo 2	Estudo 3
Iniciativas de participação social, cívica e/ou política protagonizadas por pessoas mais velhas em Portugal	Estudo aprofundado de uma associação de pessoas reformadas	Expressão a nível europeu da participação de pessoas adultas mais velhas (voluntariado, atividades formativas, associações e organizações políticas)
Qualitativo	Qualitativo	Quantitativo
Entrevistas semidiretivas (Amado, 2017)	Etnografia online (Baker, 2013)	Análise de dados do Projeto SHARE (Survey of Health, Ageing and Retirement in Europe)
Análise temática (Braun & Clarke, 2006)	Análise de conteúdo categorial (Vala, 2007)	Análise estatística descritiva

Fig. 2 – Estrutura metodológica

Estudo 1. Iniciativas de participação social, cívica e/ou política protagonizadas por pessoas mais velhas em Portugal

Um dos grandes intuitos deste estudo passa por conferir visibilidade a vivências da velhice que contrariam preconceitos e estereótipos instalados relativamente às pessoas mais velhas em Portugal, procurando-se ao mesmo tempo identificar motivações e barreiras à participação com que se deparam as pessoas mais velhas em Portugal. Assim, foi planeado este primeiro estudo assumindo-se o pressuposto de que, em Portugal, as experiências de participação de pessoas mais velhas em contextos que podem ser considerados como de participação social, cívica ou política, seria mais expressiva do que ideias preconcebidas em relação a este grupo etário permitiriam, à partida, perceber.

Neste sentido, três grandes objetivos foram estabelecidos para a primeira fase deste trabalho: identificar iniciativas de participação social, cívica e/ou política protagonizadas por pessoas mais velhas em Portugal; compreender as principais motivações e reivindicações que potenciam esta participação; e identificar e elencar aprendizagens e competências que decorrem da participação nestas iniciativas.

Considerando a escassez de estudos em Portugal com foco nas experiências de participação na velhice, sobretudo a partir da perspetiva das próprias pessoas mais velhas, a realização de entrevistas semiestruturadas foi considerada a abordagem mais adequada para esta primeira fase do trabalho, permitindo uma exploração intencional dos sentidos e significados dados pelos/as participantes às suas experiências de participação (Amado, 2017). Foram realizadas 16 entrevistas, nas quais participaram 18 pessoas. Todos os participantes neste estudo cumpriam cumulativamente estes critérios de inclusão: serem

peessoas reformadas; com mais de 60 anos; ativamente envolvidas em iniciativas que as próprias reconheciam como sendo de participação social, cívica ou política.

Os contactos desenvolvidos para identificar pessoas que cumprissem estes critérios revelou, desde o início, que são muitas e com características muito diversas as pessoas que correspondem a este perfil, o que desde logo se configurou como uma mais-valia, mas ao mesmo tempo como um desafio para a seleção dos/as participantes. Nesta seleção procurou-se alguma diversidade, tanto ao nível das organizações em que as pessoas estavam envolvidas, como do ponto de vista das idades e dos seus locais de residência.

O contacto com as pessoas a entrevistar foi estabelecido diretamente pela investigadora, tanto por via de *e-mail* para a organização, após sinalização desse contacto, ou através de pessoas que fizeram a ponte entre a investigadora e as organizações ou seu representante.

Neste processo inicial de abordagem ao terreno, foram mobilizadas várias estratégias. Uma das estratégias adotadas foi o estabelecimento de contacto com pessoas que trabalham em Câmaras Municipais/ Juntas de Freguesia ou noutras instituições de carácter mais “formal”. Esta estratégia revelou-se menos eficiente nesta identificação de pessoas que correspondessem aos critérios de inclusão neste estudo.

Percebeu-se que a aposta em contactos pré-existent da investigadora (devido a projetos anteriores e ao conhecimento de instituições concretas) e o contacto direto com entidades que agregam instituições onde seria expectável uma expressiva participação de pessoas mais velhas, seria mais eficiente. Neste sentido, foram realizados contactos com entidades “chapéu”, que ajudaram na identificação de um leque muito diversificado de outras instituições/ contextos onde poderíamos encontrar pessoas que corresponderiam ao perfil procurado (ex: RUTIS - Associação Rede de Universidades da Terceira Idade; ANIMAR - Animar - Associação Portuguesa para o Desenvolvimento Local; CPV - Confederação Portuguesa do Voluntariado; MURPI – Confederação Nacional de Reformados, Pensionistas e Idosos; FCDP - Federação das Coletividades do Distrito do Porto). Para este estudo foi constituída uma amostra não probabilística, constituída através do método “bola de neve” (Morgan, 2008).

Após o estabelecimento de contacto direto com as pessoas ou com as entidades de que faziam parte, foram realizadas as entrevistas que, em alguns casos, foram antecedidas por reuniões nas organizações para explicação dos objetivos do projeto e para posterior identificação pela organização da pessoa indicada para participar. As entrevistas foram agendadas para datas que convinham aos e às participantes, em locais por eles/as selecionados, tendo decorrido em diferentes locais do país.

No início de todas as entrevistas foram explicados os objetivos do estudo e foi assinada pelos/as entrevistados/as e pela investigadora uma declaração de consentimento informado (Anexo I) para participar neste estudo, na qual eram salvaguardados a confidencialidade dos dados recolhidos, o anonimato dos participantes e o seu direito a desistir do estudo a qualquer momento. Todas as entrevistas foram registadas em áudio, com a devida autorização dos e das participantes. As entrevistas tiveram como tópicos orientadores:

- Caracterização sociodemográfica (idade/ habilitação académica/ profissão ou ocupação);
- Caracterização das entidades em que as pessoas estavam envolvidas (tipo de entidade/ trabalho desenvolvido/ membros/ ...);
- Envolvimento da pessoa nesta entidade/ projeto/ iniciativa (Atividades/ tarefas desenvolvidas/ motivações para este envolvimento);
- Envolvimento da pessoa em atividades similares ao longo da vida;
- Representações relativamente à participação social, cívica e política na velhice (própria/ de outras pessoas que se encontram nesta etapa do ciclo vital/ relevância desta participação/ barreiras à participação na velhice/ fatores que potenciam esta participação/ estereótipos em relação às pessoas mais velhas/...);
- Potencial de aprendizagem/ desenvolvimento de competências na velhice a partir de experiências de participação social, cívica e política.

Este estudo foi aprovado pela Comissão de Ética conjunta do Centro Hospitalar do Porto e do ICBAS, Universidade do Porto (Anexo II – Parecer da Comissão de Ética).

O número de pessoas entrevistadas dependeu essencialmente dos dados recolhidos, tendo sido utilizado o critério de saturação da informação resultante das entrevistas para determinar o fim da sua realização (Guest, Bunce & Johnson 2006).

Foi realizada uma análise temática das entrevistas, tendo em conta a proposta metodológica de Braun e Clarke (2006). As autoras explicam que “a análise temática permite identificar, analisar e descrever padrões (temas) existentes nos dados” (p. 78). Pelo seu carácter flexível, este tipo de análise permite dar significado ao contexto em que os dados são recolhidos ao longo do processo analítico, ajudando por isso a compreendê-los (Braun & Clarke, 2006). Para reforçar o rigor do estudo desenvolvido, foi seguida a proposta metodológica de Lietz e Zayas (2010), tendo sido a análise dos dados discutida com a equipa de orientação deste trabalho (“observer triangulation”), que participou ativamente no processo de tomada de decisão sobre a análise (“peer debriefing”). Ao longo do

processo de análise, foi realizada um registo dos procedimentos de análise de dados ("audit trail") e manteve-se uma permanente reflexão e discussão sobre os riscos de opiniões pessoais estarem a interferir com a investigação e com a análise dos dados ("reflexivity") (Lietz & Zayas, 2010).

. Reformulação da estratégia de recolha de dados como decorrência da pandemia

Na segunda etapa do projeto estava prevista a realização de estudos etnográficos em duas das entidades das quais foram entrevistados protagonistas no estudo 1. Das entidades a estudar deveriam fazer parte um número significativo de membros que cumprissem os critérios de inclusão deste estudo, atrás referidos. Para além disso, pretendia-se aprofundar o conhecimento de cada uma dessas entidades, nomeadamente em relação ao tipo de atividades a que se dedicavam, às suas formas de organização, características de seus participantes e papéis que assumiam nesses contextos. Por esse motivo, foram selecionadas duas instituições com características muito diversas – uma entidade que organiza voluntariado, mais concretamente voluntariado hospitalar, e uma associação política com significativa representação de pessoas mais velhas, de dimensão nacional.

Contudo, tal como aconteceu com muitos dos projetos de investigação em desenvolvimento em 2020, também neste a pandemia teve um impacto muito significativo. O processo de recolha de novos dados teve que ser suspenso, já que deixou de ser possível o acesso aos contextos onde estava a ser iniciada a segunda etapa do projeto, e, por conseguinte, o acesso às próprias pessoas, considerando as condicionantes de interação interpessoal impostas na altura.

Esta situação obrigou a uma reformulação e ajuste das estratégias de recolha de dados, sem, contudo, se perder de vista os objetivos e foco temático deste trabalho – contribuir para aumentar o conhecimento de experiências de participação de pessoas mais velhas em Portugal.

Assim sendo, no sentido de dar continuidade ao trabalho de investigação, mantendo a essência das questões de investigação, e na decorrência do estudo já realizado com líderes associativos, o projeto envolveu dois estudos adicionais – um estudo de caso realizado através de uma etnografia online e uma análise secundária de bases de dados europeias – Projeto SHARE (Survey of Health, Ageing and Retirement in Europe).

Estudo 2. Estudo de caso de uma associação de pessoas reformadas

Foi desenvolvido um estudo de caso numa das organizações onde estava prevista a realização de uma etnografia, a APRe! – Associação de Pensionistas e Reformados, mas no contexto das suas redes sociais, cujas publicações foram acompanhadas ao longo da pandemia, através de uma etnografia online. As etnografias online têm vindo a ganhar cada vez mais espaço enquanto opção metodológica para vários investigadores, que têm discutido as vantagens e os limites desta abordagem (Baker, 2013; Edwards, Housley, Williams, Sloan & Williams, 2013; Webster & da Silva, 2013). Algumas questões éticas, como a distinção entre os domínios público e privado, têm vindo a ser problematizadas (Baker, 2013). Neste estudo, a análise da página pública de Facebook da associação, na qual veiculam os posicionamentos institucionais e não posicionamentos pessoais dos seus membros, contribuirá para atenuar esta potencial dicotomia entre espaço público e privado, frequentemente associada às questões da privacidade de quem participa. Por outro lado, surgiu a questão do pedido ou não de consentimento para a recolha de dados. Alguns autores consideram que perante dados inquestionavelmente públicos, como foi o caso neste estudo, a questão do consentimento não se colocaria (Eysenbach & Till, 2001). Apesar disso, foi dirigido um pedido de consentimento à Direção da associação para a realização desta etnografia online (via e-mail). A Direção da APRe! solicitou que a associação fosse explicitamente identificada no estudo e publicações subsequentes, defendendo que a identificação da associação será uma forma de visibilizar o seu trabalho político e, conseqüentemente, as causas pelas quais se têm vindo a posicionar publicamente.

Como foi evidenciado na literatura, a idade tem relação com os riscos associados à doença Covid-19, facto que desencadeou, logo nos primeiros meses da pandemia, uma discussão em relação aos mais velhos e aos seus direitos, que é essencial problematizar no contexto de uma investigação sobre participação e cidadania. Entre janeiro de 2020 e junho de 2021 foram acompanhadas e analisadas as publicações da APRe! na sua página pública de Facebook, procurando-se perceber o impacto da pandemia e do confinamento na participação social, cívica e política das pessoas mais velhas, nomeadamente em relação à necessidade de adaptação a novas e imprevistas circunstâncias trazidas pela pandemia. Para além disso, procuraram-se identificar as grandes questões debatidas pela APRe! ao longo do período em que foi desenvolvida esta observação etnográfica da página de Facebook da APRe!. Foram registadas num documento Excel todas as publicações realizadas pela associação neste período e foi realizada uma análise de conteúdo categorial do material recolhido (Vala, 2007).

Devido à grande disseminação do Facebook nos mais diversos contextos e também à forma como esta rede social se organiza, têm vindo a crescer os estudos em que o Facebook é utilizado como contexto preferencial de recolha de dados etnográficos. Em estudos desenvolvidos com jovens (e.g. Baker, 2013; Airoidi, 2018) é evidenciado o potencial do Facebook enquanto ‘contexto’ de recolha de dados. Numa etnografia online sobre ativistas pela cultura livre em Barcelona, Postill e Pink (2012), problematizaram o trabalho de pesquisa etnográfica nas redes sociais, sugerindo “um novo desenho da investigação para etnografias nas redes sociais/ internet, mais distante da comunidade e mais próximo da sociabilidade e do movimento” (p. 132).

Para este estudo importam-nos também os resultados da meta-análise desenvolvida por Boulianne (2015) sobre a relação entre o uso das redes sociais e a participação cívica e política. Neste estudo é evidenciada a existência de uma relação positiva entre o uso das redes sociais e a participação cívica e política (Boulianne, 2015).

No âmbito desta etnografia online, e tal como é sugerido por outros autores (Tunçalp & Lê, 2014), foram estabelecidos contactos diretos com diferentes membros da Direção da APRe!, o que permitiu acompanhar de forma muito próxima o trabalho internacional da Associação, uma vez que este decorreu maioritariamente em formato online. Assim sendo, durante o ano de 2021 foi possível um acompanhamento regular do trabalho internacional da APRe!, o que permitiu analisar algumas das dinâmicas que têm vindo a acontecer internacionalmente e nas quais esta associação portuguesa está ativamente envolvida.

Estudo 3. Expressão a nível europeu da participação de pessoas adultas mais velhas em atividades (voluntariado, atividades formativas, associações e organizações políticas)

Foi realizada uma análise secundária de dados a partir do projeto SHARE⁹ – Survey of Health, Ageing and Retirement in Europe [Questionário sobre Saúde, Envelhecimento e Reforma na Europa]. O SHARE é um estudo longitudinal que envolve pessoas com 50 anos ou mais, de 27 países europeus e Israel. No âmbito do projeto SHARE têm vindo a ser recolhidos dados desde 2004, em Vagas que acontecem de 2 em 2 anos. Neste estudo foram utilizados dados da Vaga 7, que contém dados recolhidos em 2017. Esta é a última Vaga de que existem dados completos, nomeadamente de Portugal, anteriores à pandemia Covid-19, que teve início em 2020 e que impactou com a recolha de dados da Vaga 8, iniciada em 2019.

⁹ Projeto SHARE: <http://www.share-project.pt/index.php>

Foi realizado um estudo sobre a participação social, cívica e política de pessoas adultas mais velhas reformadas, em 26 países europeus e em Israel, tendo sido consideradas nesta amostra pessoas com 60 ou mais anos, reformadas, e que responderam às questões relacionadas com quatro das atividades analisadas no projeto SHARE: o voluntariado ou atividade caritativa, a frequência de cursos ou de formações, a participação em associações desportivas, sociais ou outras e a participação em organizações políticas ou comunitárias.

Pretendeu-se, através deste estudo, perceber a expressão da participação de pessoas adultas mais velhas nestas atividades em diferentes países europeus, permitindo a identificação de algumas regularidades no que respeita à participação nos diferentes países. Foi realizada uma análise descritiva dos resultados para perceber a proporção de pessoas que participam em cada uma das atividades em estudo, em 27 países, por cada uma destas atividades (voluntariado, formação, associações locais, organizações políticas). Foi analisada a participação por grupos de idades e por género para cada um dos países.

A pandemia Covid-19 tornou ainda mais visível a complexidade de fenómenos como o envelhecimento e a participação, que se relacionam neste estudo. Deste modo, consideramos a diversidade metodológica uma mais-valia para o desenvolvimento deste trabalho, já que uma pesquisa desenvolvida a partir de diferentes perspetivas contribui certamente para uma mais ampla e pluriperspectivada compreensão da realidade. Como advoga Edgar Morin (2017), para a análise de fenómenos complexos é importante desenvolver um pensamento complexo, procurando-se, tanto quanto possível, contrariar o eminente risco da simplificação de uma realidade e fenómeno que é em si complexo e que chama a si muitos acontecimentos, circunstâncias e características e que, em cada situação, justificaria uma análise exaustiva (Morin, 2017). Na parte seguinte, estes estudos serão apresentados caso a caso, fazendo-se depois uma discussão articulada que visa, exatamente, contribuir para a sistematização de um ponto de vista complexo sobre a participação social, cívica e política de pessoas adultas mais velhas.

Referências

- Aburto, José, Schöley, Jonas, Kashnitsky, Ilya, Zhang, Luyin, Rahal, Charles, Missov, Trifon, Mills, Melinda, Dowd, Jennifer, Kashyap, Ridhi (2022). Quantifying impacts of the COVID-19 pandemic through life expectancy losses: a population-level study of 29 countries. *International Journal of Epidemiology*, 51(1), 63–74. DOI: 10.1093/ije/dyab207
- Adler, Geri, Schwartz, Jennifer, & Kuskowski, Michael (2007). An exploratory study of older adults' participation in civic action, *Clinical Gerontologist*, 31(2), 65–75. https://doi.org/10.1300/J018v31n02_05
- Airoidi, M. (2018). Ethnography and the digital fields of social media. *International Journal of Social Research Methodology*, 21:6, 661-673. doi:10.1080/13645579.2018.1465622
- Amado, J. C. (2017). *Manual de investigação qualitativa em educação*. Imprensa da Universidade de Coimbra.
- Anderson, Donnah, Graham, Anne, & Thomas, Nigel (2019). Assessing student participation at school: Developing a multidimensional scale. *International Journal of Student Voice*, 5(1).
- Anderson, V. (2016). *Introduction to mixed methods approaches*. In L. A. Jason & D. S. Glenwick (Eds.), *Handbook of Methodological approaches to community-based research. Qualitative, quantitative, and mixed methods* (233-241). New York: Oxford University Press
- Baars, Jan (1991). The challenge of critical gerontology: The problem of social constitution, *Journal of Aging Studies*, (5)3, 219-243. [https://doi.org/10.1016/0890-4065\(91\)90008-G](https://doi.org/10.1016/0890-4065(91)90008-G)
- Baker, S. (2013). Conceptualising the use of Facebook in ethnographic research: as tool, as data and as context. *Ethnography and Education*, 8, 131-145. doi:10.1080/17457823.2013.792504
- Boulianne, S. (2015). Social media use and participation: a meta-analysis of current research. *Information, Communication & Society*, 18, 524-538. doi:dx.doi.org/10.1080/1369118X.2015.1008542
- Braun, V., & Clarke, V. (2006). Using thematic analysis in psychology. *Qualitative Research in Psychology*, 3, 77/101

- Bryman, A. (2006). Integrating quantitative and qualitative research: how is it done?, *Qualitative Research*, 6 (1), 97-113
- Butler, Robert (1969) "Age-ism: Another Form of Bigotry", *The Gerontologist*, 9(4), 243–246.
- Cabral, Manuel Villaverde (2014). *Dimensões da Cidadania. A mobilização política em Portugal numa perspectiva comparada*. Porto: Edições Afrontamento.
- Cabral, Manuel Villaverde, Silva, Pedro Alcântara, Almeida, Mariana Ferreira, & Cabaço, Susana (2011). Seniores de Lisboa: Capital Social e Qualidade de Vida. Retrieved from Lisboa: https://observatorio-lisboa.eapn.pt/ficheiro/Seniores_Lisboa_SHARE-2011.pdf
- Cohen, L., Manion, L. & Morrison, K. (2018). *Research methods in education* (8th ed.). Abingdon, Oxon: Routledge
- Cook, Suzanne (2011). An exploration of learning through volunteering during retirement. *The International Journal of Volunteer Administration*, 1(XXVIII), 9–19.
- Edwards, A., Housley, W., Williams, M., Sloan, L., & Williams, M. (2013). Digital social research, social media and the sociological imagination: surrogacy, augmentation and re-orientation. *International Journal of Social Research Methodology*, 16(3), 245-260. doi:10.1080/13645579.2013.774185
- Ekman, Joakim, & Amnå, Erik (2012). Political participation and civic engagement: Towards a new typology. *Human Affairs*, 22, 283–300. <https://doi.org/10.2478/s13374-012-0024-1>
- Eysenbach, Gunther; Till, James E. (2001), Ethical Issues in Qualitative Research on Internet Communities, *BMJ*, 323, 1103-1105. <https://doi.org/10.1136/bmj.323.7321.1103>
- Fernandes-Jesus, M. (2013). *Diversity in civic and political participation: participation experiences among young people, immigrants and women* [Tese de Doutoramento – Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade do Porto]. <https://hdl.handle.net/10216/70032>
- Freedman, Marc (2002). Civic Windfall? Realizing the Promise in an Aging America. *Generations: Journal of the American Society on Aging*, 26(2), 86–89. <https://www.jstor.org/stable/26555149>
- Ghiara, V. (2019). Disambiguating the role of paradigms in mixed methods research. *Journal of Mixed Methods Research*, 14 (1), 11-25

- Goerres, A. (Ed.) (2009). *The political participation of older people in Europe - The Greying of our Democracies*. Great Britain: Palgrave Macmillan.
- Greene, J.C., Caracelli, V.J. and Graham, W.F. (1989). Toward a Conceptual Framework for Mixed-method Evaluation Designs, *Educational Evaluation and Policy Analysis*, 11(3): 255– 274
- Guest, G., Bunce, A., & Johnson, L. (2006). How Many Interviews Are Enough? An Experiment with Data Saturation and Variability, *Field Methods*, 18(1), 59–82. doi:10.1177/1525822X05279903
- Islam, Nazrul, Jdanov, Dmitri, Shkolnikov, Vladimir, Khunti, Kamlesh, Kawachi, Ichiro, White, Martin, Lewington, Sarah, Lacey, Ben (2021). Effects of covid-19 pandemic on life expectancy and premature mortality in 2020: time series analysis in 37 countries. *BMJ*, 375:e066768. DOI: 10.1136/bmj-2021-066768
- Kahana Eva, Bhatta, Tirth, Lovegreen Loren, Kahana, Boaz, Midlarsky Elizabeth (2013). Altruism, helping, and volunteering: pathways to well-being in late life. *J Aging Health*. 25(1):159-87. DOI: 10.1177/0898264312469665
- Katz, Stephen (2015). Five eye-openers in my life of critical Gerontology, *International Journal of Ageing and Later Life*, 10(1), 21-34. <https://doi.org/10.3384/ijal.1652-8670.15276>
- Katz, Stephen (2014). What Is Age Studies?, *Age, Culture, Humanities: An Interdisciplinary Journal*, 1, 17-23.
- Levasseur, Mélanie, Richard, Lucie, Gauvin, Lise, & Raymond, Emilie (2010). Inventory and analysis of definitions of social participation found in the aging literature: Proposed taxonomy of social activities. *Social Science & Medicine*, 71, 2141–2149. <https://doi.org/10.1016/j.socscimed.2010.09.041>
- Lietz, C. A., & Zayas, L. E. (2010). Evaluating qualitative research for social work practitioners. *Advances in Social Work*, 11(2), 188-202. doi: doi.org/10.18060/589
- Martinson, Marty, & Minkler, Meredith (2006). Civic Engagement and Older Adults: A Critical Perspective, *The Gerontologist*, 46(3), 318–324.
- Menezes, Isabel, Fernandes-Jesus, Maria, Ribeiro, Norberto, & Malafaia, Carla (2012). Agência e participação cívica e política de jovens. In Isabel Menezes, Norberto Ribeiro, Maria Fernandes-Jesus, Carla Malafaia & Pedro Ferreira (Eds.), *Agência e participação cívica e política: jovens e imigrantes na construção da democracia* (pp. 9 - 26). Porto: Livpsic.
- Minois, Georges (1987). *História da velhice no Ocidente*. Lisboa: Editorial Teorema, Lda.

- Morgan, D. (2008). *Snowball sampling*. In L. M. Given (Ed.). *The SAGE encyclopedia of qualitative research methods* (Vol. 1 & 2, pp. 815-816). Los Angeles: SAGE
- Morin, E. (2017). *Introdução ao pensamento complexo* (6ª ed.). Lisboa: Edições Piaget
- Norris, Pippa (2002). *Democratic phoenix: Reinventing political activism*. Cambridge University Press.
- Nunes, João Arriscado, Ferreira, Patrícia & Queirós, Filipa (2014). Taking part: Engaging knowledge on health in clinical encounters. *Social Science & Medicine*, 123, 194 - 201. doi:<http://dx.doi.org/10.1016/j.socscimed.2014.07.017>
- Paúl, Constança (2012). Tendências atuais e desenvolvimentos futuros da Gerontologia. In Constança Paúl e Oscar Ribeiro (Coord.), *Manual de Gerontologia – Aspetos biocomportamentais, psicológicos e sociais do envelhecimento* (pp. 1 – 17). Lidel – Edições técnicas, Lda.
- Paúl, Constança & Fonseca, António (2005). *Envelhecer em Portugal. Psicologia, Saúde e Prestação de Cuidados*. Lisboa: Climepsi Editores
- Pordata (2022). Pordata – Base de Dados de Portugal Contemporâneo. www.pordata.pt
- Postill, J., & Pink, S. (2012). Social media Ethnography: The digital researcher in a messy web. *Media International Australia*, 1, 123-134. doi:[10.1177/1329878X1214500114](http://dx.doi.org/10.1177/1329878X1214500114)
- Principi, Andrea, Schippers, Joop, Naegele, Gerd, Di Rosa, Mirko, & Lamura, Giovanni (2016). Understanding the link between older volunteers' resources and motivation to volunteer. *Educational Gerontology*, 42(2), 144–158. <https://doi.org/10.1080/03601277.2015.1083391>
- Putnam, R. D. (1995). Bowling alone: America's declining social capital. *Journal of Democracy*, 6(1), 65–78. <https://doi.org/10.1353/jod.1995.0002>
- Putnam, R. (2001). *Bowling alone: The collapse and revival of american community*. New York: Simon and Schuster.
- Ribeiro, Norberto, Neves, Tiago & Menezes, Isabel (2016). Participação cívica e política de jovens imigrantes e portugueses, *Análise Social*, 221, li (4.º), 822- 849.
- Ribeiro, Norberto, Malafaia, Carla, Neves, Tiago, Ferreira, Pedro & Menezes, Isabel (2015). Constraints and opportunities for civic and political participation: perceptions of young people from immigrant and non-immigrant background in Portugal, *Journal of Youth Studies*, 18(6), 685-705. DOI: 10.1080/13676261.2014.992307

- Santos, Boaventura de Sousa (org.) (2002). *Democratizar a Democracia: Os Caminhos da Democracia Participativa*. Rio de Janeiro: Record.
- Segal, Lynne (2017). *Radical happiness – Moments of collective joy*. London: Verso.
- Serrat, Rodrigo, Petriwskyj, Andrea, Villar, Feliciano, & Warburton, Jeni (2017). Barriers to the retention of older participants in political organisations: Evidence from Spain. *Ageing & Society*, 37, 581–606. <https://doi.org/10.1017/S0144686X15001361>
- Serrat, Rodrigo, Scharf, Thomas, Villar, Feliciano, & Gomez, Camila (2020). Fifty-five years of research into older people's civic participation: Recent trends, future directions. *The Gerontologist*, 60(1), e38–e51. <https://doi.org/10.1093/geront/gnz021>
- Siegel, Jacob (1981). Demographic Background for International Gerontological Studies, *Journal of Gerontology*, 36(1), 93-102. <https://doi.org/10.1093/geronj/36.1.93>
- Tunçalp, D., & Lê, P. L. (2014). (Re)Locating boundaries: a systematic review of online ethnography. *Journal of Organizational Ethnography*, 3(1), 59-79. doi:10.1108/JOE-11-2012-0048
- United Nations Department of Economic and Social Affairs, Population Division (2022). *World Population Prospects 2022: Summary of Results*. UN DESA/POP/2022/TR/NO. 3. https://www.un.org/development/desa/pd/sites/www.un.org.development.desa.pd/files/wpp2022_summary_of_results.pdf
- Vala, Jorge (2007), *A análise de conteúdo*, in Augusto Santos Silva; José Madureira Pinto (orgs.), *Metodologia das Ciências Sociais*. Porto: Edições Afrontamento, 101-128 [14.^a ed.; ed. orig. 1986]
- Van Deth, Jan (2015). Political participation. In Gianpietro Mazzoleni (Ed), *The International Encyclopedia of Political Communication*. JohnWiley & Sons, Inc., DOI: 10.1002/9781118541555.wbiepc171.
- Webster, J. P., & da Silva, S. M. (2013). Doing educational ethnography in an online world: methodological challenges, choices and innovations. *Ethnography and Education*. 8(2), 123 - 130. doi:10.1080/17457823.2013.792508
- Zask, Joelle (2011). *Participer: Essai sur les formes démocratiques de la participation*. Lormont: Le Bord de l'eau.

PARTE II – TRABALHO EMPÍRICO

*“Como quem, vindo de países distantes fora de
si, chega finalmente aonde sempre esteve
e encontra tudo no seu lugar,
o passado no passado, o presente no presente,
assim chega o viajante à tardia idade
em que se confundem ele e o caminho.*

*Entra então pela primeira vez na sua casa
e deita-se pela primeira vez na sua cama.
Para trás ficaram portos, ilhas, lembranças,
cidades, estações do ano.*

*E come agora por fim um pão primeiro
sem o sabor de palavras estrangeiras na boca.”*

Manuel António Pina, Regresso

Capítulo 1: Preditores de participação social, cívica e política de pessoas adultas mais velhas em Portugal

Resumo

A participação de pessoas adultas mais velhas faz parte dos discursos políticos, académicos, de entidades promotoras de projetos, nacional e internacionalmente. Importa, por isso, refletir sobre os sentidos e significados atribuídos ao conceito de participação, e, concomitantemente, problematizar os fatores que a podem potenciar e inibir. Neste estudo foram realizadas 16 entrevistas a 18 pessoas com mais de 60 anos, reformadas e que estão ativamente envolvidas em iniciativas de cariz social, cívico e/ ou político, nas quais procuramos perceber as suas representações sobre fatores que poderão predizer a participação de pessoas adultas mais velhas em Portugal.

Características e circunstâncias pessoais, fatores relacionados com os contextos de vida das pessoas (ao nível local e das instituições existentes nas proximidades) e o contexto histórico e sociopolítico terão impacto na participação social, cívica e política de pessoas adultas mais velhas. Ou seja, os fatores que potenciam ou inibem a participação não se prendem exclusivamente com a agência dos indivíduos, estando em grande medida relacionados com fatores estruturais e locais. Experiências de participação cívica e ou política ao longo da vida poderão potenciar a participação na velhice, enquanto responsabilidades familiares (como o apoio a descendentes, ascendentes ou conjugues) parecem ser um forte inibidor. As autarquias podem ser fundamentais na promoção de oportunidades de participação de pessoas mais velhas e/ ou na facilitação dessa participação. Garantir o acesso a oportunidades de participação que as pessoas reconheçam como válidas, interessantes e desafiantes, tanto ao nível de políticas e estruturas locais, como ao nível das políticas públicas nacionais, contribuirá para se criarem condições estruturais para uma maior participação social, cívica e/ ou política.

31

Palavras-chave: Preditores de participação; Potenciadores da participação; Barreiras à participação; Participação Social, Cívica e Política; Envelhecimento

Introdução

O envelhecimento demográfico, inclusivamente em Portugal, tem vindo a desencadear múltiplos desafios, dando origem a debates, iniciativas e progressos científicos, tecnológicos, sociais e outros com vista à melhoria progressiva da qualidade de vida das pessoas, nomeadamente nas etapas mais avançadas do ciclo vital. Não obstante a

atenção crescente às questões que o aumento da longevidade comporta para as sociedades contemporâneas, existe ainda um longo caminho a percorrer para a melhoria generalizada da qualidade de vida das pessoas adultas mais velhas. Neste sentido, é prioritário olhar para a questão do envelhecimento a partir de diversas perspetivas, sem deixar de ter em consideração a diversidade das pessoas que constituem estes grupos etários, as suas condições objetivas de vida, condições de saúde, habilitações académicas, local onde residem, entre tantos outros fatores que interferem com as possibilidades de fazer escolhas nesta etapa do ciclo vital (Martinson & Minkler, 2006).

A ‘participação das pessoas mais velhas’ tem vindo a ser cada vez mais referida e advogada, tanto a nível nacional como internacional, em discursos e documentos políticos (e.g.: internacional - OMS, 2015; políticas de âmbito municipal - e.g.: CMM, 2019), na academia (e.g.: Freedman, 2002) e em programas de financiamento (e.g.: FCG, 2022).

Numa altura em que aumentam os movimentos internacionais de reivindicação dos direitos das pessoas mais velhas (e.g.: Age Platform Europe, 2022), a par de desafios globais com impactos especialmente gravosos para estas, como a Covid-19 (D’Cruz & Banerjee, 2020), os conflitos armados (Human Right Watch, 2022) ou as alterações climáticas (Carnes *et al.*, 2014), importará aprofundar um pouco mais o estudo da participação, mais concretamente no que se refere à sua participação social, cívica e política.

32

Assim sendo, neste estudo procuramos perceber as representações de pessoas residentes em Portugal, com mais de 60 anos, reformadas e que estão ativamente envolvidas em iniciativas de cariz social, cívico e/ ou político, em relação a fatores que podem potenciar ou constituir-se como barreiras à participação social, cívica ou política nesta etapa do ciclo vital.

A participação social, cívica e política enquanto fenómeno multideterminado

São múltiplas as interpretações possíveis do conceito de participação, pelo que, quando se fala em participação de pessoas adultas mais velhas, podemos estar perante uma grande diversidade de significados, dado que o próprio conceito de participação está ainda em definição. Na tipologia de participação social sénior proposta por Levasseur e colegas (2010), por exemplo, a participação está sempre associada a atividades que implicam interação com outras pessoas, seja para satisfazer necessidades da própria pessoa, para conviver ou ajudar outras pessoas, ou para contribuir para a sociedade, numa perspetiva mais ampla.

Os conceitos de participação social, cívica e política podem assumir múltiplos significados, materializando-se em ações muito diversas. Neste sentido, recorreremos neste trabalho à

tipologia proposta por Ekman e Amnå (2012), que propuseram pautas para uma leitura abrangente da participação política e do envolvimento cívico, que incluem formas latentes e manifestas de participação, formais (como votar) e informais (como ir a uma manifestação) e que podem ser individuais ou coletivas.

Uma vasta literatura evidencia que fatores diversos influenciam a participação social, cívica e política, com as variáveis sociodemográficas a surgirem como relevantes preditores de participação. O género continua a refletir-se significativamente na participação, verificando-se ainda diferenças na expressão da participação de mulheres e homens, sobretudo se considerarmos a participação política formal e pública (Ribeiro *et al.*, 2016; Galligan, 2015) e o desempenho de cargos políticos, onde os homens estão ainda mais representados (Espírito-Santo, 2015; Santos & Amâncio, 2012). Estudos anteriores indicam que em Portugal as mulheres tendem a envolver-se mais em formas de participação não convencional, ou seja, mais relacionadas com a esfera privada e com a vida das suas comunidades (Espírito-Santo & Baum, 2004). Por sua vez, grupos historicamente oprimidos e menos participativos nos fóruns políticos tradicionais têm vindo a emergir enquanto atores políticos relevantes, através de um movimento social forte e reivindicativo que tem espoletado debates e contribuído para mudanças significativas, inclusivamente legais, de que é exemplo o movimento social protagonizado por pessoas LGBT em Portugal (Carneiro & Menezes, 2007).

33

Sendo a idade um fator que tende a condicionar a participação, existem já diversos estudos que indicam que entre os mais jovens existirá uma tendência crescente para se envolverem em iniciativas de carácter cívico e político não institucionalizadas e hierarquizadas, caracterizadas por uma maior fluidez e expressividade, como assinar petições online, comprar ou boicotar determinados produtos ou partilhar conteúdos cívicos ou políticos na *internet*, nomeadamente através das redes sociais (Menezes *et al.*, 2012). Para além disso, noutros estudos realizados a partir de Portugal foram evidenciados contextos como as associações desportivas, culturais e recreativas, designadas como coletividades, e organizações de solidariedade social ou religiosas como relevantes contextos de participação de pessoas jovens (Menezes *et al.*, 2005) e adultas (Viegas, 2014).

A mobilização política de pessoas adultas mais velhas tem vindo a ser objeto de análise, existindo já alguns estudos sobre o impacto de grupos de pressão de pessoas mais velhas ao nível de mudanças políticas, frequentemente relacionadas com a questão das reformas (Vincent *et al.*, 2001). Ainda assim, experiências de participação mais convencionais, como votar ou pertencer a partidos políticos terão uma expressão significativa entre as formas mais comuns de participação política das pessoas adultas mais velhas (Goerres, 2009).

O capital cultural tem vindo a ser identificado na literatura como um indicador de grande relevância no que diz respeito à participação, nomeadamente cívica e política (Verba *et al.*, 1995). Intimamente relacionado com as oportunidades educativas, nomeadamente formais (Bourdieu, 1986) e com os contextos familiares, sobretudo no caso dos mais jovens (Schulz *et al.*, 2010), o capital cultural poderá potenciar a participação cívica e política, sobrepondo-se a fatores que tendem a ser barreiras à participação, como a pertença étnica ou o estatuto legal de migrante, como se percebe no estudo desenvolvido por Ribeiro e colegas (2016).

Para além de indicadores sociodemográficos, Ribeiro e colegas (2016) sistematizaram, a partir da tipologia proposta por Norris (2002) e de contributos de outros investigadores, três grupos de fatores que influenciam a participação. Fatores macrossociais – como o enquadramento histórico-político no qual as pessoas vivem –, fatores proximais – que se relacionam com os contextos de vida das pessoas –, e fatores psicológicos – que resultam de variáveis cognitivas e atitudinais –, interferem com a ação individual ou coletiva dos indivíduos. No mesmo sentido, Menezes e colegas (2012) sistematizaram a partir da literatura existente, três grandes conjuntos de fatores que se constituem como preditores da participação, nomeadamente fatores de natureza socio-bio-demográfica, fatores que se prendem com a estrutura de oportunidades políticas existentes nos contextos de vida das pessoas e fatores associados à história política e ao desenvolvimento económico do país/região em que vivem. Neste sentido, Ribeiro, Neves e Menezes (2016) reforçam, na senda de outros investigadores/as, que a participação cívica e política é um fenómeno multideterminado, sendo por isso relevante analisar e identificar fatores que a podem condicionar.

Preditores da participação social, cívica e política de pessoas adultas mais velhas

Estudos específicos sobre a participação de pessoas adultas mais velhas têm vindo a ser desenvolvidos nas últimas décadas, tendo sido identificados fatores diversos que condicionam a participação, nomeadamente em função do tipo de atividades cívicas em que as pessoas se envolvem (Serrat *et al.*, 2020).

A personalidade das pessoas e as suas condições objetivas de vida surgem na literatura como tendo um papel relevante para determinar a participação ou não participação de adultos/as mais velhos em contextos sociais, cívicos ou políticos. Elevados níveis de consciência social parecem potenciar o envolvimento de pessoas reformadas em atividades de voluntariado, sobretudo quando têm uma condição económica confortável (Mike *et al.*, 2014). Pessoas mais extrovertidas estarão mais predispostas para se envolverem em organizações de cariz mais comunitário, como coletividades, organizações

religiosas ou similares, que pressupõem maiores níveis de sociabilidade e de energia (Okun *et al.*, 2007). A generatividade, ou seja, a preocupação com as gerações futuras, será também um relevante potenciador da participação política de pessoas adultas mais velhas (Serrat *et al.*, 2017b).

As motivações das pessoas, fortemente relacionadas com características da sua personalidade e com os recursos de que dispõem, são também identificadas na literatura como relevantes preditores da participação. Motivações como o alargamento da rede de contactos ou a melhoria da autoestima podem mobilizar pessoas em maior risco de exclusão social para se envolverem, por exemplo, em atividades de voluntariado (Principi *et al.*, 2016). Isto é especialmente interessante considerando que existem evidências de que a participação em atividades de voluntariado, em clubes desportivos e sociais, atividades educativas e em organizações políticas e da comunidade, contribui para reduzir a solidão de pessoas adultas mais velhas, contribuindo para atenuar os efeitos negativos de situações de desvantagem socioeconómica (Niedzwiedz *et al.*, 2016). Também motivações de carácter social, relacionadas com a ideia de 'ajudar os outros', surgem na literatura como fortes potenciadoras de envolvimento de pessoas mais velhas reformadas em atividades de voluntariado (Wilson, 2000; Martins, 2012). Por sua vez, em estudos desenvolvidos com pessoas envolvidas em organizações de carácter político, percebe-se que se destacam motivações como a vontade de defender uma causa em que acreditam, o interesse em contribuir para mudanças na comunidade, e motivações de cariz ideológico (Serrat & Villar, 2016). Os estudos existentes evidenciam que as motivações para o envolvimento social, cívico ou político de pessoas adultas mais velhas variam significativamente conforme o tipo de organizações em causa, sendo por isso relevantes potenciadoras ou barreiras para esta participação.

O envolvimento em outras atividades, nomeadamente de lazer, surge na literatura como um fator que pode potenciar a participação (Dury *et al.*, 2016), bem como o facto das pessoas perspetivarem a sua participação enquanto oportunidade de aprendizagem e de desenvolvimento de competências (Serrat *et al.*, 2016). Por sua vez, o capital cultural, associado ao estatuto educacional das pessoas, surge como forte potenciador da participação de pessoas adultas mais velhas, tanto em atividades de voluntariado (McNamara & Gonzalez, 2011), como em iniciativas de cariz cívico e político (Burr *et al.*, 2002).

Fatores relacionados com os contextos em que as pessoas vivem têm também impacto na participação de pessoas adultas mais velhas, tanto a nível micro (dimensão organizacional da participação), meso (contexto envolvente e influência da comunidade, com destaque para o papel dos municípios) e macro (contexto sociopolítico – relacionado com o país/

região em que a pessoa vive) (Serrat *et al.*, 2020). As características das organizações existentes nas comunidades e a forma como comunicam com as pessoas da comunidade são relevantes para determinar o envolvimento ou não envolvimento das pessoas, bem como para o fortalecimento do seu compromisso e continuidade (Serrat & Vilar, 2016; Martins, 2012). Neste sentido, especificidades dos territórios terão também impacto nas possibilidades e opções de participação, existindo diferenças entre a predisposição para a participação e possivelmente para diferentes formas de participação, conforme estejamos perante um contexto rural ou um contexto urbano (Erol, 2017).

Ainda que o capital social surja na literatura como um fator que potencia a participação social de adultos/as mais velhos, por exemplo em estudos desenvolvidos no Chile (Ponce *et al.*, 2014), ou noutros contextos, como zonas rurais na China, o capital social será um indicador menos relevante, sendo o conhecimento interpessoal e a relação entre vizinhos um forte potenciador da participação, nomeadamente eleitoral (Xu *et al.*, 2010). Também no estudo desenvolvido por McNamara e Gonzalez (2011), o capital social por si só não surge como determinante para potenciar o envolvimento voluntário de pessoas adultas mais velhas, estando mais dependente da qualidade da sua rede de sociabilidade. Assim sendo, no que diz respeito às pessoas mais velhas, o capital social, como perspetivado por Putnam (1995), pode por si só não ser relevante para explicar a participação, mas pode ser determinante quando conjugado com outros fatores, como por exemplo características de personalidade das pessoas, como a extroversão (Okun *et al.*, 2007).

Apesar de existirem ainda relativamente poucos estudos sobre este tema, começa a surgir evidência de que existe um efeito geracional na participação social, cívica e política (Carene *et al.*, 2011). Num estudo desenvolvido com mulheres com mais de 50 anos em Inglaterra, Brown e Rohlinger (2016) analisaram o efeito geracional que o movimento social “Red Hatters” tem tido para as mulheres inglesas. Surgido em 1998, o movimento “Red Hatters” tem como intenção tornar as mulheres mais velhas mais visíveis na sociedade, reivindicando o direito à sua individualidade e à assunção de papéis para além dos estereotipados. As investigadoras concluíram que a pertença a uma determinada “geração política”, que é confrontada com determinado fenómeno ou, neste caso, com a ação de um determinado movimento social, tem impacto na perceção e ação política das pessoas dessa geração, evidenciando a importância do efeito de coorte a este nível (Brown & Rohlinger, 2016). Aliás, este efeito geracional percebe-se também nos diversos relatos de mulheres naturais da Ilha da Madeira, cujas trajetórias de vida foram impactadas de forma determinante por fenómenos sociais como o 25 de Abril de 1974, e pela massificação do acesso à educação na Ilha, que veio abrir de forma determinante o leque de possibilidades de perspetivas de vida para as mulheres (Pereira, 2022).

Salanova e Mata (2018) refletiram sobre o papel que as leis e as políticas públicas podem ter para potenciar ou inibir a participação de pessoas mais velhas nas suas comunidades. Evidenciaram que as políticas públicas, pelo seu carácter normativo e regulador, assente em mecanismos restritivos em termos de participação cidadã, tendem a deixar de fora pessoas que, por motivos diversos, não se enquadram nestas regras de participação, como é o caso de pessoas com menos (ou sem) autonomia funcional. Estas características de funcionamento das políticas públicas têm vindo a ser uma barreira à participação das pessoas mais velhas, contribuindo, ainda, para as invisibilizar e para reforçar imagens estereotipadas em relação a estas e às suas possibilidades de agência e de participação. Neste sentido, Grenier e Phillipson (2013) alertaram para a necessidade de se repensar a forma como se estudam as manifestações de agência de pessoas com idades muito avançadas para além da dicotomia “ausente/ presente”. Osorio-Parraguez e colegas (2019) desenvolveram um estudo com pessoas nonagenárias e centenárias chilenas, no qual identificaram manifestações de agência específicas de etapas mais avançadas do ciclo de vida. Concluíram que não existe necessariamente uma relação entre a perda de capacidades físicas e funcionais e a perda de agência dos indivíduos, mas sim características do contexto em que as pessoas vivem, das suas redes de sociabilidade e das posições estruturais que as pessoas mais velhas adquirem, que podem condicionar as suas manifestações de agência. O debate trazido por Ribeiro (2012) em relação ao construto de envelhecimento ativo, proposto pela OMS em 2002, vai também no sentido desta problematização dos riscos de perspetivas dicotómicas em relação ao envelhecimento, neste caso entre a ideia das pessoas serem ou estarem “ativas” ou “inativas”, potencialmente excludente para pessoas de faixas etárias muito avançadas e/ ou para pessoas com menor capacidade funcional.

Após uma revisão da literatura sobre barreiras à participação cívica de pessoas mais velhas, Serrat e colegas (2017a) propuseram organizar estas barreiras em três grandes grupos: barreiras relacionadas com os meios de que as pessoas dispõem para participar (ex.: saúde, competências cívicas, dinheiro ou tempo disponível), barreiras relacionadas com as motivações para participar (ex.: falta de interesse, desilusão ou receio de um envolvimento demasiado exigente) e barreiras relacionadas com as oportunidades do contexto (ex.: falta de informação sobre oportunidades de participação ou problemas organizacionais).

Por tudo isto, não será surpreendente que o idadismo, ou seja, os estereótipos (positivos ou negativos), preconceitos e/ou discriminação, contra (ou em benefício de) pessoas adultas mais velhas (Iversen et al., 2009), sejam evidenciados na literatura como uma forte barreira à participação dos/as mais velhos/as, sobretudo em relação à participação política

(Postle *et al.*, 2005; Serrat *et al.*, 2018). O idadismo tem vindo a ser documentado em diversos contextos como um fenómeno muito prevalente (Inglehart *et al.*, 2014; Ayalon, 2014), podendo acontecer de forma implícita ou explícita, a nível individual (micro), ao nível das redes de sociabilidade (meso) e ao nível institucional e cultural (macro). O idadismo pode ser auto-direcionado ('self-directed ageism'), ou seja, quando as pessoas condicionam as suas próprias opções tendo em conta estereótipos e preconceitos internalizados determinados pela sua própria idade, ou em relação às outras pessoas ('other-directed ageism') (Ayalon, 2014). Marques e colegas (2020) identificaram 14 determinantes do idadismo, num estudo de revisão que incluiu 199 artigos internacionais. Fatores comportamentais e psicológicos, como a ansiedade em relação ao envelhecimento e o medo da morte, surgem como robustos preditores de Idadismo interpessoal, com as condições de saúde a surgir como o único determinante robusto de idadismo auto-direcionado (Marques *et al.*, 2020).

A existência de políticas públicas, de âmbito local ou nacional, que potenciem a participação será determinante para a reforçar, nomeadamente se acompanhadas de estratégias efetivas para eliminar barreiras à participação, como a falta de informação ou as dificuldades de mobilidade com que muitas vezes as pessoas se confrontam, inclusivamente por falta de resposta de transportes públicos adequados. Por todo o mundo, diversas cidades acolheram a iniciativa das "Cidades Amigas das pessoas idosas", proposta em 2007 pela Organização Mundial de Saúde. Durandal e colegas (2018) fizeram um estudo comparativo da aplicação do protocolo internacional proposto, denominado como "International Age-Freindly Cities and Communities (AFCC)", em França e no Québec. Constataram que, a partir do mesmo programa, resultaram dois modelos distintos de implementação, assentes em duas formas de organização democrática distintas, no que respeita ao papel que as pessoas mais velhas desempenham na adaptação das suas comunidades aos desafios do envelhecimento. Em França os níveis nacionais e locais não estão articulados, e a implementação do programa depende essencialmente dos/as representantes locais, dos recursos que têm disponíveis e dos seus interesses. Por sua vez, no Quebec as pessoas adultas mais velhas têm uma participação forte no processo, que é articulado entre políticas nacionais e locais, havendo uma aposta numa cultura de desenvolvimento comunitário e de participação (Durandal *et al.*, 2018).

Abordagem metodológica

Neste estudo qualitativo (Lessard-Hébert *et al.*, 2012) procuramos perceber representações de pessoas adultas mais velhas, que têm ou tiveram funções de liderança

em organizações da sociedade civil, em relação a fatores que podem predizer a participação social, cívica e política de adultos mais velhos em Portugal.

Foram realizadas 16 entrevistas semidiretivas (Amado, 2017), com 18 participantes. A estratégia de identificação das pessoas a entrevistar baseou-se no método “bola de neve” (Morgan, 2008). Foram inicialmente identificados informantes privilegiados e posteriormente os participantes no estudo colaboraram na identificação de outras pessoas ou contextos/ instituições onde fosse possível contactar com pessoas que cumprissem os critérios de inclusão definidos para o estudo, ou seja, serem pessoas reformadas; com mais de 60 anos; ativamente envolvidas em iniciativas que as próprias reconheçam como sendo contextos de participação social, cívica e/ou política.

Nos primeiros contactos com as pessoas a entrevistar, por correio eletrónico ou por telefone, foram explicados os objetivos do estudo, garantida a confidencialidade dos dados, o anonimato dos/as participantes e o seu direito a desistir do estudo em qualquer momento, se assim o entendessem. No momento das entrevistas, realizadas presencialmente em locais da conveniência dos/as participantes e em horários e datas que propuseram, foi assinada pelos/as entrevistados/as e pela investigadora uma declaração de consentimento informado, contendo as informações e os termos acima identificados. Todas as entrevistas foram registadas em áudio, com a devida autorização dos/as participantes.

39

As entrevistas tiveram como tópicos orientadores a caracterização sociodemográfica dos/as participantes, a identificação das entidades em que estão envolvidas/os, o seu envolvimento no contexto ou organização em causa e as suas representações relativamente à participação social, cívica e política na velhice (própria e de outras pessoas). Todas as entrevistas, cuja duração variou entre os 20 minutos e 1 hora e 50 minutos, foram transcritas na íntegra.

A saturação da informação resultante das entrevistas foi o critério usado para determinar o fim da sua realização (Guest *et al.*, 2006), pelo que o número de pessoas entrevistadas resultou essencialmente dos dados recolhidos. Não obstante, importará realçar o grande número de pessoas que se disponibilizaram para participar no estudo, excedendo significativamente as nossas expectativas.

Este estudo foi aprovado pela Comissão de Ética conjunta do Centro Hospitalar do Porto e do ICBAS, Universidade do Porto.

Participantes

Neste estudo participaram 18 pessoas, 10 homens e 8 mulheres, com idades compreendidas entre os 64 e os 89 anos, que vivem em diferentes locais do país e com diferentes percursos académicos, profissionais e cívicos.

Importa referir que na sequência dos contactos para a identificação de pessoas a entrevistar, foram, na maior parte das situações, as próprias organizações que nos indicaram a pessoa a entrevistar, pelo que acabamos por ter uma amostra maioritariamente constituída por pessoas com qualificações mais elevadas do que aquela que é a representatividade da população portuguesa destas faixas etárias. Em vários casos foram indicadas pessoas que tinham na altura, ou já tinham tido anteriormente, funções de liderança nas organizações, o que teve também impacto na definição do grupo de pessoas entrevistadas.

Na Tabela 1 estão sistematizados os dados sociodemográficos dos/as participantes neste estudo, o tipo de organizações nas quais estão envolvidas/os e os seus papéis nestas.

Idade	Género	Qualificações académicas	Atividade profissional antes da reforma	Organização em que está envolvida/o	Responsabilidades na organização
64	F	Licenciatura	Criminologista	Organização ativista – direitos das pessoas mais velhas	Membro da Direção
67	M	Frequência universitária	Experiência profissional diversa	Organização ativista – combate ao racismo e discriminação	Membro da Direção
68	M	Mestrado	Funcionário público – numa autarquia	Federação de Coletividades – organizações locais de cultura e lazer	Membro da Direção (presidente)
68	M	Curso comercial	Bancário	Organização ativista – direitos das pessoas mais velhas	Membro da Direção (presidente)
70	F	Licenciatura	Educadora de Infância	Organização que promove voluntariado	Fundadora Membro da Direção (presidente)
70	F	Equivalente ao Ensino Secundário	Funcionária pública – numa escola	Universidade Sénior	Fundadora
70	F	Equivalente ao Ensino Secundário	Funcionária de um Partido e de um Sindicato	Organização ativista – preservação do património e memória política	Membro regular
70	M	Curso comercial	Fotojornalista	Coletividade – organização local de cultura e lazer	Membro da Direção
72	M	7º ano – equivalente ao Secundário	Ator / produtor cultural	Partido político	Membro eleito de uma assembleia de freguesia
74	M	Licenciatura	Médico	Organização ativista – direitos das pessoas mais velhas	Membro da Direção (presidente)
77	F	Licenciatura	Jurista	Organização que promove voluntariado	Membro da Direção (presidente)
78	M	3º ciclo	Secretário numa empresa	Federação de Coletividades – organizações locais de cultura e lazer	Responsável administrativo
78	M	Licenciatura	Padre	Organização local e comunitária	Fundador
79	F	Licenciatura	Funcionária pública – numa universidade	Organização ativista – direitos das mulheres	Membro regular

81	M	Frequência universitária	Gestor	Organização ativista – preservação do património e memória política	Ex-membro da Direção
83	F	Licenciatura	Sem atividade profissional	Organização que promove voluntariado	Membro da Direção
88	F	Curso comercial	Secretariado numa empresa	Universidade Sénior	Fundadora Membro da Direção (presidente)
89	M	Instrução primária	Experiência profissional diversa	Associação de moradores	Ex-membro da Direção

Tabela 1 - Dados sociodemográficos dos/as participantes, tipo de organizações em que estão envolvidas/os e papéis desempenhados.

Análise dos dados

Os dados foram analisados recorrendo à análise temática, tendo em conta a proposta metodológica de Braun e Clarke (2006). Através da análise temática é possível identificar, analisar e reportar padrões temáticos presentes nos dados. A análise temática dos dados, pela sua flexibilidade, permite dar significado ao contexto em que os dados são recolhidos, ajudando a compreendê-los contextualizadamente (Braun & Clarke, 2006).

Com vista à compreensão dos dados recolhidos nestas entrevistas, e a partir de uma abordagem indutiva, foram seguidos os seguintes passos para a sua análise: ‘familiarização com os dados’, através a transcrição integral das entrevistas e a sua leitura, de que resultaram algumas notas relevantes para a análise dos dados; ‘geração de códigos iniciais’: organização dos dados em função de possíveis códigos relevantes para a análise; ‘identificação de temas’: organização dos códigos em possíveis temas; “revisão dos temas”: confirmação da pertinência dos temas, tendo em conta os códigos identificados e posteriormente, desenho de um “mapa temático” da análise; “definição e nomeação dos temas”: identificação da história que conta a análise, que contribui para clarificar e definir os nomes de cada um dos temas. Por fim, foi ‘produzido um relatório’, ou seja, os dados foram revisitados e discutidos à luz da literatura e das questões de investigação, dando origem ao presente trabalho (Braun & Clarke, 2006).

Resultados

Preditores da participação

De seguida apresentam-se os resultados desta análise temática, sintetizada na Figura 1. A partir das representações dos/as participantes neste estudo foram identificados preditores da participação social, cívica e política de pessoas mais velhas em Portugal, que se organizam em torno de três grandes grupos de fatores: Características e circunstâncias pessoais; Contexto envolvente; e Contexto histórico e sociopolítico. Para cada um destes

fatores foi possível identificar indicadores que potenciam a participação e outros que a limitam, ou seja, que se configuram como barreiras à participação.

Potenciadores	PREDITORES	Barreiras
• Competências e características pessoais • Envolvimento em diversas atividades • Experiência de participação ao longo da vida	CARACTERÍSTICAS E CIRCUNSTÂNCIAS PESSOAIS	• Saúde • Género • Dificuldades económicas/financeiras • Desgaste/desinteresse • Idadismo interiorizado
• Apoio familiar • Desafio diretamente dirigido/Convite • Oportunidades de participação com qualidade • Características das instituições da comunidade	CONTEXTO ENVOLVENTE	• Necessidades familiares • Ausência/ desadequação de contextos de participação • Falta de informação e de acessibilidade • Idadismo interpessoal
• Vivência do período da Ditadura • Oportunidades educativas ao longo da vida	CONTEXTO HISTÓRICO E SOCIOPOLÍTICO	• Fenómenos de pobreza estrutural na velhice • Ausência de políticas públicas promotoras de participação • Idadismo estrutural

Fig. 1 – Mapa temático - preditores da participação

Características e circunstâncias pessoais que potenciam a participação social, cívica e política das pessoas mais velhas

- *Competências e características pessoais*

Os dados analisados neste estudo permitem reforçar que características e competências pessoais podem efetivamente ser determinantes para potenciar a participação das pessoas mais velhas. O reconhecimento pelas próprias pessoas de determinadas competências ou características poderá contribuir para que se mobilizem para participar em iniciativas sociais, cívicas ou políticas. A curiosidade ou a vontade de aprender sempre mais, a predisposição para o envolvimento e relacionamento com outras pessoas em dinâmicas comunitárias, o interesse pelo que acontece à sua volta, bem como o autorreconhecimento de competências de liderança e de uma autoestima elevada são algumas das características evidenciadas pelos/as participantes neste estudo.

“(...) eu tenho uma coisa que eu próprio sinto que tenho: eu sou um bom líder. Eu consigo formar grupos de uma solidez fantástica. eu consigo liderar sempre com um sorriso nos lábios, eu consigo liderar com firmeza (...)” (homem, 68 anos, Organização ativista – direitos das pessoas mais velhas).

“(...) eu fui sempre uma pessoa, por características próprias, tenho sempre a autoestima em alta. E em todas, mesmo em circunstâncias, muito adversas, pelas quais eu já passei, mas tenho sempre a autoestima em alta. (...)” (homem, 70 anos, Coletividade – organização local de cultura e lazer)

“(...) eu sinto que tenho jeito para estabelecer redes... (...) tenho jeito para isso, para pôr as pessoas em contacto...” (mulher, 77 anos, Organização que promove voluntariado)

- *Envolvimento em diversas atividades*

O envolvimento em mais do que um contexto que as próprias pessoas reconhecem como sendo de participação social, cívica ou política atravessa boa parte das entrevistas. Muitas pessoas combinam a participação em mais do que uma associação ou coletividade local, ou têm este envolvimento a par de uma militância ativa em partidos políticos, em atividades de voluntariado ou de ativismo. Não obstante a diversidade de combinações de atividades, simultâneas ou sequenciais, percebe-se claramente uma predisposição para dinâmicas de cariz cívico e político, em sentido lato.

“Desde que me reformei estive em várias [atividades]. Estive como voluntária no hospital, passei por uma fase de criar um projeto de assistência paroquial, estive na Cruz Vermelha, estou na Universidade Sénior (...) sou militante do PSD (...)” (mulher, 70 anos, Universidade Sénior)

43

- *Experiência de participação ao longo da vida*

Neste sentido, percebemos que a participação intensa vem já desde etapas anteriores do ciclo vital dos participantes, que ao longo das entrevistas foram revelando que a participação e envolvimento cívico foram sempre fazendo parte do seu percurso de vida. Assim sendo, é muito evidente na análise dos dados que a experiência de participação ao longo de vida será um forte potenciador da participação em etapas mais avançadas do ciclo vital.

“Se as pessoas não têm esse bichinho que vem desde novas, (...) de voluntariado, de participação cívica, é muito mais difícil depois continuarem ou começarem numa idade já mais avançada. (...) e começar numa idade da reforma, as pessoas não têm paciência, não conseguem engrenar; quando já estão habituadas, quando vão para a reforma têm de fazer qualquer coisa.” (mulher, 77 anos, Organização que promove voluntariado)

“(...) acho que eu participo porque sempre participei. E eu acho que o que mais impede as pessoas de 70 ou 80 de participar é não terem participado antes. Eu acho que é isso...” (mulher, 79 anos, Organização ativista – direitos das mulheres)

“Portanto a minha vida praticamente, assim como me conheço, foi sempre neste campo associativo...” (homem, 89 anos, Associação de moradores)

“(...) eu fui sempre uma pessoa muito envolvida na comunidade, de uma forma gratuita, solidária, com dedicação... (...)” (homem, 68 anos, Organização ativista – direitos das pessoas mais velhas).

“Ao longo da vida fui estando sempre envolvida... E agora não iria ser diferente... aliás uma das coisas que talvez me pusesse um bocado doente era sair do ritmo que tinha, porque eu tinha um ritmo de trabalho bastante grande, tinha os meus filhos, (...) mas tinha a preocupação de ter as coisas orientadas em casa para que se fosse preciso avançar para qualquer lado, estar disponível... isso foi sempre.” (mulher, 70 anos, Universidade Sénior)

“(...) depois do 25 de abril inscrevi-me no partido e era uma componente importante da minha vida e da minha intervenção como cidadão, a intervenção política...” (homem., 74 anos, Organização ativista – direitos das pessoas mais velhas).

“(...) frequentei aquele local pouco recomendável, chamada Assembleia da República (risos)... (...) fui deputado pelo PS, durante 4 anos, na legislatura de 95 a 99, (...)” (homem, 81 anos, Organização ativista – preservação do património e memória política)

44

Características e circunstâncias pessoais que se constituem como barreiras à participação social, cívica e política das pessoas mais velhas

- *Saúde*

Quer as condições objetivas de saúde como a perceção de saúde, tanto física como mental, surgem neste trabalho como preditores da participação. Percebemos que pessoas com uma perceção de saúde melhor estarão mais predispostas para a participação social, cívica e política, existindo também uma representação comum de que uma saúde (ou perceção de saúde) mais frágil poderá ser uma forte barreira à participação.

“E a depressão na velhice é muito marcada. E daí mostra-nos muitos condicionalismos, quando mobilizamos os reformados, pensionistas e idosos...” (homem., 74 anos, Organização ativista – direitos das pessoas mais velhas).

“(...) as pessoas podem-se sentir incapazes de participar, ou porque estão cansadas, sentem que não estão em condições físicas ou psíquicas para intervirem, para falarem ...” (homem, 89 anos, Associação de moradores)

“e outras não têm mesmo resistência, ou não têm saúde... não têm resistência, vá. Algumas até são pessoas mais ou menos saudáveis, mas que são frágeis...” (mulher, 79 anos, Organização ativista – direitos das mulheres)

- **Género**

De diferentes formas, os participantes neste estudo foram evidenciando o género como um fator que tem impacto na participação das pessoas mais velhas. É evidenciada a diferença de género que marca as experiências de participação, sendo constatado pelos entrevistados que, nomeadamente nas organizações de que fazem parte, os homens estão mais envolvidos nos cargos dirigentes e as mulheres, apesar de tenderem a surgir em maior número nas organizações, estão menos representadas nos órgãos dirigentes.

“Há um regime de patriarcado, mesmo entre nós, na nossa organização. Combatemos isto, combatemos e procuramos que haja mais mulheres dirigentes no XXX, mais mulheres dirigentes nas associações. Porque não há nenhuma festa numa associação que não sejam as mulheres a organizar. Para fazer a comida é com elas, mas e para tomar decisões? Onde é que elas estão? Porque é que elas não têm um espaço na decisão? Porque onde elas estiverem, nas organizações... Quando elas participarem são muito mais sensatas, mais justas, naquilo que dizem...” (homem, 74anos, Organização ativista – direitos das pessoas mais velhas)

Fatores históricos relacionados com a inibição da participação cívica das mulheres, inclusivamente nas associações, é relemburada como uma explicação para um menor envolvimento de mulheres mais velhas ainda na atualidade:

“Estatutariamente uma mulher não podia entrar numa coletividade a não ser acompanhada pelo seu marido, ou com a autorização do marido. Era a lei que determinava... (...) as direções eram eleitas democraticamente, as suas assembleias funcionavam, sem mulheres é certo... havia uma falha na democracia, mesmo dentro das coletividades... A mulher entrava na coletividade para limpar a coletividade. Quando havia uma festa eram contratadas para ir trabalhar.... Era um bocado isso, elas não tinham o direito ativo à sua participação cívica dentro da coletividade. (...) Agora há muitas... há muitas, salvo seja... Já começam a haver... É que o aparecimento das mulheres é uma mais valia para o movimento associativo.... (...) São sobretudo mulheres mais novas, não tem nada a ver com as

idades dos velhotes... (homem, 68 anos, Federação de Coletividades – organizações locais de cultura e lazer)

Contudo, em relação ao voluntariado o número de mulheres é referido como superior ao de homens, o que é explicado por participantes no estudo pelo facto destas atividades estarem ainda muito ligadas à prestação de cuidados, que na estereotipia de género é ainda perspetivado como uma atividade de mulheres.

“(...) temos mais senhoras como voluntárias do que homens... (...) Sim, e é a questão do cuidado... (...) os homens, eu acho que os homens em Portugal têm muito menos a tradição de organizações não governamentais, e de fazer voluntariado...” (mulher, 77 anos, Organização que promove voluntariado)

“(...) Ah dos voluntários a maior parte são mulheres. Há uma área que é da formação em TIC, na área da comunicação e aí são os homens que têm ido.” (mulher, 70 anos, Organização que promove voluntariado)

- *Dificuldades económicas-financeiras*

As dificuldades económicas foram evidenciadas como uma forte barreira à participação social, cívica e política das pessoas mais velhas. Há, entre as pessoas entrevistadas, a compreensão de que perante situações de privação financeira as pessoas mais velhas acabam por não reunir condições para participar, seja por falta de meios, quer por desmotivação para o envolvimento, considerando o nível de dificuldades diárias com as quais são confrontadas.

“(...) uma pessoa que vive angustiada que não sabe como será amanhã, não sabe se vai ter dinheiro para os medicamentos e não sei o quê, vai ter disponibilidade para discutir numa reunião se vão fazer um passeio ao Marão ou para uma colónia de férias? é só para discutir isso, mas a pessoa está é preocupada se amanhã vai ter dinheiro para comprar comprimidos para as dores de cabeça... e é esta qualidade de vida que temos obrigação de proporcionar e que obviamente potenciará o resto, a participação. (homem, 72 anos, Partido político).

“(...) as pessoas que não tenham garantida a sua sobrevivência e que estejam a pensar no amanhã, no que vai comer, como é que é possível estarem disponíveis para ir a uma manifestação e se envolverem? (homem, 81 anos, Organização ativista – preservação do património e memória política)

- *Desgaste/ desinteresse*

Como barreiras à participação foi também identificado pelos participantes o cansaço, desgaste ou desinteresse das pessoas mais velhas para se envolverem em questões cívicas e políticas. Este não envolvimento é em alguns casos justificado pelo cansaço decorrente de anos de investimento em determinadas áreas – por exemplo profissionais – e que levam as pessoas a não querer dedicar-se a atividades sociais, cívicas e políticas que exigem compromisso e dedicação continuada, optando por se dedicar a outras ocupações e atividades. O desinteresse por este género de atividades é também uma explicação para o não envolvimento das pessoas, bem como a ideia do comodismo, na perspetiva de que as pessoas não sentem que seja sua responsabilidade contribuir para determinadas causas ou projetos comunitários.

“Quer dizer, acho que a maioria das pessoas não liga muito a isso. Cada um vive para si. Infelizmente, hoje mais que nunca.” (homem, 70 anos, Coletividade – organização local de cultura e lazer)

“(...) muitas estão desiludidas, outras não estão para se chatear, (...) a desilusão, o comodismo, digamos...” (mulher, 79 anos, Organização ativista – direitos das mulheres)

“(...) e outras vezes porque também levaram ritmo tal de vida que é só elas e mais nada, só elas e meia dúzia de amigas e mais nada. Não estão com disponibilidade...” (mulher, 70 anos, Universidade Sénior)

47

- *Idadismo interiorizado*

Fenómenos de discriminação etária foram identificados pelos participantes como uma barreira à participação social, cívica e política, inclusivamente nesta dimensão mais pessoal. Aqui é importante referir o impacto de imagens interiorizadas de incapacidade e de desadequação a determinados contextos como decorrência da idade dos próprios participantes.

“(...) eu própria me autoelimino de algumas coisas por ter esta idade, mas sou eu! Não é ninguém que me elimina, mas penso... chego lá e quê? (...) Eu acho muito importante [esta questão da interiorização da discriminação] até porque eu própria... acho complicado... sinto que existe, sinto que eu própria tenho, mas não sei bem por que ponta começar, ou deslindar...” (mulher, 79 anos, Organização ativista – direitos das mulheres)

“Acontece que as pessoas começam quase que a aceitar, elas próprias que não são capazes, sei lá, de muita coisa...e portanto, isto é que nós também temos de

contrariar um pouco, que é dizer: ok...então, mas porque é que não havemos de fazer? Se não fazemos tão depressa, fazemos mais devagar...” (mulher, 64 anos, Organização ativista – direitos das pessoas mais velhas).

Indicadores do contexto envolvente que potenciam a participação social, cívica e política das pessoas mais velhas

- *Apoio familiar*

Ter o apoio da família mais próxima parece ser um relevante potenciador da participação das pessoas mais velhas em contextos sociais, cívicos e políticos. Efetivamente o incentivo por parte dos companheiros ou companheiras, e/ ou das gerações mais novas das famílias é um incentivo para o envolvimento social, cívico e político, podendo significar que a pessoa está mais liberta de responsabilidades familiares que impliquem um apoio permanente ou quase permanente. Para além disso, a participação ativa dos mais velhos parece ser perspetivada pelas gerações mais novas como uma mais-valia para todos/as:

“(...) o facto de estar bastante ocupada na associação é visto por eles [pela família] (...) na perspetiva de que eles também ganham, porque têm uma avó bem disposta, que se mexe, têm uma avó ativa, e eu também mesmo apoiando no dia-a-dia, nas escolas e nessas coisas todas, quando saio não há nenhum drama, tudo se organiza, tudo se resolve, e a avó vai e vem e está tudo no seu lugar.” (mulher, 70 anos, Organização que promove voluntariado)

48

No caso de casais, o envolvimento dos dois membros do casal nas mesmas ou noutras iniciativas semelhantes é evidenciado como vantajoso para a participação de ambos.

“(...) tenho tido sempre o apoio da minha mulher, porque eu não paro em casa e tive sempre a sorte que ela tem estado sempre ligada comigo ao teatro” (homem, 70 anos, Coletividade – organização local de cultura e lazer)

- *Desafio diretamente dirigido/ Convite*

A interpelação direta dirigida às pessoas e tendo em conta os seus interesses e circunstâncias parece ser um fator determinante para o envolvimento em contextos de participação social, cívica e política. Neste sentido, alguns dos participantes alertam para a importância de se incentivarem as pessoas a participar diretamente, a envolverem-se em iniciativas comunitárias, independentemente de terem ou não um cariz social, cívico ou político.

“(...) eu levei muita gente para a universidade, (...) temos de entrar na sociedade para detetar o que é preciso e se lá estiverem pessoas a quem possamos ser úteis... (...) nos encontramos muita gente envergonhada... (...) e basta que uma amiga diga que sim e vão todas...” (mulher, 70 anos, Universidade Sénior)

“Como levar a partilhar os seus saberes: ‘olha lá, tu não pintavas? não andaste nas artes?’ ‘pintava, mas agora já não pinto...’ ‘mas olha, mas não eras capaz de arranjar aí um grupo de partilha em que podias ensinar e há tanta coisa que se calhar gostavas de aprender...’ ‘se calhar até gostava de aprender a bordar...’ ‘há lá uma pessoa que borda muito bem, podes fazer uma parceria com ela, para explorar essas potencialidades...’ (homem, 68anos, Organização ativista – direitos das pessoas mais velhas)

- *Oportunidades de participação com qualidade*

A questão do desafio relaciona-se diretamente com a existência de oportunidades de participação, já que os convites surgem normalmente de pessoas envolvidas em estruturas ou iniciativas existentes ou em construção nas comunidades. Perante estes dados confirmamos que as pessoas são criteriosas na sua participação e por isso tenderão a não se envolver em atividades que não correspondam aos seus interesses, que não as motivem e nas quais não se sintam desafiadas. Assim sendo, a existência de oportunidades de participação interessantes, estimulantes e desafiantes nos contextos de vida das pessoas será um relevante potenciador da participação.

“E depois também é preciso estar a fazer alguma coisa de que se gosta. A partir do que se gosta, depois, também há cedências. É como em tudo.” (homem, 70 anos, Coletividade – organização local de cultura e lazer)

“Eu gosto muito de desafios que me obriguem a investigar e a aprender coisas. E estas participações são processos tremendos de aprendizagem.” (homem, 72 anos, Partido político)

A possibilidade de contacto intergeracional subjacente a algumas oportunidades de participação é evidenciada por algumas pessoas como uma mais-valia para o seu envolvimento.

“(...) e com gente jovem, um trabalho como o que tenho ali, que eramos nós, 8 da Universidade Sénior e alunos da escola X... demo-nos tão bem... trabalhamos um ano, íamos ao Sábado para ensaiar e depois fizemos três espetáculos. Aí correu tao bem, tao bem, tao bem... aqueles jovens foram maravilhosos connosco,

ajudavam-nos, mas ajudavam sem paternalismo...” (mulher, 88 anos, Universidade Sénior)

“(...) e outra coisa que também queria dizer é que acho que para nós, mais idosos, a parte da juventude dá-nos um incentivo, dá-nos uma alegria, eu cheguei a sentir-me jovem como os outros...” (mulher, 70 anos, Universidade Sénior)

- *Características das instituições da comunidade*

As entidades/ instituições da comunidade surgem nesta análise com um grande potencial para favorecer a participação social, cívica e política das pessoas mais velhas. A promoção e divulgação de oportunidades de participação pelas instituições locais, sejam elas organizações da sociedade civil, autarquias, instituições educativas ou outras, parecem ser determinantes para mobilizar as pessoas mais velhas. É sobretudo a nível local e comunitário que o conhecimento interpessoal permite o desafio para a participação em atividades que possam ir ao encontro dos interesses e possibilidades/ disponibilidades das pessoas. Neste contexto, as autarquias acabam por ter um papel central, enquanto promotoras de projetos, como estrutura de apoio a iniciativas da sociedade civil e/ ou como interlocutor de reivindicações concretas dirigidas por cidadãos/ãos, a título pessoal ou coletivo, por ser o órgão de poder mais próximo das populações:

“As autarquias são um parceiro fundamental para o movimento dos reformados. Eles apoiaram-nos e apoiam muito os reformados.” (homem, 74 anos, Organização ativista – direitos das pessoas mais velhas)

“Ali o jardim, não tinha nada, tinha lá erva, (...) fez-se um abaixo-assinado, mandou-se para a Assembleia da freguesia, que levou aquilo à Assembleia Municipal, que decidiu que sim, senhora, vamos fazer as requalificações. E fez-se a requalificação.” (homem, 89 anos, Associação de moradores)

A valorização e reconhecimento da atividade social, cívica e política desenvolvida pelas pessoas no seio das instituições é outro fator relevante para potenciar o envolvimento. Neste sentido, o reconhecimento do trabalho desenvolvido deve ser assumido e considerado pelas próprias entidades para mobilizar e incentivar as pessoas a dar continuidade à sua atividade nesse contexto.

A promoção de projetos e iniciativas diversificados, com objetivos claros e percutíveis para as pessoas poderão ser determinantes para a participação. As pessoas que entrevistamos consideram que muitas pessoas mais velhas em Portugal estão disponíveis para participar,

desde que percebam a razão da sua participação e se sintam compelidas a essa participação:

“(...) são mobilizáveis. conseguem-se mobilizar muitas episodicamente, quando há grandes sobressaltos. (...) Em 2012, contra a Troika, (...) essa foi a maior manifestação que houve por aí. Ai as pessoas perceberam, de uma forma muito direta que lhes estavam a meter a mão no bolso... e é difícil ver outra assim...” (homem, 81 anos, Organização ativista – preservação do património e memória política)

“Quando os objetivos são bem definidos, quando as pessoas efetivamente se apercebem que há necessidade, as pessoas são solidárias e disponibilizam-se para o efeito.” (homem, 68 anos, Federação de Coletividades – organizações locais de cultura e lazer)

Para além disso, os e as participantes reforçam a importância de serem organizadas e promovidas pelas diversas entidades locais ações estruturadas e com continuidade, em vez de ações pontuais e para as quais as pessoas nem sempre percebem o sentido e a utilidade.

“(...) deviam-se formar grupos que fossem às escolas, mas não, vai lá o avô do menino, como eu fui há dias à escola do meu neto em que me disseram “ai, podia vir cá contar uma história das suas...” e eu lá fui. Foi engraçado, mas devia ser uma coisa organizada, global, haver um grupo que treinasse, que estudasse e então depois iam aqui ou acolá fazer esse trabalho. Organizado pelo município... Mas agora não, vai lá o avozinho do Joãozinho, como eu fui, mas isso não é uma ação, é um primeiro contacto...” (homem, 68 anos, Organização ativista – direitos das pessoas mais velhas)

O incentivo à participação pode passar também pela estruturação de apoios para iniciativas da sociedade civil, promovidos tanto por entidades públicas como privadas, através de políticas públicas, por um lado, e pelo lançamento de programas de incentivo à participação, conforme as características e funções das diversas instituições que operam nos territórios. Neste sentido, as parcerias, o trabalho em rede e a cooperação entre diversas organizações, com os recursos de que cada uma dispõe, foi referido pelos/as participantes como um elemento que facilita o trabalho das organizações em que estão envolvidas, o que, consequentemente, contribui para que as pessoas se sintam mais capazes de atingir os objetivos estabelecidos e que se motivem para continuar envolvidas.

“Mas claro que a Gulbenkian também lança esta experiência [voluntariado internacional para maiores de 55 anos], dado a amplitude dos seus contactos com

a sociedade civil e a sensibilidade para estas questões do desenvolvimento, não é? Pronto, portanto, aqui conjugaram-se uma série de fatores que proporcionaram, realmente, a criação de um projeto que é dirigido especialmente a estas pessoas.” (mulher, 70 anos, Organização que promove voluntariado).

“(...) trabalho com a Federação que são fantásticos. Eu tenho qualquer problema e telefono para lá e eles lá me dizem como faço isto, (...)” (mulher, 88 anos, Universidade Sénior)

“(...) tentamos fazer, trabalhar assim um bocado em rede, não é?” (mulher, 77 anos, Organização que promove voluntariado)

“Agora, parceiros mais fundamentais que temos, é o Município e o ISVOUGA e o Tecido Empresarial. Esse é o nosso suporte económico-financeiro.” (homem, 68 anos, Organização ativista – direitos das pessoas mais velhas)

Indicadores do contexto envolvente que se constituem como barreiras à participação social, cívica e política das pessoas mais velhas

- *Necessidades familiares*

O apoio à família é evidenciado pelos/as participantes como uma das principais barreiras à participação social, cívica e política das pessoas mais velhas em Portugal. A falta de estruturas de apoio às famílias e as dificuldades financeiras dos descendentes são referidos como razões para que muitas pessoas acabem por assumir tarefas de cuidado diário a pessoas dependentes, com especial relevância para os netos/a, mas também a ascendentes ou conjugues, após a reforma.

“(...) temos aqui um problema com estas pessoas dos 60 anos, que é ocuparem-se da família, netos...com os netos... os netos...porque estão libertas do trabalho, das ocupações...mas a família... a gente nova hoje trabalha... e depois há cada vez menos maneiras de ocupar as crianças... (...) portanto, vêm os avós...os avós é que vêm ajudar os filhos...ficar com os netos, tomar conta... (...) depois é tudo muito caro, não é? os jardins de infância, as férias, os ATL's, (...) nós sentimos aqui imensas faltas dos voluntários, que chegam às férias, deixam de vir para tomar conta dos netos...” (mulher, 83 anos, Organização que promove voluntariado).

A assunção de responsabilidades de prestação de cuidados à família de forma diária, sobretudo pelas mulheres, acontece muitas vezes logo após a reforma, numa altura em que se sentem bem e saudáveis. Esta maior circunscrição ao contexto familiar após a reforma poderá resultar numa maior dependência da família que é sugerida por alguns dos

participantes neste estudo como uma possível fonte de outros problemas em fases mais avançadas do ciclo vital, como a redução das redes de sociabilidade, que podem potenciar sentimentos de isolamento e consequentemente menor qualidade de vida.

“as mulheres também é esta mania dos netos...eu também tenho a mania dos netos...eu tenho a mania não, pedem-me e eu lá faço... mas as mulheres, é uma coisa horrível com os netos...quando aparecem os netos, é os netos para tudo... (...) e depois...os netos chegam à adolescência e depois já não querem os avós para nada, os avós só estão a chateá-los... e depois os avós ficam em depressão porque já não têm os netos (...) porque os avós depois têm uma dependência dos netos horrorosa... (...) sim, depois sentem "ninguém quer saber de mim" e ficam mais isoladas... e os netos ficam a achar que eles são uns chatos...” (mulher, 77anos, Organização que promove voluntariado).

- *Ausência/ desadequação de contextos de participação*

Foram evidenciadas pelos/as participantes neste estudo algumas barreiras à participação que se prendem com a falta de oportunidades de participação que respondam à diversidade que caracteriza as pessoas mais velhas que podem querer ou estar disponíveis para participar. Na análise destes dados, compreende-se que muitas pessoas poderão querer participar, mas são confrontadas com barreiras diversas que acabam por limitar as suas possibilidades de participação ou por as levar a deixar de participar. Boa parte das instituições não terá uma real capacidade de acolhimento de pessoas com mais idade ou com algum tipo de incapacidade física ou mental, o que pode levar as próprias organizações a confrontar-se com dificuldades operacionais e com dilemas quotidianos:

“(...) problemas que nós temos com o facto de termos um voluntariado muito envelhecido... (...) temos aqui pessoas com 90 anos... já temos aqui 2 ou 3 com 92 anos... e são úteis, mas com os problemas inerentes à idade, não é? uns mais, outros menos... nós somos uma instituição humanitária que usamos essas pessoas...usamos essas pessoas, foram muito úteis, e agora nós é que temos que auxiliar essas pessoas, não as podemos deitar fora... agora...pôr estas pessoas a ajudar doentes... (...) mas dizer isto às pessoas... é horrível... muitos destes voluntários, que se perdem nos corredores, é preciso ir outra com ela, outra voluntária para o mesmo doente... (...) é preciso outro voluntário para auxiliar o voluntario...” (mulher, 83 anos, Organização que promove voluntariado)

Para além disso, é evidenciado pelos participantes a falta de estruturas locais que potenciem a participação das pessoas de forma intencional e estruturada, adaptada aos

diversos públicos e atendendo às suas características e interesses, que são necessariamente diversos.

“Sim e em relação à participação acho que temos que nos preocupar com um grupo de pessoas que, mercê da evolução social adquiriram já determinada formação e que não se revêm nas ocupações que atualmente estão constituídas. Para esses temos que ser criativos e arranjar novas opções ... (homem, 68anos, Organização ativista – direitos das pessoas mais velhas)

“(...) eu acho que se houvesse mais organizações, mais intercâmbio entre a gente, o pessoal de cada localidade, o mundo andaria melhor. Se toda a gente contribuísse mais para um projeto comum... seria bom para as pessoas mais velhas e para muitas vezes o exemplo delas ajudar para alguns jovens se tornarem melhores. (mulher, 70 anos, Universidade Sénior)

É advogado por participantes neste estudo que é importante encontrar estratégias que garantam às pessoas condições de participação efetiva, nas quais sejam verdadeiramente ouvidas. Há um claro destaque para os municípios, ainda que não se limite apenas a estas entidades.

“Os Municípios deviam ter uma maneira de ouvir as pessoas. Deviam ter formas de audição das pessoas... mas não têm! (...) era preciso melhorar esses canais de participação e de audição.” (homem, 68anos, Organização ativista – direitos das pessoas mais velhas)

54

Foi também evidenciado o facto de existir ainda uma parca dinâmica de organização de grupos de pessoas mais velhas, protagonizados e dinamizados pelas próprias e que surjam por sua iniciativa, para atuar em áreas que vão ao encontro dos seus interesses.

“(...) os próprios, os mais velhos lançarem-se em experiências e em oportunidades de mostrar que de facto a sociedade civil pode contar com eles, porque as pessoas são muito capazes ainda de dar um bom trabalho à comunidade. Eu acho que isto, se nós estamos sempre à espera que sejam os outros a abrir os olhos e chamarem-nos... (...) eu acho que isto é um caminho que se está a correr, e acho que está muito nas mãos das pessoas mais velhas terem um papel importante em mostrar que são capazes de fazer e que vale a pena ainda apostar nos mais velhos. Que a experiência, que as mais valias dos mais velhos, podem ser uma mais-valia para as suas organizações.” (mulher, 70 anos, Organização que promove voluntariado)

- *Falta de informação e de acessibilidade*

A falta de acesso a informação é referida por diversos participantes como uma grande barreira para as pessoas mais velhas, que condiciona muito a sua participação, nomeadamente cívica e política.

Quando falam em acesso a informação referem-se a informações concretas sobre oportunidades de participação, sobre iniciativas existentes ou possibilidades de as dinamizar, mas referem-se sobretudo a acesso a informação sobre políticas públicas e outras, que têm impacto real nas suas vidas e que poderiam contribuir para a garantia dos seus direitos. É referido que frequentemente as pessoas desconhecem os seus direitos e os meios ao seu dispor para os reivindicar.

“Dar mais oportunidades, mais possibilidades, mais ocasiões e mais informação para eles poderem procurar os seus direitos e serem mais reconhecidos naquilo que são mais válidos...” (homem, 78 anos, Organização local e comunitária)

“Não podemos de maneira nenhuma dizer que as pessoas estão naturalmente esclarecidas. Não encontram a informação. As pessoas estão mal-esclarecidas. (...) Quando não têm acesso é que é o problema maior. Este é o grande problema. (...) entendemos que a circulação da informação é importante entre os nossos associados e não só. A circulação de informação e também a formação dos nossos associados.” (homem, 74 anos, Organização ativista – direitos das pessoas mais velhas)

“Há um outro caso que poderá ter, mas de uma maneira geral acho que as pessoas estão ou mal informadas ou malformadas para tomarem atenção a essas situações.” (homem, 89 anos, Associação de moradores)

As questões da acessibilidade surgem neste estudo como uma barreira à participação, sendo que neste se inclui a questão da informação, mas também outros aspetos. As dificuldades relacionadas com a mobilidade e a possibilidade de circulação das pessoas enquadram-se nestas barreiras, que são frequentemente objetivas e relativamente fáceis de identificar, mas nem sempre de fácil resolução.

“Quando andei pelo Centro Histórico [na campanha para as eleições autárquicas] ouvíamos algumas queixas, (...) uma das principais queixas que as pessoas nos faziam era não terem transportes... (...) a questão dos transportes faz parte de tudo isto da qualidade mínima de vida que se deve garantir aos mais velhos (...)” (homem, 72 anos, Partido político).

“eu gostava de ter uma escola de um piso só, por causa da mobilidade das pessoas, não tenho a escola que desejava...” (mulher, 88 anos, Universidade Sénior)

O acesso às tecnologias enquadra-se também nesta dimensão das acessibilidades. Objetivamente a digitalização crescente é identificada pelos participantes como uma barreira à participação para pessoas mais velhas, que por motivos diversos não acompanharam esta transição digital, que aconteceu de forma muito rápida e acentuada nas últimas décadas.

“As tecnologias afastam... afastam... por exemplo, eu não sei trabalhar com computadores. Eu tenho um telemóvel para ligar e atender, mas se estiver avariado ou qualquer coisa eu não sei ... faço uma confusão, ligo aos meus netos e digo que o telemóvel avariou e eles vêm arranjar. Portanto, as pessoas naturalmente autoexcluem-se destas coisas ... a única coisa que me safa é ter conversa, conversar, falar, dialogar, dizer ... (...) é, e isto de se fazer tudo pela internet, é difícil...” (homem, 89 anos, Associação de moradores)

“(...) há possibilidades de contacto até através da internet, ou através de e-mails ou não sei quê, mas algumas pessoas de idade não têm essa capacidade... não a adquiriram e têm medo de a adquirir, e têm receio do computador e não sei quê... e portanto, têm talvez menos capacidade e depois quando estão a falar com gente mais nova, não sabem e até têm vergonha de dizer que não sabem... Pode ser um handicap, pode...” (mulher, 77 anos, Organização que promove voluntariado)

- *Idadismo interpessoal*

O idadismo é também uma barreira no que respeita ao contexto envolvente, tendo sido evidenciado pelos participantes através de diferentes expressões deste fenómeno. Por um lado, diversos participantes no estudo referem-se a situações de paternalismo que muitas vezes marcam as interações com as pessoas mais velhas.

“E depois as atitudes que as pessoas tomam em relação aos velhos, ou é de um certo paternalismo e protecionismo, transformando como se fossem pessoas de uma idade inferior, "avozinho, doentinho", tudo com diminutivos e não sei o quê, ou então têm uma atitude de agressividade em relação aos idosos...” (homem, 74 anos, Organização ativista – direitos das pessoas mais velhas)

“(...) isso é uma coisa que eu detesto... é que me queiram ajudar a subir para isto... eu resmungo sempre! E os meus filhos dizem “ó mãe, mas isso é por simpatia”, mas eu isso não gosto! Eu quando precisar de ajuda eu peço!” (mulher, 88 anos, Universidade Sénior)

Foi também referido que as pessoas mais velhas acabam ficar de fora de alguns contextos, nomeadamente após a reforma:

“(...) existe um certo Apartheid em relação aos mais velhos, após o tempo do trabalho os velhos são postos de parte em relação ao resto da sociedade! E os mais velhos são universidades ambulantes e não se tira rentabilidade desta mão de obra.” (homem, 68anos, Organização ativista – direitos das pessoas mais velhas)

Para além disso, algumas pessoas referiram que a participação das pessoas mais velhas é frequentemente invisibilizada ou desvalorizada, o que contribui para reforçar a ideia de que as pessoas não fazem nada e que não contribuem para a sociedade.

“Aquilo que eu faço existe muita gente a fazer, existe muita gente a fazer... Há muita gente que tem muita participação e muito meritória (...) nos vários campos, no social, cívico, no filantrópico, no apoio a animais, há gente de uma valia extrema e nós continuamos a dizer que não há participação!” (homem, 68anos, Organização ativista – direitos das pessoas mais velhas)

“Porque nós somos como que... Silenciados pela comunicação social dominante. Como os reformados não são uma camada homogénea, é uma camada muito heterogénea, socialmente heterogénea, culturalmente heterogénea, nas suas expectativas também heterogénea, portanto nós sabemos que não pode haver um único movimento que represente tudo!” (homem, 74anos, Organização ativista – direitos das pessoas mais velhas)

Indicadores do contexto histórico e sociopolítico que potenciam a participação social, cívica e política das pessoas mais velhas

- *Vivência do período da Ditadura*

As atuais gerações com mais de 60 anos têm uma viva memória do período de Ditadura que se viveu em Portugal durante o século XX e que só terminou em 1974. Nas entrevistas a vivência deste período histórico surge como um fator que potencia a participação, nomeadamente cívica e política, reconhecendo os e as participantes a importância da participação e do envolvimento das pessoas para que não se percam direitos fundamentais e para que se possam melhorar as condições de vida das pessoas.

“É inimaginável... eu até acho que esses que viveram mais duramente as repressões da ditadura são aquelas que jamais se esquecerão. E que por essa razão continuam ativos. Ainda que seja uma atividade diferente, mas continuam ativos.” (homem, 72 anos, Partido político)

“(...) não ficaria admirado se as gerações mais velhas, até porque têm memória da ditadura, e quando digo memória da ditadura não é apenas nos aspetos políticos, da censura e tudo o que teve lugar, mas da fome, da miséria, miséria atroz que se vivia por esse país fora. Têm, portanto, mais elementos para poder julgar e para terem uma intervenção cívica maior.” (homem, 81 anos, Organização ativista – preservação do património e memória política)

- *Oportunidades educativas ao longo da vida*

A existência de oportunidades de atualização de conhecimentos de forma mais abrangente ao longo da vida das pessoas é referida pelos participantes como algo que poderia contribuir para que mais pessoas se envolvessem em iniciativas de caráter social, cívico e político em idades mais avançadas, na medida em que permite que as pessoas se mantenham mais informadas e que se sintam mais capazes de ser agentes ativos das suas comunidades.

“Para haver sustentabilidade tem que se ter um modelo de educação da pessoa... isso é muito importante, a educação é central, também para se aprender a lidar com outros aspetos da vida, (...) É essa aprendizagem ao longo da vida que de facto ajuda também à literacia e a literacia é uma componente essencial (...) também para perceberem em termos sociais e políticos (...) para serem menos manipuláveis.” (homem, 74anos, Organização ativista – direitos das pessoas mais velhas)

58

Indicadores do contexto histórico e sociopolítico que se constituem como barreiras à participação social, cívica e política das pessoas mais velhas

- *Fenómenos de pobreza estrutural na velhice*

O baixo valor das pensões de uma parte significativa das pessoas reformadas em Portugal, que as coloca abaixo dos indicadores definidos para o limiar da pobreza, é indicado nas entrevistas como um fator estrutural que inibirá a participação das pessoas mais velhas. Alguns dos participantes argumentam que quando confrontadas com situações de pobreza as pessoas terão menos disponibilidade para a participação social, cívica e política.

“Eu acho que a primeira ação, talvez, era do ponto de vista político tratar e cuidar devidamente de dignificar a 3a idade quer ao nível da reforma, quer ao nível das condições, quer ao nível dos serviços sociais e das condições de saúde e tudo isso.

Procurar que esses direitos fossem garantidos, porque isso poderia dar a alguns uma disponibilidade melhor para participarem.” (homem, 72 anos, Partido político)

- *Ausência de políticas públicas promotoras de participação*

A falta de incentivo à participação das pessoas mais velhas, seja em relação a questões mais concretas ou numa perspetiva mais lata, é defendida por participantes neste estudo como uma barreira estrutural à sua participação. Defendem que seria relevante que fossem promovidas políticas que incentivem a participação das pessoas, seja a nível local ou nacional, para que tenham efetivamente condições e contextos para participar.

“Até em coisas que lhes dessem prazer, até em atividades lúdicas, portanto eu acho que deveria haver esta política social, que podia potenciar, de que maneira, uma participação das pessoas. Que não tem que ser de ativismo político, tem de ser até de convívio social, que lhes dê qualidade de vida, que possam participar em coisas, sejam culturais, sejam de entretenimento, sejam elas quais forem, mas terem esse direito de participar, de discutirem entre si. Portanto é de uma participação política de discutirem se vão passear, se vão ver o Marão ou se vão a Fátima... discutirem isto e não ser o presidente da junta a dizer que oferece um passeio a Fátima... e se os velhos quiserem antes ir ao Marão? E se quiserem ir a Santiago de Compostela em vez de ir a Fátima? Vamos discutir isso com eles? E isso é uma participação e temos a obrigação de a proporcionar. Eu acho que é por aí... Não só, mas também...” (homem, 72 anos, Partido político)

Neste sentido, é evidenciado por outros participantes que falta em Portugal uma cultura de participação e de incentivo à participação ao longo da vida das pessoas e que isto terá necessariamente impacto no interesse das pessoas para participarem em idades mais avançadas. Evidenciam a educação e as oportunidades educativas como possíveis alavancas para esta participação social, cívica e política ao longo da vida.

“(...) Esta participação tem que ser potenciada pela educação, de base. Portanto, evidentemente tem que ser...” (homem, 67anos, Organização ativista – combate ao racismo e discriminação)

“acho que isto acaba por ser um bocadinho a história da educação... não fomos educados para isso, não é? E a questão é assim: nós, os mais velhos, não fomos educados para isso, e os mais novos, pelo que vamos sabendo da educação também não são. (...). Portanto, imagine, agora nós que nascemos nos anos 30, 40, 50, nessa altura então... Impraticável, não é? E, portanto, nós passamos uma vida inteira a nunca

termos essa iniciativa.” (mulher, 64 anos, Organização ativista – direitos das pessoas mais velhas)

- *Idadismo estrutural*

Nestes dados percebemos que os participantes reconhecem que uma falta de preparação estrutural, da sociedade como um todo, para lidar com o envelhecimento, se revela como uma barreira à participação das pessoas mais velhas. Evidenciam que não há uma abordagem integrada do envelhecimento de modo que os diferentes contextos de vida das pessoas sejam respeitadores das especificidades que podem decorrer do envelhecimento:

“É a tal história de nós também sociedade, não sabermos, (...) não estamos preparados para isto! É evidente que um senhor de 90 anos não pode entrar no autocarro com a mesma velocidade, com a mesma rapidez, que entra uma pessoa com 30 anos... (...) ninguém prepara ninguém para a velhice, e o que é facto é que é preciso aprender a ser velho! (...) a nossa educação é sempre do cultivo do bonito, do belo...e não da velhice, não é?” (mulher, 64 anos, Organização ativista – direitos das pessoas mais velhas)

“Se calhar não têm [as mesmas oportunidades de participação] porque o machão, homofóbico, masculino, não deixa... e atleta do ginásio, para fazer o estereotipo perfeito do gajo que domina aí... Um gajo, porque é um gajo, não deixa à participação, nem aos mais novos nem aos mais velhos. Acha que os outros já não sabem nada, e acha que os outros ainda não sabem. Não percebendo que eles vão "não saber nada", para já porque de facto esses é que não sabem nada, senão sabiam que podiam aprender com os mais velhos e que podiam aprender com os mais novos.” (homem, 67anos, Organização ativista – combate ao racismo e discriminação).

Esta falta de preparação para o envelhecimento e para a velhice tem também implicações no próprio estado de saúde das pessoas, o que poderá também refletir-se na sua capacidade/ disponibilidade para se envolver em iniciativas de cariz social, cívico ou político.

“(...) nos países nórdicos também têm uma esperança de vida elevada...simplesmente as pessoas chegam a essas idades com melhor qualidade de vida... mas por causa da prevenção da velhice...as pessoas são mais bem tratadas, tratam-se mais... antecipam os problemas da velhice... há coisas que são normais na velhice... são tratadas mais cedo...portanto, têm uma qualidade de vida melhor...” (mulher, 83 anos, Organização que promove voluntariado)

A dimensão estrutural do idadismo reflete-se nas próprias representações das pessoas que participaram no estudo, quando reconhecem que elas próprias têm muitas vezes pensamentos discriminatórios tendo por base a idade:

“(...) quase que nem me lembro que também estou perto e dou por mim a pensar assim: ‘fulaninha ou fulaninho vai fazer isto, ou disseram-lhe para fazer aquilo, e eu pergunto, ‘que idade tem?’ – ‘tem 80 anos’ e eu penso, ‘também, já tem 80 anos...’ eu própria faço isso, percebe, por isso eu acho que há [discriminação]! Eu nem sei bem porque é que eu digo isto, ‘já tem 80 anos’, parece que é uma pessoa que já não utiliza todas as faculdades que eventualmente até ainda tenha, e há muita gente que tem... mas estamos formatados para pensar que os idosos estão fora.”
(mulher, 79 anos, Organização ativista – direitos das mulheres)

Discussão

A partir das representações de pessoas adultas mais velhas reformadas, ativamente envolvidas em contextos sociais, cívicos e políticos, foram identificados três grandes grupos de fatores relevantes para predizer a participação social, cívica e/ ou política das pessoas mais velhas em Portugal: características e circunstâncias pessoais; contexto envolvente; e contexto histórico e sociopolítico.

As pessoas mais velhas constituem um grupo diverso, com percursos, expectativas e condições de vida muito diferentes, o que interfere no modo como vivem esta etapa do ciclo vital. Estudos como os de Paúl e colegas (2012) demonstraram que diversos fatores interferem com a forma como as pessoas envelhecem, havendo uma forte interligação entre vários fatores. Neste estudo, identificaram-se fatores que podem potenciar ou inibir a participação, mas importa sublinhar que o envolvimento ou não das pessoas mais velhas nestes contextos resultará da articulação entre diversos fatores, o que reforça a ideia de que, também entre as pessoas adultas mais velhas, a participação social, cívica e política é multideterminada (Ribeiro, Neves e Menezes, 2016).

Entre os fatores que potenciam a participação, características e circunstâncias pessoais têm um especial relevo. Características da personalidade dos indivíduos, como a autoestima, surgem neste estudo como potenciadoras da participação, como foi evidenciado em estudos anteriores (Okun et al, 2007; Serrat et al, 2017b). Importa ter em conta a relação das características da personalidade das pessoas com a sua capacidade de reconhecerem em si mesmas competências que podem mobilizar e que são úteis para a sua ação social, cívica e/ ou política, como a curiosidade e a vontade de aprender, o interesse pelo que acontece à sua volta ou a predisposição para o envolvimento e relacionamento com outras pessoas em dinâmicas comunitárias. Neste sentido, não será

surpreendente que surja como potenciador da participação social, cívica e política o envolvimento noutras atividades, deste cariz ou de outros, com combinações de contextos com características semelhantes (ex: participação em diferentes atividades de voluntariado) ou contextos mais diversos (ex: partidos políticos e universidades seniores). Não obstante a diversidade de combinações de atividades, simultâneas ou sequenciais, uma predisposição para dinâmicas de cariz cívico e político, em sentido lato, poderá ser um relevante potenciador da participação nesta etapa do ciclo de vida, sobretudo quando surge na sequência de um percurso de vida marcado por este tipo de participação, ainda que com períodos de menor intensidade em algumas etapas do ciclo vital, devido a compromissos pessoais ou profissionais. Desta perspetiva, a reforma poderá revelar-se para muitas pessoas como oportunidade para um maior envolvimento social, cívico ou político, com estas atividades de cariz ‘não-profissional’, a poder contribuir para um “envelhecimento satisfatório” (Fonseca, 2011, p.24). Assim sendo, a constatação da importância de experiências de participação social, cívica e política em etapas anteriores do ciclo vital para a participação em idades mais avançadas, deve ser encarada como uma pista relevante para o incentivo à participação social, cívica e política em etapas anteriores da vida das pessoas.

A participação é um fenómeno contextualizado, com os contextos de vida das pessoas e a sua envolvente a revelar-se determinantes para a potenciar. O apoio e incentivo dos membros da família para as pessoas se dedicarem a estas iniciativas é um forte potenciador da participação, sendo esta possível se não tiverem que assumir responsabilidades familiares que consumam a maioria do seu tempo e que limitem de forma ampla a sua disponibilidade. Neste estudo, o incentivo de familiares, sobretudo das gerações mais novas, mas também de cônjuges, surge como um fator de orgulho e de reconhecimento do potencial da pessoa para contribuir para a sua comunidade.

Um desafio direto e pessoalmente dirigido, sobretudo vindo de pessoas e/ou de instituições que os potenciais participantes reconheçam como sendo de confiança, surge neste estudo como determinante para a decisão da pessoa se envolver. Isto remete para a importância que as estruturas e instituições locais podem ter para incentivar a participação de pessoas adultas mais velhas, nomeadamente através do planeamento de iniciativas desafiadoras, interessantes, apelativas e sobretudo diversificadas, para que possam ir ao encontro dos interesses, motivações, competências e capacidades de diferentes pessoas, como foi já evidenciado em estudos sobre fatores que potenciam o envolvimento voluntário e a continuidade nesses contextos (Clary & Snyder, 1999). O reconhecimento pelos participantes neste estudo da importância das instituições da comunidade e das relações entre as pessoas, reforça a ideia de que as redes de sociabilidade são um relevante potenciador da participação das pessoas mais velhas em Portugal, indo ao encontro da

perspetiva defendida por Verba e colegas (1995). Podemos assim depreender que o capital social, como perspectivado por Putnam (1995), será um relevante potenciador da participação das pessoas mais velhas em Portugal (Cabral & Silva, 2012), tal como acontece com outros grupos etários (Ribeiro *et al.*, 2016).

Como defenderam Adler e Goggin (2005), a participação das pessoas adultas mais velhas acontece sobretudo a nível local, sendo por isso determinantes as iniciativas desenvolvidas a este nível para as desafiar a participar. Para além disso, organizações da comunidade robustas e que se constituam, de facto, como parte de uma rede de suporte robusta e confiável para as pessoas mais velhas e para as suas famílias poderá libertá-las – ou aliviá-las – de tarefas de cuidado familiar não desejadas, nomeadamente de cuidado aos netos/as ou a outras pessoas que tenham a seu cargo, para se poderem envolver noutras atividades. Neste sentido, percebemos, neste estudo, que entidades como as autarquias têm tido e podem vir a ter um papel ainda mais relevante para contribuir para uma maior participação social, cívica e política das pessoas mais velhas em Portugal. Para que isto aconteça, importa que apostem e desenvolvam estratégias adequadas aos seus contextos e às características da sua população, apostando em abordagens e iniciativas diversas, para que consigam chegar a um público mais amplo, dada a inevitável diversidade que caracteriza as pessoas adultas mais velhas e os seus interesses, mesmo que partilhando os mesmos territórios.

Não surpreende que a existência de oportunidades de participação tenha sido evidenciada neste estudo como um fator que a potencia, tendo sido sublinhada pelos/as participantes a qualidade destas experiências como determinante para o envolvimento das pessoas e também para a sua continuidade. A questão da qualidade das experiências de participação tem vindo a ser um assunto relativamente pouco explorado na literatura, ainda que alguns estudos a apontem como crucial para se poder compreender este fenómeno e, sobretudo, para a potenciar, tanto no que respeita aos mais jovens (Ferreira *et al.*, 2012), como aos mais velhos (Serrat *et al.*, 2021). Este é, aliás, um tópico de estudo especialmente relevante e que valerá a pena explorar futuramente, já que experiências de participação pouco satisfatórias ou mesmo problemáticas, podem ser relevantes barreiras para a participação. Esta barreira poderá ser relevante independentemente da etapa do ciclo vital em que as pessoas se encontrem, apesar de poderem ter um peso especialmente significativo para pessoas com idades mais avançadas, em articulação com outras barreiras.

Fatores relacionados com o contexto histórico e sociopolítico surgem também neste estudo como potenciadores da participação social, cívica e política de pessoas adultas mais velhas em Portugal. O efeito geracional (Carene *et al.*, 2011), associado à vivência do período da ditadura (terminada em 25 de abril de 1974), mas, sobretudo, à transição para um regime democrático, é referido pelos/as participantes neste estudo como um relevante potenciador

da participação de pessoas adultas mais velhas em Portugal, nomeadamente política. Este é um resultado especialmente interessante que deve ser analisado em articulação com estudos anteriores que evidenciavam que pessoas de *coortes* específicas que viveram durante períodos que reprimiam a participação, sobretudo política, poderiam ter menor predisposição para a participação em etapas mais avançadas do ciclo vital (Cabral *et al.*, 2011; Adler *et al.*, 2007). Será relevante perceber de que modo o envolvimento e participação política em determinados períodos históricos, em que esta era inibida proativamente, será um potenciador da participação em idades mais avançadas, reforçando a ideia de que a injustiça percebida é um relevante mobilizador da participação. Um estudo mais aprofundado sobre o efeito de coorte das gerações que vivenciaram períodos de transição política poderia vir a ser um relevante contributo para a investigação e para o desenho de intervenções e políticas desafiadoras para pessoas cujos perfis de participação estão certamente a mudar, tendo também em conta as mudanças societais que têm vindo a testemunhar e a vivenciar.

A par da transição democrática, e enquanto estratégia política a esta associada, foi-se também fortalecendo em Portugal nas últimas cinco décadas o acesso a oportunidades educativas. Contudo, esta aposta tem vindo a concretizar-se de forma mais consistente no que respeita a crianças e jovens, com as pessoas adultas e sobretudo adultos mais velhos a ficarem muitas vezes de fora das apostas nacionais em termos educativos (Canário *et al.*, 2019). Tendo em conta esta realidade, foi evidenciado pelos participantes neste estudo que uma aposta efetiva em oportunidades educativas ao longo de toda a vida poderia ser um relevante catalisador da participação em idades mais avançadas. Esta aposta contribuiria para que as pessoas se mantivessem mais informadas, mais a par das mudanças que vão acontecendo (de que é exemplo a transição digital), permitindo uma atualização permanente dos seus conhecimentos e reforçando a sua autoconfiança e a sua capacidade para participar ativamente na comunidade.

Neste estudo foram também identificadas pelos participantes diversas barreiras à participação social, cívica e política de pessoas adultas mais velhas, com especial destaque para fatores e circunstâncias pessoais. O confronto com condições objetivas de saúde mais frágeis ou com uma pior perceção de saúde (física ou mental), é referido como uma forte barreira à participação, reforçando o que foi identificado noutros estudos sobre participação de adultos mais velhos (Serrat *et al.*, 2018).

O género continua também a ser reconhecido como uma barreira para a participação social, cívica e política de pessoas adultas mais velhas, com as mulheres ainda a assumir de forma mais expressiva responsabilidades domésticas e de apoio às famílias que condicionam de forma efetiva as suas possibilidades de participação fora daquele que é o contexto doméstico. Mais de 25 anos depois do estudo de Calasanti (1996), a expectativa

de que as mulheres reformadas assumam as tarefas domésticas e de apoio às famílias continuam a mantê-las em situação de desvantagem em relação aos homens no que respeita às suas possibilidades de participação fora desse contexto nesta etapa do ciclo vital. Para além disso, mesmo entre as pessoas que estão ativamente envolvidas em contextos sociais, cívicos ou políticos, são facilmente perceptíveis diferenças nos papéis e atividades desempenhadas por homens e mulheres nas organizações de que fazem parte, sendo reconhecida uma sobre representação dos homens em cargos dirigentes, ainda que em muitas circunstâncias as mulheres surjam em maior número nessas mesmas organizações. Também no tipo de atividades em que as pessoas se envolvem parece haver uma expressão de género significativa, com maior expressão das mulheres em atividades de voluntariado, nomeadamente nas que tendem para a prestação de cuidados e apoio a terceiros, acompanhando a tendência identificada em estudos anteriores (Espírito-Santo & Baum, 2004). Apesar de todas as mudanças que ocorreram em Portugal nas últimas décadas em relação à igualdade de oportunidades entre mulheres e homens, fatores históricos, sociopolíticos e de enraizamento estrutural de papéis de género parecem perpetuar-se de forma muito evidente nos perfis de participação social, cívica e política de pessoas adultas mais velhas em Portugal, mantendo-se a tendência para uma reprodução nas experiências de participação na reforma dos padrões de género que têm marcado etapas anteriores do ciclo vital (Ribeiro *et al.*, 2016; Galligan, 2015; Espírito-Santo, 2015; Santos & Amâncio, 2012). Seria interessante aprofundar o estudo destas diferenças, tendo em conta contextos distintos, papéis assumidos nesses contextos por homens e mulheres, e também a idade das pessoas, já que entre as pessoas com mais de 60/65anos em Portugal se encontram pessoas de diversas gerações, podendo ser interessante explorar a possibilidade de existir ou não um efeito geracional na participação (Carene *et al.*, 2011), em concreto no que diz respeito a padrões de género.

A perceção por parte das pessoas de que vivem com dificuldades económicas é referida neste estudo como uma barreira à participação, já que a insegurança e a falta de conforto financeiro podem condicionar a disponibilidade para a participação, inclusive pela perceção de que a participação poderá acabar por acarretar alguns custos para a própria pessoa (associado às deslocações, por exemplo). Esta é uma questão especialmente interessante e que pode ter um grande impacto na vida das pessoas mais velhas, de forma mais transversal, e que valeria a pena explorar em estudos posteriores, tendo em conta inclusivamente a subjetividade que comporta a noção de dificuldades financeiras, que pode conter uma diferença significativa entre a perceção da pessoa em relação à sua capacidade para fazer face às suas despesas, as suas condições reais para o fazer e ainda outras circunstâncias pessoais e/ ou familiares que podem interferir com este fator.

O desgaste ou desinteresse das pessoas adultas mais velhas por este tipo de atividades nesta etapa do ciclo vital é reconhecido pelos participantes neste estudo como uma potencial barreira à participação, mas que reconhecem como absolutamente legítimos. Efetivamente, a participação social, cívica e/ou política não é, nem pode ser encarada, como uma obrigação para as pessoas, nomeadamente após a sua reforma, devendo ser considerada como mais uma das possíveis atividades a que podem escolher dedicar o seu tempo (Freedman, 2002; Fonseca, 2011).

Ainda em relação a barreiras de ordem mais pessoal, percebe-se neste estudo que um idadismo interiorizado, que tem como pressuposto uma autoperceção de incapacidade e de desadequação de pessoas com muita idade a determinados contextos, será uma forte barreira à participação em contextos sociais, cívicos e/ ou políticos, podendo ser um forte inibidor do envolvimento, à partida, mas também um fator que precipita a saída desses mesmos contextos (Serrat *et al.*, 2017a). A interiorização de que com o aumento da idade há uma dificuldade crescente de acompanhamento das exigências dos contextos e de incapacidade para continuar envolvido/a, poderá também ser um determinante de idadismo autodirecionado em relação à participação social, cívica e política, para além da condição de saúde, identificada de forma robusta na literatura como determinante de idadismo autodirecionado (Marques *et al.*, 2020).

Tal como verificamos em relação ao que potencia a participação, o contexto envolvente é percebido neste estudo como fonte de barreiras relevantes à participação de pessoas adultas mais velhas. A necessidade de garantir apoio às famílias após a reforma é percecionada pelos/as participantes como um dos grandes entraves à participação nesta fase da vida em Portugal. Este apoio às famílias, muitas vezes refletido na prestação de cuidados diários a descendentes (como os netos), mas também a ascendentes (pais ou outros familiares mais velhos) ou cônjuges confrontados com situações de dependência, é explicada pelos participantes neste estudo com a falta de respostas da comunidade para garantir apoio às famílias, nomeadamente ao nível das creches e de estruturas de apoio a pessoas adultas dependentes. Isto vai ao encontro dos resultados de um estudo desenvolvido a partir dos dados de 2004 do SHARE (Survey of Health, Ageing, and Retirement in Europe - Inquérito sobre Saúde, Envelhecimento e Reforma na Europa), a partir dos quais foi identificada uma interação entre as respostas sociais providenciadas às famílias e o apoio familiar intergeracional, ou seja, o cuidado prestado pelos avós aos netos, aumentando este quando o primeiro tem menos capacidade de provisão das necessidades das famílias (Hank & Buber, 2008). A prestação de cuidados a familiares dependentes após a reforma é uma tarefa que comporta grandes desafios, podendo interferir de forma determinante com os planos e expectativas das pessoas para a sua vivência do período da reforma, retirando-lhes a oportunidade de se dedicar a outras

atividades, de que a participação social, cívica e política seriam um exemplo (Martinson & Minkler, 2006). Percebe-se também na literatura que se, apesar de tudo, o cuidado aos netos/as pode constituir-se como um desejo para algumas pessoas aquando da sua reforma, o cuidado a cônjuges ou outras pessoas mais velhas dependentes da família tende a surgir como algo inesperado e que pode, inclusivamente, motivar a antecipação da reforma, por falta de alternativas para a prestação de cuidados a estas pessoas (Dow & Meyer, 2010).

No mesmo sentido do que foi já discutido anteriormente, a inexistência de oportunidades de participação ou a sua desadequação para as pessoas mais velhas é percecionada como uma barreira à participação destas em Portugal. Segundo os dados deste estudo, há uma perceção de que as organizações da comunidade poderiam fazer muito mais com vista à mobilização de pessoas adultas mais velhas, através da planificação e desenvolvimento de iniciativas diversificadas e desafiantes. Estes dados reforçam outros estudos onde se discute o papel das organizações locais para potenciar a participação de pessoas adultas mais velhas e os constrangimentos a esta participação (Serrat *et al.*, 2017a; Adler & Goggin, 2005). Isto é especialmente relevante quando estamos perante pessoas com muito mais idade e/ ou com algum tipo de incapacidade, cujas oportunidades de participação social, cívica e política serão ainda mais reduzidas, tendo em conta a incapacidade de adaptação dos contextos para potenciar esta participação (Osorio-Parraguez *et al.*, 2019). As autarquias destacam-se neste estudo como entidades que podem ter um papel estratégico para potenciar a participação das pessoas adultas mais velhas, seja pela promoção de projetos ou iniciativas próprias neste sentido (como, por exemplo, fóruns de debate e auscultação política de pessoas adultas mais velhas) ou em parceria com outras instituições da comunidade. Para além disso, podem ter também um papel determinante através da criação de condições que facilitem esta participação, por exemplo, ao nível das acessibilidades, onde se enquadram a mobilidade e os transportes.

Considerando uma perspetiva ampla do conceito de acessibilidade, pode compreender-se o quanto esta é determinante para a participação social, cívica e política ao longo de todo o ciclo vital e, por conseguinte, também nas idades mais avançadas. Neste âmbito, vale a pena destacar o quanto a falta de acesso a informações sobre oportunidades concretas de participação é uma barreira significativa à participação de adultos mais velhos em Portugal. Contudo, a questão do acesso à informação vai para além das iniciativas e oportunidades concretas de participação, havendo da parte dos participantes neste estudo a perceção de que as pessoas mais velhas em Portugal têm relativamente pouco acesso a informação relevante sobre políticas públicas de que poderiam usufruir, o que tem impacto real nas suas vidas e no usufruto dos seus direitos. A partir desta questão voltamos ao papel das instituições, nacionais e locais, nomeadamente no que respeita ao seu potencial para

encontrar estratégias que garantam o acesso a informação útil e de confiança. Um flagrante exemplo destas barreiras à participação prende-se com a crescente digitalização da informação e do acesso a bens e serviços, que, não tendo sido acompanhadas por uma aposta consistente no desenvolvimento das competências digitais da população, tem vindo a deixar de fora uma grande franja da população, sobretudo entre os mais velhos (Rasi *et al.*, 2020).

Nas barreiras relacionadas com as acessibilidades enquadra-se também a mobilidade das pessoas, que compreende a existência de transportes, nomeadamente públicos, que permitam que se desloquem sem que essa seja uma fonte significativa de despesas, mas também as condições físicas (ex.: rampas de acesso, corrimões para apoiar subidas/descidas) para que consigam circular em segurança no espaço público e aceder a edifícios, parques ou outras infraestruturas. As barreiras associadas à mobilidade das pessoas adultas mais velhas tendem a materializar-se em questões palpáveis e objetivas, que as pessoas mais velhas sentem que não têm surgido como prioritárias, nomeadamente no que diz respeito à intervenção política nacional e local.

O idadismo tem expressão também ao nível das relações interpessoais, tornando-se numa barreira quotidiana à participação. Se por um lado abordagens paternalistas e de excesso de proteção dos mais velhos os podem afastar de possíveis contextos de participação, por outro lado, foram sublinhadas pelos/as participantes formas de exclusão mais ou menos evidentes e hostis de pessoas mais velhas de determinados contextos, através do não convite para a participação ou a assunção imediata de que nem sequer têm interesse em participar, não havendo nenhuma iniciativa no sentido de apelar à sua participação. A tendência para separar por grupos etários as atividades promovidas pelas autarquias, em vez de as organizar por temáticas, por exemplo, ilustram esta segregação que as pessoas mais velhas reconhecem e que sentem que as prejudicam, colocando-as à parte de iniciativas comunitárias que poderiam ser do seu interesse e para as quais até poderiam estar predispostas a contribuir. Neste sentido, foi também sublinhado que a participação dos mais velhos em determinados contextos é frequentemente invisibilizada e desvalorizada, o que representa também uma expressão do idadismo, identificado tanto ao nível das relações mais próximas como a um nível mais abrangente, levando muitas vezes as pessoas a desinteressar-se por participar. É sobretudo ao nível das relações interpessoais que têm vindo a ser identificadas expressões de idadismo (Marques *et al.*, 2020), sendo por isso fundamental a tomada de consciência das pessoas em relação ao fenómeno para o seu combate e o desenho de políticas públicas que o contrariem, na senda do desafio lançado pela Organização Mundial de Saúde em 2021 (WHO, 2021).

Por fim, fatores estruturais, relacionados com o contexto histórico e sociopolítico em que as pessoas vivem consubstanciam-se também enquanto barreiras à participação das

peessoas mais velhas. Fenómenos de pobreza estrutural que afetam ainda uma franja significativa da população adulta mais velha em Portugal foram identificados como fortes condicionantes das suas possibilidades de participação social, cívica e política, reforçando o seu potencial de vulnerabilidade a situações de exclusão, bem como a invisibilidade e a falta de poder de um número significativo de pessoas, com percursos de vida marcados por um afastamento de contextos de participação e de reivindicação cívica e política.

As pessoas que participaram neste estudo consideram que em Portugal as pessoas adultas mais velhas não são efetivamente ouvidas, inclusivamente a nível local e comunitário. Defendem que é muito importante que a nível micro, meso e macro sejam encontradas estratégias, com a intervenção de vários protagonistas, que permitam ouvir pessoas adultas mais velhas com perfis diversos, perceber os seus interesses e assim criar condições para que possam colocar as suas capacidades e competências ao serviço das suas comunidades, por um lado, e encontrar espaços de reivindicação e de ação cívica e política, por outro. Experiências em outros locais permitem-nos perceber o fulcral papel das políticas públicas para uma maior e mais efetiva participação social, cívica e política das pessoas mais velhas, nomeadamente através do incentivo à sua organização e ação enquanto grupo com interesses e reivindicações próprias (Durandal *et al.*, 2018).

A perceção de que vivemos numa sociedade estruturalmente idadista é evidenciada neste estudo como uma barreira estrutural à participação das pessoas adultas mais velhas. A necessidade de uma abordagem integrada em relação ao envelhecimento, assente numa perspetiva de percurso de vida, poderá permitir o fortalecimento da resiliência comunitária em relação aos desafios e adaptações que o envelhecimento implicará, para que cada vez mais pessoas possam ter a possibilidade de participar nas suas comunidades durante mais tempo.

Como evidenciaram Martinson e Minkler (2006), reforça-se, neste estudo, que é fundamental considerar que fatores de ordem social, económica e institucional condicionam as possibilidades de escolha das pessoas adultas mais velhas, levando a vivências de etapas mais avançadas do ciclo vital distantes daqueles que seriam os seus desejos e expectativas. Isto é especialmente relevante para se poder problematizar a questão da participação para além da liberdade das pessoas para escolherem o que fazer após a sua reforma, focada numa perspetiva de responsabilização individual das pessoas e, não raras vezes, culpabilizadora do seu não envolvimento, quando estamos perante um fenómeno que é amplamente condicionado por questões estruturais, que tenderão a se sobrepor a questões de ordem pessoal.

Referências

- Adler, R. P.; Goggin, J. (2005). What do we mean by “Civic Engagement”?, *Journal of Transformative Education*, 3, 236–253. <https://doi.org/10.1177/1541344605276792>
- Adler, G., Schwartz, J., Kuskowski, M. (2007). An exploratory Study of Older Adults' Participation in Civic Action. *Clinical Gerontologist*, 31:2, 65-75. doi:10.1300/J018v31n02_05
- Age Platform Europe (2022), “The EU leads the rallying for a UN Convention”. Consultado a 3.01.2022, em <https://www.age-platform.eu/campaign/eu-leads-rallying-un-convention>
- Amado, J. C. (2017). Manual de investigação qualitativa em educação. Imprensa da Universidade de Coimbra.
- Ayalon L. (2014). Perceived Age, Gender, and Racial/Ethnic Discrimination in Europe: Results from the European Social Survey, *Educational Gerontology*, 40(7), 499-517.
- Bourdieu, P. (1986), “The forms of capital”. In J. G. Richardson (ed.), *Handbook of Theory and Research for the Sociology of Education*, Nova Iorque, Greenwood Press, 241-258.
- Braun, V., & Clarke, V. (2006). Using thematic analysis in psychology. *Qualitative Research in Psychology*, 3(2), 77–101. <https://doi.org/10.1191/1478088706qp063oa>
- Brown R.L.; Rohlinger D.A. (2016). The effect of political generation on identity and social change: Age cohort consequences; *J Women Aging*, 28(2), 96-111. doi: 10.1080/08952841.2014.950138
- Burr, J., Caro, F. G., & Moorhead, J. (2002). Productive aging and civic participation. *Journal of Aging Studies*, 16, 87–105. doi:10.1016/S0890-4065(01)00036-6
- Cabral, M. V., Silva, P. A., Almeida, M. F. d., & Cabaço, S. (2011). *Seniores de Lisboa: Capital Social e Qualidade de Vida*. Instituto do Envelhecimento – Universidade de Lisboa. Retrieved from Lisboa: https://observatorio-lisboa.eapn.pt/ficheiro/Seniores_Lisboa_SHARE-2011.pdf
- Cabral, M. V. & Silva, P. A. da (2012). Relações entre grupos etários e capital social. *Rediteia: Revista de Política Social*, 45, pp. 79-89
- Calasanti, T. (1996). Gender and life satisfaction in retirement: An assessment of the male model. *The Journals of Gerontology: Series B*, 51B(1), 18-29. <https://doi.org/10.1093/geronb/51B.1.S18>
- Canário, R., Vieira, C., Capucha, L. (2019). *Recomendação: Para uma política pública de educação e formação de adultos*. Conselho Nacional de Educação. https://www.cnedu.pt/content/deliberacoes/recomendacoes/Recomendacao_Politica_Publica_de_EFA_jun_019.pdf

- Caren, N., Ghoshal, R.A., & Ribas, V. (2011). A social movement generation cohort and period trends in protest attendance and petition signing. *American Sociological Review*, 76, 125–151. doi:10.1177/0003122410395369
- Carneiro, N. S.; Menezes, I. (2007). From an Oppressed Citizenship to Affirmative Identities. *Journal of Homosexuality*, 53:3, 2007.
- Carnes, Bruce A.; Staats, David; Willcox, Bradley J. (2014), Impact of Climate Change on Elder Health, *The Journals of Gerontology: Series A*, 69:9, 1087–1091. <https://doi.org/10.1093/gerona/glt159>
- Clary, E. G., & Snyder, M. (1999). The motivations to volunteer: Theoretical and practical considerations. *Current Directions in Psychological Science*, 8(5), 156–159. <https://doi.org/10.1111/1467-8721.00037>
- CMM, Câmara Municipal de Mafra (2019). Estratégia Municipal para o Envelhecimento Ativo e Saudável do Concelho de Mafra. Disponível em https://www.cm-mafra.pt/cm-mafra/uploads/writer_file/document/1392/estrategia_municipal_para_o_envelhecimento_ativo_e_saudavel_do_concelho_de_mafra.pdf
- D'Cruz, Migita; Banerjee, Debanjan (2020), “An invisible human rights crisis: The marginalization of older adults during the COVID-19 pandemic - An advocacy review”, *Psychiatry Research*, 292(113369). doi: 10.1016/j.psychres.2020.113369.
- Dow, Briony; Meyer, Claudia (2010). Caring and Retirement: Crossroads and Consequences, *International Journal of Health Services*, 40: 4, <https://journals.sagepub.com/doi/10.2190/HS.40.4.e>
- Durandal, J., Moulaert, T., Scheider, M., Garon, S. & Paris, M. (2018). Adaptation des territoires au vieillissement: politiques publiques et formes d’agencement démocratique: Les exemples de la France et du Québec. *Retraite et société*, 79, 17-41. <https://doi.org/10.3917/rs1.079.0017>
- Dury, S.; De Donder, L.; De Witte, N.; Brosens, D.; Smetcoren, A.S.; Van Regenmortel, S.; Verté, D. (2016). Is volunteering in later life impeded or stimulated by other activities?, *Research on Aging*, 38(1), 51-75. <https://doi.org/10.1177/0164027515574777>
- Ekman, J.; Amnå, E. (2012). Political participation and civic engagement: Towards a new typology. *Human Affairs*, 22, 283–300. <https://doi.org/10.2478/s13374-012-0024-1>
- Erol, P. Ö. (2017). Political agency at older ages in Turkey. *Illness Crisis and Loss*, 25, 214–231. doi:10.1177/1054137315610031
- Espírito-Santo, Ana (2015), “Citizens’ attitudes towards descriptive representation: the case of women in Portugal”. *European Journal of Women’s Studies*, 28, 1-17. doi: 10.1177/1350506814568036.

- Espírito-Santo, Ana & Baum, Michael (2004). “A participação feminina em Portugal numa perspectiva longitudinal”. In Actas do V Congresso Português de Sociologia - Sociedades Contemporâneas - Reflexividade e Acção, 1-11, Universidade do Minho.
- Ferreira, P., Azevedo C., Menezes I. (2012). The developmental quality of participation experiences: beyond the rhetoric that "participation is always good!". *J Adolesc*, 35(3), 599-610. doi: 10.1016/j.adolescence.2011.09.004.
- Fonseca, António (2011). Reforma e reformados. Almedina: Coimbra.
- Freedman, Marc (2002). Civic Windfall? Realizing the Promise in an Aging America. *Generations: Journal of the American Society on Aging*, 26(2), 86–89. <https://www.jstor.org/stable/26555149>
- FCG, Fundação Calouste Gulbenkian (2022). Envelhecimento na comunidade. Consultado em 25.08.2022, em <https://gulbenkian.pt/programas/programa-desenvolvimento-sustentavel/idosos/envelhecimento-na-comunidade/>
- Galligan, Y. (2015), “Influencing women’s civic and political participation: contextual and individual determinants”. In M. Barrett, B. Zani (eds.), *Political and Civic Engagement: Mul-tidisciplinary Perspectives*, Londres e Nova Iorque, Routledge, pp. 54-70.
- Goerres, A. (ed.) (2009). *The political participation of older people in Europe - The Greying of our Democracies*. Great Britain: Palgrave Macmillan.
- Grenier, Amanda; Phillipson, Cristopher (2013), “Rethinking agency in late life: structural and interpretive approaches”, in Jars Baars *et al.* (orgs.), *Ageing, Meaning and Social Structure: Connecting Critical and Humanistic Herontology*. Bristol, Policy Press, 55-80.
- Guest, G., Bunce, A., & Johnson, L. (2006), How Many Interviews Are Enough? An Experiment with Data Saturation and Variability, *Field Methods*, 18:1, 59–82. doi:10.1177/1525822X05279903
- Hank, Karsten; Buber, Isabella (2008). Grandparents Caring for their Grandchildren: Findings From the 2004 Survey of Health, Ageing, and Retirement in Europe, *Journal of Family Issues*, 30:1, <https://doi.org/10.1177/0192513X08322627>
- Human Rights Watch (2022). “No One is Spared. Abuses Against Older People in Armed Conflict”. Disponível em https://www.hrw.org/sites/default/files/media_2022/02/global_olderpeople0222_web.pdf
- Inglehart, R.; Haerpfer, C.; Moreno, A.; Welzel, C.; Kizilova, K.; Diez-Medrano, J.; Lagos, M.; Norris, P.; Ponarin, E.; Puranen, B.; et al. (Eds.) (2014). *World Values Survey*:

Round Six - Country-Pooled Datafile Version:
www.worldvaluessurvey.org/WVSDocumentationWV6.jsp; JD Systems Institute:
Madrid, Spain.

- Iversen, Thomas Nicolaj; Larsen, Lars; Solem, Per Erik (2009), "A Conceptual Analysis of Ageism", *Nordic Psychology*, 61(3), 4-22. <https://doi.org/10.1027/1901-2276.61.3.4>
- Lessard-Hébert, M., Goyette, G., & Boutin, G. (2012). *Investigação qualitativa: Fundamentos e práticas*. Instituto Piaget.
- Levasseur, M., Richard, L., Gauvin, L., & Raymond, E. (2010). Inventory and analysis of definitions of social participation found in the aging literature: Proposed taxonomy of social activities. *Social Science & Medicine*, 71, 2141–2149. <https://doi.org/10.1016/j.socscimed.2010.09.041>
- Marques S., Mariano J., Mendonça J., De Tavernier W., Hess M., Naegle L., Peixeiro F. Martins D. (2020). Determinants of Ageism against Older Adults: A Systematic Review, *Int J Environ Res Public Health*, 17(7).
- Martins, Teresa (2012), *Voluntários/as Reformados/as: Práticas de Voluntariado na Reforma*. Dissertação de Mestrado, Instituto de Serviço Social do Porto
- Martinson, Marty, & Minkler, Meredith (2006). Civic Engagement and Older Adults: A Critical Perspective, *The Gerontologist*, 46(3), 318–324.
- McNamara, T. K.; Gonzales, E. (2011). Volunteer transitions among older adults: The role of human, social, and cultural capital in later life. *Journal of Gerontology: Psychological Sciences and Social Sciences*, 66, 490–501. doi:10.1093/geronb/gbr055
- Menezes, Isabel; Afonso, Maria Rosa; Gião, Joana & Amaro, Gertrudes (2005). *Conhecimentos, conceções e práticas de cidadania dos jovens portugueses*. Lisboa: Direção-Geral de Inovação e de Desenvolvimento Curricular.
- Menezes, I.; Fernandes-Jesus, M.; Ribeiro, N.; Malafaia, C. (2012). *Agência e participação cívica e política de jovens*. In: *Agência e participação cívica e política: jovens e imigrantes na construção da democracia*. Porto: Livpsic, 9 - 26.
- Mike, A.; Jackson, J. J.; Oltmanns, T. F. (2014). The conscientious retiree: The relationship between conscientiousness, retirement, and volunteering. *Journal of Research in Personality*, 52, 68–77. doi:10.1016/j.jrp.2014.07.002
- Morgan, D. (2008). *Snowball sampling*. In L. M. Given (Ed.), Vol. 1 & 2. *The SAGE encyclopedia of qualitative research methods*, 815–816. Los Angeles: SAGE.
- Niedzwiedz, Claire L.; Richardson, Elizabeth A.; Tunstall, Helena; Shortt, Niamh K.; Mitchell, Richard J.; Pearce, Jamie R. (2016). The relationship between wealth and loneliness among older people across Europe: Is social participation protective?, *Preventive Medicine*, 91, 24-31, <https://doi.org/10.1016/j.ypmed.2016.07.016>.

- Norris, P. (2002). *Democratic phoenix: Reinventing political activism*. Cambridge University Press.
- OMS, Organização Mundial de Saúde (2002). *Envelhecimento Ativo: uma política de saúde*. Genebra: Suíça
- OMS, Organização Mundial de Saúde (2007). *Guia Global das cidades amigas das pessoas idosas*. Genebra, Suíça, Disponível em http://apps.who.int/iris/bitstream/handle/10665/43755/9789899556867_por.pdf;jsessionid=A6C6C211A050537CCF3C2EEA4C9717DD?sequence=3
- OMS, Organização Mundial de Saúde (2015). *Relatório Mundial de Envelhecimento e Saúde (Resumo)*. Genebra, Suíça. Disponível em https://apps.who.int/iris/bitstream/handle/10665/186468/WHO_FWC_ALC_15.01_por.pdf;jsessionid=685CE5FDA21449C74D340E68A250BD33?sequence=6
- Okun, M., Pugliese, J., & Rook, K. S. (2007). Unpacking the relation between extraversion and volunteering in later life: The role of social capital. *Personality and Individual Differences*, 42, 1467–1477. <http://dx.doi.org/10.1016/j.paid.2006.10.020>
- Osorio-Parraguez, P.; Navarrete, I.; Briones, S. (2019). Aproximación etnográfica a las manifestaciones de agencia en personas nonagenarias y centenarias en Chile. *Etnográfica - Revista do Centro em Rede de Investigação em Antropologia*, 23 (3), 673-692.
- Pereira, Ana Cristina (2022). *Mulheres da minha ilha, mulheres do meu país*. Lisboa: Bertrand Editora.
- Ponce, M.S.; Rosas, R.P.; Lorca, M.B. (2014). Social capital, social participation and life satisfaction among Chilean older adults. *Rev Saude Publica*. 48(5), 739-49. doi: 10.1590/s0034-8910.2014048004759.
- Postle, Karen; Wright, Peter & Beresford, Peter (2005). Older people's participation in political activity—making their voices heard: A potential support role for welfare professionals in countering ageism and social exclusion, *Practice: Social Work in Action*, 17:3, 173-189, 10.1080/09503150500285123
- Principi, A., Schippers, J., Naegel, G., Di Rosa, M., & Lamura, G. (2016). Understanding the link between older volunteers' resources and motivation to volunteer. *Educational Gerontology*, 42, 144–158. doi:10.1080/03601277.2015.1083391
- Putnam, R. D. (1995). Bowling alone: America's declining social capital. *Journal of Democracy*, 6(1), 65–78. <https://doi.org/10.1353/jod.1995.0002>
- Rasi P., Vuojärvi H., Rivinen S. (2021). Promoting Media Literacy Among Older People: A Systematic Review, *Adult Education Quarterly*, 71(1), 37–54.
- Ribeiro, N.; Neves, T.; Menezes, I. (2016). Participação cívica e política de jovens imigrantes e portugueses, *Análise Social*, 221, li (4.º), 822- 849.

- Ribeiro, Oscar (2012). O envelhecimento “ativo” e os constrangimentos da sua definição, *Sociologia: Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*, 2, 33-52.
- Salanova, Pérez & Mata, Verdaguer (2018). Comment impliquer des aînés en perte d'autonomie fonctionnelle : Le cas de Barcelone. *Retraite et société*, 79, 61-81. <https://doi.org/10.3917/rs1.079.0061>
- Santos, M. H., Amâncio, L. (2012), “Resistências à igualdade de género na política”. *Ex aequo* (25), 45-58.
- Serrat, R., Scharf, T., Villar, F., & Gómez, C. (2020). Fifty-five years of research into older people's civic participation: Recent trends, future directions. *The Gerontologist*, 60(1), e38–e51. <https://doi.org/10.1093/geront/gnz021>
- Serrat, R., Petriwskyj, A., Villar, F., & Warburton, J. (2016). Learning through political participation: A case study of Spanish elders involved in political organizations. *Adult Education Quarterly*, 66, 169–187. doi:10.1177/0741713615627013
- Serrat, R.; Villar, F. (2016). Older people's motivations to engage in political organizations: Evidence from a Catalan study. *VOLUNTAS*, 27, 1385–1402. doi:10.1007/s11266-016-9710-7
- Serrat, R., Petriwskyj, A., Villar, F., & Warburton, J. (2017a). Barriers to the retention of older participants in political organisations: Evidence from Spain. *Ageing & Society*, 37, 581–606. <https://doi.org/10.1017/S0144686X15001361>
- Serrat, R., Villar, F., Warburton, J., & Petriwskyj, A. (2017b). Generativity and political participation in old age: A mixed method study of Spanish elders involved in political organisations. *Journal of Adult Development*, 24, 163–176. doi:10.1007/s10804-016-9255-4
- Serrat, R., Warburton, J., Petriwskyj, A., & Villar, F. (2018). Political participation and social exclusion in later life: What politically active seniors can teach us about barriers to inclusion and retention. *International Journal of Ageing and Later Life*, 12(2), 53–88. <https://doi.org/10.3384/ijal.1652-8670.18395>
- Serrat, Rodrigo; Chacur-Kiss, Karima; Villar, Feliciano (2021). Breaking the win -win narrative: The dark side of older people's political participation, *Journal of Aging Studies*, 56, 100911, <https://doi.org/10.1016/j.jaging.2021.100911>.
- Schulz, Wolfram; Ainley, John; Fraillon, Julian; Kerr, David; Losito, Bruno (2010). “ICCS 2009, civic knowledge, attitudes, and engagement among lower secondary school students in 38 countries: international report”. Amesterdão, International Association for the Evaluation of Educational Achievement (IEA).
- Verba, S.; Schlozman, K. L.; Brady, H. E. (1995), *Voice and Equality: Civic Voluntarism in American Politics*, Cambridge, ma, Harvard University Press.

- Viegas, José Manuel (2014), “Associativismo, sociedade civil e democracia”. Comunicação apresentada no “Congresso Democracia e Associativismo”. Disponível em <https://repositorio.iscte-iul.pt/bitstream/10071/14242/1/Associativismo%2C%20Sociedade%20Civil%20e%20Democracia.pdf>
- Vincent, J.A., Patterson, G., & Wale, K. (2001). *Politics and Old Age: Older citizens and political processes in Britain* (1st ed.). Routledge. <https://doi.org/10.4324/9781315187792>
- Wilson, J. (2000). Volunteering. *Annual Review of Sociology*, 26, 215–240. <http://dx.doi.org/10.1146/annurev.soc.26.1.215>
- World Health Organization (WHO) (2021), *Ageism is a global challenge: UN*. Consultado em 20.12.2021, em <https://www.who.int/news/item/18-03-2021-ageism-is-a-global-challenge-un>.
- Xu, Q., Perkins, D.D. and Chow, J.C. (2010), Sense of Community, Neighboring, and Social Capital as Predictors of Local Political Participation in China. *American Journal of Community Psychology*, 45: 259-271. <https://doi.org/10.1007/s10464-010-9312-2>

Capítulo 2: Engagement in civic organisations in old age: Motivations for participation and retention

Artigo publicado:

Martins, Teresa A.; Nunes, João A.; Dias, Isabel; Menezes, Isabel (2021), Engagement in civic organisations in old age: Motivations for participation and retention, *Journal of Aging Studies*, 59. doi: 10.1016/j.jaging.2021.100977

Abstract

Although the importance of older citizens' civic engagement has been highlighted in research and policy, the topic remains underexplored. In this study, we discuss older Portuguese citizens' motivations for civic engagement. The research is based on interviews with eighteen participants aged over 60, who are retired but active in civic organisations, in which they hold or have held leadership positions. We employed thematic analysis to examine the qualitative data. The findings suggest a range of motivations for participation, with personal and ideological/political motives emerging as relevant for involvement, retention and leaving, and interpersonal relationships motivating involvement and retention. However, the specific motivations differ as a function of not only the stages of involvement/retention/leaving, but also the type of organisation and the participants' life experiences. There are notable differences between the motivations for involvement in cultural and recreational organisations, neighbourhood organisations and volunteer programmes, where the emphasis is on fostering interpersonal relationships, and the more ideological/political motivations that appear as determinant within political and activist organisations. As such, this study brings a more complex understanding of the range of motivations for civic engagement in later life, with significant implications for fostering older citizens' mobilisation and sustained engagement.

77

Keywords

Civic engagement; political participation; aging; motivations; retention; organisational diversity.

Introduction

Civic and political participation is a key determinant of healthy ageing (Levasseur et al., 2010) and can have a positive impact on the mental health of older people, particularly in

relation to depression (Wilson, 2012). Additionally, participation favours social integration and life satisfaction at this stage of the life cycle (Timonen et al., 2011), which may result in a healthy life expectancy (Chiao et al., 2013).

Participation of older society members is defined as “direct involvement of (senior) citizens in order to increase their influence on decisions and processes that affect their lives and their community at the collective level and in which they take an active role as agents of social change” (Almeida, 2016, p. 412). In fact, participation is seen as a fundamental underpinning of democracy (Sullivan and Transue, 1999; Zask, 2011). Not surprisingly, at the same time that concerns about the quality of democracies are emphatically being voiced (Putnam, 1995; Norris, 2002), there has been increased research on civic and political participation, particularly in relation to groups that are viewed as deprived: since the 1990s, youngsters (e.g., Menezes et al., 2012; Banaji, 2020), disabled people (Loja et al., 2011; Priestley et al., 2016) and, more recently, older people (Ang, 2019; Osorio-Parraguez et al., 2019; Bilon, 2020; Serrat et al., 2020).

There has long been recognition in the literature that participation “is in acute crisis because three matters are being raised at the same time: new people want to participate, in relation to new issues and in new ways” (Verba, 1967, p. 54). Participation takes place in different contexts and in diverse formats, and an array of circumstances shape how people participate (e.g., Zask, 2011; Nunes et al., 2014). Consequently, there has been an effort to develop a broader understanding of the various dimensions of participation. Ekman and Amnå (2012) consider a large range of social, civic and political activities in their typology, from the more traditional and conventional, like involvement in political parties, to emerging, non-conventional actions, such as online participation, for example. These authors also distinguish individual and collective forms of participation and note non-participation expressed in both active (e.g., refusing to talk about politics) and passive (such as non-voting) forms of disengagement. This typology has been used in research on the participation of different groups, involving both young people (e.g., Menezes et al., 2012) and older people (Serrat et al., 2018). Serrat et al. (2020) use Ekman and Amnå’s (2012) typology as a basis to conduct a scoping review of the literature on older people’s participation, also distinguishing between individual (e.g., donating money, boycotting) and collective (e.g., volunteering, demonstrating) forms of participation with varying degrees of intensity.

Important gaps in the research remain. For instance, Serrat and Villar (2016) argue there is a need to explore the engagement of older people in political organisations, because this kind of involvement requires a high level of commitment in terms of time and duration, civic skills and emotional investment. Additionally, different types of participation might be

sustained by different motives and might result in different experiences and outcomes (Serrat et al., 2020). Finally, there are two additional factors whose roles must be examined. On the one hand, some studies suggest that older people's civic engagement is highly dependent on the socio-historical context (Goerres, 2009). On the other hand, studies on the motivations of older people must take into account their life contexts, to identify factors that may influence participation (Aw et al., 2017; Cuyvers et al., 2018).

This study aims to address some of these research gaps by exploring the civic engagement of older people in Portugal. Portugal is an interesting case for two main reasons. First, it is the European country with the second-highest ageing index: 161.3% in 2019 (Pordata, 2021). Second, Portuguese older people lived through a long period of dictatorship (1926-1974), and as such, their generation experienced severe limitations in terms of civic and political rights, which may be unfavourable to participation (Goerres, 2009; Cabral et al., 2011). We will focus on the narratives about motivations for the civic and political participation of retired people aged over 60 years, who are active in civic organisations, in which they hold or have held leadership positions.

Motivations for civic engagement in old age

As we noted previously, studies on older people's civic engagement have been on the rise and, among these, research about involvement in voluntary activities dominate (Serrat et al., 2020). Motivations for involvement in voluntary activities are influenced by factors such as age (Okun and Schultz, 2003) or the social and cultural capital of each person (McNamara and Gonzales, 2011; Principi et al., 2016). Although older people's motivations to volunteer are diverse, the literature highlights desires to establish interpersonal relationships or connect with the community (Okun and Schultz, 2003), personal development and well-being (Yamashita, López, Soligo and Keene, 2017), or learning (Cook, 2011). Generativity or a concern with future generations are also noted in the literature on motivations for volunteering in later life (Narushima, 2005; Yamashita, et al., 2017). In fact, generativity emerges in the literature as a relevant motivation for the involvement of older people, both in voluntary activities and in civic or political contexts (Adler et al., 2007; Serrat and Villar, 2016).

Studies on the motivations for involvement in civic and political participation of older people report diverse and various dimensions (Goerres, 2009; Barnes et al., 2012; Serrat and Villar, 2016; Cuyvers et al., 2018). For example, Barnes et al. (2012) argue that it is crucial to consider the "complex interplay between personal, social, cultural, political and spatial factors that lead to particular individuals becoming involved in particular participation

initiatives” (p. 264), as it is evident that involvement tends to result from interconnections between several motivations (Petriwskyj et al., 2014). This complexity is supported by Serrat and Villar (2016), who found that the motivations for people's involvement in political organisations vary according to organisational type. Despite this, some studies highlight motivations that relate to older people's desire to contribute to their communities, on the one hand, and motivations that relate to self-interest, on the other, like having access to information and being heard (Petriwskyj et al., 2014), fostering personal growth and ensuring self-protective needs (Serrat and Villar, 2016), or “being considered a valuable member of society” (Adler et al., 2007, p. 70).

A ‘recommendation’ or invitation for participation made directly by other people appears to foster older people’s involvement in political activities (Serrat and Villar, 2016). However, this factor also emerges as relevant for involvement in voluntary activities since, as Clary and Snyder (1999) point out, “persuasive messages can motivate people to initiate volunteer service to the extent that the messages are tailored to the specific motivations important to individual recipients of the messages” (p. 158). In other studies, researchers conclude “that having a friend with whom to participate with [sic] would increase their participation” (Adler et al., 2007, p. 73), which may reinforce the potential of the person's social network during this stage of life.

A few studies address the factors that promote retention in civic organisations and the barriers for continued engagement (e.g. Tang et al., 2010; Wilson, 2012; Serrat et al., 2018). Researchers have shown that political participation in more formal institutional contexts tends to last longer (Goerres, 2009) and that, in addition to factors like income and education (Adler et al., 2007; Goerres, 2009), contextual factors are also determinant: “Where and when an individual grows up matter for political participation in later life” (Goerres, 2009, p. 159). Serrat et al. (2017) refer to three types of barriers to the retention of older participants: means-related (like health or income), motives-related (like disillusionment or lack of interest) and opportunity context-related barriers (related to organisational questions). Understanding what fosters or prevents this continuity is fundamental “to maximise the benefits and minimise the costs associated with political participation” (Serrat et al., 2017, p. 583). In turn, some studies conclude that people with more volunteer experience are less likely to drop out (Tang et al., 2010; McNamara and Gonzales, 2011). Factors related to the volunteering experience itself shaped the retention of volunteers, as well as personal resources for participation, such as health or time (Tang et al., 2010), family responsibilities (Aw et al., 2017) and other factors, like education and income (Timonen et al., 2011). Furthermore, volunteering seems to have a positive impact on increasing people's self-confidence, enhancing their social connections and helping to

structure their daily lives (Morrow-Howell et al., 2014) which may also be relevant factors for their continuity in these activities, providing emotional safety (Aw et al., 2017).

Materials and methods

Study setting, design and procedure

This qualitative study (Lessard-Hébert et al., 2012) explored the narratives of older Portuguese citizens who were actively involved in civic organisations. This study was approved by the joint ethics committee of the Porto Hospital Centre and the Institute of Biomedical Sciences Abel Salazar, University of Porto.

In 2018, the first author conducted 16 semi-directed interviews (Amado, 2017), with 18 participants. Inclusion criteria were: retired; over 60 years of age; and actively involved in civic organisations, in which they hold or have held leadership positions. The sampling strategy was based on the “snowball” method (Morgan, 2008). Initial interviews were made based on personal networks and interviewees identified other eligible participants that provided diversity in the type of organisations engaged in. The selection of participants was made with attention to age, gender, background, region where they live and the type of organisations they belong to.

Contacts were made via e-mail or telephone explaining the objective of the study, the criteria to select interviewees, and inviting their participation. The interviews were scheduled for dates convenient for the participants, in places selected by them, and took place in different locations in Portugal. All the interviews were recorded on audio, with prior consent from the participants. At the beginning of the interviews, the objectives of the study were again explained and the interviewees and the first author signed a declaration of informed consent to participate. The guiding topics were the identification and characterisation of the organisations in which they were involved and the involvement of the participants in the context or organisation in question. We sought to understand the motivations for their involvement and continuity and potential barriers to their retention in the organisations. The interviews were conducted in Portuguese, the mother tongue of all those involved, and ranged from 20 minutes to one hour and 50 minutes, with an average of 69 minutes, and they were transcribed in full, resulting in a total of 218 word pages of transcripts.

Participants

This study involved 18 people, 10 males and eight females, aged between 64 and 89 years. The participants came from different geographical origins (urban and rural), providing a

relative overall coverage of the Portuguese territory. In terms of education, one person attended elementary school, five had graduated high school, two people had some higher education, seven held university degrees and one held a master's degree. As participants had, at the time of the interviews or previously, leadership positions, this educational profile is not surprising because these roles tend to be carried out by more qualified individuals (Delicado et al., 2002; Inglis and Cleave, 2006). Since we ended up with a sample with higher qualifications than the average Portuguese population in these age groups, our interviewees are not representative, but may be more accurate representations of organisational leaders.

All the interviewees were involved in civic organisations that they themselves identified as contexts of social, civic and/or political participation that had distinct features and missions: (i) senior universities (2); (ii) cultural and recreational organisations (4); (iii) organisations that promote volunteer programmes (3); (iv) neighbourhood associations (1); (v) activist organisations focusing on older people's rights (3), women's rights (1), antiracism (1) and political memory (2); and (vi) political party (1).

Additionally, some of the interviewees mentioned that they were members of other organisations such as trade unions, fire departments, political parties, among others, but the focus of this analysis was the organisation in which they were investing the most time and in which they have or had leadership positions.

Data analysis

The data was examined using thematic analysis (Braun and Clarke, 2006). Due to its flexibility, thematic analysis provides meaning to the context in which the data were collected, thus contributing to a better understanding of it. An inductive approach was employed to analyse the data, following the steps proposed by Braun and Clark (2006): (1) "familiarisation with the data": with the full transcription and reading of the interviews, which resulted in some relevant notes for the analysis of the data; (2) "generating initial codes": organisation of the data according to possible codes relevant to the analysis by the first author, and subsequently discussed with the co-authors; (3) "searching for themes": organisation of the codes into possible themes; (4) "reviewing themes": discussion and confirmation for all authors that the themes are consistent, considering the codes identified, and elaboration of a "thematic map" for the analysis; (5) "defining and naming themes": identifying the story that the analysis tells to clarify and define the names of each theme (p. 87). The full dataset was analysed in Portuguese and the interview excerpts used in the

article were translated into English. They were reviewed by a native English speaker to ensure that the original meaning of what was said by the participants was maintained.

Results

In line with previous studies on older people's civic engagement, we found a wide range of motivations. Many of the participants reported more than one motivation for involvement, to continue participating, and to potentially leave the organisations at some time in the future. However, motivations for their initial involvement were not necessarily the same as those they identified for their retention in these organisations. Finally, the reasons participants would possibly leave the organisations were also diverse. The thematic map presented in Figure 1 represents this complex interface of motivations and Table 1 outlines the main findings.

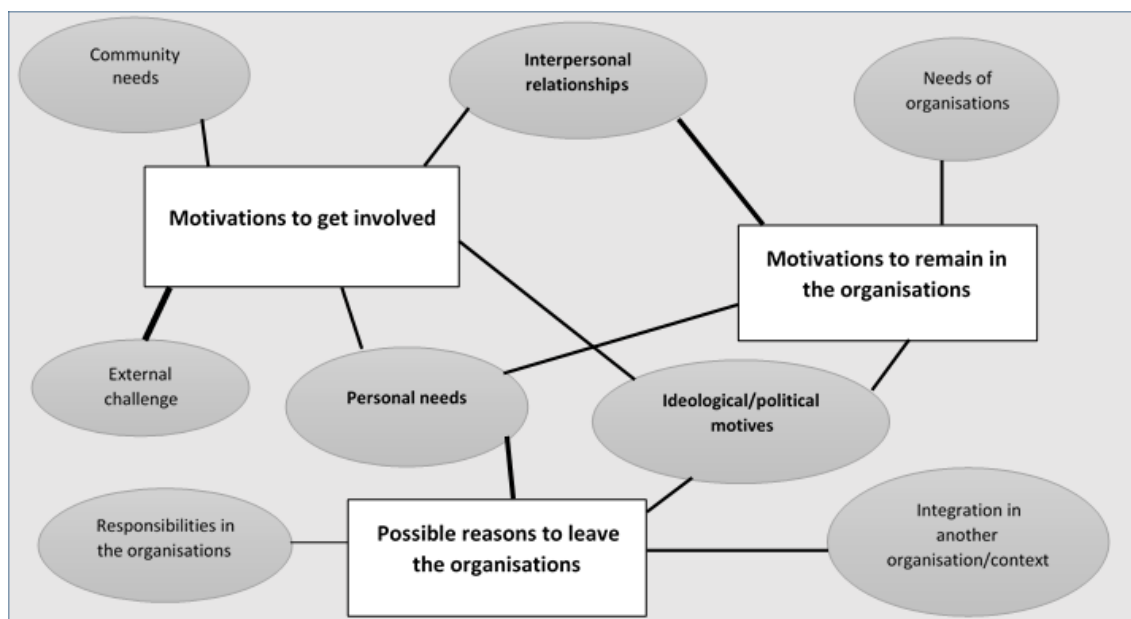


Fig. 1. Thematic map of the analysis

Motivations to get involved

All the respondents shared some motivations for civic engagement, yet vast differences were reported by interviewees.

Personal needs

For some, one of the main motivations was the need to have a purpose, to have something to be devoted to and give meaning to their lives, beyond their personal and family responsibilities. This was especially evidenced by people who became involved after retirement and, in many cases, was related to the need to maintain an active role:

This appeared just when I really needed it (...) no, I don't want to be here anymore all alone, I was starting to feel unwell, picking on the people around me, so the best thing really was for me to apply [to the volunteer project]. (female, 70, organisation that promotes volunteer programmes)

Once people are free from professional commitments and if they feel able, healthy and willing to do other things, participation was seen as an opportunity to stay active:

So, people think to themselves: how can I stay active, linked to my background and my professional experience, where I can continue to work, so long as my health and personal life lets me. (female, 70, organisation that promotes volunteer programmes)

The desire to learn was another significant motivation, and particularly evident in people who had been involved in such contexts throughout their lives:

I've been here for many years and I've come to understand certain realities, and I'm also a scholar in this area... I want to learn, I like to find out about things, I like to read... (...) and I have also participated in several forums, in several congresses in the area... (male, 68, cultural and recreational organisations)

For other people, civic engagement was the result of significant life events, which encouraged them to think about those activities as a way of contributing to something that had affected them in some way. This motivation was more explicit in involvement in volunteer programmes, particularly hospital volunteering:

It was after what happened, a sister of mine who died from breast cancer (...) she was sick for five years and she died when she was only 45 ... I was deeply shocked and it affected me terribly... afterwards, I was quite angry as well (...) and then I thought "what can I do?" (...) "If only there was something I could do" ... I felt how useful it could be to care for someone who needed help... (female, 83, organisation that promotes volunteer programmes)

Interpersonal relationships

The need to foster interpersonal relationships also motivated participation, particularly for people who became involved after retirement. This was especially relevant for interviewees associated with organisations such as senior universities, cultural and recreational organisations, organisations that promote voluntary programmes and neighbourhood associations:

I found this one interesting because (...) we have the opportunity to work with people and meet other people, and also to feel better about ourselves, (...) I think that apart

from what we learn, there is also... we feel higher self-esteem. (female, 70, senior university)

Although it relates to interpersonal relationships, it is important to highlight that intergenerational contact has been identified as a motivation for this involvement, closely related to the opportunity to discuss and share ideas with younger people:

I think my younger colleagues like to talk with me, they listen to me and ask me for advice. It makes me very happy to know that I can contribute to a discussion, even at the union level... (male, 72, political party)

Ideological/political motives

The interviewees revealed various motivations that we deem ideological or political, since it was the ideological principles, values and priorities of the organisations that attracted them. These motivations are especially relevant to organisations such as political parties and activist organisations. In many cases, the motivation to participate resulted from concerns or principles they shared with those organisations:

As someone who tends to be left wing on many issues, I realised I had to be part of the B. [political party], because of the values they stood for in terms of cultural policy, as well as the values that should be fundamental for society, namely, a socialist and secular democracy, one of my essential values as a citizen, which the B. also advocates. (male, 72, political party)

85

The identification with people who are or were members of a certain organisation was highlighted as a motivation to get involved in that organisation, considering the shared principles and values:

I've been a member of [name of the organisation] since the time of Maria de Lurdes Pintassilgo, who was someone I admired deeply because of her convictions, of what she did, her consistency, the way she defended her ideas, the openness with which she practiced her religion [Catholicism]. (female, 79, activist organisation)

Consequently, the organisation's cause was also mentioned as an incentive, and this was especially relevant for people involved in more activist organisations:

I decided to join because... listen, I've never been a political activist (laughter), but... I believed above all in the project they presented at the time, to constitute the A.... And this project had to do precisely with advocating for the rights of older people, which was fundamental to me...it's about dignity, isn't it? (female, 64, activist organisation)

Community needs

Addressing a given need in the community was another reason people participated, namely in the foundation/creation (and subsequent management) of different initiatives in their communities. This was especially relevant in the case of senior universities and activist organisations:

We founded the Senior University because we started seeing a pensioner at the coffee shop, then another, and then another, and we'd meet them at the coffee shop. It became tiresome and we had to do something for these pensioners. (female, 70, senior university)

The willingness to contribute to the community was a major motivation, especially regarding involvement in cultural and recreational organisations, volunteer programmes and neighbourhood associations:

I wanted to help, I didn't have any problems, but there was an association that was trying to develop the neighbourhood in general... It was to help the association and contribute to the community. (male, 89, neighbourhood association)

Some of the interviewees said that one of their motivations for getting involved related to a desire to help others. This motivation was especially relevant among those involved in cultural and recreational organisations, volunteer programmes and neighbourhood associations:

The others. Deep down, it's a gift to others. I'm doing it for my benefit, of course! But I'm doing it for others. I think that what surrounds me, where I live, is important. I have others around me, and that's that. (male, 70, cultural and recreational organisation)

External challenge

A wide variety of motivations led interviewees to become involved in initiatives that they identified as social, civic and/or political participation, but one factor was common across respondents: an external challenge was crucial to the decision of becoming involved in those initiatives. In most cases, this external challenge took the form of invitations addressed personally to the interviewees by people they knew, who were in some way linked to those initiatives:

I was invited: "But don't you want to be on the board of M.?" And I accepted. (...) People don't like to think about this issue, the retired, but (...) I'm interested, it's something I care about. (male, 74, activist organisation)

On other occasions, this external challenge arose from the person's access to information about opportunities to participate in what might interest them. This information reached people through advertisements or news in newspapers, among other media.

That's when I saw an ad for the [name of the organisation]. Doctor R. was looking for volunteers in the newspaper. At the time, they placed ads in the newspaper for a training course and I said, "If only there was something I could do ..." (female, 83, organisation that promotes volunteer programmes)

Motivations to remain in the organisations

Regarding the motivations to stay in the organisations, there was some overlap with their initial reasons for involvement, but some changes were noticeable, as some of the aforementioned motivations grew stronger, while others dimmed in importance.

Personal needs

As with the motivations for involvement, the need to remain active was also a reason to remain in the organisation:

I think it's a way for people to overcome some of the problems they have and it's a good way to not be isolated and to have something to accomplish. (female, 70, senior university)

87

Learning was another motivation to continue the involvement:

There it is, to socialise and to learn new things. (female, 89, senior university)

In addition, the personal stimulation and satisfaction participation provided was one of the reasons why people remained connected to these organisations. This involvement resulted in opportunities to do diverse things that people value, such as:

Look, I've done a lot of things in my life, I've done theatre, I recorded a show for television with two other people, (...) I've done so many things that I think my life could be a movie (...) I've done everything! [from Senior University] to lunch with the President of the Republic, who invited me. (female, 89, senior university)

Interpersonal relationships

A desire for interpersonal relationships was one of the motivations for participation, but appears as much more relevant as a reason to stay. Regular contact makes it possible to establish and strengthen links/networks among the members of the organisations and/or with other people involved. This was a very clear motivation to remain involved in these institutions:

I've thought about this before... If I sometimes think the meetings are frustrating and there are other places I'd rather to be and other things I'd like to do, why do I keep going? I continue because I have many things in common with the people there.
(female, 79, activist organisation)

The recognition by others that often stems from these experiences of participation was also an important incentive for people to remain connected. Being asked for help or opinions on various matters was one way this recognition manifested:

Throughout the year, people come to me (...) looking for me to give them advice... on mental health and more spiritual problems... (...) I do indeed try to help people. My door is always open. (male, 78, cultural and recreational organisation)

The feeling of belonging in the organisation was also a strong motivation for continuity. People felt like part of the organisation and important both to the operation of the organisation itself and to the other members:

We feel it [a sense of belonging]. I mean, I am no longer at the service of my family, but I am at the service of the M. (laughter). (male, 74, activist organisation)

Needs of the organisations

Respondents' need for involvement generated motivations for retention itself as several mentioned their responsibilities in the organisations as one of the reasons for continuing to participate. Some expressed a desire to leave the board, which did not necessarily mean leaving the organisation. Yet they would not leave the board if there was no one available to replace them. In some cases, this was a reason to remain in the organisations, despite regretting having to do tasks they no longer wished to:

Look, because it's really hard to find people who want to take over these things [the board] (...) sometimes we say, "Forget it, let's leave..."... and then what? (...) we want to leave, but there's already a structure, there's already some recognition.
(female, 77, organisation that promotes volunteer programmes)

Likewise, feeling useful to the organisation and aware that their work was recognised and valued by other members motivated some people to stay:

But I'll stay here as long as they think I'm useful... so... I feel engaged [with the volunteer organisation]. In part, I think it's useful for me, but I think I'm also developing something that's beneficial for the institution... (female, 83, organisation that promotes volunteer programmes)

Ideological/political motives

Ideological/political motives remained relevant for the retention of older participants, however, these motivations were different than those for involvement. The fact that the work accomplished in the organisation resonated with the participants and contributed to the community was relevant for retention. Some people continued to feel that the causes that motivated them to engage with a certain organisation were still important and necessary:

Basically, the reasons why I started are still the same... (...) I mean, I want to be here, in a society. (...) now with more arguments and more skills to work, to fight against these things [racism and xenophobia], but also with more difficulties at the same time. (male, 67, activist organisation)

In addition, the intergenerational transmission of values, principles and knowledge was a relevant incentive to continue. For many, especially in the case of participants in organisations of a more political nature, including those involved in the preservation of political memory, this motivation was very strong and a determining factor for their continuity:

First of all, it is important to make part of our history [the dictatorship period] known [to younger generations], so that we never return to that state of affairs [fascism]. (male, 81, activist organisation)

Possible reasons to leave the organisations

Personal reasons

Reasons to end their participation were mainly personal or economic, regardless of the type of organisations. The most common motive for resignation was related to health issues (both physical and mental):

The (physical) disabilities [is a reason to resign ...] I've already lost some capabilities. (male, 78, cultural and recreational organisation)

Age was also mentioned by some participants as a motive to leave the organisation:

Look, I think younger people have other abilities that I don't have... with age, we have less energy, we're less active, can't do more things... (female, 83, organisation that promotes volunteer programmes)

Similarly, the need to support the family, to be more present in family matters and to spend more time with the family were mentioned as possible reasons for leaving:

If something serious happens in my family, I may have to stop for a while. (female, 70, organisation that promotes volunteer programmes)

Engaging with another organisation/context

Across contexts, from volunteer programmes to political organisations, people mentioned the possibility of leaving their organisations, but did not wish to stop participating. Instead, they wanted to find alternative ways or other contexts in which they could participate. Hence, if they could no longer be involved in their organisations, many would try to adapt to participating in other activities, where they could continue to play an active role. In summary, they expected to replace their current activity with a new one more compatible with any limitation that did or could hinder them:

I would try to do other things, my health allowing, wouldn't I? If I can't move, if I can't drive the car... I'll try to do some things that my health and also intellectual, cognitive conditions allow me to... (female, 77, organisation that promotes volunteer programmes)

Some participants felt the need to do other things and thus wanted to halt their involvement. The need for a new challenge was one reason that made them leave one organisation for another:

The only reason I have is that all my life I've had a time to get in and a time to get out. I really like to leave things at their peak and move on, to leave with some sense of pride (...) For now, I still feel the drive to continue. When I begin to lose a little bit of that drive... (male, 68, activist organisation)

90

Responsibilities in the organisations

The responsibilities that people take on in organisations may be a motivation to stay involved, but they can also generate fatigue and a desire to leave the organisation. Therefore, weariness brought about by the work in the organisations was a possible reason for leaving:

I've thought about leaving, because it's very stressful (...) And I must tell you that doing the newsletter every two months [is tiring] (...) I suffer a lot from this. I suffer a lot from doing the newspaper... (male, 74, activist organisation)

The end of a mandate on a board was also a possible opportunity to cease their involvement:

Of course! I will leave... my mandate ends in two years [...] If I don't leave before for some other reason... (female, 83, organisation that promotes volunteer programmes)

Political or ideological reasons

Some participants mentioned political or ideological issues as possible factors for abandoning organisations. Disagreement with the administration or lack/loss of rapport with the work accomplished, due to changes in operations or principles and priorities of action, were reasons to leave the institutions, mainly in activist organisations:

Yes, I have thought about it [leaving] [...] if, for example, A. became hostage to a political party, I'd leave immediately. (female, 64, activist organisation)

No intention of ending participation

However, when asked about the possibility of ending their involvement in these organisations, several people explicitly stated that they were not considering such an option and that they were unable to identify any reason to leave the organisation in question. They had no intention whatsoever of leaving these institutions:

Nothing! I see no reason to walk away from the association. Quite the opposite... (male, 89, neighbourhood association)

Overall, it is important to highlight the diversity of motivations the older people had for civic engagement. Our analysis revealed that there are differences between the motivations for initial involvement and for continued participation in these organisations, but also that the motivations differ by organisation. The desire to help others, the need to contribute to the community and also interpersonal relationships were relevant motivations for people involved in organisations like senior universities, cultural and recreational organisations, organisations that promote volunteer programmes and neighbourhood associations. Political and/or ideological alliances and connection to the values, principles and other members, were especially important for those in activist organisations and in political parties. The importance of intergenerational contact, related to the opportunity to discuss and share ideas with younger people, was a relevant motivation for people involved in activist organisations, particularly those with a focus on political memory. Hence, intergenerational transmission and sharing of knowledge were incentives for continuing in these organisations.

Motivations to get involved		Organisations
Personal needs	• Need to have a purpose • Need to stay active • Need to learn • Significant life events	• Senior universities • Cultural and recreational organisations • Organisations that promote volunteer programmes • Neighbourhood associations
Interpersonal relationships	• Possibility of interpersonal relationships ◦ Intergenerational contact	• Senior universities • Cultural and recreational organisations • Organisations that promote volunteer programmes

		• Neighbourhood associations • Political party
Ideological/political motives	• Identification with the organisation • Identification with people who are or were members of the organisation • Identification with the cause of the organisation	• Activist organisations (older people's rights, antiracism, women's rights, political memory) • Political party
Community needs	• Addressing a given need in the community • Willingness to contribute to the community • Desire to help others	• Senior universities • Cultural and recreational organisations • Organisations that promote volunteer programmes • Neighbourhood associations
External challenge	• Personally addressed invitations • Access to information on opportunities to participate	• All organisations
Motivations to remain in the organisations		
Personal needs	• Need to remain active • Need to learn • Personal stimulation and satisfaction provided by this participation	• Senior universities • Cultural and recreational organisations • Organisations that promote volunteer programmes • Neighbourhood associations
Interpersonal relationship	• Interpersonal relationships • Recognition from others • Feeling of belonging	• All organisations
Needs of organisations	• Responsibilities they have in organisations • Feeling of usefulness	• All organisations
Ideological/political motives	• Identification with the work accomplished in the organisation • Intergenerational transmission of values, principles and knowledge	• Activist organisations (older people's rights, antiracism, women's rights, political memory) • Political party
Possible reasons to leave the organisations		
Personal reasons	• Health issues • Age • Need to support the family	• All organisations
Integration in another organisation/context	• Adaptation to participate in another context • Need for a new challenge	• All organisations
Responsibilities in the organisations	• Weariness brought on by the work carried out in the organisation • The end of a mandate on the board	• All organisations
Political or ideological reasons	• Disagreement with administration • Lack/loss of rapport with the work accomplished in the organisation	• Activist organisations (older people's rights, antiracism, women's rights, political memory) • Political party

Table 1 Main findings

Discussion

The objective of this study was to explore the civic engagement motivations of retired people aged 60 plus. We aimed to understand the factors that influence continued participation or retention in those organisations. We were able to easily identify a great diversity of experiences in which older people are active participants in to social, civic or political organisations. In concert with prior research (e.g., Barnes et al., 2012; Serrat and Villar, 2016; Cuyvers et al., 2018), this study shows that in Portugal there are several motivations that lead older people to participate, and that these motivations are influenced by different factors. Self-focused and external motivations (i.e., related to others or to the community) emerge as relevant for the involvement of older people in civic organisations, as reported elsewhere (Petriwskyj et al., 2014; Serrat and Villar, 2016; Cuyvers et al. 2018). Self-focused motivations included the need for a purpose in life, to stay active, to learn, and the opportunity to have interpersonal relationships, especially intergenerational contact. The fact that people have no personal constraints (health issues, family stability or other reasons) was a facilitator for the willingness to engage, which is consistent with other studies (Principi et al., 2016; Serrat and Villar, 2016).

Furthermore, desires to contribute to the community and help others were important reasons for civic engagement. For participants who were associated with the foundation of those organisations, contributing to the fulfilment of a communal need was the main reason to engage. Motivations of a more personal nature, such as remaining active, having a purpose or establishing relationships were more frequently noted among those who became involved in these organisations after retirement. Reasons to participate, in turn, were related to helping others or to the cause and nature of the institution (related to ideological/political motives), and were commonly from people who participated before retirement, sometimes for decades. These differences should be explored further, as prior studies reveal that sociodemographic variables impact on the quality of old age experience (Abramson and Portacolone, 2017).

The results of this study support Goerres' (2009) findings that the political participation of older people is contextualised and determined by socio-historical factors. However, the ideological/political motivations that have emerged in this study were quite distinctive from the categories proposed in other studies about political participation of older people (Petriwskyj et al., 2014; Serrat et al., 2017). The memory of fascism was a strong motivation for participation, especially in political parties and activist organisations. It is important to note that Portugal is a recent democracy, established in 1974 after a military coup that put an end to 48 years of fascist dictatorship. Portuguese people who are now aged 65 or older were young adults or adults under this regime, and they have a memory of fascism and its

impact on the daily life of the people – a memory that not only persists but is still an important driver of their participatory behaviour.

This also suggests that remarkable life experiences, such as of the dictatorship in Portugal, may have the opposite effect than findings reporting that this experience can be unfavourable to civic and political participation (Goerres, 2009; Cabral et al., 2011). However, it is important to note that this study mainly involved people who have or have had leadership responsibilities. This is worth examining in future studies, with an eye for social and cultural characteristics (McNamara and Gonzales, 2011; Serrat et al., 2020) and even, we would suggest, political capital, in the form of prior relevant political experiences. Additionally, it is also noteworthy if people have long done active civic and political activities.

We found that information about opportunities for participation was a key factor for the engagement of older people in civic organisations. Indeed, our results were in line with evidence from several other studies that shown that invitations addressed directly to people, as well as access to information about opportunities to participate, are key factors in involvement both in volunteer programmes (Clary and Snyder 1999; Adler and Goggin, 2005) and political organisations (Petriwskyj et al., 2014; Serrat and Villar, 2016).

Despite the commonalities between the motivations that encourage people to become involved in these organisations and those that foster their continuing to do so, there were also some differences. In this study, motivations of a more personal nature, such as personal stimulation and satisfaction derived from participation, remaining active, or learning new skills, were reasons to stay in organisations. However, on a personal level, the main reason that justified continuity was interpersonal relationships, which may include recognition from others. The remaining motivations were mainly associated with building bonds with the organisations, which was accomplished either by the responsibilities assumed or by developing a sense of belonging. These conclusions were in line with the studies developed by Goerres (2009), focused on political participation and Verba et al. (1995), about democratic participation, who claim that this type of involvement requires a high level of commitment to the organisations in which they were involved. In this study, we realised that in political contexts, ideological/political motivations were important to strengthen the participants' commitment to their work and for their retention in these contexts. In addition, as argued by Adler et al. (2007), we noted that generativity was an important reason for participation, and the willingness to contribute to future generations – here connected to ideological/political motivations – was referred to as a strong motivation to remain.

Regarding barriers to retention, the results obtained in this study were consistent with previous analyses. The main reasons mentioned for leaving these organisations related to changes in the participants' personal situation and resources, with special emphasis on health conditions, as highlighted by Tang et al. (2010). Moreover, age also appeared as a reason for leaving these organisations, as well as possible changes at the family level. Age as a reason for discontinuing participation is common in political organisations (Serrat et al., 2017; Serrat et al., 2018), but we also found it in the narratives of people involved in organisations that promote volunteer programmes. This includes leaving governing bodies of institutions, with the rationale on renewal, which perhaps suggests internalised ageism.

As Tang et al. (2010) identified in relation to volunteer organisations, we also found that disagreement or loss of rapport with the organisation was a motive to leave. However, our findings showed that this happened with people involved in various organisations, especially those of an activist and political nature. This again reflects the particularly relevant impact of ideological/political reasons for this type of participation in Portugal.

Lifelong participation also influences the reasons that lead people to leave organisations. People with long trajectories of civic and/or political participation mentioned that mainly ideological/political reasons could lead them to leave and become involved in other contexts. In line with the findings of studies regarding barriers to the retention of older people in political organisations (Serrat et al., 2017; Serrat et al., 2018), some participants mentioned they had no intention of stopping their participation and were unable to identify any reason whatsoever to end their involvement in these activities. This was especially true for people linked to senior universities, cultural and recreational organisations and neighbourhood associations.

We interviewed people in organisations with different characteristics, fields of activity and objectives. We noted that the motivations for involvement among the leaders of the organisations varied by type. Motivations such as the establishment of interpersonal relationships were more common for people involved in cultural and recreational organisations, neighbourhood associations and senior universities than in volunteer programmes. This leads us to question whether, when it comes to 'self protective motives' (Serrat and Villar, 2016) such as interpersonal relationships, the territorial dimension of the organisation might be more relevant than the characteristics of the work itself.

Motivations related to the dimension of values, such as 'helping others', were found in participants involved in volunteer programmes, which was also consistent with previous studies (Okun and Schultz, 2003; Principi et al., 2016). Regarding motivations for involvement in organisations such as senior universities, cultural and recreational

organisations or neighbourhood associations which contribute to the community, helping others or establishing interpersonal relationships were primary. Finally, in contexts where the political dimension of the organisation was more evident, ideological or political motives (such as identification with the organisation's causes and values) emerged more explicitly, framed within cause-based motivations (Serrat and Villar, 2016). In addition, generativity (Adler et al., 2007) was more pronounced in people involved in activist organisations, a topic which may be interesting to explore in future research.

Strengths and limitations of study

This article analysed an understudied issue in Portugal. One of its strengths was the availability and interest of participants who experienced the democratic transition that happened in Portugal in 1974. This aspect was particularly relevant considering that we aimed to analyse the role of political transitions and ideological motivations in the civic engagement of older people.

Future studies of civic engagement in old age should include more participants to access a greater diversity of experiences of participation and people with different life paths and socio-demographic characteristics. This would contribute to an understanding of the extent to which these dimensions shape motivations for civic and political participation in later life and its continuity in Portuguese society. Specifically, we believe that it would be pertinent to study the moment in life when people become involved in civic and political activities. We also propose the study of other dimensions associated with the civic engagement of older people in Portugal and elsewhere, such as the different forms of participation (formal and collective forms of participation, as well as non-institutionalised forms of participation), the impacts of this participation in later life on both the people themselves and their communities, and/or the barriers to participation and the factors that help overcome them.

96

Conclusions and implications for policy and practice

The need to explore and broaden the study of civic engagement of older people in Portugal is evident. In this study on narratives of participation in old age, we realised that there is a wide range of engagement types, which contradicts stereotypical representations in Portuguese society about older people. Therefore, with this study we are contributing to a broader view of what the experience of old age is in Portugal and note distinct similarities with other contexts.

In this study, differences between the motivations of older people to get involved in civic organisations and to remain so were revealed. In addition, different motivations for participation were identified according to the type of organisations the participants were involved in. For instance, ideological/political motivations for participation were more prevalent in organisations with a stronger political nature (political parties, activist organisations), but intergenerational contact was a relevant motivation for both involvement and retention. These results not only make a significant contribution to research in this field, but are also relevant for policymakers and practitioners involved in policy and practice regarding democracy and education. Developing intergenerational strategies that favour the participation of older people who lived in times of dictatorship together with younger people should be a priority for citizenship education. Fostering experiences of intergenerational political participation and exchange may even contribute to strengthening democracy itself.

In this study it was clear that it is essential to invite people to get involved in civic organisations, thus creating conditions for them to participate more effectively in their communities. This means that participation is also very much related to the existence of community structures that encourage people to get involved, or that effectively support initiatives that can be taken by older people. In this sense, civic organisations, as well as municipalities and policymakers can play a key role in enhancing participation.

However, the work of organisations does not end with the involvement of people. Retaining these people is also a relevant indicator to consider when we talk about participation, particularly in old age. As we have shown, people need to feel challenged and recognised in the contexts to which they devote their time and knowledge. However, it is important to remember that an excessive overload can generate weariness and demotivation, leading the person to leave the organisation. This means that it is fundamental to favour more sustainable participation, with the possibility of understanding at each step what makes sense for each person at different moments. The study of civic engagement of older people can be a relevant lens through which to view this stage of the life cycle, with shared values of respecting their autonomy, agency and self-determination.

References

- Abramson, C.M., & Portacolone, E. (2017). What is new with old? What old age teaches us about inequality and stratification. *Sociology Compass*, 11(3), e12450. <http://doi.org/10.1111/soc4.12450>

- Adler, G., Schwartz, J., & Kuskowski, M. (2007). An exploratory study of older adults' participation in civic action. *Clinical Gerontologist*, 31(2), 2007, 65-75. http://doi.org/10.1300/J018v31n02_05
- Adler, R. P. & Goggin, J. (2005). What Do We Mean By "Civic Engagement"? *Journal of Transformative Education*, 3, 236-253. <https://doi.org/10.1177/1541344605276792>
- Almeida, M. F. (2016). Iniciativas de participação cidadã de idosos em Portugal: Um estudo exploratório [Citizen participation initiatives for the elderly in Portugal: An exploratory study]. *Análise Social*, 219, 402-431. http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0003-25732016000200006&lng=pt&tlng=pt
- Amado, J. C. (2017). *Manual de investigação qualitativa em educação* [Qualitative research manual on education]. Imprensa da Universidade de Coimbra.
- Ang, S. (2019). Life course social connectedness: Age-cohort trends in social participation. *Advances in Life Course Research*, 39, 13-22. <https://doi.org/10.1016/j.alcr.2019.02.002>
- Aw, S., Koha, G., Oh, Y., Wong, M., Vrijhoef, H., Harding, S., Geronimo, M., Lai, C. & Hildon, Z. (2017). Explaining the continuum of social participation among older adults in Singapore: From 'closed doors' to active ageing in multi-ethnic community settings. *Journal of Aging Studies*, 42, 46-55. <https://doi.org/10.1016/j.jaging.2017.07.002>
- Banaji, S. (Ed.). (2020). *Youth active citizenship in Europe: Ethnographies of participation*. Palgrave MacMillan.
- Barnes, M., Harrison, E., & Murray, L. (2012). Ageing activists: Who gets involved in older people's forums?. *Ageing and Society*, 32(2), 261-280. <https://doi.org/10.1017/S0144686X11000328>
- Bilon, A. D. (2020). Toward an agentic approach to activist learning: The interplay between agency and learning in the narrative of Polish activist. *Adult. Education Quarterly*. <https://doi.org/10.1177/0741713620968073>
- Braun, V., & Clarke, V. (2006). Using thematic analysis in psychology. *Qualitative Research in Psychology*, 3(2), 77-101. <https://doi.org/10.1191/1478088706qp063oa>
- Cabral, M. V., Silva, P. A., Almeida, M. F., & Cabaço, S. (2011). *Seniores de Lisboa: Capital social e qualidade de vida* [Lisbon Seniors: Social capital and quality of life]. Instituto do Envelhecimento – Universidade de Lisboa. https://observatorio-lisboa.eapn.pt/ficheiro/Seniores_Lisboa_SHARE-2011.pdf
- Clary, E. G., & Snyder, M. (1999). The motivations to volunteer: Theoretical and practical considerations. *Current Directions in Psychological Science*, 8(5), 156-159. <https://doi.org/10.1111/1467-8721.00037>
- Chiao, C. Y., Lee, S. H., Liao, W. C., Yen, C. H., Lin, Y. J., Li, C. R., & Lee, M. C. (2013). Social participation and life expectancy: The case of older adults in Taiwan from 1996 to

2003. *International Journal of Gerontology*, 7, 97-101.
<http://doi.org/10.1016/j.iigge.2012.07.001>
- Cook, S. L. (2011). An Exploration of Learning through Volunteering during Retirement. *The International Journal of Volunteer Administration*, 1, XXVIII, 9 – 19.
- Cuyvers, G., Thomése, F., & van Tilburg, T. (2018). Participation narratives of third age adults: Their activities, motivations and expectations regarding civil society organisations. *Journal of Aging Studies*, 46, 10-16.
<http://doi.org/10.1016/j.jaging.2018.05.003>
- Delicado, A., Almeida, A. N., & Ferrão, J. (2002). *Caracterização do voluntariado em Portugal* [Characterization of volunteering in Portugal]. Instituto de Ciências Sociais da Universidade Nova de Lisboa.
- Ekman, J., & Amnå, E. (2012). Political participation and civic engagement: Towards a new typology. *Human Affairs*, 22, 283–300. <http://doi.org/10.2478/s13374-012-0024-1>
- Goerres, A. (2009). *The political participation of older people in Europe: The greying of our democracies*. Palgrave Macmillan.
- Inglis, S., & Cleave, S. (2006). A scale to assess board member motivations in nonprofit organizations. *Nonprofit Management & Leadership*, 17(1), 83-101.
<https://doi.org/10.1002/nml.132>
- Lessard-Hébert, M., Goyette, G., & Boutin, G. (2012). *Investigação qualitativa: Fundamentos e práticas* [Qualitative research: Fundamentals and practices]. Instituto Piaget.
- Levasseur, M., Richard, L., Gauvin, L., & Raymond, É. (2010). Inventory and analysis of definitions of social participation found in the aging literature: Proposed taxonomy of social activities. *Social Science & Medicine*, 71, 2141-2149.
<https://doi.org/10.1016/j.socscimed.2010.09.041>
- Loja, E., Costa, E. & Menezes, I. (2011). Views of disability in Portugal: "fado" or citizenship?. *Disability & Society*, 26 (5) 567-581.
<https://doi.org/10.1080/09687599.2011.589191>
- McNamara, T. K., & Gonzales, E. (2011). Volunteer transitions among older adults: The Role of human, social, and cultural capital in later life. *The Journals of Gerontology*, 66(4), 490–501. <http://doi:10.1093/geronb/gbr055>
- Menezes, I., Fernandes-Jesus, M., Ribeiro, N. & Malafaia, C. (2012). Agência e participação cívica e política de jovens. In I. Menezes, N. Ribeiro, M. Fernandes-Jesus, C. Malafaia, P. Ferreira (Ed.), *Agência e participação cívica e política: jovens e imigrantes na construção da democracia* (9 - 26). Livpsic: Porto.
- Morgan, D. (2008). Snowball sampling. In L. M. Given (Ed.), *The SAGE encyclopedia of qualitative research methods* (Vol. 1 & 2, pp. 815-816). Los Angeles: SAGE.

- Morrow-Howell, N.; Soo Lee, Y.; Mccrary, S.; McBride, A. (2014). Volunteering as a Pathway to Productive and Social Engagement Among Older Adults. *Health Education & Behavior*, 41(1), 84-90. <https://doi.org/10.1177/1090198114540463>
- Narushima, M. (2005). 'Payback time': Community volunteering among older adults as a transformative mechanism. *Ageing and Society*, 25(04), 567 – 584. <https://doi.org/10.1017/S0144686X05003661>)
- Norris, P. (2002). *Democratic phoenix: Reinventing political activism*. Cambridge University Press.
- Nunes, J.A., Ferreira, P. & Queirós, F. (2014). Taking part: Engaging knowledge on health in clinical encounters. *Social Science & Medicine*, 123, 194 - 201. <http://dx.doi.org/10.1016/j.socscimed.2014.07.017>
- Okun, M. A., & Schultz, A. (2003), Age and motives for volunteering: Testing hypotheses derived from socioemotional selectivity theory. *Psychology and Aging*, 18(2), 231-239. <http://doi:10.1037/0882-7974.18.2.231>
- Osorio-Parraguez, P., Navarrete, I., & Briones, S. (2019). Aproximación etnográfica a las manifestaciones de agencia en personas nonagenarias y centenarias en Chile. *Etnográfica - Revista do Centro em Rede de Investigação em Antropologia*, 23(3), 673-692. <https://doi.org/10.4000/etnografica.7400>
- Petriwskyj, A., Warburton, J., Everingham, J., & Cuthill, M. (2014). Seniors' motivations for participation in local governance: Evidence from an Australian study. *Local Government Studies*, 40(2), 240-263. <http://doi:10.1080/03003930.2013.790812>
- Pordata. (2021). *Pordata: Base de dados Portugal contemporâneo*. <https://www.pordata.pt/en/Europe/Ageing+index-1609>
- Priestley, M., Stickings, M., Loja, E., Grammenos, S., Lawson, A., Waddington, L., & Fridriksdottir, B. (2016). The political participation of disabled people in Europe: Rights, accessibility and activism. *Electoral Studies*, 42. <https://doi.org/10.1016/j.electstud.2016.01.009>
- Principi, A., Schippers, J., Naegele, G., Di Rosa, M., & Lamura, G. (2016). Understanding the link between older volunteers' resources and motivation to volunteer. *Educational Gerontology*, 42(2), 144-158. <http://dx.doi.org/10.1080/03601277.2015.1083391>
- Putnam, R. D. (1995). Bowling alone: America's declining social capital. *Journal of Democracy*, 6(1), 65-78. <http://doi.org/10.1353/jod.1995.0002>
- Serrat, R., Petriwskyj, A., Villar, F., & Warburton, J. (2017). Barriers to the retention of older participants in political organisations: Evidence from Spain. *Ageing & Society*, 37, 581-606. <http://doi:10.1017/S0144686X15001361>

- Serrat, R., Scharf, T., Villar, F., & Gómez, C. (2020). Fifty-five years of research into older people's civic participation: Recent trends, future directions. *The Gerontologist*, 60(1), e38–e51. <http://doi:10.1093/geront/gnz021>
- Serrat, R., & Villar, F. (2016). Older people's motivations to engage in political organizations: Evidence from a Catalan study. *International Journal of Voluntary and Nonprofit Organizations*, 27(3), 1385–1402. <http://doi:10.1007/s11266-016-9710-7>
- Serrat, R., Warburton, J., Petriwskyj, A., & Villar, F. (2018). Political participation and social exclusion in later life: What politically active seniors can teach us about barriers to inclusion and retention. *International Journal of Ageing and Later Life*, 12(2), 53-88. <https://doi.org/10.3384/ijal.1652-8670.18395>
- Sullivan, J., & Transue, J. (1999). The psychological underpinnings of democracy: A selective review of research on political tolerance, interpersonal trust, and social capital. *Annual Review of Psychology*, 50, 625-650. <https://doi.org/10.1146/annurev.psych.50.1.625>
- Tang, F., Morrow-Howell, N., & Choi, E. (2010). Why do older adult volunteers stop volunteering?. *Ageing and Society*, 30(5), 859-878. <http://doi:10.1017/S0144686X10000140>
- Timonen, V., Kamiya, Y. & Maty, S. (2011). Social engagement of older people. In A. Barrett, H. Burke, H. Cronin, A. Hickey, Y. Kamiya, R. A. Kenny, R. Layte, S. Maty, H. McGee, K. Morgan, I. Mosca, C. Normand, C. O'Regan, V. O' Sullivan, G. Savva, N. Sofroniou, V. Timonen, & B. Whelan (Eds.), *Fifty plus in Ireland 2011: First results from The Irish Longitudinal Study on Ageing (TILDA)*. Trinity College Dublin. https://repository.rcsi.com/articles/report/Fifty_plus_in_Ireland_2011_First_results_from_The_Irish_Longitudinal_Study_on_Ageing_TILDA_/10770389
- Verba, S. (1967). Democratic participation. *The ANNALS of the American Academy of Political and Social Science*, 373(1), 53-78. <https://doi.org/10.1177%2F000271626737300103>
- Verba, S., Schlozman, K. L., & Brady, H. E. (1995). *Voice and equality: Civic voluntarism in American politics*. Harvard University Press.
- Wilson, J. (2012). Volunteerism research: A review essay. *Nonprofit and Voluntary Sector Quarterly*, 41(2), 176-212. <http://doi:10.1177/0899764011434558>
- Yamashita, T.; López, E. B.; Soligo, M.; Keene, J. R. (2017). Older Lifelong Learners' Motivations for Participating in Formal Volunteer Activities in Urban Communities. *Adult Education Quarterly*, 67(2), 118–135. <https://doi.org/10.1177/0741713616688957>
- Zask, J. (2011). *Participer: Essai sur les formes démocratiques de la participation*. Le Bord de l'eau.

Capítulo 3: Learning and the experience of social, civic, and political participation in old age

Artigo publicado:

Martins, Teresa Alves; Arriscado Nunes, João; Dias, Isabel; Menezes, Isabel (2022), Learning and the Experience of Social, Civic, and Political Participation in Old Age. *Adult Education Quarterly*. 72(4), 401–421. doi:10.1177/07417136221080432

Abstract

Despite the increase in life expectancy and the intensification of research with older populations, little is known about the relation between adult learning and engagement in social, civic and political participation experiences. In this study, we interviewed 18 older adults involved in a diversity of contexts, from senior universities to civic associations or political organisations to explore whether and how these were perceived as learning experiences.

Our findings reinforce the vision of social, civic and political participation as learning experiences with a strong intergenerational component, where teaching and learning coexist. Participants recognise gains in a variety of knowledge and skills, from the more technical to the more interpersonal/social and political. Previous educational background and the lack of learning opportunities in old age are recognised as barriers to participation. Therefore, social, civic and political participation clearly seems to transcend the strictly feel-good and/or recreational perspective, emerging as valid adult education experiences.

Keywords:

Old age; Learning; Adult education; Social, civic and political participation

Introduction

Social, civic and political participation is a phenomenon whose complexity and breadth has been emphasised by both participation and lifelong learning theories, given the growing diversity of its forms and meanings (Verba, 1967; Ekman & Amnå, 2012) and the fact that it "combines individual and institutionalised learning" (Jarvis, 2004, p. 64). However, most studies have focused on younger age groups and adults of active age (Withnall, 2010; Jenkins & Mostafa, 2015; Serrat et al., 2016). As such, there is a relative indifference towards people who belong to more advanced age groups and who remain involved in their communities (Serrat et al., 2020), in particular with regard to the learning potential that could

result from involvement in these participatory experiences (Jenkins, 2011; Serrat et al., 2016; Narushima et al., 2018).

While the growing demographics of older people bring diverse challenges and opportunities, research is still scarce, particularly in the field of adult education (Boulton-Lewis, 2010; Withnall, 2010; Yamashita et al., 2017). Not only are educational opportunities for older people still potentially unchallenging considering the interests of older learners and clearly insufficient, both exclusively and in intergenerational activities (Withnall, 2010), but there are still relatively few studies on adult education for older people, “where the elderly themselves are asked about learning and education” (Boulton-Lewis, 2010, p. 225), and even fewer consider the huge diversity that characterises people belonging to these age groups, including their social and cultural circumstances (Goerres, 2009). In this sense, our goal was to explore the perceived relation between engagement of older adults in social, civic and political participation and learning, considering the historical and political context of the current generation of people over 60 in Portugal, who have experienced transition to democracy during their youth or early adulthood.

Lifelong learning in old age

The benefits of education in general, and adult education in particular, are now unquestionable. Nevertheless, as Melo (2012) said, the right to education has not been guaranteed “for all and throughout all life” (p. 374), in an explicit reference to adult persons, more specifically to those who, due to socio-political circumstances, did not have access to school during childhood or youth.

Jenkins (2011) and Yamashita et al. (2017) point out that the non-vocational benefits of lifelong learning have been rarely studied, particularly in comparison with the study of adult education aimed at people of working age. Narushima et al. (2018) warn that “In many countries, adults over the age of 65 are often excluded from adult learning statistics as they are assumed to be the post-work generation.” (p. 653). Also, a Recommendation of the Portuguese National Board of Education underlies that “official statistics, national and international, tend to ‘eliminate’ over a fifth of the population, about 2 million citizens over 64” (Canário et al., 2019, p. 6), i.e., the “statistical insignificance” of older adults “becomes inversely proportional to its growing ‘social significance’” (p. 6). An example of this selective data collection, is PIAAC, the Programme for the International Assessment of Adult Competencies, promoted by the OECD (Organisation for Economic Co-operation and Development). PIAAC “is a programme of assessment and analysis of adult skills” (OECD, 2021), in which a survey is carried out with data collected from 40 countries. In this

questionnaire, people aged between 16 and 65 are interviewed. Data such as those of PIAAC have been used as a reference for international adult learning policymaking, leaving out the entire group of people over 65 years of age. This demonstrates how the concern expressed by Withnall (2010) is still valid, when she stated that

“in spite of some recognition of the supposed value of learning in later life and some good intentions, older people still barely feature in educational thinking, and indeed nonvocational adult education has largely taken a back seat in the current drive to improve the skills of the workforce” (p. 106).

This invisibility of adult participation in educational experiences is increased by the fact that it occurs mainly in non-formal learning contexts, which are still understudied (Schuller et al., 2004; Jenkins, 2011) and undervalued (Canário, 2006). It should be emphasised that contexts of non-formal education, such as those that include civic and political participation, are contexts where “people learn with and through experience” favouring ongoing processes of learning (Canário, 2006, p. 198).

Therefore, the study of the educational needs of older adults is a pressing need for research, in order to sustain the definition of educational policies appropriate to those characteristics of older learners (Withnall, 2010). It is important to bear in mind that older adults compose a very diverse group, whose old age experiences are strongly influenced by their life paths (Goerres, 2009). Older learners are a dynamic and constantly evolving age group, bringing increased demands for education policies based on a ‘lifelong learning’ perspective (Withnall, 2010), which reinforces the need to study the involvement of older people in learning experiences.

The COVID-19 pandemic generated diversified strategies to meet educational needs (Waller et al, 2020), including those of older people, but has also revealed the potential and risks of online learning (Adedoyin & Soykan, 2020). There is evidence that this forced transition to online formats reinforced the isolation and loneliness of many older people (Seifert, 2020), as age is a major exclusion factor in terms of access to technology (Käpplinger & Lichte, 2020). However, there is also evidence of the ability of many older people to switch to online activities, with a significant development of skills, particularly digital skills (Talmage et al., 2020).

Benefits of involvement in learning experiences in old age

The contexts that older people identify as learning contexts are very diverse, ranging from the more formally organised activities to informal learning experiences (Withnall, 2010), and seem to generate numerous advantages (Boulton-Lewis, 2010). Health benefits have been

mentioned as one of the greatest returns of involvement in educational experiences in old age, both in terms of mental health (Boulton-Lewis, 2010; Narushima et al., 2018), health perceptions (Lassen, 2015) and physical health (Yamashita et al., 2017). Well-being has also been recognised as an advantage (Jenkins, 2011; Narushima et al., 2018), mainly in non-formal learning contexts (Jenkins & Mostafa, 2015), as well as pleasure and self-fulfilment (Boulton-Lewis, 2010). The development of social capital, related to the widening of social relations, is highlighted by older people themselves as benefit of participation in learning contexts (Boulton-Lewis, 2010; Withnall, 2010). Participation in educational activities is also a way for people to stay active (World Health Organization [WHO], 2002), helping retired people to structure their time (Jones & Symon, 2001). Personal development and intellectual stimulation (Lamb & Brady, 2005), knowledge acquisition and skills development are also achievements evidenced in the literature, as well as an increasing of awareness of the surrounding environment (Withnall, 2010). In studies developed with more diverse samples of older people involved in educational activities, there is evidence that those involved in community activities report better health conditions and are more available to work and to care (Lido et al., 2016).

Therefore, the lack of educational opportunities is a significant obstacle to the development of older people (Boulton-Lewis, 2010), given their well-documented contribution to quality of life in old age (WHO, 2002), namely when considering the potential for learning from the involvement of older people in experiences of social, civic or political participation (Findsen & Formosa, 2011).

Learning potential in contexts of social, civic and political participation in old age

The educational potential of involvement in social, civic and political participation experiences has been highlighted by several studies with people from different age groups (e.g. Schuller et al., 2004; Malafaia et al., 2016; Bilon, 2020). Nevertheless, as Preston (2004) noted, “the relationship between adult education, civic participation and community activity is complex” (p. 155), and, given that social capital interferes with the (non-)involvement in social, civic and political contexts (Putnam, 2000), “we must see different types of civic participation as joint (but related) products of adult education” (Preston, 2004, p. 156).

In fact, the definition of social, civic and political participation has been under intense reanalysis: contrary to the popular idea of a deficit of participation, it seems that Verba was right when stating, back in 1967, that participation – always involving a consideration of “*who* participates, about *what* and *how*” – was “in an acute crisis” as all these layers were

being redefined at the same time, since “new people want to participate, in relation to new issues and in new ways” (p. 54). This recognition led Ekman and Amnå (2012) to propose a broader typology of social, civic and political participation that expands beyond more conventional forms of participation (e.g., engagement in political parties) to include emerging and non-conventional forms of participation (e.g., activist protests, off- and online), but also individual (e.g., attentiveness to political issues) and collective actions (e.g., voluntary work).

Regarding older people, there are already studies that highlight the learning potential underlying experiences of social, civic and political participation. Studies on volunteering initiatives in urban contexts (Yamashita et al., 2017), political organisations (Serrat et al., 2016), local democratic initiatives (Schugurensky & Myers, 2008) or other community-based activities (Cook, 2011) illustrate the learning that results from social, civic and political participation in old age. Findsen and Formosa (2011) go further by stating that involvement in these non-formal education contexts “is likely to be the most plentiful form of learning in older adulthood as long as social relationships are maintained post-paid work” (p. 24). Indeed, learning appears to emerge both as a motivation and as a result of social, civic or political engagement in old age. The possibility of personal development (Okun & Schultz, 2003) and the willingness to learn more relates to the involvement of older people in civic and political initiatives (Petriwskyj et al., 2014). The maintenance of thinking skills is recognised by older people as a concern and being involved with the surrounding community is one of the strategies for maintaining these skills (Niechcial et al., 2019). Involvement with the surrounding community and the desire to stay informed about what is happening around them, are relevant factors for the civic and political involvement of older people, resulting in relevant learning (Lido et al., 2016; Serrat et al., 2016).

Generativity (Erikson et al., 1986) has also been pointed out as having a strong relationship with participation in old age, namely in its potential to support intergenerational learning (Adler et al., 2007; Yamashita et al., 2017). Kleiber and Nimrod (2008) argue that

“generativity and civic involvement proved to be more often extensions of activities begun prior to retirement, though clearly retirement had the effect of ‘bumping up’ attention to such activities in both amount of time invested and in asking that they be intrinsically rewarding as well” (p. 84).

Social, political and instrumental learning has also emerged as a result of political participation in old age (Serrat et al., 2016). In this sense, the promotion of community-based learning activities has been advocated as a powerful strategy for building more inclusive societies (Narushima et al., 2018).

The study of experiences of social, civic and political participation in old age is a relevant focus for research, considering the potential it may have for ageing with higher quality in increasingly ageing societies (Serrat et al., 2020). The same is true for the benefits of lifelong learning for people of more advanced age groups (Yamashita et al., 2017). In addition, some studies are also beginning to show evidence of the learning potential of involvement in social, civic and political initiatives for adults (Bilon, 2020). Therefore, it is of particular relevance to understand the learning potential that involvement in social, civic and political participation experiences has for older people, considering the growing demographics of these more advanced age groups. Portugal is an interesting example for two main reasons; first, it has one of the highest rates of ageing in Europe (ageing index in 2020 was already 165,1%) (Pordata, 2021), a tendency that is becoming more widespread; second, the levels of participation in adult education are quite low, like in other Southern European countries (Zafiris, 2021), making the study of informal experiences even more relevant. In this paper our goal was to explore experiences of social, civic and political participation of older people and their perceived potential as learning experiences.

Methods

In order to seek the relation between experiences of social, civic and political participation and learning in old age, we carried out a qualitative study (Lessard-Hébert et al., 2012). We developed this study in Portugal, where people over 60 years grew up under a dictatorship with extremely low opportunities for both education and participation. We conducted sixteen semi-structured interviews with 18 people. The interviewees cumulatively met the following criteria: retirees; over 60 years old; and actively involved in social, civic or political organisations.

We presented the objectives of the study to all participants, and assured the confidentiality of the data, the anonymity of the participants and their right to stop participating in the study at any time. These elements are contained in the declaration of informed consent signed by each participant and the first author at the beginning of each interview. The study was approved by the common ethics committee of the Porto Hospital Centre and the Institute of Biomedical Sciences Abel Salazar, University of Porto.

The central topics of the interviews were the experiences of social, civic or political participation of the interviewees, at the current moment of their lives and throughout their life course, as well as the relationship between learning/skills development and this participation.

Participants

After contacts with privileged informants, other relevant actors were indicated for the continuation of this study, so the strategy to identify participants was based on the “snowball” method (Morgan, 2008). Table 1 presents the socio-demographic characterisation of the participants, and the type of organisations in which they were involved and their roles.

Age	Gender	Academic background	Activity before retirement	Type of organisations in which they are involved	Responsibilities at the organisations
64	F	University degree	Criminologist	Activist organisation – older people’s rights	Member of the board
67	M	University attendance	Diverse professional experience	Activist organisation – against racism and discrimination	Member of the board
68	M	Master’s degree	Public servant – municipality	Network of local organisations	Member of the board (president)
68	M	High school (GCSE)	Bank employee	Local activist organisation – older people’s rights	Member of the board (president)
70	F	University degree	Kindergarten teacher	Volunteer organisation (for 50+)	Founder Member of the board (president)
70	F	High school (GCSE)	Public servant in a school	Senior university	Founder
				Political Party	Regular member
70	F	High school (GCSE)	Worker in a party and a union	Preservation of heritage/memory	Regular member
70	M	High school (GCSE)	Photojournalist	Cultural local organisation	Member of the board
				Fire department	Member of the board
72	M	High school (GCSE)	Actor/cultural producer	Political party	Elected representative in a municipality
				Union organisation	Founder
74	M	University degree	Medical doctor	Network of older people’s organisations	Member of the board (president)
				Political party	Regular member
77	F	University degree	Lawyer	Volunteer organisation	Member of the board (president)
78	M	Elementary School	Secretary in a company	Network of local organisations	Administrative responsible
78	M	University degree	Priest	Community/local organisations	Founder
79	F	University degree	Public servant in a university	Activist organisation – women’s rights	Regular member
81	M	University attendance	Business manager	Preservation of heritage/memory	Ex-member of the board
83	F	University degree	No professional activity	Volunteer organisation	Member of the board
88	F	High school (GCSE)	Secretary in a company	Senior university	Founder

					Member of the board (president)
89	M	Elementary School	Diverse professional experience	Local organisations – neighbourhood association	Ex-member of the board

Table 1 - Characterisation of participants

The academic qualifications of the participants in this study are relatively high, considering the academic qualifications of people belonging to this age group in Portugal (52.8% of the population over 65 in Portugal in 2019 completed only 4 years of schooling and 20% did not complete any degree, according to data from Pordata, 2021). This results from the fact that the participants in this study are mainly current or former members of the board of the organisations in which they participate (see Table 1). Although there are relatively few studies on the characterisation of people involved in civil society organisations in Portugal, the available data shows that people involved on the boards of these organisations tend to have higher academic qualifications than the general population of the same age group (Delicado et al., 2002).

Data analysis

Considering the large volume of data collected, as well as the need to analyse it in a more flexible way without losing its richness, complexity and details, we decided that thematic analysis, as presented by Braun and Clarke (2006), would be the most appropriate strategy for the analysis and discussion of this data, in close coordination with theory. In this sense, the six stages proposed by these authors for the development of thematic analysis were followed: after the transcription and reading of all the interviews, we organised the information into initial codes, which gave rise to the first subjects that allowed the aggregation of relevant information resulting from the interviews. Then we collaboratively reviewed the themes, the definition and naming of each theme. This whole process of analysis was supported by a theoretical device that supported reflection and decision-making regarding the themes and sub-themes that emerged from this analysis. This article covers the last stage of the thematic analysis, i.e. the production of the final report of the analysis, which was reviewed and approved by all the authors.

In order to enhance the rigour of the study, data analysis was discussed by more than one researcher ('observer triangulation') and who jointly decided on the analysis ('peer debriefing'). In addition, throughout the process, researchers kept a record of data analysis procedures ('audit trail') and proactively reflected on whether their views were interfering with the research ('reflexivity') (Lietz & Zayas, 2010).

Findings

Throughout the interviews, learning and educational experiences emerged in the participants' discourse related to their social, civic and political participation. We identified three main themes in relation to learning/educational experiences:

- learning emerges as a driver for social, civic and political participation;
- educational opportunities of participants can be barriers to social, civic and political participation in old age;
- learning emerges as result/impact of this participation.

Each of these themes will be explored, as well as the sub-themes in which they unfold. The thematic map presented in Figure 1 represents this interface between themes and sub-themes.

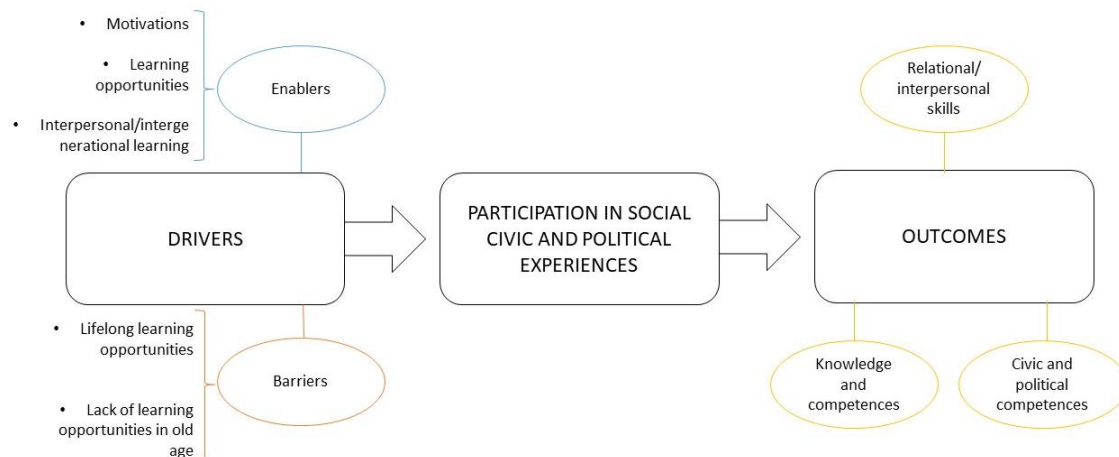


Fig. 1 - Thematic map

Learning as enabler of social, civic and political participation

For the participants in this study, the willingness to learn more in general, or on some specific topic, appears as a relevant motivation to get involved in social, civic or political participation initiatives. The awareness that there is much to learn and that these can be stimulating contexts to enhance learning emerges as a trigger for participation:

I got involved in several processes for some time, but I thought this would be interesting because we never know everything. (female, 70, senior university)

Participants recognise the contexts in which they are involved as settings for learning, recognising them as significant learning opportunities for their lives and which also contribute to their development:

Here we are always learning! Always learning! (male, 81, preservation of heritage/memory organisation)

Some interviewees indicated that involvement in these initiatives forces them to learn more, because they are discovering interests and/or learning needs that arise from this involvement. Because of this, they develop strategies to acquire this knowledge. These strategies may involve an individual, autonomous search for more information on the topic(s) of their interest, through reading books, newspapers, participating in conferences or other forums, or even investing in formal education contexts:

Obviously, after this, I had to complete a bachelor's degree and a master's degree. (male, 68, network of local organisations)

Experiences of social, civic and political participation are also identified by those involved in this study as opportunities for learning with others. Awareness of the need to learn more about different subjects and this availability leads people to recognise that they have a lot to learn from others, considering that they have knowledge, experiences, concerns and world views that are different from their own:

We learn a lot from others, who have ideas, who present proposals that we, a priori, never thought of. (...) We learn a lot from this. (male, 70, local organisation)

The potential for collective construction of these contexts is also highlighted by several participants in this study:

Where did I learn? With them, from them! In this participation, in these sundry actions that always were coherent with my principles... (...) Collective construction. (male, 68, older people's rights organisation)

The potential and importance of intergenerational learning is particularly reinforced when people are involved in contexts where they necessarily interact with people of other generations, particularly younger people. The recognition or acceptance that younger people can contribute to their learning is identified by several participants as a relevant feature in old age:

I learned a lot from all the people I worked with there. (...) In this case, it was with people substantially younger than I. And older people must be humble and stop thinking, "I am older, I know better", because that is not true, because sometimes I am older and I do not know anything [about some topic]. (...) And so you have to have humility and the willingness to learn. And if you do, it is very good! (female, 79, other activist organisation)

Learning opportunities as barriers to social, civic and political participation in old age

For participants in this study, the educational opportunities people have throughout their lives seem to influence how they engage in social, civic and political participation in old age. The lack of opportunities to invest in skills development at earlier stages in the life cycle is identified as a difficult barrier to overcome when people want to be involved in these kinds of initiatives in old age. For some respondents this is most evident among people with lower levels of literacy:

If there's a chance for people to update their skills, they should update them throughout their lives... If they have this chance, when they are older, things won't be as complicated. (female, 64, older people's rights organisation)

However, it was also mentioned by other participants that in these contexts it is often more difficult to mobilise people with higher levels of literacy and/or who throughout their lives have had more recognised status in their communities. They explained this situation by the fact that people may not identify with the structures that exist in their communities, or with some difficulty they may have in starting a new task, in a new context, where the status and/or recognition they had previously now had less relevance.

Sometimes there are people who have had leadership roles in their professional life, (...), but then they want to go [to these organisations] and have a big role right away (...) And there are other people there, and people also have to go there to collaborate (...) and sometimes people do not agree with that, that a voluntary organisation is different, isn't it? (female, 77, volunteer organisation)

In any case, education has been recognised as a relevant factor in boosting participation. Therefore, the lack of an education that promotes and instigates participation has been mentioned as a barrier to this involvement, including at this stage of the life cycle:

Of course, education is always the key. (...) This participation has to be enhanced by education from the beginning. (male, 67, other activist organisation)

In this sense, the lack of learning opportunities in old age is seen as a barrier. It has therefore been reinforced by different people that it is essential to invest in lifelong learning, which implies not leaving old age out of the life cycle. Promoting people's literacy at different levels helps them to be better informed and therefore less vulnerable:

Lifelong learning is very important. It promotes literacy, which is essential to fight against poverty, for people who are sick to understand the treatments. Because when people have less ability to look for information on their own, they are much more

vulnerable to the news... (...) And they can be more easily manipulated. (male, 74, older people rights organisation)

Learning as result/impact of participation

A variety of learning outcomes were identified in the interviews as resulting from the social, civic or political participation of the participants. When asked about the benefits that result from this involvement, respondents often highlighted the learning they undertook in these contexts. This learning is also mentioned as one of the strong reasons why they remain involved in these initiatives.

Among the learning outcomes identified, relational/interpersonal skills emerged with more emphasis. The participants mentioned that in these contexts they develop teamwork and collective construction skills. The existence of common objectives among the members of these organisations is a relevant factor of mobilisation, reinforcing the commitment among the group members. In order to achieve common objectives this mobilisation necessarily involves managing expectations, ceding to and respecting the opinions of others and the diversity brought by the various members that make up the group. In many situations, the relationships that are established in these contexts between its members in the course of their social, civic or political activities result in friendships, or at least in the establishment of relationships with people that become meaningful to the day-to-day life of the participants:

I keep learning every day (...) I learn from what they say, from their experience. My learning results from the opportunity to talk to them. (male, 78, local organisation)

The participants also mentioned throughout the interviews that their participation in these contexts resulted in the acquisition of concrete knowledge and skills that relate directly to the activity in which they were involved. Some people highlighted the acquisition of instrumental skills related to bureaucratic or financial issues, for example, which, although not the ones that mobilise them the most, turned out to be indispensable for the fulfilment of the tasks arising from their participation.

I had to learn about the functioning of a municipal assembly. I was elected for public service for the first time now (...) And there is learning here (...), bureaucratic, technical, processual, all those things, the rules and procedures that I had to learn... (male, 72, political party)

For some of the people interviewed, the work they proposed to do in the context of their social, civic or political participation required a theoretical or conceptual extension of some issues related to the activities they are carrying out. Awareness of the need to invest in the

study of certain themes is also relevant to the participants, highlighting the commitment and seriousness with which they faced this participation:

[I had to learn] about development, and about project design. Evaluation of projects, planning of projects, this is all a kind of work that is new to me. (...) this opened learning perspectives to other things that I never thought I would have to know at 70 years of age... (female, 70, volunteer organisation)

The development of other skills, such as digital, artistic or cultural skills were also mentioned by participants as a result of this involvement. In or from these contexts, interviewees had the opportunity to undertake training or to participate in activities that contributed to the development of these skills:

Here at the association, we had introductory classes in internet or whatever. (...) We had classes... (...) (male, 89, local organisation)

The development of civic and political competences was also highlighted by the participants in this study as a result of their involvement in these contexts. They pointed out that their social, civic or political participation allowed them to access and have contact with other situations and therefore get to know contexts and people whose ways of life they did not know, or at least did not have close access to. Knowledge about the surrounding situation often results from the fact that they have had to learn, at this stage of their lives, to relate to people who live in situations which are different from their own, or simply from encountering these situations more closely.

We learn to have a more correct perception of the world... Sometimes, the world is not what we thought it to be. I learned about many different situations, I met several political and cultural personalities, a lot of poverty, etc.... We only learn that from the contact with other situations. (male, 68, older people's rights organisation)

It means not remaining indifferent to what is happening around us. (male, 89, local organisation)

Participation in these contexts also brings about greater political and civic awareness of issues relating to one's own rights and those of others, on the one hand, and greater awareness of how the structures of society operate and how they are influenced politically, on the other.

Retirees must be led by other retirees! It does not make any sense any other way.... (...) We learn, because problems arise and we have to deal with them... Today, the expectation of a retiree is very different from 30 years ago. Which does not mean that

the old problems were solved. They are not. (male, 74, older people's rights organisation)

Discussion

The focus of this study was to understand how the social, civic and political involvement of older Portuguese people can relate to the educational dimension that underlies these experiences of participation. Three major themes emerged from the thematic analysis where these two dimensions – social, civic and political participation and education – are related. Learning emerges as a driver (either positive or negative) for social, civic and political participation, and also as a result/impact of this participation. It is therefore possible to highlight educational opportunities, or their absence, as possible barriers to participation in old age. These results are especially relevant considering that we are dealing with the Portuguese context, in which people aged over 60 experienced a profound democratic transition. Thus, the data must be framed in this broader political context, considering the changes in access to education and actual opportunities for social, civic and political participation. The possibility to learn more emerges in this study explicitly as a motivation for social, civic and political participation of older people, which is consistent with previous studies in this field (Petriwskyj et al., 2014). The interviewees recognise these experiences of participation as opportunities for learning and skills development, which they highlight as being significant for their life and personal development, reinforcing previous studies that pointed in this direction (Boulton-Lewis, 2010; Narushima et al., 2018). The participation experiences were identified by the participants as challenging, as they arouse their curiosity and the will to know more and look for new learning strategies.

Social, civic and political participation is emphasised in this study as a key interpersonal learning opportunity for older people. Interviewees reinforce that through this participation they have the opportunity to contact and learn from other people, addressing both the intra- and intergenerational potential of this learning. Intergenerational learning deserves some emphasis, because the association with the idea of generativity, although present in our data, is less clear. In this study, intergenerational learning is highlighted by the participants as an opportunity for them to learn from younger generations. Participants expressed curiosity and willingness to access younger generations' knowledge and worldviews. This may be an interesting issue for further exploration, as there is some tendency to strengthen the potential for intergenerational transmission from older people to younger people in studies on civic and political participation in old age. The potential for intergenerational transmission from the youngest to the oldest, which reinforces the role of older people as

learners, is probably being neglected in the study of participation experiences with potential for intergenerational contact.

The relationship between social, civic and political participation in old age and educational issues emerged as well, as our data indicates that learning opportunities, or the lack thereof, can be barriers to participation in old age. As has been highlighted in the literature, our study also states that the educational opportunities people have throughout their lives influence their engagement in social, civic and political participation in old age (Adler et al., 2007; Schugurensky & Myers, 2008; Barnes et al., 2012).

On the one hand, the lack of educational opportunities in previous stages of the life cycle appears as a barrier to participation in old age. The lack of involvement in contexts that foster civic and citizen education throughout people's lives, from school to non-formal educational settings, is reinforced by participants as a barrier to participation in old age. It is important to reinforce that Portugal lived for 48 years under a dictatorship which ended only in 1974, after a military coup. It means that Portuguese citizens who are now 65 years or older grew up and were educated in a very repressive period, in which civic and political participation was not stimulated, but rather violently repressed. In addition, universal access to formal education has been a progressive achievement over the last decades, which is also reflected in the general academic levels of the Portuguese population, which are still relatively low, especially among the older generations. The data available allow us to understand that the academic level of the older population has been increasing significantly over the last 20 years (in 1998 the percentage of people aged 65 or over without formal education was 57.3% and decreased to 20% in 2019, while secondary and post-secondary education was at 1.7% and increased to 5.3% in 2019) (Pordata, 2021). This evolution may have a positive impact on the civic and political participation of older populations, as some studies have pointed out that higher educational backgrounds seem to be a predictor of higher participation in old age (Adler et al., 2007).

However, the political and historical framework of this study can indeed have a significant impact on the link between participation and learning, both because of participants' political awareness of the struggles against the dictatorship and because of their life-long literacy experiences, which often occurred outside formal educational settings.

The social, civic and political participation of the interviewees results in diverse learning that they themselves highlight as benefits of this involvement and are therefore factors of continuity in these contexts. In this sense, relational/interpersonal skills emerged as significant learning. This learning relates to the development of teamwork skills, strengthened by the existence of common goals, which ultimately reinforce people's

commitment to these contexts and to their members. This result is consistent with previous studies in which relational/interpersonal learnings were identified as a result of older people's involvement in volunteer activities (Narushima, 2005) and also in political organisations (Serrat et al., 2016).

This participation also results in knowledge and skills on specific subjects. Included in this knowledge and skills are instrumental skills which are more linked to practical and technical skills on specific topics and which have been referred to in literature as resulting from this participation, either in voluntary contexts (Narushima, 2005), in local democratic contexts (Schugurensky & Myers, 2008) or in political organisations (Serrat et al., 2016). However, this study also highlighted relevant knowledge and skills that resulted from training or educational programmes intentionally promoted by the organisations of which the people interviewed are part (such as cultural visits, meetings for thematic political discussions, painting or computer classes). The stimulation of educational programmes, more or less structured, within organisations, was valued by the participants as an added value, motivating them to remain involved.

Theoretical and conceptual knowledge was highlighted by the participants as a result of their social, civic or political involvement. Their involvement in these organisations has awakened the need to broaden their knowledge on the themes underlying this participation, which has led the participants to invest in their study (either more autonomously or by integrating more structured educational contexts). This need for further study could be an indicator of the level of commitment that older people appear to experience.

Civic and political competences were also highlighted in this study as a result of social, civic and political participation in old age, which is consistent with previous studies (Schugurensky & Myers, 2008; Findsen & Formosa, 2011; Serrat et al., 2016). In our study, these civic and political skills are manifested in three major ways. On the one hand, involvement in these organisations allows participants to have a more in-depth and thorough knowledge of the surrounding situation, thus giving them access to circumstances they did not know or at least did not have direct contact with. In addition, through this involvement, people realise that they have become more aware of their own rights and the rights of others, thus strengthening their willingness to mobilise to defend and argue for them. Finally, this participation enables the participants to gain more structural knowledge about society and the way in which different structures are interrelated/connected and how they impact on people's daily life.

On the whole, this study reinforces the intimate links between social, civic and political participation and learning in old age. The lack of educational opportunities in old age

emerges clearly as a barrier to more active and informed participation by older people. The concern expressed by participants about the lack of learning, reflection, debate and skills development settings aimed at older people and/or proactively including them, highlights the importance they recognise to lifelong education. Participants in the study reinforce the advantages of learning at this stage of the life cycle, which are in line with those mentioned in previous studies about education in old age (Boulton-Lewis, 2010; Withnall, 2010). Furthermore, they highlight a diversity positive learning outcomes of participation.

Conclusions and implications for policies and practices

In old age – as in other stages of the life cycle – social, civic and political participation takes place in different ways and in different contexts, with different consequences in people's lives. One of those consequences is learning, which is transversal to social, civic and political participation in old age, as happens at other stages of the life cycle, namely at civic and political level. In addition, learning, and more specifically learning from other people, is a motivation for involvement in civic and political activities and for remaining involved.

For all these reasons, it is important to continue studying the social, civic and political participation of older people and their potential for learning and skills development. Further knowledge on how participation and learning relate to each other in old age, considering the historical and political context, and their theoretical exploration will contribute to improving the practices of public and private, local, national and international organisations to enhance the role of older people as citizens. In addition, ensuring the universal right to quality education for all without age discrimination should be a priority. To this end, it is essential to understand the contexts and approaches most suitable for this right to be guaranteed to older people, taking their history, characteristics, needs, interests and potential into account.

The lack of educational opportunities in old age is reported in this study as a barrier to more active and informed participation by older people, and this may exacerbate the potential for vulnerability associated with old age. In a context of growing demographic ageing – to which the COVID-19 pandemic brought additional challenges, not only unveiling ageism but also reinforcing the need for change in policy and practices regarding old age and ageing – it is time to advocate for a growing commitment to Freire's "transformative education" (1975), enabling older people to continue to develop their capacity to read and transform the world.

References

- Adedoyin, O. B. & Soykan, E. (2020). Covid-19 pandemic and online learning: the challenges and opportunities. *Interactive Learning Environments*, doi:10.1080/10494820.2020.1813180
- Adler, G., Schwartz, J., & Kuskowski, M. (2007). An exploratory study of older adults' participation in civic action. *Clinical Gerontologist*, 31(2), 65-75. doi:10.1300/J018v31n02_05
- Barnes, M., Harrison, E., & Murray, L. (2012). Ageing activists: Who gets involved in older people's forums?. *Ageing and Society*, 32(2), 261-280. doi:10.1017/S0144686X11000328
- Bilon, A. (2020). Toward an agentic approach to activist learning: The interplay between agency and learning in the narrative of polish activist. *Adult Education Quarterly*, 1-18. doi:10.1177/0741713620968073
- Boulton-Lewis, G. (2010). Education and learning for the elderly: Why, how, what. *Educational Gerontology*, 36(3), 213-228. doi:10.1080/03601270903182877
- Braun, V., & Clarke, V. (2006). Using thematic analysis in psychology. *Qualitative Research in Psychology*, 3, 77-101. doi:10.1191/1478088706qp063oa
- Canário, R. (2006). Aprender sem ser ensinado. A importância estratégica da educação não formal. In: L. Lima, J. Pacheco, M. Esteves, R. Canário. *A educação em Portugal (1986-2006): Alguns contributos de investigação*. (pp. 195 – 247) Lisboa: Sociedade Portuguesa de Ciências da Educação.
- Canário, R., Vieira, C., & Capucha, L. (2019). *Recomendação: Para uma política pública de educação e formação de adultos* [Recommendation: For a public policy on adult education and training]. Lisboa: Conselho Nacional de Educação. Retrieved from https://www.cnedu.pt/content/deliberacoes/recomendacoes/Recomendacao_Politica_Publica_de_EFA_jun_019.pdf
- Cook, S. (2011). An exploration of learning through volunteering during retirement. *The International Journal of Volunteer Administration*, 28(1), 9-19.
- Delicado, A., Almeida, A., & Ferrão, J. (2002). *Caracterização do voluntariado em Portugal* [Characterization of volunteering in Portugal]. Lisboa: Instituto de Ciências Sociais da Universidade Nova de Lisboa.
- Ekman, J., & Amnå, E. (2012). Political participation and civic engagement: Towards a new typology. *Human Affairs*, 22, 283–300. doi:10.2478/s13374-012-0024-1
- Erikson, E., Erikson, J., & Kivnick, H. (1986). *Vital involvement in old age*. New York/ London: W. W. Norton & Company.

- Findsen, B. & Formosa, M. (2011). *Lifelong Learning in Later Life - A Handbook on Older Adult Learning*. Rotterdam: Sense Publishers.
- Freire, P. (1975). *A pedagogia do oprimido* [The pedagogy of the oppressed]. Porto: Afrontamento.
- Goerres, A. (Ed.). (2009). *The political participation of older people in Europe: The greying of our democracies*. London: Palgrave Macmillan.
- Jarvis, P. (2004). *Adult Education and Lifelong Learning - Theory and Practice*. 3rd edition. London: RoutledgeFalmer.
- Jenkins, A. (2011). Participation in learning and wellbeing among older adults. *International Journal of Lifelong Education*, 30(3), 403-420. doi:10.1080/02601370.2011.570876
- Jenkins, A., & Mostafa, T. (2015). The effects of learning on wellbeing for older adults in England. *Ageing & Society*, 35(10), 2053-2070. doi:10.1017/S0144686X14000762
- Jones, I., & Symon, G. (2001). Lifelong learning as serious leisure: Policy, practice and potential. *Leisure Studies*, 20(4), 269–283. doi:10.1080/02614360110098676
- Käpplinger, B., & Lichte, N. (2020). The lockdown of physical co-operation touches the heart of adult education: A Delphi study on immediate and expected effects of COVID-19. *International review of education*, 66(5), 777-795. doi:10.1007/s11159-020-09871-w
- Kleiber, D., & Nimrod, G. (2008). Expressions of generativity and civic engagement in a 'learning in retirement' group. *Journal of Adult Development*, 15, 76-86. doi:10.1007/s10804-008-9038-7
- Lamb, R., & Brady, M. (2005). Participation in lifelong learning institutes: What turns members on? *Educational Gerontology*, 31(3), 207-224. doi:10.1080/03601270590900936
- Lassen, A. (2015). Keeping disease at arm's length: How older Danish people distance disease through active ageing. *Ageing & Society*, 35(7), 1364-1383. doi:10.1017/S0144686X14000245
- Lessard-Hébert, M., Goyette, G., & Boutin, G. (2012). *Investigação qualitativa: Fundamentos e práticas* [Qualitative research: Principles and Practices] (5ª ed.). Lisboa: Instituto Piaget.
- Lido, C., Osborne, M., Livingston, M., Thakuriah, P., & Sila-Nowicka, K. (2016). Older learning engagement in the modern city. *International Journal of Lifelong Education*, 35(5), 490-508. doi:10.1080/02601370.2016.1224037
- Lietz, C. A., & Zayas, L. E. (2010). Evaluating qualitative research for social work practitioners. *Advances in Social Work*, 11(2), 188-202. doi: doi.org/10.18060/589

- Malafaia, C., Teixeira, P. M., Neves, T., & Menezes, I. (2016). Linking Learning Contexts: The Relationship between Students' Civic and Political Experiences and Their Self-Regulation in School *Frontiers in Psychology*, 7(APR) (art. 575).
- Melo, A. (2012). *Passagens revoltas: 40 anos de intervenção por ditos e escritos* [Rioted passages: 40 years of intervention by sayings and writings]. Lisboa: Sítio do Livro.
- Morgan, D. (2008). Snowball sampling. In L. M. Given (Ed.), *The SAGE encyclopedia of qualitative research methods* (Vol. 1 & 2, pp. 815-816). Los Angeles: SAGE.
- Narushima, M. (2005). "Payback time": Community volunteering among older adults as a transformative mechanism. *Ageing and Society*, 25(4), 567-584. doi:10.1017/S0144686X05003661
- Narushima, M., Liu, J., & Diestelkamp, N. (2018). Lifelong learning in active ageing discourse: Its conserving effect on wellbeing, health and vulnerability. *Ageing & Society*, 38(4), 651-675. doi:10.1017/S0144686X16001136
- Niechcial, M., Vaportzis, E., & Gow, A. (2019). People's views on preserving thinking skills in old age. *Educational Gerontology*, 45(5), 341-352. doi:10.1080/03601277.2019.1627054
- OECD. (2021). OECD skills surveys. Retrieved from <https://www.oecd.org/skills/piaac/>
- Okun, M., & Schultz, A. (2003). Age and motives for volunteering: Testing hypotheses derived from socioemotional selectivity theory. *Psychology and Aging*, 18(2), 231-239. doi:10.1037/0882-7974.18.2.231
- Petriwskyj, A., Warburton, J., Everingham, J., & Cuthill, M. (2014). Seniors' motivations for participation in local governance: Evidence from an Australian study. *Local Government Studies*, 40(2), 240-263. doi:10.1080/03003930.2013.790812
- Pordata. (2021). *Base de dados Portugal contemporâneo* [Contemporary Portugal database]. <https://www.pordata.pt/>
- Preston, J. (2004). Lifelong learning and civic participation: Inclusion, exclusion and community. In T. Schuller, J. Preston, C. Hammond, A. Brassett-Grundy, & J. Bynner (Eds.), *The benefits of learning: The impact of education on health, family life and social capital* (pp. 137 - 157). London: RoutledgeFalmer.
- Putnam, R. (2000). *Bowling alone: The collapse and revival of american community*. New York: Simon and Schuster.
- Schugurensky, D., & Myers, J. (2008). Informal civic learning through engagement in local democracy: The case of the seniors' task force of healthy city Toronto. In K. Church, N. Bascia, & E. Shragge (Eds.), *Learning through community: Exploring participatory practices* (pp. 73-95). London: Springer.

- Schuller, T., Preston, J., Hammond, C., Brassett-Grundy, A., & Bynner, J. (2004). *The benefits of learning: The impact of education on health, family life and social capital*. London: RoutledgeFalmer
- Seifert, A. (2020). The Digital Exclusion of Older Adults during the COVID-19 Pandemic. *Journal of Gerontological Social Work*, 63(6-7), 674-676. doi:10.1080/01634372.2020.1764687
- Serrat, R., Petriwskyj, A., Villar, F., & Warburton, J. (2016). Learning through political participation: A case study of Spanish elders involved in political organizations. *Adult Education Quarterly*, 6(2), 169-187. doi:10.1177/0741713615627013
- Serrat, R., Scharf, T., Villar, F., & Gómez, C. (2020). Fifty-five years of research into older people's civic participation: Recent trends, future directions. *The Gerontologist*, 60(1), e38–e51. doi:10.1093/geront/gnz021
- Talmage, C., Baker, A., Guest, M. A. & Knopf, R. C. (2020). Responding to social isolation among older adults through lifelong learning: Lessons and questions during COVID-19. *Local Development & Society*, 1(1), 26-33. doi:10.1080/26883597.2020.1794757
- Waller, R., Hodge, S., Holford, J., Milana, M. & Webb, S. (2020) Lifelong education, social inequality and the COVID-19 health pandemic. *International Journal of Lifelong Education*, (39)3, 243-246. doi: 10.1080/02601370.2020.1790267
- WHO. (2002). *Active ageing: A policy framework*. Retrieved from https://www.who.int/ageing/publications/active_ageing/en/
- Withnall, A. (2010). *Improving learning in later life*. New York: Routledge.
- Verba, S. (1967). Democratic participation. *The ANNALS of the American Academy of Political and Social Science*, 373(1), 53-78. doi:10.1177/000271626737300103
- Yamashita, T., López, E., Soligo, M., & Keene, J. (2017). Older lifelong learners' motivations for participating in formal volunteer activities in urban communities. *Adult Education Quarterly*, 67(2), 118-135. doi:10.1177/0741713616688957
- Zarifis, G. K. (2021). Active citizenship programmes for unemployed young adults with low skills in Southern Europe: Participation, outreach, and barriers. In N. Kersh, H. Toiviainen, P. Pitkänen, G. K. Zarifis (Eds.), *Young Adults and Active Citizenship* (pp. 19-35), Lifelong Learning Book Series 26, doi:10.1007/978-3-030-65002-5_2

Capítulo 4: Etnografia online sobre uma associação de pessoas reformadas em Portugal – o Facebook como meio de participação política em tempo de pandemia

Artigo publicado:

Martins, Teresa Alves; Arriscado Nunes, João; Dias, Isabel; Menezes, Isabel (2022). Etnografia online sobre uma associação de pessoas reformadas em Portugal – o Facebook como meio de participação política em tempo de pandemia. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 128, 135-158. doi: <https://doi.org/10.4000/rccs.13503>

Resumo

A pandemia trouxe ruturas significativas em várias dimensões da vida, implicando adaptações intensas e visibilizando velhas e novas desigualdades e exclusões, como as associadas ao idadismo. Através de uma etnografia *online* analisamos as estratégias desenvolvidas por uma associação portuguesa constituída por pessoas reformadas em resposta às limitações à sua ação trazidas pela COVID-19. A maioria da comunicação organizacional passou a ser *online* e a associação desenvolveu novas iniciativas para a prossecução da sua missão. As publicações na página pública de Facebook refletiram tensões com as quais as pessoas mais velhas foram confrontadas, recorrentemente associadas a fenómenos de idadismo, denunciados e problematizados pela associação. Neste estudo constatamos que também em organizações de pessoas adultas mais velhas houve transição para ferramentas *online* durante a pandemia, com a utilização do Facebook como plataforma de comunicação e como recurso para a ação política.

Palavras-chave: COVID-19; desigualdades; etnografia virtual; idadismo; pandemia.

Introdução

A pandemia causada pela doença COVID-19 tem gerado mudanças radicais na vida das pessoas e das comunidades, implicando ajustes nas mais diversas áreas e contextos: educação e formação (Borges *et al.*, 2021), vida familiar (Carroll *et al.*, 2020; Silva *et al.*, 2020), trabalho (Diab-Bahman e Al-Enzi, 2020) ou movimentos sociais (Pleyers, 2020). Perante os confinamentos obrigatórios, grande parte da comunicação e da interação entre as pessoas, seja profissional, pessoal ou cívica, passou para formatos *online*, obrigando a adaptações mais ou menos exigentes conforme os contextos e circunstâncias de cada pessoa ou coletivo, constituindo uma das mudanças mais notáveis resultantes da pandemia.

Não obstante a constatação de que a pandemia veio trazer desafios a todas as pessoas, existe já evidência de que, apesar da sua transversalidade disruptiva da vida de indivíduos e comunidades, os seus impactos têm expressões diversas, colocando certos grupos de pessoas em situações de maior vulnerabilidade (Carmo *et al.*, 2020). Diversos autores têm vindo a sublinhar que a pandemia reforçou e reproduziu desigualdades pré-existentes (e.g., Blundell *et al.*, 2020), tendo por base fatores como o género (Czymara *et al.*, 2021), a pertença étnica (Hooijer e King, 2021), as desigualdades socioeconómicas (Wachtler *et al.*, 2020) ou a idade (Pentaris *et al.*, 2020).

Por força da evidência científica que, logo no início da pandemia, indicava que as pessoas com 70 e mais anos tinham maior vulnerabilidade em relação à infeção por SARS-CoV-2 e às suas consequências mais gravosas (Rothan e Byrareddy, 2020), as pessoas mais velhas acabaram por se transformar num grupo especialmente lesado no que respeita aos impactos da pandemia, sobretudo se pensarmos em questões como o isolamento (Pentaris *et al.*, 2020) ou a evolução de outras doenças, como a demência, que afeta maioritariamente os mais velhos (Lazzari e Rabottini, 2021). Contudo, estudos realizados logo no primeiro ano da pandemia, isto é, em 2020, começaram a demonstrar que as pessoas adultas mais velhas evidenciaram menores níveis de *stress* e maior capacidade de resiliência em relação à pandemia e às suas contingências quando comparados com os mais jovens (Nelson e Bergeman, 2021).

124

Diversas medidas e orientações foram tomadas tendo apenas por base critérios etários, desconsiderando outras dimensões que devem ser tidas em conta para a avaliação de fatores de risco e de vulnerabilidade. Esta situação foi dando aso a crescentes situações de violação de direitos das pessoas mais velhas, nomeadamente no que diz respeito aos seus direitos enquanto cidadãos (D'Cruz e Banerjee, 2020). Também na comunicação social, a perceção de fragilidade e de vulnerabilidade das pessoas mais velhas foi explorada persistente e intensamente, reforçando imagens estereotipadas, nomeadamente em Portugal (Filipe, 2020).

Paralelamente às situações de discriminação a que se assistiu a nível global, fortaleceram-se movimentos que reivindicam a garantia dos direitos das pessoas adultas mais velhas e que denunciam a sua violação, com diversas organizações internacionais a defender a criação de uma convenção das Nações Unidas sobre os direitos das pessoas mais velhas.¹⁰ Em Portugal esta discussão começa a ser feita em alguns contextos (essencialmente na academia e em associações), mas há ainda um longo caminho a percorrer, nomeadamente no que respeita à visibilidade das reivindicações e alertas apresentados.

¹⁰ E.g., HelpAge International (s.d.), "UN Convention on the Rights of Older People: It's Time for Action", *helpage.com*. Consultado a 03.01.2022, em <https://www.helpage.org/what-we-do/un-convention>.

Neste estudo procuramos perceber como é que uma associação, constituída e totalmente dinamizada por pessoas adultas mais velhas reformadas, se organizou para dar resposta às limitações à sua ação trazidas pela pandemia e como foi acompanhando o seu impacto na vida dos mais velhos, considerando aquela que é a sua missão: representar as pessoas mais velhas junto do poder político e reivindicar os seus direitos. Recorrendo a uma etnografia *online* ao longo dos primeiros 18 meses de pandemia, foi acompanhada a página pública da APRe! na rede social Facebook, complementada com contactos pontuais com dirigentes da associação (por telefone ou *e-mail*).

1. A participação das pessoas adultas mais velhas em contexto pandémico e o desocultar de fenómenos idadistas

Os movimentos protagonizados por pessoas adultas mais velhas têm vindo a desempenhar um papel relevante para o aumento da reflexão sobre a velhice e o envelhecimento. Assumindo-se como representantes das pessoas mais velhas, há já evidência de que estas organizações se debatem com dificuldades de mobilização e retenção de pessoas em situações de maior vulnerabilidade ou de exclusão social (Serrat *et al.*, 2018). Isto sugere que na velhice, tal como noutras etapas do ciclo vital (Ribeiro *et al.*, 2016), a participação é fortemente condicionada pelo maior ou menor capital cultural e social que as pessoas vão acumulando ao longo da vida (Barnes *et al.*, 2012), o que reforça a necessidade de se olhar para o envelhecimento a partir de uma perspetiva interseccional (Holman e Walker, 2021).

Nas últimas décadas tem aumentado o interesse pelo estudo da participação das pessoas mais velhas (Serrat *et al.*, 2020). Apesar de ser ainda pouco visível (Almeida, 2016), a participação social, cívica e política protagonizada por pessoas mais velhas tem expressão nessas áreas em Portugal (Martins *et al.*, 2021).

O conceito de participação é complexo e permeável a muitas interpretações (Zask, 2011). Ekman e Amnå (2012) propuseram uma tipologia abrangente para a análise da participação política e do envolvimento cívico, considerando formas latentes e manifestas de participação, bem como experiências de participação individuais e coletivas. As organizações constituídas por pessoas mais velhas e que têm como objetivo representá-las, nomeadamente junto do poder político, são uma expressão da participação política manifesta e coletiva, sendo consideradas por Ekman e Amnå (*ibidem*) como participação política formal.

Estudos focados em narrativas de ativistas mais velhos envolvidos em contextos políticos formais, como sindicatos, partidos políticos e associações de moradores (Serrat *et al.*, 2021) contribuem para uma mais alargada compreensão deste fenómeno, potenciando a

sua leitura a partir de uma perspetiva mais política, como defendiam Martinson e Minkler (2006), argumentando a necessidade de o analisar a partir da gerontologia crítica.

Organizações de pessoas mais velhas e/ou que as representam, têm vindo a organizar-se com o assumido intuito de defesa dos seus interesses e direitos. A nível europeu temos como exemplo agregador a AGE Platform Europe,¹¹ da qual são membros mais de 150 organizações de diferentes países. Estas organizações têm vindo a trazer para o debate público e político questões prementes para as pessoas mais velhas, com destaque para fenómenos como o idadismo.¹²

O ano de 2020 será para sempre recordado como um marco no que diz respeito ao reconhecimento e aumento da preocupação com o fenómeno do idadismo. De acordo com os dados do European Social Survey, o idadismo é o fenómeno de discriminação com maior taxa de prevalência, tendo mais expressão do que a discriminação de género e racial (Ayalon, 2014). As experiências de idadismo associam-se a níveis mais baixos de bem-estar subjetivo, tanto em termos de satisfação com a vida, como de felicidade (Abrams e Swift, 2012).

Definido pela primeira vez por Robert Butler (1969), o idadismo tem vindo a ser estudado em diversos contextos (e.g., Ayalon e Tesch-Römer, 2018) e pode resumir-se como a expressão explícita ou implícita de estereótipos, positivos ou negativos, de preconceitos e/ou de discriminação, contra (ou em benefício de) pessoas mais velhas, com base na sua idade cronológica, podendo verificar-se a nível micro, meso ou macro (Iversen *et al.*, 2009). Este fenómeno manifesta-se tanto na relação entre indivíduos como a nível institucional e estrutural, ou seja, na forma como a sociedade e as suas instituições reforçam esta perspetiva estereotipada e discriminatória em relação às pessoas mais velhas, seja nas famílias (Gordon, 2020), nos contextos de trabalho (Cabral e Ferreira, 2014) ou nas instituições de prestação de cuidados (Forss, 2020).

A pandemia veio tornar mais flagrantes os fenómenos de idadismo (Previtali *et al.*, 2020), tanto ao nível da interação social (Vervaecke e Meisner, 2021) como, e de forma dramática, nas instituições e na sociedade. Um relatório divulgado em agosto 2020 em Espanha revelou uma realidade alarmante em muitas instituições residenciais para pessoas idosas.¹³ Também na forma como a comunicação social explorou a questão da idade na sua relação com a pandemia houve situações flagrantes de idadismo (Filipe, 2020). Assim,

¹¹ Para mais informações sobre esta plataforma, consultar <https://www.age-platform.eu/about-age>.

¹² E.g., AGE Platform Europe (2016), "AGE Platform Europe Position on Structural Ageism". Consultado a 25.07.2022, em https://age-platform.eu/sites/default/files/AGE_IntergenerationalSolidarity_Position_on_Structural_Ageism2016.pdf.

¹³ Cf. Medicos Sin Fronteras (2020), "Poco, tarde y mal: denunciemos el inaceptable desamparo de los mayores en las residencias durante la COVID-19 en España", 18 de agosto. Consultado a 04.01.2022, em <https://www.msf.es/actualidad/poco-tarde-y-mal-denunciamos-inaceptable-desamparo-los-mayores-las-residencias-durante-la>.

a pandemia contribuiu para acentuar e, conseqüentemente, expor um fenómeno que era já uma realidade tanto em Portugal como no resto do mundo.

A Organização Mundial de Saúde (OMS) deu, em março de 2021, um passo relevante ao lançar uma campanha global de combate ao idadismo, procurando-se mobilizar governos, organizações da sociedade civil e cidadãos/ãs.¹⁴ Objetivamente esta campanha da OMS poderá ser um contributo fundamental para o reconhecimento e identificação do idadismo, já que, como acontece com outros fenómenos semelhantes, o reconhecimento da sua existência é o primeiro passo para o combater.

2. A inclusão digital como resposta aos constrangimentos trazidos pela pandemia

A inclusão digital de pessoas adultas mais velhas era, muito antes da pandemia, um tema premente nas discussões académicas e políticas sobre envelhecimento. Em 2007 a União Europeia (UE) assumiu a inclusão digital como uma prioridade estratégica, apelando à mobilização para uma sociedade digital para todas as pessoas. Neste apelo, evidenciaram a importância da inclusão digital das pessoas da UE com mais de 64 anos. À altura, na UE, apenas 10% das pessoas com mais de 64 anos utilizavam a Internet, enquanto a média europeia de utilizadores era de 47%.¹⁵

127

Têm-se problematizado estratégias levadas a cabo por diferentes países e instituições com vista a uma maior inclusão digital das pessoas mais velhas (e.g., Hepburn, 2018). A tentativa de compreender as suas motivações para a utilização da tecnologia originou estudos a partir dos quais se reforçou a perspetiva de que, entre os mais velhos, existem diferentes razões para a utilização de dispositivos tecnológicos e da Internet. Destaca-se a dimensão instrumental da tecnologia, que inclui, entre outras coisas, a possibilidade de comunicar com outras pessoas (Pelizäus-Hoffmeister, 2016). Isto reforça a ideia de que as pessoas mantêm o interesse pela aprendizagem ao longo de toda a vida e que a educação poderá ser fundamental para que as pessoas se mantenham mais autónomas e independentes em etapas mais avançadas do ciclo vital (Boulton-Lewis *et al.*, 2006).

Não obstante os esforços para a inclusão digital anteriores à pandemia, foi possível constatar que esta terá reforçado situações de solidão e isolamento entre os mais velhos (Seifert, 2020), como aliás seria previsível considerando a evidência científica existente em relação à literacia digital das pessoas mais velhas, que alertava para a necessidade de se desenvolverem abordagens mais criativas e desafiantes (Rasi *et al.*, 2021). Contudo, com a pandemia verificou-se que, perante a necessidade de adaptação a novas circunstâncias

¹⁴ Cf. World Health Organization (2021), "Ageism is a Global Challenge: UN", 18 de março. Consultado em 20.12.2021, em <https://www.who.int/news/item/18-03-2021-ageism-is-a-global-challenge-un>.

¹⁵ Cf. European Commission (2007), "Commission Calls for an All-Inclusive Digital Society", IP/07/1804. Consultado a 18.07.2022, em: Eurostat – European Commission (s.d.), "Digital Inclusion – Employment and Social Inclusion Indicators". Consultado a 04.01.2022, em <https://ec.europa.eu/eurostat/web/employment-and-social-inclusion-indicators/digital-inclusion>.

e de desenvolvimento de novas competências (nomeadamente digitais), muitas pessoas mais velhas fizeram esta transição para meios de comunicação *online*, desenvolvendo competências mais ou menos aprofundadas conforme as suas circunstâncias, necessidades e interesses (Martínez-Alcala *et al.*, 2021).

A pandemia veio sublinhar a grande heterogeneidade que caracteriza as pessoas com idades mais avançadas, nomeadamente no que respeita às suas necessidades de aprendizagem e de desenvolvimento de competências. A transição para a aprendizagem *online* trouxe desafios e oportunidades (Adedoyin e Soykan, 2020), contribuindo para o lançamento de novas questões – inclusive no que à educação de adultos mais velhos diz respeito (Talmage *et al.*, 2020). Alguns autores avançam que é possível que a pandemia venha, através do mais acelerado desenvolvimento de competências digitais das pessoas mais velhas, contribuir para potenciar o contacto intergeracional, reduzir o isolamento social dos mais velhos e aumentar a sua capacidade para mais autonomamente gerirem questões pessoais e formais que tendem a ser cada vez mais digitalizadas (Morrow-Howell *et al.*, 2020).

Em Portugal, a partir de dados disponibilizados pelo INE, podemos perceber que entre 2017 e 2021, era entre os grupos etários mais velhos (55-64 anos e 65-74 anos – não existem, ou pelos menos não são disponibilizados, dados sobre grupos etários mais avançados) que se verificava um aumento mais acentuado do número de pessoas que utilizavam a Internet, sendo certo que era também entre estes grupos etários que se encontra(va)m as mais baixas taxas de utilização. Em 2017, 56,4% das pessoas que tinham entre 55 e 64 anos utilizaram Internet nos 12 meses anteriores à entrevista, enquanto em 2021 a percentagem aumentou para os 71,5%. Por sua vez, no grupo etário dos 65 aos 74 anos, a percentagem de utilização era de 32,6% em 2017 e passou para 49,2% em 2021.¹⁶ Embora este facto possa também dever-se a alguma renovação geracional (embora se trate apenas de um período de 4 anos), a pandemia e a necessidade de uma transição para a comunicação *online* podem ter contribuído maioritariamente para esta alteração. O facto de o aumento mais expressivo da percentagem de utilizadores da Internet ter ocorrido entre 2019 e 2020 reforça esta explicação (55-64 anos: 2019 – 59,3%, 2020 – 67,6%; 65-74 anos: 2019 – 34,1%, 2020 – 40,4%).

Este incremento do uso da Internet não envolveu, durante a pandemia, apenas as pessoas individualmente. Também as associações e coletivos ativistas foram confrontados com o confinamento e tiveram que reforçar o uso das redes sociais que existia já antes da pandemia (Haßler *et al.*, 2021). No entanto, e embora a investigação revele a existência de

¹⁶ Cf. Instituto Nacional de Estatística (2021), “Proporção de indivíduos com idade entre 16 e 74 anos que utilizaram Internet nos 12 meses anteriores à entrevista (%) por grupo etário; Anual – INE, Inquérito à utilização de TIC pelas famílias”. Consultado a 27.12.2021, em <https://bit.ly/3P8U2cR>.

uma relação positiva entre o uso das redes sociais e a participação cívica e política (Boulianne, 2015), não há, tanto quanto sabemos, estudos que tenham explorado a forma como a esfera digital foi um contexto de participação cívica e política das pessoas mais velhas.

3. A etnografia *online* como estratégia metodológica para acompanhar o trabalho de uma associação durante a pandemia

As etnografias *online* têm vindo a ganhar cada vez mais espaço enquanto opção metodológica. Devido à disseminação que o Facebook tem tido nos mais diversos contextos e à forma como esta rede social é organizada, têm vindo a aumentar os estudos em que o Facebook é utilizado como contexto preferencial de recolha de dados etnográficos. Em estudos como os de Baker (2013) – desenvolvidos com jovens – ou os de Airoidi (2018) – com estudantes europeus em programas de mobilidade – é evidenciado o potencial do Facebook enquanto “contexto” em estudos etnográficos. Têm vindo a ser discutidos as vantagens e os limites desta abordagem com autores/as alertando para duas dicotomias que se cruzam entre si: a distinção entre os domínios público e privado, por um lado, e entre espaço *online* e *offline*, por outro (Eysenbach e Till, 2001; Baker, 2013). Em redes sociais como o Facebook estas distinções são cada vez menos claras, podendo gerar questões ontológicas potencialmente problemáticas em investigações etnográficas (Baker, 2013).

Consideramos que neste estudo a dicotomia entre espaço público e privado, frequentemente associada às questões da privacidade de quem participa, poderá estar mais esbatida, uma vez que foi analisada a página pública de Facebook de uma associação e não de pessoas concretas. Confrontamo-nos, contudo, com uma outra questão, que se prende com o pedido ou não de consentimento para a recolha de dados, apesar do carácter público da página de Facebook em análise. Alguns autores consideram que quando se trata de analisar dados inequivocamente públicos, partilhados com o claro interesse de ter visibilidade pública, a questão do consentimento não se coloca (Eysenbach e Till, 2001). Este é, claramente, o caso desta associação de cariz ativista e que usa o Facebook como uma das suas plataformas de comunicação com o exterior. Contudo, o pedido de consentimento em recolhas de dados *online* continua a ser uma questão ética premente (Roberts, 2015) que decidimos salvaguardar. Como tínhamos já contactado com a associação no âmbito de um estudo mais alargado sobre participação social, cívica e política de pessoas mais velhas em Portugal (Martins *et al.*, 2021), pedimos consentimento à Direção da associação para a realização desta etnografia *online* (via *e-mail*). Numa reunião posterior, na qual se abordou a questão da salvaguarda da confidencialidade da

identidade da associação – como previsto no protocolo de gestão de dados –, foi-nos solicitado que identificássemos explicitamente a associação. A Direção considerou que a ocultação da identidade da associação seria mais uma forma de invisibilidade, o que é sentido como um dos problemas com que se deparam na sua ação enquanto associação cívica.

Neste estudo acompanhamos a página pública de Facebook de uma associação constituída e totalmente dinamizada por pessoas reformadas em Portugal, a APRe! – Associação de Aposentados, Pensionistas e Reformados. Esta associação surgiu em 2012, no seguimento da sua mobilização contra a proposta do Governo de avançar com um novo imposto sobre as reformas. Definem-se como uma associação cívica, laica, apartidária, sem fins lucrativos e de âmbito nacional, e querem representar as pessoas aposentadas e reformadas enquanto “cidadãos de pleno direito”, na expectativa de assim contribuírem para “uma sociedade mais justa e solidária”. Reivindicam um “papel activo na definição das políticas públicas”, procurando envolver-se com outras entidades – públicas e da sociedade civil – para “lutar contra a discriminação da terceira idade” e advogar um “envelhecimento participativo”.¹⁷

AAPRe! tem vindo a ter alguma visibilidade a nível nacional, que resulta da sua mobilização para participar no debate público e político sobre questões relacionadas com pessoas mais velhas, envelhecimento e proteção social. Tem tido presença na comunicação social e desenvolvido diversas iniciativas em diferentes locais do país relacionadas com a sua missão e interesses, inclusivamente em parceria com outras instituições. Está representada em organizações nacionais, como o Conselho Económico e Social ou a ADSE – Assistência na Doença aos Servidores do Estado, e internacionais, como a AGE Platform Europe e o OEWGA (sigla em inglês do Grupo de Trabalho Aberto para o Envelhecimento), da Organização das Nações Unidas. A associação tem atualmente cerca de 4500 pessoas associadas, organizando-se no território nacional em quatro delegações regionais e vários núcleos locais.

O início da pandemia coincidiu com a eleição (a 28 de fevereiro de 2020) e posterior tomada de posse dos novos órgãos sociais da associação (que aconteceu já em formato *online* no início de abril de 2020). As reuniões entre os membros da Direção aconteceram sempre através de plataformas de comunicação *online*, como o Zoom. Tal como aconteceu com todas as outras pessoas que tiveram que fazer esta transição para os ambientes digitais (e.g., Borges *et al.*, 2021), isto obrigou a um processo de aprendizagem para a utilização destas plataformas e de outros recursos digitais.

¹⁷ Cf. <https://www.apre-associacaocivica.pt/quem-somos/> (consultado a 01.09.2022).

Este estudo foi desenvolvido entre janeiro de 2020 e junho de 2021, procurando-se um acompanhamento exaustivo da página pública de Facebook da APRe!, totalmente gerida pelos seus membros efetivos, nos primeiros meses da pandemia de COVID-19. Consultámos a página duas a três vezes por semana nesse período e as publicações realizadas foram registadas num documento Excel, no qual constam: data da publicação, tema/assunto da publicação, conteúdo da publicação, e *link* para a publicação.

Posteriormente foi realizada uma análise de conteúdo categorial do material recolhido (Vala, 2007). As categorias foram definidas e discutidas entre os autores deste trabalho, que participaram na codificação e revisão do material analisado. Tendo em conta os objetivos da pesquisa desenvolvida, a definição das categorias obedeceu aos atributos que garantem a sua validade interna, designadamente: objetividade, exclusividade e exaustividade (*ibidem*).

No seguimento do que é proposto por outros investigadores (Baker, 2013), mantivemos contacto direto com membros da organização por telefone, *e-mail* e reuniões por Zoom. Todos estes contactos foram registados e guardados como notas de campo ao longo destes 18 meses. Após a recolha e uma primeira análise dos dados, foi realizada uma reunião com membros da Direção da associação para devolução e discussão dos dados recolhidos e analisados. Através desta etnografia *online* procurámos perceber como é que a associação deu resposta aos constrangimentos à sua ação trazidos pela pandemia, por um lado, e como se foi posicionando, ao longo do período analisado, em relação ao impacto da pandemia na vida das pessoas mais velhas.

Perante a pandemia, a atividade da associação passou a acontecer maioritariamente *online*, tendo sido reativados canais de comunicação que já tinham existido, e foram desenvolvidas novas estratégias e iniciativas para poderem dar continuidade ao trabalho que constitui a sua missão: a representação das pessoas mais velhas junto do poder político e a reivindicação dos seus direitos. Na página pública de Facebook, que tem aproximadamente 5500 seguidores, foram realizadas 114 publicações durante o período analisado no âmbito deste estudo (janeiro de 2020 a junho de 2021, ver Figura 1).

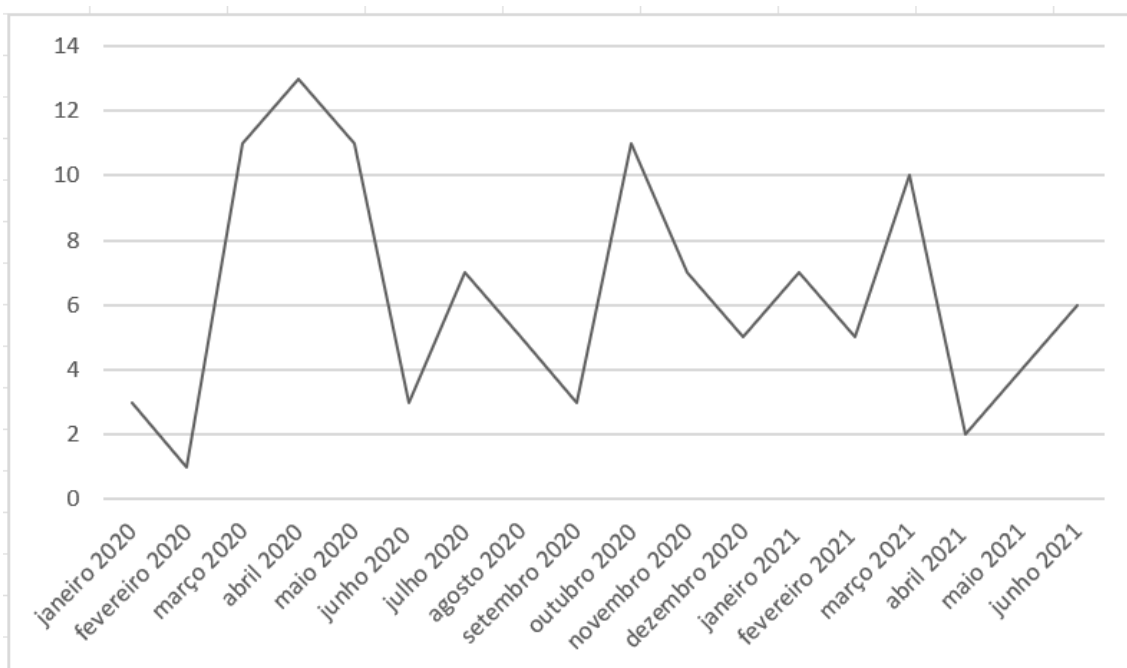


Fig. 1 – Número de publicações na página do Facebook da associação ao longo do tempo

Fonte: elaboração própria.

As variações na intensidade das publicações ao longo do tempo podem associar-se à evolução da própria pandemia: por exemplo, o período de março e abril de 2020 correspondeu ao primeiro confinamento, durante o qual foram sobretudo partilhadas informações e alertas sobre a COVID-19 e suas possíveis consequências para as pessoas mais velhas; o mês de outubro de 2020 coincidiu com a efeméride do Dia Internacional das Pessoas Idosas, mote para a partilha de documentos e eventos diversos; em março de 2021 a Campanha Global de Combate ao Idadismo foi tema de diversas publicações.

132

4. Participação cívica e política na velhice em tempos de pandemia – transições e adaptações de uma associação portuguesa de pessoas reformadas

A partir da análise das publicações da APRe! na sua página pública de Facebook foram definidas quatro categorias: “Notícias” (24), “Divulgação” (44), “Intervenções na comunicação social” (26) e “Reivindicação política” (20), como apresentado na Tabela 1.

	Número de publicações
Notícias	24
Notícias APRe!	15
Breves	9
Divulgação	44

Divulgação de eventos	30
Informações institucionais	6
Divulgação de documentos	8
Intervenções na comunicação social	26
Reivindicação política	20
Comunicações com o Governo	3
Comunicados	15
Petições	2

Tabela 1 – Publicações por categorias e subcategorias

Fonte: elaboração própria

4.1. Notícias

Nas publicações identificadas como “Notícias” incluem-se os documentos Notícias APRe! e Breves, publicados pela associação.

4.1.1. Notícias APRe!

Em abril de 2020 foi lançado o primeiro número do Notícias APRe!, que pretende ser um canal de comunicação institucional (sobretudo interna, mas também externa), tendo sido publicados 15 documentos no período em análise. Nas Notícias APRe! são publicados textos reflexivos sobre temas diversos (de que são exemplo o idadismo, a violência contra as pessoas mais velhas, o voluntariado), iniciativas promovidas pela associação (com informação sobre iniciativas futuras ou notícia sobre iniciativas já realizadas) e outras informações relevantes, nomeadamente de entidades nacionais (como por exemplo a Direção Geral da Saúde) ou internacionais (como a AGE Platform Europe ou o OEWGA). Foram aqui divulgados na íntegra os contributos da associação para documentos políticos estratégicos, como por exemplo o Plano de Recuperação e Resiliência que esteve em discussão pública em fevereiro de 2021. Esta publicação tem regularidade mensal; é organizada por membros da Direção da associação e conta regularmente com textos e outros contributos de outras pessoas associadas. As Notícias APRe! são enviadas por correio eletrónico, ou por correio tradicional (em formato impresso) para quem, entre as pessoas associadas, o peça explicitamente (cerca de 300 pessoas).

4.1.2. Breves

A associação elabora e divulga outras publicações mais pequenas (denominadas como Breves), sem regularidade pré-determinada, sobre temas concretos que consideram relevante destacar. No período estudado foram publicadas nove Breves: sobre violação de

direitos das pessoas mais velhas devido à pandemia e sobre a salvaguarda de direitos numa perspetiva mais abrangente, como a celebração de datas como o 25 de Abril ou o 8 de março (Dia Internacional das Mulheres).

4.2. Divulgação

Publicações com o intuito de divulgar eventos, informações institucionais e documentos de relevo para a associação tiveram uma expressão significativa entre as publicações da associação nesse período, como se pode ver pelo número de publicações (Tabela 1).

4.2.1. Divulgação de eventos

A divulgação de eventos (30), organizados pela associação (22) ou em que participou (8), constituiu boa parte das publicações realizadas nesse período na página pública de Facebook. Praticamente todas as atividades presenciais previstas para o ano de 2020 foram suspensas. No entanto, a APRe! realizou o seu encontro nacional em formato presencial, em Lisboa, em outubro de 2020, com várias pessoas convidadas para discutir a questão da pandemia e os seus impactos para as pessoas mais velhas. Considerando a situação pandémica e as restrições ao número de participantes, a Conferência foi também transmitida *online*, através da página do Facebook e do canal de Youtube da associação. Desta forma procuraram assegurar que mais membros da associação, bem como outras pessoas interessadas no tema, assistissem à Conferência.

Em 2021, a APRe! criou e dinamizou novas atividades *online*. Em janeiro de 2021 começaram a dinamizar um ciclo de *webinars* mensais sobre temas diversos, sob o mote “Aceite o convite para falar de...”. Na Tabela 2 sistematizamos os temas dos *webinars*, bem como as datas da sua realização. Para estas conversas foram convidadas pessoas externas à associação ou membros com conhecimentos nos temas em discussão.

Ciclo de <i>webinars</i> “Aceite o convite para falar de...”	Data
“Campanha de vacinação contra a COVID-19”	Janeiro 2021
“Pandemia, pandemónio e saúde mental”	Fevereiro 2021
“A mulher em Portugal desde o Estado Novo”	Março 2021
“25 de Abril: o que ainda temos para andar...”	Abril 2021
“Duas décadas de reformas regressivas”	Maior 2021
“Violência sobre pessoas mais velhas”	Junho 2021

Tabela 2 – Temas e datas dos *webinars*

Fonte: elaboração própria.

4.2.2. Informações institucionais

As informações sobre funcionamento interno da APRe! divulgadas na página pública do Facebook são relativamente poucas (apenas seis) e são todas de 2020 e anteriores à reabertura do grupo privado de Facebook para associados, reativado em março de 2020, para onde terá transitado a partilha deste género de informações (como atas de assembleias gerais, por exemplo).

Na página pública de Facebook da associação foi colocada, em março de 2020, informação sobre a reativação deste grupo, apelando-se à participação dos associados e à integração de novos membros na associação. Este é um grupo de partilha e discussão entre as pessoas associadas e tem pessoas responsáveis pela sua moderação. No n.º 1 das Notícias APRe! foi explicado que as publicações no grupo seriam sujeitas a aprovação prévia pelas pessoas responsáveis pela administração do grupo, para evitar a circulação inadvertida de notícias falsas ou informações incorretas. No final do período em análise, o grupo tinha aproximadamente 1000 membros.

4.2.3. Divulgação de documentos

Em conformidade com a intenção da associação de partilhar informação relevante sobre envelhecimento e condições de vida na velhice com as pessoas associadas e com a comunidade em geral, verificámos que no período em análise divulgaram alguns documentos/publicações que correspondem a esse intuito na página pública de Facebook, incluindo relatórios nacionais e internacionais sobre a COVID-19 e sobre idadismo.

4.3. Intervenções na comunicação social

O trabalho da associação em prol dos direitos das pessoas adultas mais velhas junto da comunicação social (desde o seu surgimento, em 2012), e o foco que a pandemia acabou por dar a estas, terão contribuído para que a associação tenha tido uma presença regular nos meios de comunicação social nacionais. A APRe! foi frequentemente chamada para participar em direto em telejornais diários, para comentar temas da atualidade para a imprensa escrita, para colaborar com artigos de opinião em jornais nacionais, entre outros. Na página pública de Facebook foram partilhadas 26 intervenções de representantes da associação na comunicação social. Destas 26 publicações, 10 relacionam-se explicitamente com situações de idadismo, de que são exemplo a possibilidade que chegou a ser equacionada de existirem regras de desconfinamento distintas em função da idade (em dezembro de 2020), ou a discriminação das pessoas mais velhas que vivem em

instituições residenciais no exercício do direito ao voto (em janeiro de 2021, aquando das eleições presidenciais).

4.4. Reivindicação política

As publicações realizadas na página pública de Facebook da associação vão ao encontro da sua natureza enquanto organização eminentemente política e reivindicativa. Assim, as publicações identificadas como de reivindicação política foram organizadas em três subcategorias: comunicações com o Governo (3), comunicados (15) e petições (2).

4.4.1. Comunicações com o Governo

As interpelações ao Governo e a outros atores políticos fazem parte da ação da associação, como podemos ver em publicações com as propostas dirigidas à Comissão de Orçamento e Finanças da Assembleia da República para a proposta de lei do Orçamento de Estado para 2021 (10 de novembro de 2020), e nas questões dirigidas à Ministra da Saúde sobre o Plano de Vacinação, numa altura em que começou a ser posto em causa o plano definido para as pessoas com mais de 60 anos bem como a qualidade e a segurança da vacina que estava a ser administrada à maioria das pessoas dos grupos etários mais avançados (15 de junho de 2021). Para além disso, a APRe! partilhou informação sobre o resultado da petição número 642/XIII/4.^a, uma iniciativa sua, na qual se solicitava alteração da legislação relativa ao Complemento Solidário para Idosos (21 de julho de 2020).

136

4.4.2. Comunicados

No período em análise divulgaram na página pública de Facebook 15 comunicados. Estes comunicados relacionam-se maioritariamente com o impacto da pandemia na vida das pessoas mais velhas. É disto exemplo o comunicado publicado em março 2020, no qual manifestavam preocupação em relação ao maior risco que as pessoas com mais de 70 anos corriam perante a pandemia que na altura se começava a conhecer, apelando a uma ação urgente das autoridades portuguesas para minimizar os impactos da pandemia junto das pessoas mais velhas.

Para além disso, fenómenos de idadismo estiveram na origem de vários comunicados, podendo dar-se como exemplo o comunicado que apresentaram contestando os limites etários impostos nos espetáculos teste promovidos pelo Governo, em maio de 2021:

A APRe! exige ver esclarecidos, com toda a urgência e publicamente, os motivos que justificam a inédita limitação da idade das pessoas admitidas para assistirem aos eventos já realizados na cidade de Braga [...] Recordamos que as pessoas com 65 anos

ou mais são cidadãs de pleno direito e muito ciosas de todos os seus direitos, em todos os momentos da sua vida [...]. Não aceitamos atestados de menoridade nem assomos de segregacionismo com base na idade.¹⁸

Os restantes comunicados não se relacionam diretamente com a pandemia, mas sim com questões políticas que impactam a vida das pessoas mais velhas, como a questão da atualização das pensões. Para além dos comunicados próprios, foram também partilhados seis comunicados da AGEe Platform Europe, em 2020, relacionados com a pandemia e as pessoas mais velhas.

4.4.3. Petições

Ainda que tenham partilhado sobretudo iniciativas por si promovidas, pontualmente partilharam e divulgaram iniciativas com as quais se identificam e que vão ao encontro da sua missão, como uma petição pública sobre os lares de idosos, que partilharam em junho e agosto de 2020.

Discussão e considerações finais

137

A pandemia originou grandes disrupções à escala global, trazendo novos desafios para a vida das pessoas. A transição para processos de comunicação mediados por dispositivos eletrónicos obrigou a uma adaptação e desenvolvimento de competências digitais sem precedentes, obrigando também as organizações a reorganizar as suas lógicas de trabalho e de ação, com as redes sociais a assumir para algumas organizações um destaque que nunca tinham tido enquanto estratégias de comunicação primordial. Com este estudo percebemos que a APRe!, um exemplo desse fenómeno, reconfigurou o seu trabalho, transitando a maioria da sua comunicação para o formato digital.

Esta transição aconteceu ao mesmo tempo que o fenómeno do idadismo se tornou mais visível e quotidiano, expressando-se nas mais diversas esferas da vida das pessoas adultas mais velhas e na sua interação com praticamente todas as estruturas da sociedade. A questão do idadismo acabou por ser transversal ao longo do período analisado, sendo manifesta e explícita em muitas das publicações realizadas pela associação. Isto vai ao encontro do crescente movimento de denúncia de situações de idadismo que tem vindo a acontecer globalmente, inclusivamente por entidades internacionais¹⁹ e na comunidade científica (e.g., Fraser *et al.*, 2020).

¹⁸ Excerto do comunicado publicado pela APRe! a 03.05.2021 na sua página de Facebook (consultado a 27.12.2021, em <https://www.facebook.com/593878590700923/photos/a.731376893617758/3946493265439422/>).

¹⁹ E.g., World Health Organization (2021), "Ageism is a Global Challenge: UN", 18 de março. Consultado a 20.12.2021, em <https://www.who.int/news/item/18-03-2021-ageism-is-a-global-challenge-un>.

A flagrante perda de direitos dos mais velhos, cujo potencial de agravamento parecia proporcional ao aumento dos casos de COVID-19, colocou esta associação perante a urgência de agir e de se fazer ouvir na sociedade portuguesa. O Facebook passou a ser um dos canais de comunicação mais relevantes da organização, nomeadamente entre os seus membros (através do grupo reservado a associados, que reativaram em março de 2020, e da página pública), sendo que divulgaram a partir desta plataforma todas as iniciativas que promoveram e em que participaram. A necessidade de um maior acesso a recursos *online* para comunicar e aceder a informações – através de redes sociais ou de plataformas como o Zoom, bem como para dinamizar novas atividades, como os *webinars* – poderá ter contribuído para a melhoria das competências digitais dos membros da APRe!, como aconteceu noutros contextos durante a pandemia (Martínez-Alcala *et al.*, 2021).

Esta possibilidade de um rápido desenvolvimento de competências digitais dos membros da associação, que valeria a pena explorar em estudos futuros, fortalece-se nas pistas que se encontram na literatura que indica que as motivações são fundamentais em qualquer processo de aprendizagem, inclusive para as pessoas mais velhas (Boulton-Lewis *et al.*, 2006). Neste caso, a utilidade e a necessidade da tecnologia terá sido um fator fundamental para que muitas pessoas se disponibilizassem a usar novas ferramentas ou a explorar mais aprofundadamente as suas possibilidades, como sugeria Pelizäus-Hoffmeister (2016). Apesar da amplamente discutida exclusão digital das pessoas mais velhas, que é muitas vezes usada como mais um rótulo totalizador, percebemos que este coletivo ativista, como outros (Haßler *et al.*, 2021), potenciou o recurso ao espaço digital para continuar a fazer o seu trabalho de reivindicação política durante a pandemia. A par dos dados que demonstram o aumento do uso da Internet entre as pessoas mais velhas,²⁰ consideramos que este estudo de caso pode contribuir para evidenciar a diversidade que existe entre as pessoas adultas mais velhas em Portugal, concretamente em relação a esta questão do uso das redes sociais.

Desde o início da pandemia, as publicações na página pública de Facebook da APRe! relacionaram-se sobretudo com tensões com as quais, ao longo desse período, as pessoas mais velhas foram confrontadas, acompanhando os grandes debates da atualidade e reforçando o seu perfil eminentemente político. Alertaram para a perda e violação de direitos das pessoas mais velhas enquanto cidadãs (D’Cruz e Banerjee, 2020) e procuraram dar informação fidedigna e contrariar notícias falsas veiculadas durante a pandemia. Também as intervenções na comunicação social pela associação foram recorrentes e tinham em grande medida o intuito de contrariar narrativas idadistas que se

²⁰ Cf. Instituto Nacional de Estatística (2021), “Proporção de indivíduos com idade entre 16 e 74 anos que utilizaram Internet nos 12 meses anteriores à entrevista (%) por grupo etário; Anual – INE, Inquérito à utilização de TIC pelas famílias”. Consultado a 27.12.2021, em <https://bit.ly/3P8U2cR>.

reforçaram durante a pandemia, nomeadamente nos e pelos próprios meios de comunicação social (Filipe, 2020).

A opção metodológica por uma etnografia *online* comporta dilemas éticos e limites à recolha, análise e interpretação dos dados. Tal como outros autores evidenciaram, a recolha passiva de dados *online* poderá, entre outras questões, ter impacto na qualidade dos dados recolhidos, uma vez que se perde a riqueza subjacente a um contacto direto com os/as participantes (Roberts, 2015). Num estudo com estas características, acedemos apenas ao discurso formal e público da associação e não aos debates e posicionamentos internos dos seus membros, que certamente são imbuídos de uma riqueza a que esta abordagem metodológica não permite aceder. Considerando os limites que esta abordagem comporta, importa destacar as suas potencialidades, nomeadamente perante constrangimentos severos no acesso aos contextos em análise, como os verificados durante a pandemia.

Com esta análise fica, mais uma vez, evidente a distância entre as pessoas mais velhas, neste caso portuguesas, e as imagens estereotipadas que ainda prevalecem e que, apesar de não corresponderem à realidade de uma larga maioria, continuam ainda a ter impacto na definição de políticas e no modo como a sociedade se organiza e se relaciona com os mais velhos.

Referências bibliográficas

- Abrams, Dominic; Swift, Hannah J. (2012), “Experiences and Expressions of Ageism: Topline Results (UK) from Round 4 of the European Social Survey”, *ESS Country Specific Topline Results*, 2. Consultado a 02.01.2022, em https://www.europeansocialsurvey.org/docs/findings/ESS4_gb_toplevels_experiences_and_expressions_of_ageism.pdf.
- Adedoyin, Olasile Babatunde; Soykan, Emrah (2020), “Covid-19 Pandemic and Online Learning: The Challenges and Opportunities”, *Interactive Learning Environments*. <https://doi.org/10.1080/10494820.2020.1813180>
- Airoidi, Massimo (2018), “Ethnography and the Digital Fields of Social Media”, *International Journal of Social Research Methodology*, 21(6), 661-673. <https://doi.org/10.1080/13645579.2018.1465622>
- Almeida, Mariana Ferreira de (2016), “Iniciativas de participação cidadã de idosos em Portugal: um estudo exploratório”, *Análise Social*, 219, 402-431. Consultado a 05.01.2022, em <http://hdl.handle.net/10451/24162>.

- Ayalon, Liat (2014), "Perceived Age, Gender, and Racial/Ethnic Discrimination in Europe: Results from the European Social Survey", *Educational Gerontology*, 40(7), 499-517. <https://doi.org/10.1080/03601277.2013.845490>
- Ayalon, Liat; Tesch-Römer, Clemens (orgs.) (2018), *Contemporary Perspectives on Ageism*. Cham: SpringerOpen. Consultado a 29.12.2021, em <https://link.springer.com/content/pdf/10.1007/978-3-319-73820-8.pdf>.
- Baker, Sally (2013), "Conceptualising the Use of Facebook in Ethnographic Research: As Tool, as Data and as Context", *Ethnography and Education*, 8(2), 131-145. <https://doi.org/10.1080/17457823.2013.792504>
- Barnes, Marian; Harrison, Elizabeth; Murray, Lesley (2012), "Ageing Activists: Who Gets Involved in Older People's Forums?", *Ageing & Society*, 32(2), 261-280. <https://doi.org/10.1017/S0144686X11000328>
- Blundell, Richard; Dias, Mónica Costa; Joyce, Robert; Xu, Xiaowei (2020), "COVID-19 and Inequalities", *Fiscal Studies*, 41(2), 291-319. <https://doi.org/10.1111/1475-5890.12232>
- Boulianne, Shelley (2015), "Social Media Use and Participation: A Meta-Analysis of Current Research", *Information, Communication & Society*, 18(5), 524-538. <https://doi.org/10.1080/1369118X.2015.1008542>
- Boulton-Lewis, Gillian M.; Buys, Laurie; Lovie-Kitchin, Jan (2006), "Learning and Active Aging", *Educational Gerontology*, 32(4), 271-282. <https://doi.org/10.1080/03601270500494030>
- Borges, Maria Isabel de; Dias, Cristina; Santos, Carla (2021), "COVID-19 and Online Learning in Higher Education. A Case Study of Students from Portalegre and Beja Polytechnic Institutes", *International Journal of Educational Research and Innovation*, 15, 317-325. <https://doi.org/10.46661/ijeri.5253>
- Butler, Robert (1969), "Age-Isms: Another Form of Bigotry", *The Gerontologist*, 9(4), 243-246.
- Cabral, Manuel Villaverde; Ferreira, Pedro Moura (2014), *O envelhecimento activo em Portugal – Trabalho, reforma, lazer e redes sociais*. Lisboa: Fundação Francisco Manuel dos Santos.
- Carmo, Renato Miguel do; Tavares, Inês; Cândido, Ana Filipa (orgs.) (2020), *Um olhar sociológico sobre a crise Covid-19 em Livro*. Lisboa: Observatório das Desigualdades, CIES-Iscte. Consultado a 22.12.2021, em <https://www.observatorio-das-desigualdades.com/observatoriodasdesigualdades/wp-content/uploads/2020/12/UmOlharSociolo%CC%81gicoSobreaCriseCovid19emLivro.ppt>
- Carroll, Nicolas; Sadowski, Adam; Laila, Amar; Hruska, Valeri; Nixon, Madeline; Ma, David W. L.; Haines, Jess (2020), "The Impact of COVID-19 on Health Behavior, Stress,

- Financial and Food Security among Middle to High Income Canadian Families with Young Children”, *Nutrients*, 12(8), art. 2352. <https://doi.org/10.3390/nu12082352>
- Czymara, Christian S.; Langenkamp, Alexander; Cano, Tomás (2021), “Cause for concerns: gender inequality in experiencing the COVID-19 lockdown in Germany”, *European Societies*, 23(S1), S68-S81. <https://doi.org/10.1080/14616696.2020.1808692>
- D’Cruz, Migita; Banerjee, Debanjan (2020), “‘An Invisible Human Rights Crisis’: The Marginalization of Older Adults During the COVID-19 Pandemic – An Advocacy Review”, *Psychiatry Research*, 292, art. 113369. <https://doi.org/10.1016/j.psychres.2020.113369>
- Diab-Bahman, Randa; Al-Enzi, Abrar (2020), “The Impact of COVID-19 Pandemic on Conventional Work Settings”, *International Journal of Sociology and Social Policy*, 40(9/10), 909-927. <https://doi.org/10.1108/IJSSP-07-2020-0262>
- Ekman, Joakim; Amnå, Erik (2012), “Political Participation and Civic Engagement: Towards a New Typology”, *Human Affairs*, 22(3), 283-300. <https://doi.org/10.2478/s13374-012-0024-1>
- Eysenbach, Gunther; Till, James E. (2001), “Ethical Issues in Qualitative Research on Internet Communities”, *BMJ*, 323, 1103-1105. <https://doi.org/10.1136/bmj.323.7321.1103>
- Filipe, Inês Ferreira de Sousa (2020), “Idadismo no contexto da COVID 19: representação das pessoas mais velhas nos jornais digitais portugueses”. Dissertação de Mestrado em Psicologia Social da Saúde, Iscte – Instituto Universitário de Lisboa, Lisboa, Portugal.
- Forss, Katarina Sjögren (2020), “The Importance of Addressing Ageism in Swedish Healthcare”, *Nordic Journal of Nursing Research*, 40(3), 113-115. <https://doi.org/10.1177/2057158520929348>
- Fraser, Sarah; Lagacé, Martine; Bongué, Bienvenue; Ndeye, Ndatté; Guyot, Jessica; Bechard, Lauren; Garcia, Linda; Taler, Vanessa; CCNA Social Inclusion and Stigma Working Group; Adam, Stéphane; Beaulieu, Marie; Bergeron, Caroline D.; Boudjemadi, Valérien; Desmette, Donatienne; Donizzetti, Anna Rosa; Éthier, Sophie; Garon, Suzanne; Gillis, Margaret; Levasseur, Mélanie; Lortie-Lussier, Monique; Marier, Patrik; Robitaille, Annie; Sawchuk, Kim; Lafontaine, Constance; Tougas, Francine (2020), “Ageism and COVID-19: What Does Our Society’s Response Say about Us?”, *Age and Ageing*, 49(5), 692-695. <https://doi.org/10.1093/ageing/afaa097>
- Gordon, Stacey (2020), “Ageism and Age Discrimination in the Family: Applying an Intergenerational Critical Consciousness Approach”, *Clinical Social Work Journal*, 48(2), 169-178. <https://doi.org/10.1007/s10615-020-00753-0>
- Haßler, Jörg; Wurst, Anna-Katharina; Jungblut, Marc; Schlosser, Katharina (2021), “Influence of the Pandemic Lockdown on Fridays for Future’s Hashtag Activism”, *New Media & Society*. <https://doi.org/10.1177/14614448211026575>

- Hepburn, Paul Anthony (2018), "A New Governance Model for Delivering Digital Policy Agendas: A Case Study of Digital Inclusion amongst Elderly People in the UK", *International Journal of E-Planning Research*, 7(3), 36-49. <https://doi.org/10.4018/IJEPR.2018070103>
- Holman, Daniel; Walker, Alan (2021), "Understanding Unequal Ageing: Towards a Synthesis of Intersectionality and Life Course Analyses", *European Journal of Ageing*, 18, 239-255. <https://doi.org/10.1007/s10433-020-00582-7>
- Hooijer, Gerda; King, Desmond (2021), "The Racialized Pandemic: Wave One of COVID-19 and the Reproduction of Global North Inequalities", *Perspectives on Politics*, 20(2), 507-527. <https://doi.org/10.1017/S153759272100195X>
- Iversen, Thomas Nicolaj; Larsen, Lars; Solem, Per Erik (2009), "A Conceptual Analysis of Ageism", *Nordic Psychology*, 61(3), 4-22. <https://doi.org/10.1027/1901-2276.61.3.4>
- Lazzari, Carlo; Rabottini, Marco (2021), "COVID-19, Loneliness, Social Isolation and Risk of Dementia in Older People: A Systematic Review and Meta-Analysis of the Relevant Literature", *International Journal of Psychiatry in Clinical Practice*. <https://doi.org/10.1080/13651501.2021.1959616>
- Martínez-Alcala, Claudia I.; Rosales-Lagarde, Alejandra; Pérez-Pérez, Yonal M.; Lopez-Noguerola, Jose S.; Bautista-Díaz, María L.; Agis-Juarez, Raul A. (2021), "The Effects of Covid-19 on the Digital Literacy of the Elderly: Norms for Digital Inclusion", *Frontiers in Education*, 6(19), art. 716025. <https://doi.org/10.3389/educ.2021.716025>
- Martins, Teresa Alves; Nunes, João Arriscado; Dias, Isabel; Menezes, Isabel (2021), "Engagement in civic organisations in old age: Motivations for participation and retention", *Journal of Aging Studies*, 59, art. 100977. <https://doi.org/10.1016/j.jaging.2021.100977>
- Martinson, Marty; Minkler, Meredith (2006), "Civic Engagement and Older Adults: A Critical Perspective", *The Gerontologist*, 46(3), 318-324. <https://doi.org/10.1093/geront/46.3.318>
- Morrow-Howell, Nancy; Galucia, Natalie; Swinford, Emma (2020), "Recovering from the COVID-19 Pandemic: A Focus on Older Adults", *Journal of Aging & Social Policy*, 32(4-5), 526-535. <https://doi.org/10.1080/08959420.2020.1759758>
- Nelson, Niccole A.; Bergeman, Cindy S. (2021), "Daily Stress Processes in a Pandemic: The Effects of Worry, Age, and Affect", *The Gerontologist*, (61)2, 196-204. <https://doi.org/10.1093/geront/gnaa187>
- Pelizäus-Hoffmeister, Helga (2016), "Motives of the Elderly for the Use of Technology in Their Daily Lives", in Emma Domínguez-Rué; Linda Nierling (orgs.), *Ageing and Technology*. Bielefeld: Transcript Science studies, 27-46.
- Pentaris, Panagiotis; Willis, Paul; Ray, Mo; Deusdad, Blanca; Lonbay, Sarah; Niemi, Mia; Donnelly, Sarah (2020), "Older People in the Context of COVID-19: A European

- Perspective", *Journal of Gerontological Social Work*, 63(8), 736-742. <https://doi.org/10.1080/01634372.2020.1821143>
- Pleyers, Geoffrey (2020), "The Pandemic Is a Battlefield. Social Movements in the COVID-19 Lockdown", *Journal of Civil Society*, 16(4), 295-312. <https://doi.org/10.1080/17448689.2020.1794398>
- Previtali, Federica; Allen, Laura D.; Varlamova, Maria (2020), "Not Only Virus Spread: The Diffusion of Ageism during the Outbreak of COVID-19", *Journal of Aging & Social Policy*, 32(4-5), 506-514. <https://doi.org/10.1080/08959420.2020.1772002>
- Rasi, Päivi; Vuojärvi, Hanna; Rivinen, Susanna (2021), "Promoting Media Literacy Among Older People: A Systematic Review", *Adult Education Quarterly*, 71(1), 37-54. <https://doi.org/10.1177/0741713620923755>
- Ribeiro, Norberto; Neves, Tiago; Menezes, Isabel (2016), "Participação cívica e política de jovens imigrantes e portugueses", *Análise Social*, 221(LI), 822-849.
- Roberts, Lynne (2015), "Ethical Issues in Conducting Qualitative Research in Online Communities", *Qualitative Research in Psychology*, 12(3), 314-325. <https://doi.org/10.1080/14780887.2015.1008909>
- Rothan, Hussin A.; Byrareddy, Siddappa N. (2020), "The Epidemiology and Pathogenesis of Coronavirus Disease (COVID-19) Outbreak", *Journal of Autoimmunity*, 109, art. 102433. <https://doi.org/10.1016/j.jaut.2020.102433>
- Seifert, Alexander (2020), "The Digital Exclusion of Older Adults during the COVID-19 Pandemic", *Journal of Gerontological Social Work*, 63(6-7), 674-676. <https://doi.org/10.1080/01634372.2020.1764687>
- Serrat, Rodrigo; Chacur-Kiss, Karima; Villar, Feliciano (2021), "Ageing Activisms: A Narrative Exploration of Older Adults' Experiences of Political Participation", *Sociological Research Online*. <https://doi.org/10.1177/13607804211025310>
- Serrat, Rodrigo; Scharf, Thomas; Villar, Feliciano; Gómez, Camila (2020), "Fifty-Five Years of Research into Older People's Civic Participation: Recent Trends, Future Directions", *The Gerontologist*, 60(1), e38-e51. <https://doi.org/10.1093/geront/gnz021>
- Serrat, Rodrigo; Warburton, Jeni; Petriwskyj, Andrea; Villar, Feliciano (2018), "Political Participation and Social Exclusion in Later Life: What Politically Active Seniors Can Teach Us about Barriers to Inclusion and Retention", *International Journal of Ageing and Later Life*, 12(2), 53-88. <https://doi.org/10.3384/ijal.1652-8670.18395>
- Silva, Isabela Machado da; Lordello, Silvia Renata; Schmidt, Beatriz; Mietto, Gabriela Sousa de Melo (2020), "Brazilian Families Facing the COVID-19 Outbreak", *Journal of Comparative Family Studies*, 51(3-4), 324-336. <https://doi.org/10.3138/jcfs.51.3-4.008>
- Talmage, Craig A.; Baker, Abby Lehr; Guest, M. Aaron; Knopf, Richard C. (2020), "Responding to Social Isolation among Older Adults through Lifelong Learning: Lessons

- and Questions during COVID-19”, *Local Development & Society*, 1(1), 26-33.
<https://doi.org/10.1080/26883597.2020.1794757>
- Vala, Jorge (2007), “A análise de conteúdo”, in Augusto Santos Silva; José Madureira Pinto (orgs.), *Metodologia das Ciências Sociais*. Porto: Edições Afrontamento, 101-128 [14.^a ed.; ed. orig. 1986]
- Vervaecke, Deanna; Meisner, Brad A. (2021), “Caremongering and Assumptions of Need: The Spread of Compassionate Ageism During COVID-19”, *The Gerontologist*, 61(2), 159-165. <https://doi.org/10.1093/geront/gnaa131>
- Wachtler, Benjamin; Michalski, Niels; Nowossadeck, Enno; Diercke, Michaela; Wahrendorf, Morten; Santos-Hövenner, Claudia; Lampert, Thomas; Hoebel, Jens (2020), “Socioeconomic Inequalities and COVID-19 – A Review of the Current International Literature”, *Journal of Health Monitoring*, 5(S7), 3-17.
- Zask, Joëlle (2011), *Participer : Essai sur les formes démocratiques de la participation*. Paris: Le Bord de l'eau.

Capítulo 5: Pandemic protection and the fight against ageism: the double struggle of retired people in Portugal

Artigo submetido para publicação:

Martins, Teresa Alves; Dias, Isabel; Nunes, João Arriscado; Menezes, Isabel. *Pandemic protection and the fight against ageism: the double struggle of retired people in Portugal* (Artigo submetido em maio de 2022)

Abstract

We conducted an online ethnography between January 2020 and June 2021, following the publications on the Facebook page of an association of retired people in Portugal. We carried out a content analysis of the association's publications and identified seven major themes: Pandemic; Ageing; Institutional communication; Achievements and rights; Ageism; Social protection; Contributions to strategic policy documents. The association's publications have followed the major debates and challenges of the moment, conveying the association's positions in relation to themes that have had a direct impact on the lives of older people and the community in general. This association maintained a strong political intervention, perceptible through its social media. During this period, Facebook was used by the association as a resource to communicate with its members and with the external world. The ability of the organisation and its members to adapt and learn in the face of new circumstances and challenges brought by the pandemic should be highlighted.

Keywords: Rights of Older Adults | Online Ethnography | Facebook | Pandemic | Participation.

1 Introduction

The pandemic triggered accelerated and unexpected changes in everyone's daily lives. The fact that older people belong to one of the risk groups for Covid-19 disease brought them specific challenges. Their lives were especially constrained by the pandemic, and ageism, already a pre-existing phenomenon, acquired flagrant proportions.

In addition, the disruption caused by the pandemic in interaction and communication patterns forced readjustments in the way people interacted with each other. Faced with the impossibility of regular face-to-face contact, in small or large groups, it was necessary to readjust the way we communicate with other people. The transition to formats of interaction mediated by technologies, online or offline, which favour communication at a distance,

ended up being the strategy massively adopted to maintain communication between people. In order to continue the work they were developing, organisations also had to make this transition and adapt their working and communication strategies, both internal and external.

In this paper, we aim to understand the major themes that have determined the work developed by APRe!, a Portuguese association set up and run entirely by retired older adults, between January 2020 and June 2021. Faced with the challenges imposed by the pandemic, APRe! invested in online tools to be able to continue its work. This allowed the development of an online ethnography, namely through the analysis of its Facebook page.

This is an association with a highly political character, assuming as its mission the political representation of older people and the claiming of their rights. It is therefore important to understand the impact of the pandemic and the lockdown on the action and in the main claims of this association during this period - in particular, considering the discussion on the rights of older people.

1.1 Civic and political participation of older adults

The organisations of older adults have been increasing in terms of expression and visibility. International forums such as the "Open-ended Working Group on Ageing", of the United Nations, is one of the contexts where more and more NGOs have been represented and have effective participation (UNDESA, 2022). Despite this mobilisation of older adults to defend their rights, it is still true that "When one thinks of a social activist, an older person rarely comes to mind." (Adler *et al.*, 2007, p. 66).

The study of the participation of older people in organisations seeking to represent themselves and advocate for their rights has become increasingly relevant, given the significance of the political mobilisation of older people in a context of accelerated population ageing (Goerres, 2009). This participation should be acknowledged as formal political participation, using Ekman and Amnå's typology (Ekman & Amnå, 2012), that involves political action and intervention (Serrat & Villar, 2016).

Participation in political organisations is more likely to be stable and to last longer, requiring a stronger commitment from those involved in such activities (Goerres, 2009). However, we know that there are socio-demographic factors that interfere with older people's political participation, making it more difficult to engage people in situations of higher vulnerability or social exclusion (Serrat *et al.*, 2018) and with lower cultural capital (Barnes *et al.*, 2012). In addition, the decrease in the means to participate (related to health or age, for example), "could act as a common impediment both for the recruitment and the retention of older

participants and may not be specific to any particular form of participation but rather a basic impediment that older people need to overcome to take part in civic life" (Serrat *et al.*, 2017, p. 597-598).

The emphasis on health conditions and functional capacities - very close to those expected in adulthood - as prerequisites to continue participating is related to the meanings attributed to older ages and the agency that people may or may not have at this stage of life (Gilleard & Higgs, 2010; Grenier & Phillipson, 2013). Ethnographic studies with people aged 90 or more have shown that it is mainly related to the context and social relations of older people that constrain their capacity of agency, and that there is not necessarily a relationship "between the deterioration of physical and functional capacities and the reduction/loss of agency" (Osorio-Parraguez *et al.*, 2019, p. 674). This reflection becomes especially significant in the context of the pandemic which was especially striking for older people, precisely on the grounds of the greater vulnerability of older people to Covid-19 (Rothan & Byrreddy, 2020).

1.2 Ageism in a time of pandemic

With the Covid-19 Pandemic, ageism, first identified in the literature in 1969, became widespread. Ageism is a phenomenon of discrimination and prejudice based on age, which especially impacts on older people, although it is not exclusive to older people (Butler, 1969). According to the European Social Survey, ageism is the discrimination phenomenon with the highest prevalence rate in Europe (Ayalon, 2014).

In a literature review article (1970 to 2017), Marques and colleagues (2020) identified 14 determinants associated with ageism, at the intrapersonal, interpersonal/intergroup and institutional levels, 13 of these being other-directed and only one self-directed, the health status. This helps to understand that ageism occurs in different ways according to the contexts and cultures, emerging as a structural phenomenon that goes beyond the demographic dimension (Ng & Lim-Soh, 2020). Structural ageism is found at the most diverse levels, such as in the design of intelligent systems in big data approaches, realizing that "biased samples and biased tools tend to exclude the habits, interests and values of older people from algorithms and studies, which contributes to reinforcing structural ageism" (Rosales & Fernández-Ardèvol, 2019, p. 51). Moreover, in other cross-national studies, "evidence of the association between higher structural ageism and greater violence against older people across countries" has already been identified (Chang *et al.*, 2021, p. 1].

However, the pandemic revealed that knowledge and understanding about ageism is still limited, namely among professionals who work directly with older people and political

decision makers (Reynolds, 2020), and it is possible to identify ageist perspectives even in publications of international advocacy organisations for older people's rights, namely in relation to the oldest of the oldest (Naughton *et al.*, 2020).

Research also showed that ageism had severe consequences for older people during the pandemic, namely in access (Rueda, 2021) and provision of health services (McDonald, 2021; Cesari & Proietti, 2020). The narrative that older people's lives are less valued, which was reinforced throughout the pandemic (Swift & Chasteen, 2021) had a strong impact on older people's mental health, as "many older people might fear not only the disease itself but also worry that, if infected, they might not receive adequate treatment because the medical community prioritises caring for younger people." (Kessler & Bowen, 2020, p. e12). Responses to the pandemic reinforced the narrative of older adults as a vulnerable and homogeneous group of people (Swift & Chasteen, 2021), making ageism a more visible and easily documentable phenomenon, for example, through the analysis of news from the first months of the pandemic in countries such as Portugal (Filipe, 2020), Spain (Bravo-Segal & Villar, 2020) or the United States (Jen *et al.*, 2021).

Statements such as "calculated ageism", "geronticide" (Barrett *et al.*, 2021), "Covid ageism" (Kessler & Bowen, 2020), or "Lethal ageism" (McDonald, 2021), reflect the escalation of the phenomenon and the consequent intensification of the need for a strategic and committed look at this phenomenon, whose consequences were (and will continue to be) devastating for many older adults (Fraser *et al.*, 2020). The magnitude of the phenomenon even led the World Health Organization to launch in March 2021 a global campaign to combat ageism (WHO, 2021). In fact, with the pandemic, more hostile manifestations of ageism emerged in the public space in an explicit way (Swift & Chasteen, 2021), even led by people with political responsibilities, such as Texas Lt. Governor Dan Patrick's, who suggested that older generations should sacrifice themselves to reduce the economic impact of the pandemic for younger generations (Barrett *et al.*, 2021). In Portugal, a former President of the Republic, who was 85 years old at the time (April 2020), in an interview for a national television channel stated that "(...) we, the old (...) when we arrive at the hospital, if necessary, we offer our ventilator to the man who has a wife and children" (RTP, 2020).

However, expressions of benevolent ageism - often difficult to deconstruct given its 'good intentions' and compassion - were prevalent (Swift & Chasteen, 2021), both at individual and institutional levels. This 'compassionate ageism' has an underlying paternalistic approach, assuming older people as a homogenous and vulnerable group in need of help, without any regard to their consent to be provided with such help, that might result "in helping behaviour that is perhaps unneeded or unwanted." (Vervaecke & Meisner, 2021, p. 161). The comment of the President of the European Commission, Ursula von der Leyen,

in April 2020 on possible longer isolation for older people may be a good example of this benevolent idadism: "Without a vaccine, we have to limit as much as possible contact with the elderly, (...) "I know it's difficult and that isolation is a burden, but it is a question of life or death, we have to remain disciplined and patient" (Euractive, 2020).

Social media also ended up having a particularly relevant role in relation to ageism. If, on the one hand, they contributed to disseminate it (Soto-Perez-de-Celis, 2020), on the other hand, they also became a resource for denouncing and contesting it. The reactions in Tweeter to the comment of the Governor of Texas (Barrett *et al.*, 2021), or to the "Caremongeries movement" analysed from Tweeter and TikTok (Vervaecke & Meisner, 2021) are examples of this. In this sense, it is very important to foster "the use of modern information and communication technologies among older adults" (Ehni & Wahl, 2020, p. 519). There is still a long way to go to achieve higher digital literacy among older adults, for which more creative and challenging approaches are crucial (Rasi *et al.*, 2021). However, the pandemic has shown that, faced with the need to adapt to new circumstances and to develop new skills, including digital ones, many older adults have made this transition to online media, developing more or less in-depth skills according to their circumstances, needs and interests (Martinez-Alcala *et al.*, 2021).

2 Methods

With the pandemic, many researchers were faced with the need to rethink and redesign their research strategies, including with older populations [e.g. Cerna *et al.*, 2021]. With the transition of a large part of social interactions to the online context, publications in social media, such as Facebook, became a privileged mean of communication for some organizations. It was in this context that we decided to carry out an online ethnography (Tunçalp & Lê, 2014), following the public Facebook page of an association constituted and fully driven by retired people in Portugal – APRe!.

Online ethnographies already had some expression in research before the pandemic as a methodological option (Tunçalp & Lê, 2014), and their advantages and limits have been discussed, particularly at the ethical level (Baker, 2013). The dissemination of Facebook in several contexts and the way in which this social network is organised has contributed to the increase of studies in which Facebook is used as the preferred context for ethnographic data collection (Baker, 2013; Airoldi, 2018).

2.1 Context

APRe! was created in 2012, as a response of retired people against the Government's proposal to advance with a new tax on pensions in Portugal, in a context of severe austerity and international intervention of the group formed by the European Commission (EC), the European Central Bank (ECB) and the International Monetary Fund (IMF), usually known as TROIKA.

APRe! defines itself as civic, laic, nonpartisan, non-profit and national in scope. It currently has around 3000 members, with four regional delegations and several local groups across the country. Its mission is to represent retired people, claiming an "active role in the definition of public policies" and aiming, in partnership with other entities, to "fight against discrimination of the elderly" and to advocate for "participative ageing" (APRe!, 2022). It has gained relevance and visibility at national level from its mobilisation in the public and political debate on older people, ageing and social protection. The association's public Facebook page has approximately 5500 followers.

The beginning of the pandemic has coincided with the election (on 28 February 2020) and subsequent installation of the new social bodies of the association (which took place online at the beginning of April 2020).

150

2.2 Analyses

We followed the public Facebook page of APRe! for 18 months, between January 2020 and June 2021, checking the page two to three times a week. All posts (114 posts) were collected in a database (Excel) in chronological order. Subsequently, an analysis of their content was performed and we classified the publications by the predominant themes.

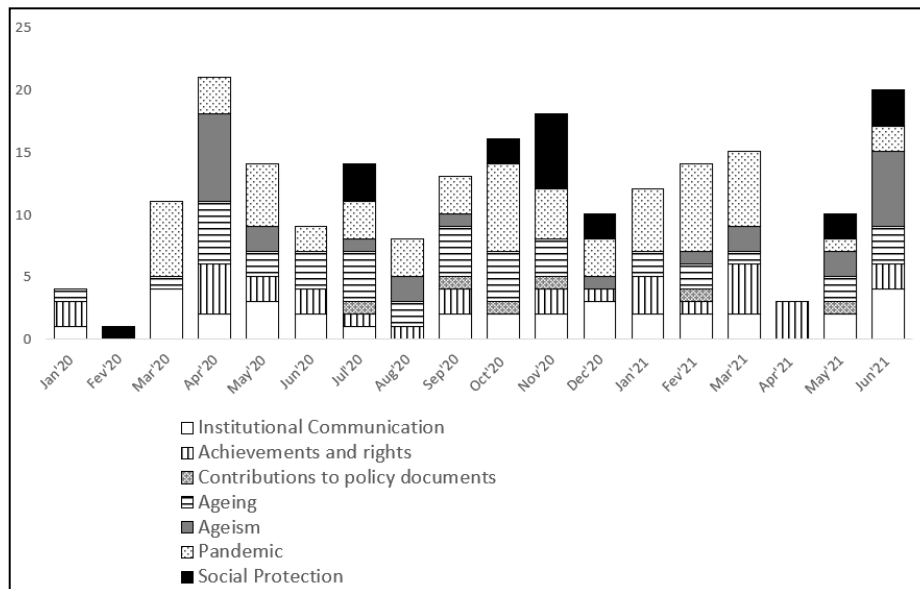
In April 2020 the association restarted to publish a monthly newsletter called "Notícias". It is organised by members of the Board of the association, and regularly includes texts and other contributions from other members, namely in the section "The floor is yours". During the analysed period 15 "Notícias" were published. They were always posted on the association's Facebook page. The content of the "Notícias" was analysed in detail, and later added to the main database of the publications, considering the themes that appeared in each of the newsletters. For this reason, a total of 218 entries in the database are considered in this paper.

The analysis of the Facebook page was supported by direct contacts with members of the organisation, namely with the people from the Board who manage the Facebook page. All

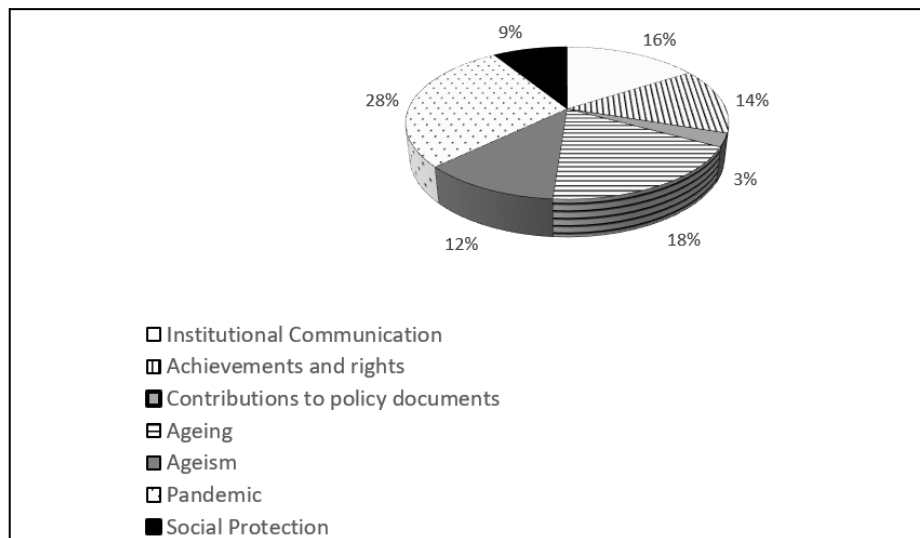
these contacts, which occurred initially by email and then by telephone and through Zoom meetings were registered and saved, generating additional field notes.

3 Results

Our goal was to understand the themes that emerged in the Facebook publications (including the newsletter), as well as their intensity over time. Our analysis resulted in the identification of seven major themes: Institutional Communication; Achievements and rights; Contributions to policy documents; Ageing; Ageism; Pandemic; Social protection. Image 1 (graph 1) shows the thematic distribution of the publications over the period under analysis, as well as their intensity. In image 2, graph 2, we can see the expression of each of the themes in the overall publications.



Graph 1 - Timeline with the themes of the publications

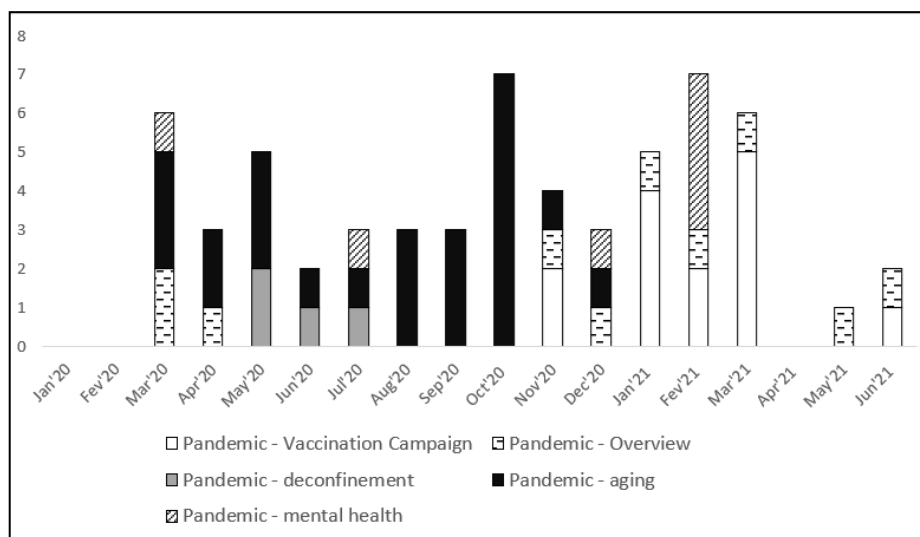


Graph 2 - Main themes of the publications (%)

3.1 Pandemic

The "pandemic" was the most prevalent topic in the publications from March 2020, i.e. when the first case of Covid-19 was detected in Portugal. For a more detailed analysis of these publications, we split the theme of "pandemic" into 5 subthemes, to better understand its distribution over time, taking into account the evolution of the pandemic itself in the country.

152



Graph 3 - Pandemic related sub-themes

The 'pandemic - ageing' dialectic dominated the 2020 communication. In the early months of the pandemic, national and international information and concerns about the increased risks

of the effects on older adults were mainly shared. An example of this is the press release of 27.03.2020, which states that:

"APRe!'s concerns are growing due to the tragic results of the pandemic that is hitting the Portuguese, with a notable emphasis on the elderly, groups to which, for the most part, our associates belong. (...)"

They increasingly reinforced the call for more attention to be paid to the effects of the pandemic on people in older age groups. The press release they issued on 4.08.2020 already reflected the association's action with national political actors, to whom they expressed their concerns about other effects of the pandemic on older people:

"The President of the Republic, [...] received, on 3 August, the APRe! Board in a requested audience to present the concerns raised by the current pandemic and its effects on the older population."

In one of the interventions of the President of the association on the Portuguese public television morning show in May 2020, she highlighted the association's action in relation to some of the threats that they consider have arisen for older people. The association strongly contested the possibility that there would be further confinement for older people until a vaccine is available (a possibility mentioned by the President of the European Commission):

"We reacted! We in the association reacted! We wrote a letter to the Prime Minister and the Minister of Health, saying that we did not want to be treated as underprivileged, with special protection, unless we ask for this special protection. If we don't ask for it, we don't have to be infantilised! Children and everything 'You can't leave home...'. No! Calm down! We have to take all the care that all people have to take (...) but go out, always go out! (...)"

Following the media agenda on the one hand, and the evolution of the pandemic itself on the other, several references to the deconfinement process appeared in the association's Facebook posts in May and June 2020. This issue was followed with special attention and interest by the association due to the risk of possible measures that could somehow discriminate against older people, imposing on them different deconfinement measures from the rest of the population:

"The APRe! Board took a stand against the wave advocating discrimination against older people in the Covid-19 pandemic. it was not alone in this fight, other voices were also raised. The government put a stop to the wave of discrimination towards older people by announcing the measures of the state of calamity." (1.05.2020).

In October 2020 the association organised a National Conference, with the topic "From pandemic to inclusion". This conference took place in a face-to-face format in Lisbon and was

broadcasted live through the association's Facebook page. It had as speakers Portuguese researchers from several areas and included a video intervention from the President of the Age Platform; political actors (the President of the Republic and the Minister of Labour, Solidarity and Social Security) also participated. This Conference generated an important collective reflection to raise awareness regarding the phenomena of discrimination against older people that the pandemic was revealing.

Vaccination against Covid-19 was another issue on which the association took a position several times. With the disclosure of information on the priority groups for the vaccine (November 2020), the association began to be requested to intervene in the media, resulting in several news items in which they reinforced the importance of older people having priority for vaccination. In January 2021 they began the cycle of Webinars "Accept the invitation to talk about...", with "Vaccination against Covid-19" being the first topic of this sequence. In March 2021, the association released a statement on "The vaccination plan and priorities", which they sent to the President of the Republic, Prime Minister, Minister of Health and Parliamentary Groups. In this press release they questioned the possibility of changing priorities for vaccination due to the integration of more professional groups as priorities.

In addition, they filed a complaint with the Ombudsman's Office, whose contents were shared in full in the March 2021 "Notícias", under the heading:

"The APRe! Board submitted a complaint to the Ombudsman based on the subversion of priorities to which the Vaccination Plan against COVID 19 has been submitted and continues to express deep concern about the overall situation of delay that is occurring in relation to what was planned, specifically with regard to the most vulnerable people."

At this time several media news articles appeared on the subject, with headlines such as:

"APRe! repudiates inversion of priorities in the Vaccination Plan against COVID." ("Público", 12.3.21); *"Vaccination. Pensioners' Association requests intervention from the Ombudsman"* ("Expresso", 18.3.21)

Still on the subject of Covid-19 vaccines, in June 2021 they asked the Minister of Health a question about the AstraZeneca vaccine, which was rumored to be untrustworthy. In the comments of the Facebook post in which they disclosed this question, they later disclosed information published on the website of the Directorate General of Health, in which the questions raised by the association are answered.

In a more or less explicit way the impact of the pandemic on the mental health of older people was also emerging throughout the period under analysis, both in references in the "Notícias" and in interventions in the media. In February 2021 they devoted a session of the Cycle of Webinars "Accept the invitation to talk about..." to the topic "Pandemic, Pandemonium and

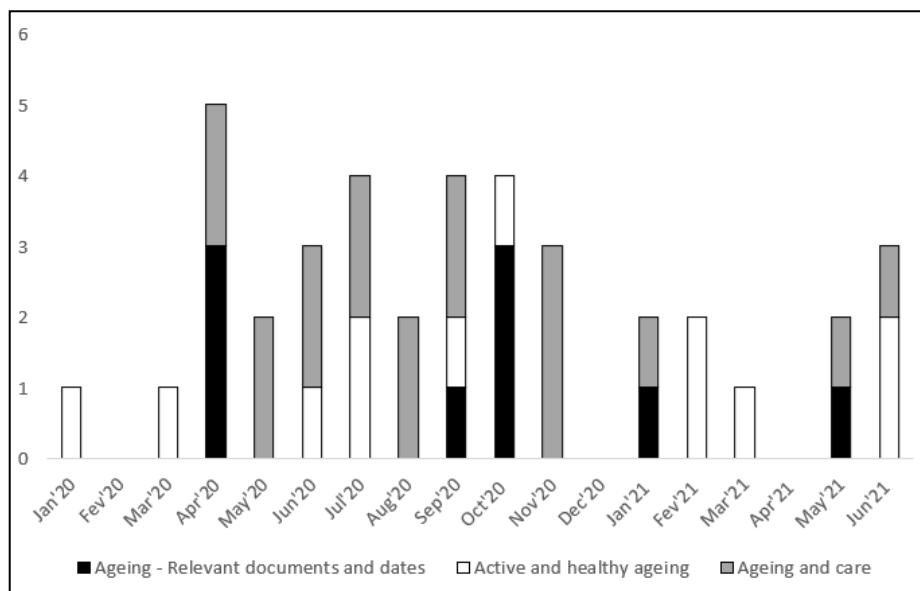
Mental Health". This Webinar was disseminated and broadcasted through the association's Facebook page, and later became available on the association's Youtube channel.

Other information of general interest about the pandemic was disseminated throughout the analysed period, starting with a website with updated information on the evolution of the pandemic in Portugal (19.03.2020). From November 2020 more overall information about the pandemic appeared, but mainly in the newsletter "Notícias". Reflections and general information about the pandemic appeared both in the "Editorial" - written by the president of the association - and in sections such as "The floor is yours". In this section, in November 2020, an opinion article by an associate, a pneumologist doctor, was published about "Negationism", in which he made an explanation of the phenomenon and its impact on the pandemic caused by Covid-19. The release of information about the "EU covid digital certificate", in the 'Information' section of the "Notícias", in June 2021, is another example of these publications.

3.2 Ageing

Although the pandemic interfered with all the association's work, more transversal issues about ageing and the challenges it brings continued to be worked on by the association and reflected in its publications.

155



Graph 4 - Ageing-related sub-themes

The dichotomy 'ageing and care' – that relates to the provision of care to older people with some type of dependency and consequent needs - emerged recurrently throughout the period under analysis (Graphic 4). . This issue was already a source of concern before the pandemic,

but the urgency of transforming the provision of long-term care was clearly exacerbated by it. The AGE Platform press release, which the association shared in April 2020, reflects this urgency:

"Residential institutions in the eye of the covid-19 storm: governments must act quickly to protect residents and staff. (...) Equally troubling are cases where residents are denied access to hospital care for life-saving treatments because they are deemed 'too old'. Such practices are unacceptable human rights violations."

The issue of 'nursing homes' and the care provided in these institutions was the underlying theme of many of these publications, which included news that appeared in the media and to which the association contributed, press releases by the association itself on the subject, texts in the newsletter "Notícias", or the call to sign a petition, with the following framing text in the Facebook post:

"This petition, launched in June, acquires renewed relevance and urgency, given the tragic reality that has been revealed to us. We again appeal to you to sign and share it - "Nursing homes in the pandemic and their future" (12.08.20).

The association's publications also reflect other initiatives about active and healthy aging and/or that somehow reflect that perspective. In "Notícias" there were recurrently presented activities promoted by the association's delegations, as well as reflections from members that appeal to a more heterogeneous vision of retirement experiences:

"(...) If we look closely, there are many retired people active in the most diverse areas, while they are ageing, for example the two main figures of the State in hierarchical terms! But then we have a huge number of pensioners in local government positions, as teachers in senior universities, as volunteers in hospitals, as blood donors, as formal or informal caregivers, of course caregivers of their grandchildren, as leaders of IPSS's and all kinds of Associations (of course APRe!, why not?) (...)" (06.2021)

Relevant national or international dates, such as World Health Day (7 April), the European Day of Solidarity between Generations (29 April) or the International Day of Older Persons (1 October) have been marked in different ways by the association on its Facebook page. In "Notícias" there is also a section dedicated to "Notícias da AGE", where they disseminate information and documents published by the AGE Platform.

3.3 Institutional Communication

The association regularly provides institutional information to its members. An example of this information was the post held in March 2020, with information on the reactivation of the Facebook Group of associates:

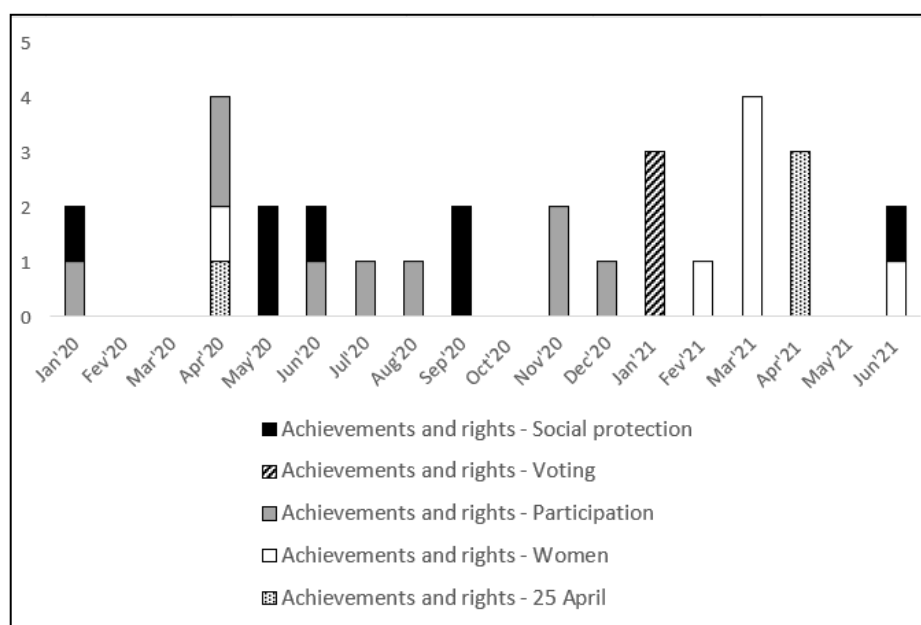
"INFORMATION/INVITATION Notice is hereby given that the "Associates Group" of APRe! on 'Facebook' has finally reopened. Those who are already members of this space (of daily information, debate and conviviality) are invited to participate. And those who are able to join are invited to do so. Together we are worth more!" (26.03.20)

In the newsletter "Notícias" the association explained the strategies adopted to be able to continue working, using online tools:

"Throughout these three months of pandemic, there have been major difficulties for the development of associative work. (...) The information that reaches us, without exception, is that of many meetings held using online platforms and programming of initiatives, some made unfeasible by the restrictions in place and others already aiming for the period of deconfinement. Local or regional activities will have, in this space, the due national projection, as they are carried out" (06.2020)

The association has official representation in several institutions and has been giving regular information about these representations, namely through the newsletter "Notícias". At a national level, the association is represented on the General and Supervisory Board of ADSE, on the Consultative Council of the Institute of Financial Management of Social Security, on the Economic and Social Council and on the National Council for Solidarity, Volunteering, Family, Rehabilitation and Social Security Policies. Internationally, it is part of the Board of the AGE Platform Europe, the OEWSGA - UN Working Group on Ageing, the AGE Working Group on Ethics and the ECOSOC - Economic and Social Council of the United Nations. At different times they provided information about their representation in these organisations.

3.4 Achievements and rights



Graph 5 - Subthemes related to Achievements and Rights

Some publications involved the celebration and/or claim of achievements and rights. In some cases, these publications visibly follow community celebratory events of achievements and rights, namely in Portugal, such as the publications on April 25th (the day in which the end of dictatorship in 1974 is celebrated in Portugal) both in 2020 and 2021. An example of this is the Webinar "April 25th: what we still have to walk...", promoted by the association in April 2021.

Publications explicitly related to women's achievements and rights appeared several times on the association's public Facebook page. March 8, International Women's Day, was the motto for events, such as the Webinar "Women in Portugal since the Estado Novo" (23.03.2021), and for the issuing of positioning and celebration documents for the date.

In January 2021, at the time of the presidential elections in Portugal and in the middle of the pandemic outbreak, an intense debate arose about the electoral participation of older people, namely those living in residential structures. In this period the association became active in this debate, namely at the media, publicly positioning itself in relation to the issue, as is visible in the framing of the news they shared on 9.01.2021:

"MG defended today, in RTP3, on behalf of APRe!, that elderly people living in nursing homes should be treated as if they were in prophylactic isolation for the purpose of voting on the 24th, thus making it possible to move the voting boxes to those establishments, as will happen, for example, with hospitals."

The achievements and rights related to social protection also appeared in some posts, such as the Webinar on "Two decades of regressive pensions: the increasing vulnerability of public provision of income in retirement", or the dissemination of the "Cycle of Conferences organised by CES - Economic and Social Council - in which APRe! has representation" (5.05.2020).

Demanding and practicing the right to participate and to be heard on issues that concern them is one of the constant claims of the association, namely in its statements in the media:

"It is imperative to change the way society views ageing and deals with older people, not forgetting an essential principle: if they are for older people, it is with them that solutions must be found." (23.12.2020)

3.5 Ageism

From April 2020 the issue of ageism arose more explicitly in the association's publications. The association had already made some references to this phenomenon previously, notably in the Age Platform communiqués and initiatives they shared, such as the letter addressed to the United Nations High Commissioner for Human Rights, Michelle Bachelet, "COVID-19: concerns about the rights of older people":

"Since the emergence of COVID-19, we have witnessed an unprecedented amount of ageist (discriminating, by age) comments in the 'media'. Hate speech should not be tolerated, whatever its basis. Although older people are in a vulnerable situation during the pandemic, stigmatising them as fragile, passive or a burden is a violation of their inherent dignity. Measures taken as a response to COVID-19 should not compromise older people's autonomy, dignity and equal value as human beings."

In April 2020 the association sent and disseminated an "Open Letter to the Prime Minister, Minister of Health, Minister of Labour and Social Solidarity and Director General of Health", because of the already mentioned scenario of a longer lockdown for people over 70 years old. In this letter they highlighted that:

"We do not accept stigmatising references that create in society the idea, more or less subtle, that older people, just because of their age, are not welcome in the public space and may constitute an added factor for the expansion of the pandemic. (...) No democratic power can deny its citizens autonomy, dignity, the right to decide and the pleasure of living. (...)"

On 1.05.2020 they made a post reporting on what happened following the initiative against deconfinement measures based on age criteria:

"The Board of APRe! took a stand against the wave that advocated discrimination against older people within the Covid-19 pandemic. She was not alone in this fight, other voices were also raised. The government stopped the wave of discrimination towards older people by announcing the state of calamity measures."

During the following months, information was provided on the association's interventions in the media in which the subject of ageism was explicitly addressed. On 18 March 2021 they disseminated the Global Campaign launched by the United Nations to combat ageism, which was also covered later in the "Notícias".

Attention to the issue increased again when, on 30.4.2021, the association warned in a press release that age limits - between 18 and 65 - would be set for participation in 'test shows for the new rules for mass events'. The association wrote in its statement that:

"(...) People aged 65 and over, citizens in their own right and very conscious of their rights, do not accept certificates of minority or assumptions of segregationism based on age. (...)"

Alongside this statement, they protested in person at the entrance to these shows and were heard by the media.

The issue of violence against older people, one of the manifestations of ageism, also appeared associated with 15 June, World Day for Awareness of Violence against Older Persons. In 2021 the association promoted an online initiative to debate this issue:

"Our next videoconference will be on 15 June, World Day for Awareness of Violence against Older Persons, established by the UN in 2006. The invitation has already been sent to all APRe! members and the conference can also be viewed on the APRe! Board channel on YouTube."

3.6 Social Protection

The association developed in May 2021 a Webinar on the issue of pensions, for which it released an invitation on 22.05.2021:

"INVITATION to a videoconference that could not be more important and interesting. Next Tuesday 25th. Reducing public expenditure on pensions is an assault on citizens' rights and it doesn't have to be that way. The speaker will show, in this conference, that the policies adopted have been opting for the easiest option to the detriment of economically sustainable and socially fair solutions".

In the path of taking a stand on issues of interest to older and retired people, in November 2020 the association sent to the Government and released the:

"PUBLIC APPRECIATION of the draft law on the STATE BUDGET for 2021: APRe!'s contribution sent to the Budget and Finance Committee (COF) of the Assembly of the Republic." (10.11.2020)

The association's perspective on the pensions issue has appeared several times in the media:

"APRe!: "10-euro increase in pensions continues to leave pensioners far from minimum wage""": "President of APRe!, regrets that the increase in pensions continues not to follow the increase in the national minimum wage." (21.11.2020).

The association also shared through its Facebook page some initiatives they promoted and/or participated in, which relate to benefits or social support for older people. In the period under analysis, they shared several information about a petition they had previously launched, in which they questioned the rules of attribution of the Solidarity Supplement for the Elderly, namely the fact that it foresees the counting of the children's income for the attribution of this social support for older people in a situation of greater economic fragility. Several information were given about this Petition, namely in November 2020 when they published the Final Report of the Parliamentary Commission that elaborated it.

3.7 Contributions to policy documents

Throughout this period the association contributed to strategic policy documents, both national and international. In "Notícias" several of these contributions were presented. We can highlight the APRe!'s contribution to the Green Paper on Ageing, of the European Commission's initiative, in April 2021. At the national level the association contributed to the public debate on the Recovery and Resilience Plan (RRP), in February 2021.

4 Discussion

In this study we analyse the work of a Portuguese association completely run by retired people, who had to develop skills to adapt to the circumstances raised by the pandemic.

With the mandatory isolation and the extreme reduction of face-to-face contacts between people, the association succeeded in reframing its action, which allowed them to continue their work and pursue their mission: to represent older people to the political power and claim their rights. This association has been achieving visibility in Portuguese society, contributing to challenge the view that older people do not have an active civic and political participation in Portugal, as some literature indicated (Almeida, 2016).

With the pandemic this association switched its action mostly to digital environments, as happened with many other people and organizations, namely social movements (Pleyers,

2020). This change required a learning process for the use of online resources, both for the Board of the association, which created and developed new activities, and for other members. Gradually the number of people following the association's work in social networks increased, which reflects the progressive adherence of older people to this type of online communication, supporting the possibility already advanced in the literature that the pandemic has contributed to accelerate the development of digital skills among older people (Morrow-Howell *et al.*, 2020).

APRe! was able to adapt promptly and keep up with the evolution of the pandemic, preserving its claim-making capacity. Throughout the period under study, the association continuously sought to denounce and problematise the tensions with which older people were confronted. Indeed, it is clear, namely from the impact they had on the national media, that the information, the alerts and complaints they disseminated may have contributed to increased awareness of possible situations of violation of the human rights of older people, already identified as one of the biggest problems of this pandemic (D'Cruz & Debanjan, 2020).

Credible and trustworthy information is a basic premise for people's capacity to act and protect themselves. Aware of this assumption, this association tried to develop communication strategies aimed at older people, in an appealing way and based on reliable information. Thus, APRe! may have contributed to the development of literacy skills of older adults in Portugal, both in terms of health literacy, about the disease caused by Sars-CoV-2, as well as civic and political literacy, taking into account other consequences of the pandemic for older people.

In addition, the continued presence of APRe! as an active voice of monitoring of government measures during the periods of State of Emergency, may have been important to expose and prevent the advancement of discriminatory measures in relation to older adults, present both in political actions and discourses, national and international. This association reinforced its role as a political player in the national panorama, claiming and demanding the rights of older people in Portugal, distancing itself from less politicised perspectives of civic engagement among older adults (Martinson & Minkler, 2006).

In this sense, it is important to highlight that the increasing digitalisation of communications has allowed a higher participation of the association in international fora, where relevant issues for older adults have been addressed, such as the request to the United Nations for a legal instrument to protect older people's rights (UNDESA, 2022). This international participation allowed bridging the gap between the major debates on ageing that have been taking place internationally and Portuguese civil society, with older adults as priority targets.

With the pandemic we have observed the pervasive expansion of an ageist narrative, even if with varying intensity over time. In Portugal, APRe! was one of the strongest voices denouncing ageism, making public statements in response to specific examples that we were confronted with throughout this period. The possibility of a more extensive age-determined isolation may have contributed to a strengthening of the association's argument in regard to the denouncement of situations already identifiable in the literature as benevolent ageism (Swift & Chasteen, 2021). In this sense, the association has publicly and strongly refused manifestations of 'compassionate ageism' (Vervaecke & Meisner, 2021), showing that they could not accept homogenous views of people over 70 years old, which deprived them of power and autonomy to decide whether or not they need help, from whom, when and for what.

The analysis of the work of this association, through a social media network, allowed us to understand its ability to adapt to the circumstances that arose from the pandemic, as well as its attention and intervention regarding the major debates that were taking place at the moment. In addition, it warns us of the need to look at older adults in a different way, considering on the one hand the great heterogeneity that there is among the so-called "older adults", and the socio-demographic changes that have been occurring and that are inevitably having an impact on the ways of life of people who are now over 65. All this brings new challenges for research and for the definition of policies and practices in the field of gerontology that we cannot ignore.

5 Conclusions

The pandemic forced a major change in the communication strategies of non-governmental organisations and our study shows that also among associations of older people there was a quick, prompt and efficient response to this unexpected challenge, demonstrating their ability to adapt to new challenges. In this case, the pandemic forced a discontinuity in the work of the association, both from an operational and thematic point of view, reinforcing its activist focus on the human rights of older people.

Our study also reinforces the importance of developing digital competencies in older citizens. In fact, it was the interest and learning among the members of this organisation that allowed the organisation to disseminate relevant information about the evolution of the pandemic and to publicly voice the tensions with which older people were confronted, that they constantly denounced and problematized. As such, the interest in digital learning and the understanding of the added value of such learning for everyday life is crucial for people's involvement in

successful learning processes, but also as a strategy to foster their civic and political engagement.

Online communication made by and for retired people was especially important at a time when access to trustworthy information on the pandemic was essential. The achievement of space in the traditional media was also relevant to alert to phenomena of discrimination against older people and possible situations of violation of their rights.

Finally, the increased digitalisation of communication allowed this Portuguese organisation to have a more continuous and regular involvement in international contexts, which contributed to strengthening the association's advocacy and lobbying capacity in relation to the human rights of older people. This highlights the importance of national and international networks for the development of awareness and concerted strategies to face ageism, with the older people themselves having an effective participation in this movement.

There is still a long way to go to raise awareness of ageism in Portugal, but through this study we were able to see the commitment of an association of retired people to denounce and fight against it, which will certainly have an impact on the development of a higher civic and political awareness of this phenomenon.

References

- Adler G., Schwartz J., Kuskowski M. (2007), An exploratory Study of Older Adults' Participation in Civic Action, *Clinical Gerontologist*, 31 (2), p. 65-75
- Airoidi M. (2018), Ethnography and the digital fields of social media", *International Journal of Social Research Methodology*, 21(6), p. 661-673
- Almeida M. (2016), Iniciativas de participação cidadã de idosos em Portugal: Um estudo exploratório, *Análise Social*, 219, p. 402–431
- APRe! (2022), <https://www.apre-associacaocivica.pt/>
- Ayalon L. (2014), Perceived Age, Gender, and Racial/Ethnic Discrimination in Europe: Results from the European Social Survey, *Educational Gerontology*, 40(7), p. 499-517
- Baker, S. (2013), Conceptualising the use of Facebook in ethnographic research: as tool, as data and as context, *Ethnography and Education*, 8, p. 131-145
- Barnes M., Harrison E., Murrey L. (2012), Ageing activists: who gets involved in older people's forums?, *Ageing and Society*, p. 261-280

- Barrett A.E., Michael C., Padavic I. (2021), Calculated Ageism: Generational Sacrifice as a Response to the COVID-19 Pandemic, *J Gerontol B Psychol Sci Soc Sci*, 76(4), p. e201-e205
- Bravo-Segal S., Villar F. (2020), La representación de los mayores en los medios durante la pandemia COVID-19: ¿hacia un refuerzo del edadismo?, *Revista Española de Geriátría y Gerontología*, 55(5), p. 266-271
- Butler R. (1969), Age-Isms: Another Form of Bigotry, *The Gerontologist*, 9(4), p. 243–246
- Cerna K., Paluch R., Bäumer F., Ertl T., Müller C. (2021), Transformation of HCI co-research with older adults: researchers' positionality in the COVID-19 pandemic, *Interaction Design and Architecture(s) Journal - IxD&A*, 50, p. 27 – 47
- Cesari M., Proietti M. (2020), COVID-19 in Italy: Ageism and Decision Making in a Pandemic, *J Am Med Dir Assoc*, 21(5), p. 576-577
- Chang E-S., Monin J.K., Zeltermann D., Levy B. (2021), Impact of structural ageism on greater violence against older persons: a cross-national study of 56 countries, *BMJ Open*, 11:e042580
- D'Cruz M., Debanjan B. (2020), 'An invisible human rights crisis': The marginalization of older adults during the COVID-19 pandemic - An advocacy review", *Psychiatry Research*, 292(113369)
- Ehni H-J, Wahl H-W. (2020), Six Propositions against Ageism in the COVID-19 Pandemic, *Journal of Aging & Social Policy*, 32:4-5, p. 515-525
- Ekman J., Amnâ E. (2012), Political participation and civic engagement: Towards a new typology, *Human Affairs*, 22, p. 283–300
- Euractive (2020), <https://www.euractiv.com/section/coronavirus/news/von-der-leyen-social-isolation-for-elderly-may-last-longer/>
- Filipe I. (2020), Idadismo no contexto da COVID 19: representação das pessoas mais velhas nos jornais digitais portugueses [Dissertação de Mestrado], ISCTE: Lisboa
- Fraser S., Lagacé M., Bongué B., Ndeye N., Guyot J., Bechard L., Garcia L., Taler V.; CCNA Social Inclusion and Stigma Working Group, Adam S., Beaulieu M., Bergeron C.D., Boudjemadi V., Desmette D., Donizzetti A.R., Éthier S., Garon S., Gillis M., Levasseur M., Lortie-Lussier M., Marier P., Robitaille A., Sawchuk K., Lafontaine C., Tougas F. (2020), Ageism and COVID-19: what does our society's response say about us?, *Age Ageing*, 49(5), p. 692-695

- Gilleard C., Higgs P. (2010), Aging without agency: Theorizing the fourth age, *Aging & Mental Health*, 14, 2010, p. 121-128
- Goerres A. (ed.) (2009), *The political participation of older people in Europe - The Greying of our Democracies*, Great Britain, Palgrave Macmillan
- Grenier A., Phillipson C. (2013), *Rethinking agency in late life: structural and interpretive approaches*. In: Ageing, Meaning and Social Structure: Connecting Critical and Humanistic Herontology, p. 55-80, Policy Press, Bristol
- Jen S., Jeong M., Kang H., Riquino M. (2021), Ageism in COVID-Related Newspaper Coverage: The First Month of a Pandemic, *J Gerontol B Psychol Sci Soc Sci*, 76(9), p.1904-1912
- Kessler E.M., Bowen C.E. (2020), COVID ageism as a public mental health concern, *Lancet Healthy Longev*, 1(1), e12
- Marques S., Mariano J., Mendonça J. (2020), De Tavernier W., Hess M., Naegele L., Peixeiro F. Martins D.: Determinants of Ageism against Older Adults: A Systematic Review, *Int J Environ Res Public Health*, 17(7)
- Martinez-Alcala C., Rosales-Lagarde A., Perez-Perez Y., Lopez-Noguerola J., Bautista-Diaz M., Agis-Juarez R. (2021), The Effects of Covid-19 on the Digital Literacy of the Elderly: Norms for Digital Inclusion, *Frontiers in Education*, 6(19)
- Martinson M., Minkler M. (2006), Civic Engagement and Older Adults: A Critical Perspective, *The Gerontologist*, 46(3), 318–324
- McDonald T. (2021), Lethal ageism in the shadow of pandemic response tactics, *Int Nurs Rev.*, 22:10
- Morrow-Howell N., Galucia N., Swinford E. (2020), Recovering from the COVID-19 Pandemic: A Focus on Older Adults, *Journal of Aging & Social Policy*, 32(4-5), p. 526-535
- Naughton L., Padeiro M. Santana P. (2021). The twin faces of ageism, glorification and abjection: A content analysis of age advocacy in the midst of the COVID-19 pandemic, *Journal of Aging Studies*, 57
- Ng R., Lim-Soh J. (2020), Ageism Linked to Culture, Not Demographics: Evidence From an 8-Billion-Word Corpus Across 20 Countries, *The Journals of Gerontology: Series B*, 76(9), p.1791–1798
- Osorio-Parraguez P., Navarrete I., Briones S. (2019), Aproximación etnográfica a las manifestaciones de agencia en perso nas nonagenarias y centenarias en Chile,

Etnográfica - *Revista do Centro em Rede de Investigação em Antropologia*, 23 (3), p. 673-692

Pleyers G. (2020), The Pandemic is a battlefield. Social movements in the COVID-19 lockdown, *Journal of Civil Society*, p. 295-312

Rasi P., Vuojärvi H., Rivinen S. (2021), Promoting Media Literacy Among Older People: A Systematic Review, *Adult Education Quarterly*, 71(1), p. 37–54

Reynolds L. (2020), The COVID-19 Pandemic Exposes Limited Understanding of Ageism, *Journal of Aging & Social Policy*, 32:4-5, p. 499-505

Rosales A., Fernández-Ardèvol M. (2019), Structural Ageism in Big Data Approache, *Nordicom Review*, 40(s1), p. 51-64

Rothan H., Byraredy S. (2020), The epidemiology and pathogenesis of coronavirus disease (COVID-19) outbreak, *Journal of Autoimmunity*, (109)102433

RTP (2020), https://www.rtp.pt/noticias/pais/estado-de-emergencia-a-entrevista-na-integra-a-ramalho-eanes_v1217552

Rueda J. (2021), Ageism in the COVID-19 pandemic: age-based discrimination in triage decisions and beyond, *Hist Philos Life Sci*, 43(3):91

167

Serrat R., Petriwskyj A., Villar F., Warburton J. (2017), Barriers to the retention of older participants in political organisations: evidence from Spain, *Ageing & Society*, 37, p. 581-606

Serrat R., Villar F. (2016), Older People's Motivations to Engage in Political Organizations: Evidence from a Catalan Study, *International Journal of Voluntary and Nonprofit Organizations*, 27, p. 1385–1402

Serrat R., Warburton J., Petriwskyj A., Villar F. (2018), Political participation and social exclusion in later life: What politically active seniors can teach us about barriers to inclusion and retention, *International Journal of Ageing and Later Life*, 12(2), p. 53–88

Soto-Perez-de-Celis E. (2020), Social media, ageism, and older adults during the COVID-19 pandemic, *EClinicalMedicine*, 29, p. 100634

Swift H.J., Chasteen A.L. (2021), Ageism in the time of COVID-19. *Group Process Intergroup Relat.*, 24(2), p. 246-252

Tunçalp D., Lê P. (2014), (Re)Locating boundaries: a systematic review of online ethnography, *Journal of Organizational Ethnography*, 3(1), pp. 59-79

UNDESA (2022), <https://social.un.org/ageing-working-group/twelfthsession.shtml>

Vervaecke D., Meisner B. (2021), Caremongering and Assumptions of Need: The Spread of Compassionate Ageism During COVID-19, *The Gerontologist*, 61(2), p. 159–165

World Health Organization (WHO) (2022), <https://www.who.int/news/item/18-03-2021-ageism-is-a-global-challenge-un>.

Capítulo 6: Participação de pessoas reformadas com mais de 60 anos a partir do SHARE - Questionário sobre saúde, envelhecimento e reforma na Europa

Artigo submetido para publicação:

Martins, Teresa Alves; Dias, Isabel; Nunes, João Arriscado; Menezes, Isabel. Participação de pessoas reformadas com mais de 60 anos a partir do SHARE - Questionário sobre saúde, envelhecimento e reforma na Europa (Artigo submetido em novembro de 2022)

Resumo

A participação de pessoas reformadas em atividades sociais, cívicas e políticas tem tido pouca visibilidade, quando comparado com outros temas relacionados com o envelhecimento. Pretende-se perceber a expressão da participação de pessoas reformadas com 60 e mais anos em atividades de voluntariado, formação, associações e organizações políticas, considerando a Base de Dados SHARE (Vaga 7), em 27 países. As associações são o contexto onde mais participam (22,6%), seguida pelo voluntariado (13,9%), contextos educativos (6%) e organizações políticas (5,3%). Padrões de género foram identificados ao comparar os diversos países e as diferentes atividades, bem como uma tendência forte para a diminuição da participação com o aumento das idades.

169

Palavras-chave: SHARE; participação; envelhecimento; pessoas reformadas

Introdução

Perspetivas idadistas em relação às pessoas adultas mais velhas têm contribuído para o fortalecimento de imagens estereotipadas em relação às pessoas reformadas (Ayalon e Tesch-Romer, 2018), permanecendo representações de inatividade e de desinteresse, nomeadamente por atividades como a participação social, cívica e/ ou política. No entanto, diversos estudos têm vindo a demonstrar que a participação social, cívica e política das pessoas mais velhas é uma realidade e que tem vindo a marcar as agendas políticas, nomeadamente a nível europeu (Goerres, 2009). Para além disso, movimentos internacionais de reivindicação dos direitos de adultos/as mais velhos/as têm vindo a fortalecer-se, com movimentos da sociedade civil compostos por pessoas adultas mais velhas a ter um papel relevante ao nível das propostas e discussões políticas em relação ao envelhecimento, inclusivamente em fóruns das Nações Unidas (UNECE, 2022).

As atividades a que as pessoas se dedicam após a reforma têm vindo a despertar algum interesse na literatura (e.g. Fonseca, 2011), existindo já algum corpo teórico sobre atividades perspetiváveis como participação cívica de pessoas adultas mais velhas, ainda que exista uma clara sobre representação dos estudos sobre experiências de voluntariado, ficando evidente a necessidade do aprofundamento do estudo de outros tipos de participação (Serrat *et al*, 2020).

A partir da tipologia proposta por Ekman e Amnå (2012), Serrat e colegas (2020) elaboraram uma tipologia na qual distinguem quatro (4) tipos de atividades cívicas, para analisar a participação cívica de pessoas adultas mais velhas, que se distinguem entre formas individuais ou coletivas de participação, analisáveis como participação social ou como participação política. Assim sendo, no Tipo 1 surgem atividades como doar dinheiro para organizações caritativas (participação social – individual), no Tipo 2 estão integradas atividades como o voluntariado e participação em organizações da comunidade (participação social – coletiva), no Tipo 3 surgem atividades como o voto, boicotes ou outras expressões individuais de participação política (participação política – individual) e no Tipo 4 são consideradas atividades como a participação em partidos políticos, movimentos sociais ou outras iniciativas coletivas de participação política.

Neste estudo pretendemos, através dos dados disponíveis no SHARE - Survey of Health, Ageing, and Retirement in Europe (Vaga 7), perceber a expressão, a nível europeu, da participação de pessoas adultas mais velhas em atividades de participação cívica, tendo em conta a tipologia acima apresentada.

Material e métodos

Participantes

O SHARE, Survey of Health, Ageing and Retirement in Europe [Questionário sobre Saúde, Envelhecimento e Reforma na Europa], é um estudo longitudinal que envolve pessoas com 50 anos ou mais, de 27 países europeus e Israel. No âmbito do projeto SHARE têm vindo a ser recolhidos dados desde 2004, em Vagas que se realizam de 2 em 2 anos. Neste estudo usaremos dados da Vaga 7, que contém dados recolhidos em 2017. Esta é a última Vaga de que existem dados completos, nomeadamente de Portugal, anteriores à pandemia Covid-19, que teve início em 2020 e que impactou com a recolha de dados da Vaga 8, iniciada em 2019.

Dos 77.202 participantes no total da Vaga 7 do SHARE, selecionamos os que não tinham dados em falta para questões como a idade, género, estatuto perante a profissão e participação em quatro das atividades previstas no SHARE: trabalho voluntário ou de

caridade, frequência de um curso ou formação, participação numa associação desportiva, social ou de outro tipo ou participação numa organização política ou relacionada com a comunidade. Destes, selecionamos as pessoas com 60 ou mais anos e reformadas. Estes dados foram organizados numa única base de dados, ficando com uma amostra total de 45.469 pessoas (Fig. 1), de 27 países (Áustria, Suécia, Itália, Dinamarca, Suíça, Alemanha, Espanha, França, Grécia, Bélgica, Israel, República Checa, Polónia, Luxemburgo, Hungria, Portugal, Eslovénia, Estónia, Croácia, Lituânia, Bulgária, Chipre, Finlândia, Letónia, Malta, Roménia e Eslováquia).

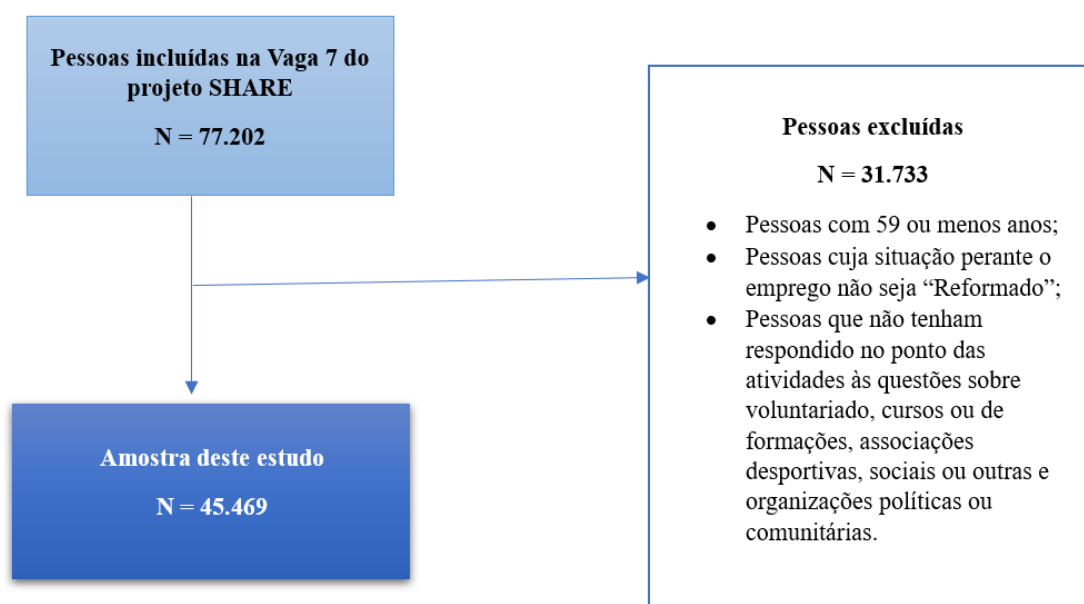


Fig. 1 – Diagrama da seleção da amostra considerada para este estudo

Participação social, cívica ou política

Para perceber a expressão da participação social, cívica ou política de pessoas adultas mais velhas reformadas, incluímos nesta amostra as pessoas que participaram na Vaga 7 do projeto SHARE e que, à data da recolha dos dados: tinham 60 ou mais anos, sendo que a “idade” foi calculada a partir da resposta à pergunta “Ano de nascimento” e o ano em que foi realizado o questionário (2017) e foram definidos quatro grupos etários (60-69, 70-79, 80-89, 90 ou + anos); que responderam “Reformado/a” à pergunta “qual das seguintes opções melhor descreve a sua situação atual perante o emprego?”; e que responderam às seguintes questões relativas a atividades realizadas nos 12 meses anteriores à entrevista: “1. Fez trabalho voluntário ou de caridade”; “4. Frequentou um curso ou formação”; “5.

Frequentou uma associação desportiva, social ou de outro tipo”; “7. Participou numa organização política ou relacionada com a comunidade”.

Para os propósitos deste estudo, foram consideradas como atividades de participação social, cívica ou política o voluntariado ou atividade caritativa, a frequência de cursos ou de formações, a participação em associações desportivas, sociais ou outras e a participação em organizações políticas ou comunitárias, enquadráveis nas tipologias de participação cívica e política propostas por Ekman e Amnå (2012) e por Serrat e colegas (2020), especificamente como formas coletivas de participação social ou cívica no caso das primeiras três atividades e como formas coletivas de participação política no caso da última.

Análise estatística

Foi realizada uma análise descritiva dos resultados para perceber a proporção de pessoas que participam em cada uma das atividades em estudo, em 27 países, por cada uma destas quatro atividades em que as pessoas participam (voluntariado, formação, associações locais, organizações políticas). Foi realizada uma análise da participação por grupos de idades e por género para cada um dos países, e foram também avaliados os intervalos de confiança (95% CI). Todos os resultados foram ajustados tendo em conta o padrão da população europeia, de acordo com os dados da Eurostat de 2013 (EUROSTAT, 2013). Foram garantidos os rácios de probabilidade e 95% de intervalo de confiança (CI). As análises foram realizadas utilizando o IBM SPSS (versão 24).

172

Resultados

De todas as pessoas que participaram na Vaga 7 do SHARE, selecionamos as que responderam às questões relativas à idade, género, situação perante o emprego e participação em atividades (voluntariado, formação, associações locais, organizações políticas). Destas selecionamos as que tinham 60 ou mais anos e que estavam reformadas aquando da entrevista, ficando com um total de 45.469 participantes (Fig. 1). Os dados foram analisados separadamente por tipo de atividade, pelo que os resultados serão apresentados e discutidos em conformidade.

“Trabalho voluntário ou de caridade”

Das pessoas incluídas nesta análise, 13,9% (7111) fizeram trabalho voluntário ou de caridade nos 12 meses anteriores à entrevista.

A distribuição geográfica da participação em trabalho voluntário ou de caridade foi avaliada para os diferentes países (Fig. 2 e Tabela 1), variando entre 1,9% e 34,2%. A Roménia (1,9%), a Bulgária (2,5%), a Lituânia (4,1%) e a Letónia (4,4%) são os países com menor expressão de trabalho voluntário, enquanto na Dinamarca (34,2%), na Suíça (29,7%), na Bélgica (28,4%) e no Luxemburgo (27,8%) se verificam taxas de participação mais elevadas (Fig. 2 e Tabela 1).

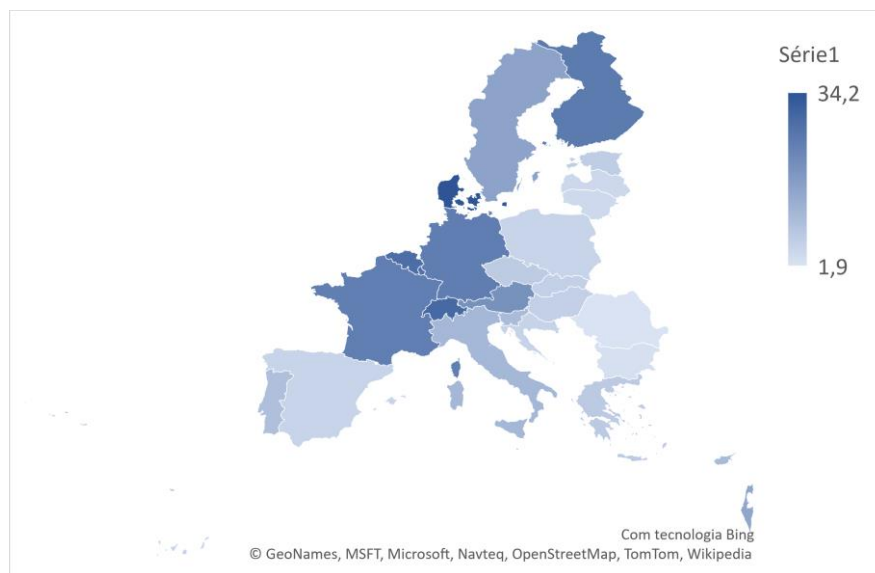


Fig. 2 Participação de pessoas reformadas e com mais de 60 anos em trabalho voluntário ou de caridade em 27 países

Na maioria dos países as mulheres apresentam taxas mais elevadas de participação em trabalho voluntário ou de caridade que os homens, à exceção de cinco países onde os homens apresentam taxas de participação mais elevadas nestas atividades (Suíça, França, Alemanha, Hungria e Luxemburgo) e de dois em que as taxas são semelhantes (República Checa e Polónia) (Tabela 1).

As taxas de participação em atividades de voluntariado tendem, na maioria dos países, a diminuir progressivamente à medida que aumentam os grupos etários, com algumas exceções. Em 5 países as taxas de participação no grupo etário dos 70 aos 79 anos é maior que no dos 60 aos 69 anos (Suécia, Polónia, Lituânia, Bulgária e Malta) e em Israel a taxa é a mesma entre estes dois grupos etários. Em 2 países a participação é maior no grupo etário dos 80 aos 89 anos do que no dos 70 a 79 anos (Roménia e Eslováquia). Em 3 países a taxa de participação das pessoas com +90 surge com valores muito elevados (Portugal, Letónia e Malta), o que se explicará pelo reduzido número da amostra, não sendo representativo (Tabela 1).

Em Portugal, a taxa participação em trabalho voluntário entre pessoas reformadas com mais de 60 anos é de 9,8%. Entre as mulheres, é de 11,3%, enquanto nos homens é de 8,5%. Em relação aos grupos etários, apesar de haver uma tendência progressiva para diminuição da participação em voluntariado à medida que aumentam as idades, há uma quebra expressiva entre os grupos etários dos 70 a 79 anos (10,7%) e 80 a 89 anos (2,8%). Existem também diferenças tendo em conta o género: entre as mulheres há uma diminuição progressiva da participação em atividades de voluntariado à medida que aumentam as idades (13,4% - 60 aos 69anos; 12,6% - 70-79anos; 3,8% - 80-89 anos; 0% - +90 anos) e nos homens apesar de se verificar esta tendência de diminuição há um aumento expressivo no grupo etário dos +90, explicado pelo facto da amostra ser muito reduzida (9,9% - 60 aos 69anos; 8,9% - 70-79anos; 1,8% - 80-89 anos; 50% - +90 anos) (Tabela 1)

.

País	Total HM					Homens					Mulheres				
	Total HM (95% CI)	Taxas padrão (95% CI)				Total H (95% CI)	Taxas padrão (95% CI)				Total M (95% CI)	Taxas padrão (95% CI)			
		60_69	70_79	80_89	90+		60_69	70_79	80_89	90+		60_69	70_79	80_89	90+
Áustria	20,3% (19.9-20.7)	27,2% (26.5-27.9)	19,9% (19.2-20.5)	8,9% (8.3-9.6)	4,2% (3.4-5.2)	18,9% (18.3-19.4)	22,2% (21.4-23.1)	19,6% (18.7-20.5)	11,3% (10.3-12.4)	9,7% (7.8-11.8)	21,5% (20.9-22)	30,6% (29.6-31.6)	20,1% (19.2-21.1)	7,1% (6.3-8)	0,0% (0.1-0.4)
Alemanha	24,9% (24.5-25.4)	27,6% (26.9-28.3)	27,3% (26.5-28)	15,9% (15.1-16.8)	2,5% (1.9-3.3)	25,8% (25.2-26.4)	29,4% (28.4-30.4)	27,3% (26.2-28.4)	16,8% (15.6-18.1)	5,9% (4.5-7.6)	24,0% (23.4-24.6)	25,9% (25-26.8)	27,3% (26.2-28.4)	14,9% (13.8-16.2)	0,0% (0.1-0.4)
Suécia	16,4% (16.1-16.8)	17,2% (16.6-17.7)	19,1% (18.4-19.7)	10,9% (10.1-11.6)	7,5% (6.3-8.8)	12,6% (12.2-13)	13,7% (13-14.4)	15,7% (14.9-16.5)	6,3% (5.6-7.2)	0,0% (0.1-0.4)	19,8% (19.3-20.4)	20,2% (19.4-21.1)	22,0% (21.1-23)	15,2% (14-16.4)	12,8% (10.6-15.2)
Espanha	5,2% (5.1-5.5)	7,6% (7.3-8)	5,3% (5-5.7)	3,3% (3-3.8)	1,6% (1.1-2.2)	5,1% (4.8-5.3)	7,1% (6.6-7.6)	5,4% (4.9-5.9)	3,0% (2.5-3.6)	1,6% (0.9-2.6)	5,5% (5.3-5.8)	8,4% (7.9-9)	5,3% (4.8-5.8)	3,8% (3.2-4.5)	1,6% (0.9-2.6)
Itália	11,7% (11.4-12)	15,6% (15.1-16.1)	12,3% (11.8-12.9)	4,9% (4.5-5.4)	3,3% (2.6-4.2)	10,1% (9.7-10.5)	13,0% (12.4-13.7)	11,2% (10.5-11.9)	4,5% (3.9-5.2)	2,8% (1.8-4)	13,8% (13.3-14.3)	18,7% (17.9-19.5)	13,9% (13.2-14.7)	5,6% (4.9-6.4)	4,2% (3.5-6)
França	24,7% (24.2-25.1)	29,5% (28.8-30.2)	27,7% (26.9-28.4)	14,2% (13.4-15.1)	2,1% (1.5-2.8)	26,4% (25.8-27)	29,2% (28.3-30.2)	30,0% (28.9-31.1)	17,4% (16.1-18.7)	0,0% (0.1-0.4)	23,2% (22.6-23.8)	29,8% (28.8-30.8)	25,7% (24.7-26.8)	12,0% (10.9-13.1)	3,2% (2.2-4.5)
Dinamarca	34,2% (33.7-34.7)	39,4% (38.5-40.2)	34,9% (34-35.8)	26,7% (25.6-27.8)	8,5% (7.3-9.9)	33,2% (32.5-33.9)	37,9% (36.8-39)	35,0% (33.8-36.3)	22,4% (20.9-23.9)	12,5% (10.4-14.9)	35,0% (34.3-35.7)	40,4% (39.2-41.5)	34,8% (33.6-36)	30,2% (28.6-32)	6,5% (5-8.2)
Grécia	7,5% (7.2-7.7)	10,3% (9.8-10.7)	8,2% (7.8-8.7)	2,9% (2.5-3.3)	0,0% (0-0.2)	5,6% (5.3-5.9)	8,1% (7.5-8.6)	5,6% (5.2-6.2)	2,5% (2-3)	0,0% (0.1-0.4)	10,5% (10.1-10.9)	13,2% (12.5-13.9)	13,2% (12.5-14)	3,4% (2.9-4.1)	0,0% (0.1-0.4)
Suíça	29,7% (29.2-30.2)	35,1% (34.4-35.9)	33,9% (33-34.7)	17,9% (16.9-18.8)	4,4% (3.6-5.5)	31,7% (31-32.4)	37,3% (36.2-38.4)	37,2% (35.9-38.5)	15,5% (14.3-16.8)	12,5% (10.4-14.9)	27,7% (27.1-28.4)	33,2% (32.1-34.2)	30,3% (29.2-31.5)	20,3% (18.9-21.7)	0,0% (0.1-0.4)
Bélgica	28,4% (27.9-28.9)	35,4% (34.6-36.1)	29,4% (28.6-30.2)	14,5% (13.7-15.3)	8,3% (7.1-9.7)	28,0% (27.4-28.7)	35,2% (34.1-36.3)	29,1% (28-30.2)	13,5% (12.4-14.7)	5,3% (3.9-6.9)	28,8% (28.1-29.4)	35,6% (34.5-36.7)	29,7% (28.6-30.9)	15,5% (14.3-16.7)	10,9% (8.9-13.1)
Israel	15,6% (15.3-16)	17,5% (17-18)	17,5% (16.9-18.1)	11,8% (11-12.6)	5,0% (4.1-6.1)	13,7% (13.2-14.2)	18,2% (17.4-19)	14,4% (13.7-15.2)	0,0% (10-12.1)	0,0% (0.1-0.4)	17,3% (16.8-17.8)	17,1% (16.4-17.9)	20,4% (19.5-21.3)	12,7% (11.6-13.9)	11,1% (9.1-13.4)
República Checa	7,3% (7.1-7.6)	8,4% (8-8.8)	7,1% (6.7-7.5)	6,1% (5.5-6.6)	2,1% (1.5-2.8)	7,4% (7.1-7.8)	9,0% (8.5-9.6)	6,9% (6.4-7.5)	6,1% (5.4-7)	0,0% (0.1-0.4)	7,3% (6.9-7.6)	8,1% (7.5-8.6)	7,1% (6.6-7.7)	6,0% (5.3-6.8)	2,9% (2-4.2)
Polónia	5,2% (5-5.4)	5,6% (5.3-6)	5,8% (5.5-6.2)	3,1% (2.7-3.5)	2,8% (2.1-3.6)	5,1% (4.9-5.4)	5,9% (5.4-6.3)	5,6% (5.1-6.1)	3,0% (2.5-3.6)	3,4% (2.4-4.8)	5,2% (4.9-5.5)	5,5% (5.1-6)	6,0% (5.5-6.5)	3,1% (3.2-3.7)	2,3% (1.5-3.5)
Luxemburgo	27,8% (27.3-28.2)	31,7% (31-32.5)	29,0% (28.2-29.8)	7,2% (6.7-7.9)	0,0% (0-0.2)	28,2% (27.6-28.9)	33,0% (31.9-34)	27,5% (26.4-28.6)	10,9% (9.9-11.9)	0,0% (0.1-0.4)	27,1% (26.5-27.8)	29,9% (28.9-30.9)	31,7% (30.6-32.9)	0,0% (0-0.1)	0,0% (0.1-0.4)
Hungria	6,2% (6-6.4)	8,8% (8.5-9.2)	4,6% (4.3-5)	1,9% (1.6-2.2)	0,0% (0-0.2)	7,1% (6.8-7.4)	9,5% (8.9-10.1)	5,8% (5.3-6.3)	3,8% (3.2-4.4)	0,0% (0.1-0.4)	5,6% (5.3-5.9)	8,5% (8-9)	3,8% (3.4-4.2)	0,9% (0.7-1.3)	0,0% (0.1-0.4)
Portugal	9,8% (9.6-10.1)	11,5% (11.1-12)	10,7% (10.2-11.1)	2,8% (2.4-3.2)	11,1% (9.7-12.7)	8,5% (8.1-8.8)	9,9% (9.4-10.5)	8,9% (8.3-9.5)	1,8% (1.4-2.3)	50,0% (45.7-54.6)	11,3% (10.9-11.8)	13,4% (12.8-14.1)	12,6% (11.8-13.3)	3,8% (3.3-4.5)	0,0% (0.1-0.4)
Eslovénia	10,7% (10.4-11)	14,0% (13.5-14.5)	10,0% (9.5-10.5)	4,4% (3.9-4.9)	0,0% (0-0.2)	10,0% (9.6-10.4)	12,7% (12.1-13.4)	9,6% (9-10.3)	4,1% (3.5-4.7)	0,0% (0.1-0.4)	11,3% (10.9-11.7)	15,0% (14.3-15.7)	10,3% (9.7-11)	4,6% (4.5-5.3)	0,0% (0.1-0.4)
Estónia	6,9% (6.7-7.1)	8,7% (8.3-9.1)	7,6% (7.2-8)	4,7% (4.3-5.2)	2,2% (1.6-2.9)	6,1% (5.8-6.4)	6,1% (5.6-6.5)	5,4% (6.4-7.5)	0,0% (4.7-6.1)	0,0% (0.1-0.4)	7,4% (7-7.7)	10,6% (10-11.2)	8,0% (7.4-8.6)	4,4% (3.8-5.1)	2,8% (1.9-4.1)
Croácia	5,4% (5.2-5.6)	6,7% (6.4-7)	4,5% (4.2-4.9)	3,4% (3-3.8)	0,0% (0-0.2)	3,8% (3.6-4.1)	5,0% (4.6-5.4)	3,1% (2.7-3.4)	2,2% (1.8-2.8)	0,0% (0.1-0.4)	6,9% (6.6-7.2)	8,3% (7.8-8.9)	6,1% (5.6-6.7)	4,5% (3.9-5.2)	0,0% (0.1-0.4)
Lituânia	4,1% (3.9-4.3)	4,3% (4-4.6)	4,4% (4.1-4.7)	3,7% (3.3-4.2)	0,0% (0-0.2)	3,3% (3.1-3.5)	2,7% (2.4-3)	4,0% (3.6-4.4)	3,1% (2.6-3.7)	0,0% (0.1-0.4)	4,5% (4.2-4.8)	5,3% (4.9-5.7)	4,5% (4.1-5)	4,0% (3.4-4.6)	0,0% (0.1-0.4)
Bulgária	2,5% (2.4-2.6)	2,3% (2.1-2.5)	3,6% (3.3-3.9)	0,5% (0.4-0.7)	0,0% (0-0.2)	1,7% (1.5-1.9)	1,7% (1.5-2)	2,3% (2-2.6)	0,0% (0-0.1)	0,0% (0.1-0.4)	3,1% (2.9-3.3)	2,6% (2.4-3)	4,6% (4.1-5)	0,8% (0.5-1.1)	0,0% (0.1-0.4)
Chipre	11,0% (10.7-11.3)	13,8% (13.3-14.3)	11,9% (11.4-12.4)	7,7% (7.1-8.4)	2,9% (2.2-3.8)	10,1% (9.7-10.5)	6,6% (6.1-7.1)	15,0% (14.2-15.8)	6,5% (5.7-7.3)	0,0% (0.1-0.4)	11,7% (11.3-12.2)	20,0% (19.2-20.8)	9,8% (9.1-10.4)	8,7% (7.8-9.6)	4,8% (3.5-6.3)
Finlândia	25,6% (25.2-26.1)	28,5% (27.9-29.2)	27,5% (26.8-28.3)	15,5% (14.7-16.4)	0,0% (0-0.2)	21,7% (21.2-22.3)	23,3% (22.5-24.2)	24,2% (23.2-25.2)	11,8% (10.8-13)	0,0% (0.1-0.4)	29,3% (28.6-29.9)	33,6% (32.6-34.7)	30,7% (29.6-31.9)	18,4% (17.1-19.7)	0,0% (0.1-0.4)
Letónia	4,4% (4.2-4.6)	5,8% (5.5-6.1)	4,1% (3.8-4.4)	1,7% (2.4-3.2)	5,0% (4.1-6.1)	3,9% (3.6-4.1)	5,6% (5.1-6)	2,4% (2.1-2.8)	1,7% (1.3-2.2)	33,3% (29.9-37.1)	4,7% (4.4-4.9)	5,9% (5.5-6.4)	4,9% (4.5-5.4)	3,2% (2.6-3.8)	0,0% (0.1-0.4)
Malta	16,4% (16.1-16.8)	14,8% (14.3-15.3)	19,2% (18.6-19.9)	11,7% (10.9-12.4)	11,7% (26.3-31)	13,2% (14.5-15.5)	13,2% (12.5-13.9)	16,6% (15.7-17.4)	50,0% (12.2-14.5)	0,0% (45.7-54.6)	20,3% (19.8-20.9)	26,9% (18.3-19.9)	26,9% (25.9-28)	6,7% (5.9-7.5)	0,0% (0.1-0.4)
Roménia	1,9% (1.7-2)	2,8% (2.6-3.1)	0,7% (0.6-0.9)	1,2% (0.9-1.4)	0,0% (0-0.2)	1,5% (1.3-1.6)	2,1% (1.8-2.4)	0,5% (0.4-0.7)	0,0% (1.2-2)	0,0% (0.1-0.4)	2,2% (2-2.4)	0,9% (3.1-3.8)	0,9% (0.7-1.1)	0,0% (0.7-1.3)	0,0% (0.1-0.4)
Eslováquia	6,1% (5.9-6.3)	6,3% (6-6.7)	5,5% (5.1-5.8)	6,7% (6.1-7.3)	0,0% (0-0.2)	4,7% (4.4-4.9)	5,0% (4.6-5.4)	2,5% (2.2-2.9)	0,0% (9.4-11.4)	0,0% (0.1-0.4)	7,3% (7-7.6)	7,6% (7.1-8.1)	7,3% (7.1-8.3)	3,2% (2.7-3.8)	0,0% (0.1-0.4)
Total	13,9% (13.6-14.3)	16,4% (15.9-17)	15,1% (14.5-15.6)	8,1% (7.5-8.8)	3,5% (2.7-4.4)	13,6% (13.2-14.1)	14,8% (15.1-16.6)	15,9% (14-15.6)	7,9% (7-8.8)	3,7% (2.6-5.1)	14,2% (13.8-14.7)	16,9% (16.2-17.7)	15,3% (14.5-16.1)	8,3% (7.5-9.3)	3,4% (2.3-4.7)

Tabela 1 – Taxa de pessoas que fizeram trabalho voluntário ou de caridade no ano anterior, detalhado por país, idade e sexo, entre os países incluídos na Vaga 7 do SHARE

“Frequência de um curso ou formação”

No conjunto dos países analisados, 6% (3053) das pessoas frequentaram um curso ou formação nos 12 meses anteriores à entrevista.

A distribuição geográfica da participação em cursos ou formações foi avaliada para os diferentes países (Fig. 3 e Tabela 2), variando entre 0,1% e 19%. A Roménia (1,9%), a Bulgária (0,3%), a Eslováquia (0,8%) e a Grécia (1%) são os países com menor frequência de cursos ou formações, enquanto em Israel (19%), na Bélgica (13,5%), na Finlândia (13%) e na Dinamarca (12,6%) se verificam as taxas mais elevadas (Fig. 3 e Tabela 2).

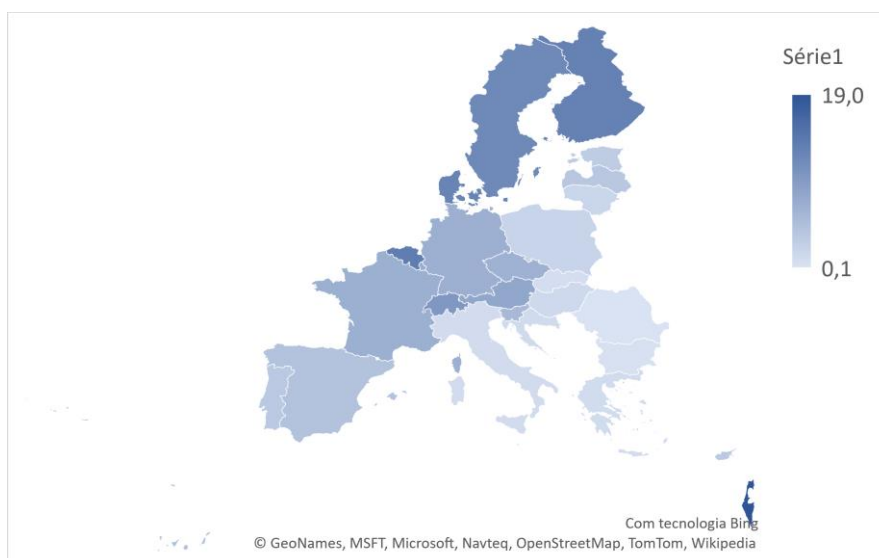


Fig. 3 Participação de pessoas reformadas e com mais de 60 anos em cursos ou formações em 27 países

As mulheres tendem a ter taxas mais elevadas de frequência de cursos ou formações que os homens na maioria dos países, à exceção de três países onde os homens apresentam taxas de participação ligeiramente mais elevadas (Grécia, Croácia e Eslováquia). Noutros três países, a taxa de participação dos homens é de 0% (Lituânia, Bulgária e Roménia). (Tabela 2).

Na maioria dos países as taxas de frequência de cursos ou formações diminuí significativamente à medida que aumentam as idades, especialmente a partir dos 80 anos. Contudo, na Lituânia há uma maior expressão de participação nestas atividades por pessoas com 70 a 79 anos (2,5%) dos que entre quem tem 60 a 69 anos (1,3%). Em alguns países verificam-se taxas de participação em atividades formativas mais elevadas entre as pessoas com idades compreendidas entre os 80 e os 89 anos do que nas que estão no grupo etário anterior – 70 a 79 anos: Portugal, Hungria e Chipre. Na Eslovénia no grupo etário entre os +90 a participação nestas atividades é mais expressiva (2,4%) que no grupo etário dos 80 a 89 anos (1,3%). No Luxemburgo há também uma taxa de participação muito

elevada no grupo etário dos +90 (25%), mas que se deverá ao reduzido número da amostra, podendo por isso não ser representativo (Tabela 2).

Em Portugal, a taxa de frequência de um curso ou formação entre pessoas reformadas com mais de 60 anos é de 3,5%. Entre as mulheres é de 4%, enquanto nos homens é de 3,1%. Considerando os grupos etários, a taxa de participação das pessoas com 60 a 69 anos é de 5%, nas pessoas com 70 a 79 anos é de 2,5%, aumentando entre as que têm entre 80 e 89 anos para 3,7%, passando depois a ser 0% entre as pessoas com 90 e mais anos. É visível nos dados uma marcação de género nesta distribuição, já que enquanto os homens mais novos – entre os 60 a 69 anos – têm uma maior participação em atividades educativas que as mulheres (H – 5,7%; M – 4,2%), nos grupos etários seguintes a participação das mulheres é superior à dos homens (70 a 79 anos – M: 3,4%, H: 1,6%; 80 a 89 anos – M: 5,8%, H: 1,8%) (Tabela 2).

País	Total HM					Homens					Mulheres				
	Total HM (95% CI)	Taxas padrão (95% CI)				Total H (95% CI)	Taxas padrão (95% CI)				Total M (95% CI)	Taxas padrão (95% CI)			
		60_69	70_79	80_89	90+		60_69	70_79	80_89	90+		60_69	70_79	80_89	90+
Áustria	8,0% (7,8-8,3)	11,0% (10,5-11,4)	8,4% (8-8,9)	1,9% (1,6-2,2)	0,0% (0-0,2)	5,6% (5,3-5,9)	6,7% (6,3-7,2)	6,5% (6-7)	1,9% (1,5-2,4)	0,0% (0,1-0,4)	9,9% (9,5-10,3)	13,8% (13,1-14,5)	10,2% (9,5-10,8)	1,9% (1,5-2,4)	0,0% (0,1-0,4)
Alemanha	6,9% (6,7-7,1)	10,0% (9,6-10,4)	6,2% (5,9-6,6)	3,0% (2,6-3,4)	0,0% (0-0,2)	6,8% (6,5-7,1)	11,5% (10,9-12,1)	5,3% (4,9-5,8)	2,4% (1,9-2,9)	0,0% (0,1-0,4)	7,0% (6,7-7,3)	8,6% (8-9,1)	7,3% (6,7-7,9)	3,6% (3-4,2)	0,0% (0,1-0,4)
Suécia	12,0% (11,7-12,3)	16,0% (15,5-16,6)	12,7% (12,2-13,3)	7,2% (6,6-7,8)	3,8% (2,9-4,7)	11,6% (11,2-12)	16,1% (15,4-16,9)	11,9% (11,2-12,7)	7,5% (6,7-8,4)	3,0% (2-4,3)	12,3% (11,8-12,7)	16,0% (15,2-16,7)	13,5% (12,7-14,2)	6,8% (6-7,7)	4,3% (3,1-5,7)
Espanha	4,4% (4,2-4,6)	7,1% (6,7-7,4)	4,3% (4-4,6)	2,6% (2,2-3)	0,8% (0,4-1,3)	2,6% (2,4-2,8)	3,9% (3,6-4,3)	2,8% (2,4-3,1)	1,3% (0,9-1,7)	0,0% (0,1-0,4)	7,2% (6,9-7,6)	11,7% (11,1-12,4)	6,7% (6,2-7,3)	4,6% (4-5,3)	1,6% (0,9-2,6)
Itália	1,0% (0,9-1,1)	1,7% (1,6-1,9)	1,0% (0,9-1,1)	0,0% (0-0)	0,0% (0-0,2)	0,6% (0,5-0,7)	1,2% (1-1,4)	0,5% (0,3-0,6)	0,0% (0-0,1)	0,0% (0,1-0,4)	1,6% (1,4-1,7)	2,4% (2,1-2,7)	1,7% (1,4-2)	0,0% (0-0,1)	0,0% (0,1-0,4)
França	6,9% (6,7-7,2)	8,5% (8,1-8,9)	8,5% (8-8,9)	2,6% (2,3-3)	0,0% (0-0,2)	4,9% (4,6-5,1)	5,6% (5,2-6)	5,9% (5,4-6,4)	2,1% (1,7-2,6)	0,0% (0,1-0,4)	8,7% (8,3-9)	11,2% (10,6-11,8)	10,6% (9,9-11,3)	3,0% (2,5-3,6)	0,0% (0,1-0,4)
Dinamarca	12,6% (12,3-13)	16,1% (15,6-16,6)	12,6% (12,1-13,1)	8,1% (7,5-8,8)	2,1% (1,5-2,9)	10,5% (10,1-10,9)	12,3% (11,7-13)	10,2% (9,5-10,8)	9,7% (8,8-10,7)	0,0% (0,1-0,4)	14,3% (13,9-14,8)	18,7% (17,9-19,5)	14,7% (14-15,5)	6,8% (6-7,6)	3,2% (2,2-4,6)
Grécia	1,0% (0,9-1,1)	1,7% (1,5-1,8)	1,1% (0,9-1,3)	0,0% (0-0)	0,0% (0-0,2)	1,1% (1-1,2)	1,8% (1,6-2,1)	1,2% (1-1,4)	0,0% (0-0,1)	0,0% (0,1-0,4)	0,9% (0,7-1)	1,5% (1,3-1,7)	0,9% (0,7-1,1)	0,0% (0-0,1)	0,0% (0,1-0,4)
Suiça	10,0% (9,8-10,3)	14,2% (13,8-14,7)	11,3% (10,8-11,8)	3,6% (3,2-4)	0,0% (0-0,2)	9,2% (8,8-9,6)	13,0% (12,3-13,6)	10,7% (10-11,4)	2,6% (2,1-3,1)	0,0% (0,1-0,4)	10,9% (10,5-11,3)	15,4% (14,7-16,1)	11,9% (11,2-12,7)	4,6% (3,9-5,3)	0,0% (0,1-0,4)
Bélgica	13,5% (13,2-13,9)	19,6% (19,1-20,2)	13,3% (12,8-13,8)	3,1% (2,7-3,5)	0,0% (0-0,2)	11,8% (11,4-12,2)	16,7% (16,7-15)	11,8% (11,1-12,5)	2,6% (2,2-3,2)	0,0% (0,1-0,4)	15,3% (14,8-15,8)	22,8% (22-23,7)	14,7% (13,9-15,5)	3,6% (3-4,2)	0,0% (0,1-0,4)
Israel	19,0% (18,7-19,4)	23,6% (23-24,2)	20,8% (20,1-21,4)	12,9% (12,2-13,7)	5,0% (4,1-6,1)	14,6% (14,1-15,1)	15,9% (15,2-16,7)	17,0% (16,2-17,9)	11,7% (10,7-12,8)	0,0% (0,1-0,4)	22,8% (22,3-23,4)	27,4% (26,5-28,4)	24,3% (23,3-25,3)	14,4% (13,3-15,6)	11,1% (9,1-13,4)
República Checa	7,3% (6,4-6,8)	8,4% (8-8,8)	6,4% (6,1-6,8)	3,5% (3,1-3,9)	2,1% (1,5-2,8)	4,5% (4,3-4,8)	4,3% (3,9-4,7)	4,6% (4,2-5,1)	7,1% (3,9-5,2)	0,0% (5,6-9)	7,9% (6,8-8,3)	10,5% (9,9-11,1)	7,7% (7,2-8,3)	2,7% (2,2-3,3)	0,0% (0,1-0,4)
Polónia	2,0% (1,9-2,2)	3,2% (2,9-3,4)	1,6% (1,4-1,8)	0,2% (0,1-0,4)	0,0% (0-0,2)	1,5% (1,4-1,7)	2,6% (2,3-2,9)	1,0% (0,8-1,2)	0,5% (0,3-0,8)	0,0% (0,1-0,4)	2,4% (2,2-2,6)	3,5% (3,2-3,9)	2,1% (1,8-2,4)	0,0% (0-0,1)	0,0% (0,1-0,4)
Luxemburgo	7,3% (7-7,5)	8,9% (8,5-9,3)	6,5% (6,1-6,9)	1,4% (1,2-1,7)	25,0% (22,9-27,3)	6,8% (6,5-7,1)	8,5% (8-9,1)	6,0% (5,5-6,6)	2,2% (1,7-2,7)	0,0% (0,1-0,4)	8,1% (7,7-8,4)	9,4% (8,9-10)	7,3% (6,8-7,9)	0,0% (0-0,1)	25,0% (22-28,3)
Hungria	1,4% (1,3-1,5)	2,5% (2,3-2,7)	0,2% (0,2-0,3)	0,6% (0,5-0,8)	0,0% (0-0,2)	1,3% (1,2-1,5)	2,5% (2,2-2,8)	0,0% (0-0)	1,9% (1,5-2,4)	0,0% (0,1-0,4)	1,4% (1,2-1,5)	2,5% (2,3-2,9)	0,4% (0,3-0,5)	0,0% (0-0,1)	0,0% (0,1-0,4)
Portugal	3,5% (3,3-3,7)	5,0% (4,7-5,3)	2,5% (2,2-2,7)	3,7% (3,3-4,2)	0,0% (0-0,2)	3,1% (2,9-3,3)	5,7% (5,2-6,1)	1,6% (1,3-1,9)	1,8% (1,4-2,3)	0,0% (0,1-0,4)	4,0% (3,7-4,2)	4,2% (3,8-4,6)	3,4% (3,1-3,8)	5,8% (5-6,6)	0,0% (0,1-0,4)
Eslovénia	5,5% (5,3-5,7)	5,5% (6,9-7,6)	5,5% (5,1-5,8)	1,3% (1,1-1,6)	2,4% (1,8-3,2)	4,4% (4,1-4,6)	5,9% (5,5-6,4)	3,9% (3,5-4,3)	1,5% (1,2-2)	0,0% (0,1-0,4)	6,4% (6,1-6,8)	8,2% (7,7-8,8)	6,9% (6,4-7,4)	1,2% (0,8-1,5)	3,4% (2,4-4,8)
Estónia	3,2% (3-3,3)	4,5% (4,2-4,8)	3,4% (3,2-3,7)	1,9% (1,6-2,2)	1,1% (0,7-1,6)	2,5% (2,3-2,7)	3,0% (2,7-3,4)	2,2% (1,9-2,6)	2,3% (1,9-2,9)	0,0% (0,1-0,4)	3,6% (3,4-3,9)	5,5% (5,1-6)	4,1% (3,6-4,5)	1,6% (1,3-2,1)	1,4% (0,8-2,4)
Croácia	1,2% (1,1-1,3)	1,8% (1,6-2)	0,6% (0,5-0,7)	0,6% (0,4-0,8)	0,0% (0-0,2)	1,3% (1,2-1,5)	1,9% (1,6-2,1)	0,8% (0,6-1)	1,1% (0,8-1,5)	0,0% (0,1-0,4)	1,7% (0,9-1,1)	1,0% (1,5-2)	0,4% (0,3-0,6)	0,0% (0-0,1)	0,0% (0,1-0,4)
Lituânia	1,8% (1,7-1,9)	1,3% (1,2-1,5)	2,5% (2,3-2,8)	1,2% (1,1-1,5)	0,0% (0-0,2)	0,0% (0-0)	0,0% (0,0)	0,0% (0-0,1)	0,0% (0,0-1)	0,0% (0,1-0,4)	2,7% (2,5-2,9)	2,1% (1,8-2,4)	3,8% (3,5-4,3)	1,7% (1,3-2,2)	0,0% (0,1-0,4)
Bulgária	0,3% (0,3-0,4)	0,9% (0,8-1)	0,0% (0-0)	0,0% (0-0)	0,0% (0-0,2)	0,0% (0-0)	0,0% (0-0)	0,0% (0-0)	0,0% (0,0-1)	0,0% (0,1-0,4)	0,6% (0,5-0,7)	1,5% (1,3-1,8)	0,0% (0-0)	0,0% (0-0,1)	0,0% (0,1-0,4)
Chipre	3,5% (3,4-3,7)	6,6% (6,3-7)	2,6% (2,3-2,8)	4,4% (2,4-3,2)	0,0% (0-0,2)	3,4% (3,1-3,6)	4,4% (4-4,8)	2,7% (2,4-3,1)	3,9% (3,3-4,6)	0,0% (0,1-0,4)	3,7% (3,4-3,9)	8,6% (8-9,1)	3,7% (2,1-2,8)	1,9% (1,5-2,4)	0,0% (0,1-0,4)
Finlândia	13,0% (12,7-13,3)	17,4% (16,9-18)	12,0% (11,5-12,5)	5,7% (5,2-6,3)	0,0% (0-0,2)	9,7% (9,3-10,1)	10,6% (10-11,2)	11,5% (10,8-12,2)	2,6% (2,2-3,2)	0,0% (0,1-0,4)	16,1% (15,6-16,6)	24,1% (23,2-25,1)	12,5% (11,7-13,2)	8,2% (7,3-9,1)	0,0% (0,1-0,4)
Letónia	3,8% (3,6-4)	4,9% (4,6-5,2)	4,6% (4,3-5)	0,9% (0,7-1,2)	0,0% (0-0,2)	1,9% (1,8-2,1)	4,0% (3,6-4,3)	0,8% (0,6-1)	0,0% (0-0,1)	0,0% (0,1-0,4)	4,7% (4,4-4,9)	5,4% (5-5,9)	6,4% (5,9-7)	1,3% (0,9-1,7)	0,0% (0,1-0,4)
Malta	4,8% (4,6-5)	6,1% (5,8-6,4)	4,9% (4,6-5,3)	0,0% (0-0)	0,0% (0-0,2)	3,5% (3,3-3,8)	4,8% (4,4-5,2)	3,3% (2,9-3,7)	0,0% (0-0,1)	0,0% (0,1-0,4)	9,5% (7,9-8,6)	8,3% (9-10,1)	9,6% (9-10,3)	0,0% (0-0,1)	0,0% (0,1-0,4)
Roménia	0,1% (0,1-0,1)	0,2% (0,1-0,2)	0,0% (0-0)	0,0% (0-0)	0,0% (0-0,2)	0,0% (0-0)	0,0% (0-0)	0,0% (0-0)	0,0% (0-0,1)	0,0% (0,1-0,4)	0,1% (0,1-0,2)	0,3% (0,2-0,4)	0,0% (0-0)	0,0% (0-0,1)	0,0% (0,1-0,4)
Eslováquia	0,8% (0,7-0,8)	1,2% (1,1-1,3)	0,0% (0-0)	0,0% (0-0)	0,0% (0-0,2)	0,9% (0,8-1,1)	1,4% (1,2-1,7)	0,0% (0-0)	0,0% (0,0-1)	0,0% (0,1-0,4)	0,6% (0,5-0,7)	1,0% (0,8-1,2)	0,0% (0-0)	0,0% (0-0,1)	0,0% (0,1-0,4)
Total	6,0% (5,8-6,2)	7,8% (7,4-8,2)	6,2% (5,8-6,6)	2,8% (2,4-3,1)	0,9% (0,5-1,4)	4,9% (4,6-5,2)	6,2% (5,7-6,7)	5,0% (4,5-5,5)	2,7% (2,2-3,2)	0,4% (0,1-1,1)	7,0% (6,6-7,3)	9,1% (8,6-9,7)	7,3% (6,8-7,9)	2,8% (2,3-3,4)	1,2% (0,6-2,1)

Tabela 2 – Taxa de pessoas que frequentaram um curso ou formação no ano anterior, detalhado por país, idade e sexo, entre os países incluídos na Vaga 7 do SHARE

“Participação numa associação desportiva, social ou de outro tipo”

Das pessoas incluídas nesta análise, 22,6% (11.539) participaram numa associação desportiva, social ou de outro tipo nos 12 meses anteriores à recolha dos dados.

A distribuição geográfica da participação numa associação desportiva, social ou de outro tipo foi avaliada para os diferentes países (Fig. 4 e Tabela 3), variando entre 0,7% e 58,8%. A Roménia (0,7%), a Bulgária (3,4%), a Lituânia (4,1%) e a Letónia (4,9%) são os países com menor prevalência de participação em associações, enquanto a Dinamarca (58,8%), a Suécia (51,6%), a Suíça (38,6%) e a França (36,8%) têm os valores mais elevados (Fig. 4 e Tabela 3).

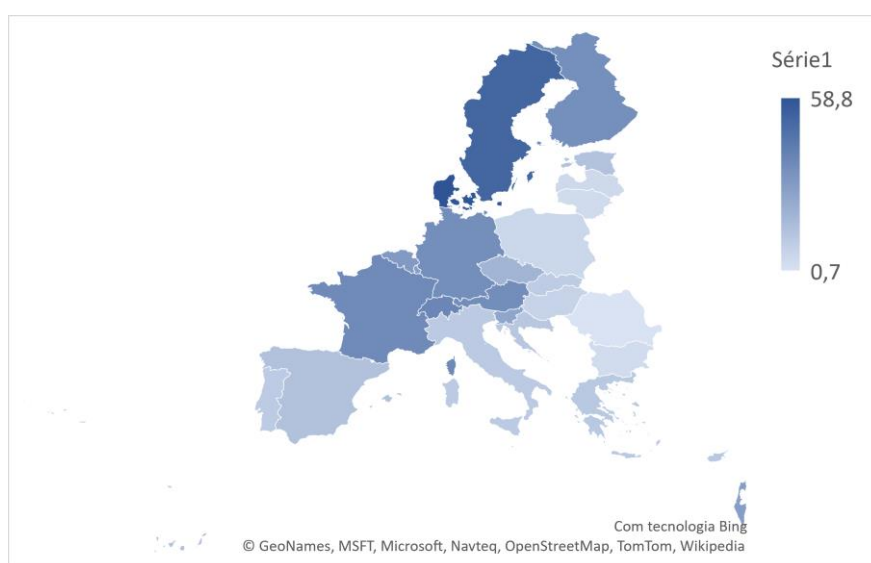


Fig. 4 Participação de pessoas reformadas e com mais de 60 anos em associações desportivas, sociais ou de outro tipo em 27 países

Os homens tendem a ter taxas mais elevadas de participação em associações do que as mulheres, havendo uma diferença especialmente significativa no Chipre, onde a participação dos homens corresponde a 24,1%, enquanto a das mulheres é de 3%. A participação das mulheres em associações é superior à dos homens em 9 dos países analisados: Alemanha, Espanha, França, Dinamarca, Israel, Luxemburgo, Portugal, Estónia e Lituânia (Tabela 3).

No total da amostra, as taxas de participação em associações são mais elevadas no grupo etário dos 70 aos 79 anos (24,8%), enquanto nos 60-69 anos é de 24,6%, diminuindo depois para 15,8% nos 80 a 89 anos e para 9,8% para as pessoas com 90 ou mais anos. Em 5 países as taxas de participação no grupo etário dos 70 aos 79 anos é maior que no dos 60 aos 69 anos (Suécia, Israel, Lituânia, Finlândia e Letónia). No Chipre a taxa é a

mesma entre estes dois grupos etários (12,8%), diminuindo nos 80 a 89 anos para 9,4% e aumentando para 14,7% no grupo dos 90 e mais anos. Na Roménia e na Bulgária a taxa de participação em associações é maior nos grupos etários dos 80 a 89 anos, correspondendo respetivamente a 4% e 1,2%, enquanto nos grupos etários anteriores é menor (Bulgária: 60 aos 69 anos – 2,9%; 70 aos 79 anos: 3,8%. Roménia: 60 aos 69 anos – 0,5%; 70aos 79 anos – 1%). Em Malta o grupo etário com uma taxa de participação mais elevada é o dos 90 e mais anos (14,7%), seguido do dos 70 aos 79 anos (12,8%), surgindo depois o dos 60 a 69 anos (12,6%) e por fim o dos 80 a 90 anos (11,7%) (Tabela 3).

Em Portugal, a taxa de participação numa associação desportiva, social ou de outro tipo entre pessoas reformadas com mais de 60 anos é de 10,5%. Entre as mulheres é de 10,8%, enquanto nos homens é de 10,3%. Em relação aos grupos etários, apesar de haver uma tendência progressiva de diminuição da participação em associações à medida que aumentam as idades, há um aumento para 11,1% no grupo etário dos 90 e mais anos. Há uma diminuição progressiva da participação das mulheres em associações à medida que aumentam as idades (14,3% - 60 aos 69anos; 9,7% - 70-79anos; 7,7% - 80-89 anos; 0% - +90 anos). Nos homens, apesar de se verificar esta tendência de diminuição, há um aumento expressivo no grupo etário dos +90, que poderá ser explicado pelo facto da amostra ser muito reduzida (14,2% - 60 aos 69anos; 8,4% - 70-79anos; 5,4% - 80-89 anos; 50% - +90 anos) (Tabela 3).

País	Total HM					Homens					Mulheres				
	Total HM (95% CI)	Taxas padrão (95% CI)				Total H (95% CI)	Taxas padrão (95% CI)				Total M (95% CI)	Taxas padrão (95% CI)			
		60_69	70_79	80_89	90+		60_69	70_79	80_89	90+		60_69	70_79	80_89	90+
Áustria	35,5% (35-36)	38,6% (37,8-39,4)	36,6% (35,7-37,5)	29,6% (28,5-30,9)	12,7% (11,2-14,3)	39,7% (38,9-40,4)	43,3% (42,1-44,5)	39,9% (38,6-41,2)	35,8% (34-37,8)	16,1% (13,7-18,8)	32,2% (31,5-32,9)	35,5% (34,4-36,6)	33,7% (32,5-34,9)	25,0% (23,5-26,6)	10,0% (8,1-12,2)
Alemanha	35,0% (34,5-35,6)	39,7% (38,8-40,5)	37,2% (36,3-38,1)	23,4% (22,3-24,5)	5,0% (4,1-6,1)	34,7% (34-35,4)	37,9% (36,7-39)	37,2% (36-38,5)	24,5% (23-26,1)	5,9% (4,5-7,6)	35,4% (34,7-36,2)	41,3% (40,2-42,5)	37,1% (35,9-38,4)	22,2% (20,7-23,7)	4,3% (3,2-5,9)
Suécia	51,6% (51-52,2)	54,7% (53,8-55,7)	56,6% (55,5-57,7)	40,9% (39,5-42,3)	25,0% (22,9-27,3)	54,2% (53,3-55,1)	57,7% (56,3-59,1)	58,5% (57-60,1)	44,4% (42,4-46,6)	27,3% (24,1-30,7)	49,4% (48,5-50,3)	52,1% (50,8-53,5)	54,9% (53,4-56,4)	37,5% (35,6-39,4)	23,4% (20,5-26,6)
Espanha	14,4% (14,1-14,7)	22,4% (21,7-23)	14,5% (14-15,1)	8,2% (7,6-8,9)	3,1% (2,4-4)	13,4% (13-13,9)	20,6% (19,8-21,5)	13,4% (12,6-14,2)	7,8% (7-8,7)	3,1% (2,1-4,4)	15,9% (15,4-16,4)	24,9% (24-25,8)	16,4% (15,6-17,3)	8,8% (7,9-9,8)	3,2% (2,2-4,5)
Itália	10,8% (10,6-11,1)	14,4% (13,9-14,9)	10,8% (10,3-11,3)	6,4% (5,9-7)	1,7% (1,1-2,3)	13,7% (13,2-14,2)	16,9% (16,2-17,7)	14,3% (13,5-15,1)	9,4% (8,5-10,4)	0,0% (0,1-0,4)	6,9% (6,6-7,3)	11,2% (10,6-11,8)	6,1% (5,6-6,7)	1,7% (1,3-2,1)	4,2% (3-5,6)
França	36,8% (36,3-37,3)	40,5% (39,7-41,3)	40,4% (39,5-41,3)	26,0% (24,9-27,2)	22,1% (20,1-24,3)	35,5% (34,8-36,3)	38,4% (37,3-39,5)	39,2% (37,9-40,5)	26,3% (24,8-28)	9,4% (7,6-11,5)	37,8% (37,1-38,6)	42,4% (41,3-43,7)	41,4% (40,1-42,7)	25,8% (24,3-27,5)	28,6% (25,4-32,1)
Dinamarca	58,8% (58,1-59,5)	67,9% (66,8-68,9)	59,3% (58,1-60,4)	45,3% (43,8-46,8)	29,8% (27,4-32,3)	55,1% (54,2-56)	60,8% (59,4-62,2)	54,8% (53,3-56,4)	49,3% (47,1-51,5)	31,3% (27,9-34,9)	61,8% (60,8-62,7)	72,8% (71,2-74,4)	63,3% (61,7-65)	42,0% (40-44)	29,0% (25,8-32,6)
Grécia	11,5% (11,2-11,8)	13,8% (13,3-14,3)	12,3% (11,8-12,8)	7,5% (6,9-8,2)	6,1% (5-7,2)	13,5% (13,1-14)	17,9% (17,2-18,7)	12,5% (11,8-13,2)	10,0% (9-11)	10,0% (8,1-12,2)	8,4% (8,1-8,8)	8,3% (7,8-8,8)	11,9% (11,2-12,6)	4,1% (3,5-4,8)	0,0% (0,1-0,4)
Suíça	38,6% (38-39,1)	43,5% (42,7-44,4)	41,2% (40,3-42,2)	31,2% (30,3-32,4)	8,9% (7,6-10,3)	43,9% (43,1-44,7)	48,6% (47,4-49,9)	45,4% (44-46,8)	38,1% (36,2-40)	12,5% (10,4-14,9)	33,4% (32,7-34,1)	38,9% (37,8-40,1)	36,8% (35,5-38)	24,2% (22,7-25,8)	6,9% (5,4-8,7)
Bélgica	30,4% (29,9-30,8)	36,7% (35,9-37,5)	30,4% (29,6-31,3)	18,9% (18-19,9)	10,5% (13,8-17,3)	30,8% (30,1-31,5)	36,9% (35,8-38)	31,2% (30,1-32,4)	19,5% (18,2-21)	10,5% (8,6-12,7)	29,9% (29,3-30,6)	36,5% (35,4-37,6)	29,7% (28,6-30,9)	18,3% (17-19,6)	19,6% (16,9-22,5)
Israel	29,1% (28,6-29,5)	30,8% (30,1-31,5)	31,5% (30,7-32,3)	24,7% (23,6-25,8)	15,0% (13,4-16,8)	23,1% (22,5-23,7)	20,5% (19,6-21,3)	22,1% (21,2-22,6)	22,1% (20,6-23,6)	9,1% (7,3-11,2)	34,3% (33,5-35)	36,0% (34,9-37,1)	36,9% (35,6-38,2)	28,0% (26,4-29,7)	22,2% (19,4-25,3)
República Checa	19,7% (19,3-20,1)	22,0% (21,4-22,6)	20,7% (20-21,4)	13,2% (12,4-14)	6,3% (5,2-7,4)	22,3% (21,8-22,9)	23,0% (24,1-25,9)	16,4% (22-24)	14,3% (15,2-17,7)	14,3% (12-16,8)	18,1% (17,5-18,6)	20,4% (19,6-21,3)	19,1% (18,2-20)	10,8% (9,8-11,9)	2,9% (2-4,2)
Polónia	5,8% (5,6-6)	7,0% (6,7-7,4)	6,7% (6,3-7,1)	1,6% (1,4-2)	0,0% (0-0,2)	5,9% (5,6-6,2)	0,1% (7-8)	6,8% (6,3-7,4)	0,0% (1,1-1,9)	0,0% (0,1-0,4)	5,8% (5,5-6,1)	6,7% (6,3-7,2)	6,6% (6,1-7,2)	1,8% (1,4-2,3)	0,0% (0,1-0,4)
Luxemburgo	28,9% (28,5-29,4)	33,0% (32,3-33,8)	29,4% (28,6-30,2)	10,1% (9,5-10,9)	0,0% (0-0,2)	28,5% (27,8-29,1)	30,2% (30,4-32,4)	29,3% (29,1-31,4)	10,9% (9,9-11,9)	0,0% (0,1-0,4)	29,7% (29-30,3)	35,4% (34,4-36,5)	28,0% (27-29,2)	8,7% (7,8-9,7)	0,0% (0,1-0,4)
Hungria	7,4% (7,2-7,7)	10,1% (9,7-10,5)	6,6% (6,3-7)	1,2% (1-1,5)	0,0% (0-0,2)	8,0% (7,6-8,3)	0,1% (8,5-9,6)	1,9% (8,3-9,6)	0,0% (1,5-2,4)	0,0% (0,1-0,4)	7,1% (6,8-7,5)	10,7% (10,1-11,4)	5,0% (4,5-5,4)	0,9% (0,7-1,3)	0,0% (0,1-0,4)
Portugal	10,5% (10,2-10,8)	14,2% (13,7-14,7)	9,0% (8,6-9,5)	6,5% (5,9-7,1)	11,1% (9,7-12,7)	10,3% (9,9-10,7)	0,1% (13,5-14,9)	8,4% (7,8-9)	5,4% (4,7-6,1)	50,0% (45,7-54,6)	10,8% (10,4-11,2)	14,3% (13,6-15)	9,7% (9,1-10,4)	7,7% (6,9-8,6)	0,0% (0,1-0,4)
Eslovénia	25,6% (25,1-26)	29,8% (29,1-30,5)	27,1% (26,3-27,8)	12,9% (12,1-13,7)	4,8% (3,9-5,8)	26,9% (26,3-27,5)	29,5% (28,5-30,5)	29,1% (28-30,2)	16,2% (15-17,5)	7,7% (6,1-9,6)	24,5% (23,9-25,1)	30,1% (29,1-31,1)	25,3% (24,3-26,4)	10,4% (9,4-11,4)	3,4% (2,4-4,8)
Estónia	13,9% (13,6-14,3)	14,3% (13,8-14,8)	17,0% (16,4-17,6)	9,9% (9,2-10,6)	4,3% (3,4-5,3)	12,3% (10,7-11,5)	12,2% (11,5-12,8)	9,0% (11,6-13)	0,0% (8,1-10)	0,0% (0,1-0,4)	15,5% (15,1-16)	15,9% (15,2-16,6)	19,5% (18,6-20,5)	10,4% (9,4-11,5)	5,6% (4,3-7,3)
Croácia	12,1% (11,8-12,4)	13,7% (13,2-14,2)	13,0% (12,5-13,6)	4,5% (4-5)	0,0% (0-0,2)	15,3% (14,8-15,8)	16,7% (16-17,5)	16,8% (16-17,7)	6,7% (6-7,6)	0,0% (0,1-0,4)	8,9% (8,6-9,3)	8,9% (10,3-11,5)	9,0% (8,4-9,7)	2,2% (1,8-2,8)	0,0% (0,1-0,4)
Lituânia	4,1% (3,9-4,3)	5,0% (4,7-5,2)	5,3% (4,9-5,6)	1,2% (1-1,5)	0,0% (0-0,2)	3,6% (3,4-3,9)	4,7% (3,2-3,9)	0,0% (4,2-5,1)	0,0% (1,2-2)	0,0% (0,1-0,4)	4,3% (4,1-4,6)	5,8% (5,4-6,2)	5,6% (5,1-6,1)	1,1% (0,8-1,5)	0,0% (0,1-0,4)
Bulgária	3,4% (3,3-3,6)	2,9% (2,7-3,2)	3,8% (3,5-4,1)	0,0% (3,5-4,4)	0,0% (0-0,2)	4,0% (3,6-4)	0,0% (2-2,6)	3,8% (4,6-5,5)	4,1% (3,5-4,7)	0,0% (0,1-0,4)	3,2% (3-3,4)	3,4% (3,1-3,8)	3,2% (2,5-3,2)	0,0% (3,3-4,6)	0,0% (0,1-0,4)
Chipre	12,1% (11,8-12,4)	12,8% (12,3-13,2)	12,8% (12,3-13,3)	9,4% (8,7-10,1)	14,7% (13,1-16,5)	22,0% (23,5-24,7)	22,0% (21,1-22,9)	22,1% (24,1-26,2)	38,5% (20,6-23,6)	3,0% (34,7-42,5)	4,8% (2,8-3,2)	3,9% (4,4-5,2)	3,9% (3,5-4,3)	0,0% (0-0,1)	0,0% (0,1-0,4)
Finlândia	34,8% (34,3-35,3)	33,3% (32,6-34,1)	39,7% (38,8-40,7)	27,0% (25,9-28,2)	14,3% (12,7-16)	36,8% (36,1-37,6)	40,1% (38,9-41,3)	38,5% (37,3-39,8)	25,0% (23,5-26,6)	10,0% (8,1-12,2)	32,9% (32,2-33,7)	26,7% (25,8-27,7)	40,9% (39,5-42,2)	18,2% (26,9-30,3)	15,6% (15,6-21)
Letónia	4,9% (4,7-5,1)	6,4% (6,1-6,8)	2,8% (2,4-3,2)	0,0% (0-0,2)	5,5% (5,2-5,8)	0,0% (5-5,6)	5,6% (5,1-6)	3,4% (6-7,1)	0,0% (2,9-4,1)	0,0% (0,1-0,4)	4,7% (4,4-4,9)	4,4% (4,1-4,8)	2,5% (5,9-7)	2,5% (2,1-3,1)	0,0% (0,1-0,4)
Malta	12,6% (12,3-12,9)	12,6% (12,2-13,1)	12,8% (12,3-13,3)	14,3% (10,9-12,4)	11,7% (12,7-16)	14,7% (14,2-15,2)	15,0% (14,3-15,7)	15,9% (15,1-16,7)	8,9% (8-9,9)	25,0% (22-28,3)	6,3% (6,5-7,1)	6,8% (5,9-6,8)	3,8% (3,5-4,3)	20,0% (18,6-21,4)	0,0% (0,1-0,4)
Roménia	0,7% (0,7-0,8)	0,5% (0,4-0,6)	1,0% (0,8-1,1)	1,2% (0,9-1,4)	0,0% (0-0,2)	1,1% (1-1,2)	0,0% (0,6-0,9)	1,6% (1,3-1,9)	1,5% (1,2-2)	0,0% (0,1-0,4)	0,4% (0,4-0,5)	0,6% (0,2-0,4)	0,3% (0,3-0,6)	0,9% (0,7-1,3)	0,0% (0,1-0,4)
Eslováquia	10,1% (9,8-10,4)	8,8% (10,9-11,7)	8,8% (8,3-9,2)	5,0% (4,5-5,5)	0,0% (0-0,2)	14,0% (13,5-14,5)	15,2% (14,5-16)	11,9% (11,2-12,6)	7,6% (9,4-11,4)	0,0% (0,1-0,4)	6,7% (6,4-7)	7,6% (7,1-8,1)	6,4% (5,9-7)	0,0% (0-0,1)	0,0% (0,1-0,4)
Total	22,6% (22,2-23)	24,6% (24-25,2)	24,8% (24,1-25,5)	15,8% (15-16,7)	9,8% (8,5-11,3)	23,8% (23,2-24,4)	25,6% (24,7-26,6)	27,8% (24,6-26,7)	9,8% (16,5-19,2)	8,8% (8-12)	21,6% (21-22,2)	23,7% (22,9-24,7)	24,0% (23-25)	14,1% (12,9-15,3)	9,9% (8-12)

Tabela 3 – Taxa de pessoas que frequentaram uma associação desportiva, social ou de outro tipo no ano anterior, detalhado por país, idade e sexo, entre os países incluídos na Vaga 7 do SHARE.

“Participação numa organização política ou relacionada com a comunidade”

No conjunto dos países, 5,3% (2700) das pessoas incluídas nesta análise participaram numa organização política ou relacionada com a comunidade nos 12 meses anteriores à entrevista.

A distribuição geográfica da participação numa organização política ou relacionada com a comunidade foi avaliada para os diferentes países (Fig. 5 e Tabela 4), variando entre 0,5% e 11,9%. A Roménia (0,5%), a Letónia (1,2%), a Eslováquia (1,3%) e a Bulgária (1,5%), são os países com menor expressão de participação em organizações políticas, enquanto na Bélgica (11,9%), no Luxemburgo (10,7%), na Finlândia (10,1%) e na Suécia (9,6%) se verificam valores mais elevados (Fig. 5 e Tabela 4).

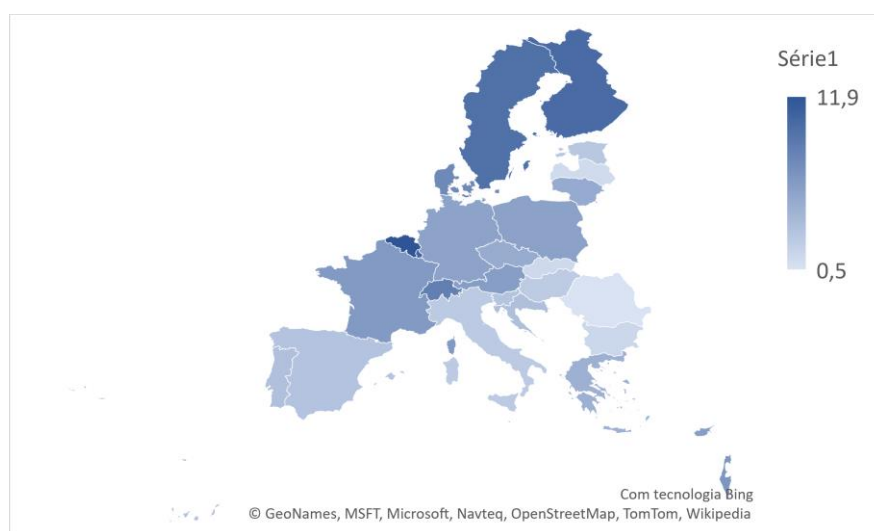


Fig. 5 Participação de pessoas reformadas e com mais de 60 anos em organizações políticas ou relacionadas com a comunidade em 28 países

As taxas de participação dos homens em organizações políticas e da comunidade são superiores às das mulheres na grande maioria dos países, excetuando-se a Bulgária e a Letónia, onde a participação das mulheres é mais elevada (Tabela 4).

As taxas de participação em organizações políticas são mais elevadas no grupo etário dos 70 aos 79 anos (5,9%), sendo de 5,8% no grupo etário dos 60-69 anos, diminuindo para 3,6% nos 80 a 89 anos e para 1,3% entre os 90+. Em Israel a participação é maior à medida que aumentam os grupos etários, diminuindo apenas no dos 90+ (60 a 69 anos – 6,1%; 70 a 79 anos – 6,5%; 80 a 89 anos – 7,6%; 90+ - 5%). Em quatro países há uma taxa de participação no grupo etário dos 90+ superior à dos 80-89 anos (Itália, Grécia, Eslovénia e Croácia) (Tabela 4).

Em Portugal, a taxa de participação em organizações políticas e da comunidade entre pessoas reformadas com mais de 60 anos é de 3,2%. Entre as mulheres é de 2,3%,

enquanto nos homens é de 4,1%. Há uma diminuição da taxa de participação em organizações políticas entre os 60-69 anos (4,2%) e os 70-79anos (3,6%), sendo de 0% nos grupos etários seguintes (80-89 e 90+). Os homens acompanham esta diminuição das taxas de participação nos grupos etários dos 60-69 anos (6,4%) para o dos 70 a 79 anos (3,7%), com 0% nos grupos etários subsequentes. Já as mulheres têm uma taxa de participação de 1,7% no grupo etário dos 60-69 anos, sendo superior no grupo dos 70 a 79 anos (3,4%), mantendo-se também nos 0% a partir dos 80 anos (Tabela 4).

País	Total HM					Homens					Mulheres				
	Total HM (95% CI)	Taxas padrão (95% CI)				Total H (95% CI)	Taxas padrão (95% CI)				Total M (95% CI)	Taxas padrão (95% CI)			
		60_69	70_79	80_89	90+		60_69	70_79	80_89	90+		60_69	70_79	80_89	90+
Áustria	6,0% (5,8-6,2)	7,9% (7,5-8,3)	6,0% (5,6-6,4)	3,0% (2,6-3,4)	0,0% (0-0,2)	7,9% (7,6-8,3)	10,5% (9,9-11,1)	7,5% (7-8,1)	5,0% (4,4-5,8)	0,0% (0,1-0,4)	4,5% (4,3-4,8)	6,1% (5,7-6,6)	4,6% (4,2-5,1)	1,4% (1,1-1,8)	0,0% (0,1-0,4)
Alemanha	5,7% (5,5-5,9)	5,9% (5,6-6,2)	6,5% (6,2-6,9)	3,5% (3,1-3,9)	0,0% (0-0,2)	7,8% (7,4-8,1)	7,4% (6,9-7,9)	8,7% (8,1-9,3)	6,7% (6-7,6)	0,0% (0,1-0,4)	3,4% (3,2-3,7)	4,5% (4,1-4,9)	4,1% (3,7-4,5)	0,0% (0-0,1)	0,0% (0,1-0,4)
Suécia	9,6% (9,3-9,9)	9,6% (9,2-10)	11,2% (10,7-11,7)	7,0% (6,4-7,6)	2,5% (1,9-3,3)	10,5% (10,1-10,9)	12,5% (11,9-13,2)	11,6% (10,9-12,3)	7,5% (6,7-8,4)	0,0% (0,1-0,4)	8,8% (8,5-9,2)	7,1% (6,6-7,6)	10,9% (10,2-11,6)	6,4% (5,7-7,3)	4,3% (3,1-5,7)
Espanha	3,0% (2,9-3,2)	4,3% (4-4,5)	4,0% (3,8-4,3)	0,9% (0,7-1,1)	0,0% (0-0,2)	3,4% (3,2-3,6)	5,9% (5,5-6,4)	3,7% (3,3-4,1)	1,0% (0,7-1,4)	0,0% (0,1-0,4)	2,5% (2,3-2,7)	1,8% (1,6-2,1)	4,7% (4,3-5,2)	0,8% (0,5-1,1)	0,0% (0,1-0,4)
Itália	2,5% (2,4-2,7)	3,0% (2,7-3,2)	2,8% (2,6-3)	1,3% (1,1-1,6)	1,7% (1,1-2,3)	3,4% (3,1-3,6)	3,4% (3,1-3,7)	4,1% (3,7-4,5)	1,7% (1,4-2,2)	0,0% (1,8-4)	1,4% (1,2-1,5)	2,4% (2,1-2,7)	1,1% (0,9-1,3)	0,6% (0,4-0,8)	0,0% (0,1-0,4)
França	6,3% (6,1-6,5)	7,7% (7,4-8,1)	6,9% (6,6-7,3)	3,3% (2,9-3,7)	1,1% (0,7-1,6)	8,0% (7,6-8,3)	8,5% (8-9)	10,1% (9,4-10,8)	4,2% (3,6-4,9)	0,0% (0,1-0,4)	4,9% (4,6-5,2)	7,0% (6,6-7,5)	4,4% (3,9-4,8)	2,6% (2,1-3,2)	1,6% (0,9-2,6)
Dinamarca	7,7% (7,4-7,9)	8,7% (8,3-9,1)	8,5% (8,1-8,9)	4,7% (4,3-5,2)	0,0% (0-0,2)	11,6% (11,2-12)	14,5% (13,8-15,3)	12,0% (11,3-12,8)	6,7% (5,9-7,6)	0,0% (0,1-0,4)	4,5% (4,2-4,8)	4,6% (4,2-5)	5,3% (4,8-5,8)	3,1% (2,6-3,7)	0,0% (0,1-0,4)
Grécia	4,5% (4,3-4,7)	5,4% (5,1-5,7)	5,0% (4,6-5,3)	2,3% (2-2,7)	3,0% (2,3-3,9)	4,5% (4,5-5,1)	5,5% (5,1-5,9)	5,4% (4,9-5,9)	3,0% (2,5-3,6)	0,0% (0,1-0,4)	4,0% (3,7-4,2)	5,4% (5-5,8)	4,1% (3,7-4,6)	1,4% (1-1,8)	7,7% (6,1-9,6)
Suíça	8,5% (8,2-8,7)	10,2% (9,8-10,6)	9,7% (9,3-10,2)	4,5% (4,1-5)	2,2% (1,6-3)	11,7% (11,3-12,1)	14,1% (13,4-14,8)	13,1% (12,4-13,9)	6,5% (5,7-7,3)	0,1% (4,8-8)	5,3% (5-5,6)	6,7% (6,3-7,2)	6,1% (5,6-6,7)	2,6% (2,1-3,2)	0,0% (0,1-0,4)
Bélgica	11,9% (11,6-12,2)	12,9% (12,4-13,3)	12,2% (11,7-12,7)	10,6% (9,9-11,4)	3,6% (2,8-4,5)	14,0% (13,5-14,4)	16,7% (16-17,5)	13,1% (12,4-13,9)	10,6% (10,3-12,4)	0,0% (1,7-3,9)	9,8% (9,4-10,2)	8,6% (8,1-9,2)	11,3% (10,6-12)	9,9% (9-10,9)	4,3% (3,2-5,9)
Israel	6,7% (6,4-6,9)	6,1% (5,8-6,4)	6,5% (6,1-6,9)	7,6% (7-8,2)	5,0% (4,1-6,1)	6,8% (6,5-7,2)	3,4% (3,1-3,8)	6,2% (5,7-6,7)	9,7% (8,7-10,7)	0,1% (7,3-11,2)	6,5% (6,2-6,8)	7,4% (6,9-7,9)	6,8% (6,3-7,4)	5,1% (4,4-5,8)	0,0% (0,1-0,4)
República Checa	4,9% (4,7-5,1)	4,6% (4,3-4,9)	5,5% (5,1-5,8)	4,5% (4,1-5)	0,0% (0-0,2)	5,9% (5,6-6,2)	5,4% (5-5,8)	6,1% (5,6-6,6)	6,6% (5,8-7,4)	0,0% (0,1-0,4)	4,3% (4-4,5)	4,2% (3,8-4,6)	5,0% (4,6-5,5)	3,0% (2,5-3,6)	0,0% (0,1-0,4)
Polónia	5,7% (5,5-5,9)	5,7% (5,4-6)	6,7% (6,3-7,1)	4,0% (3,6-4,5)	2,8% (2,1-3,6)	6,2% (5,9-6,5)	6,6% (6,1-7)	7,3% (6,8-7,9)	3,5% (2,9-4,1)	0,0% (2,4-4,8)	5,4% (5,1-5,6)	5,2% (4,8-5,7)	6,2% (5,7-6,7)	4,5% (3,9-5,2)	2,3% (1,5-3,5)
Luxemburgo	10,7% (10,4-10,9)	12,4% (11,9-12,8)	10,8% (10,3-11,3)	2,9% (2,5-3,3)	0,0% (0-0,2)	13,3% (12,9-13,8)	17,0% (16,3-17,8)	11,4% (10,7-12,1)	4,3% (3,7-5)	0,0% (0,1-0,4)	6,4% (6,1-6,7)	5,5% (5,1-6)	9,8% (9,1-10,4)	0,0% (0-0,1)	0,0% (0,1-0,4)
Hungria	2,5% (2,3-2,6)	3,4% (3,2-3,7)	1,8% (1,6-2)	1,2% (1-1,5)	0,0% (0-0,2)	3,3% (3,1-3,5)	3,5% (3,2-3,9)	3,2% (2,8-3,5)	3,8% (3,2-4,4)	0,0% (0,1-0,4)	1,9% (1,8-2,1)	3,4% (3,1-3,7)	0,8% (0,6-1)	0,0% (0-0,1)	0,0% (0,1-0,4)
Portugal	3,2% (3,1-3,4)	4,2% (4-4,5)	3,6% (3,3-3,8)	0,0% (0-0)	0,0% (0-0,2)	4,1% (3,9-4,4)	6,4% (5,9-6,9)	3,7% (3,3-4,1)	0,0% (0-0,1)	0,0% (0,1-0,4)	2,3% (2,1-2,5)	1,7% (1,5-1,9)	3,4% (3,1-3,8)	0,0% (0-0,1)	0,0% (0,1-0,4)
Eslovénia	3,0% (2,8-3,1)	3,1% (2,8-3,3)	3,3% (3,1-3,6)	2,0% (1,7-2,3)	2,4% (1,8-3,2)	4,8% (4,5-5,1)	5,3% (4,9-5,8)	4,8% (4,4-5,3)	3,0% (2,5-3,6)	0,1% (6,1-9,6)	1,5% (1,3-1,6)	1,3% (1,1-1,5)	2,0% (1,7-2,3)	1,2% (0,8-1,5)	0,0% (0,1-0,4)
Estónia	2,7% (2,6-2,8)	3,1% (2,8-3,3)	2,9% (2,6-3,1)	2,2% (1,9-2,6)	1,1% (0,7-1,6)	2,8% (2,6-3)	3,6% (3,3-4)	3,1% (2,8-3,5)	1,7% (1,3-2,1)	0,0% (0,1-0,4)	2,6% (2,4-2,8)	2,6% (2,4-3)	2,7% (2,4-3,1)	2,6% (2,1-3,1)	1,4% (0,8-2,4)
Croácia	3,4% (3,2-3,5)	4,0% (3,8-4,3)	3,2% (2,9-3,4)	1,1% (0,9-1,4)	5,9% (4,9-7)	4,4% (4,2-4,7)	5,9% (5,4-6,3)	3,8% (3,4-4,2)	0,0% (0-0,1)	20,0% (17,3-23)	2,3% (2,1-2,5)	2,3% (2-2,6)	2,5% (2,1-2,8)	2,2% (1,8-2,8)	0,0% (0,1-0,4)
Lituânia	5,0% (4,8-5,2)	5,6% (5,3-5,9)	5,7% (5,4-6,1)	3,3% (2,9-3,7)	0,0% (0-0,2)	5,1% (4,8-5,4)	4,4% (4-4,8)	6,7% (6,1-7,2)	3,1% (2,6-3,7)	0,0% (0,1-0,4)	4,9% (4,7-5,2)	6,3% (5,9-6,8)	5,2% (4,8-5,7)	3,4% (2,8-4)	0,0% (0,1-0,4)
Bulgária	1,5% (1,4-1,6)	1,4% (1,2-1,5)	1,8% (1,6-2)	1,0% (0,8-1,2)	0,0% (0-0,2)	1,1% (0,9-1,2)	0,6% (0,4-0,7)	1,4% (1,1-1,6)	0,0% (1,1-8)	0,0% (0,1-0,4)	1,8% (1,6-1,9)	1,9% (1,6-2,2)	1,8% (1,8-2,4)	2,1% (0,5-1,1)	0,0% (0,1-0,4)
Chipe	6,0% (5,8-6,2)	10,2% (9,8-10,6)	6,3% (5,9-6,6)	2,2% (1,9-2,6)	0,0% (0-0,2)	8,2% (7,9-8,6)	12,1% (11,5-12,7)	2,6% (8,9-10,2)	9,5% (2,1-3,1)	0,0% (0,1-0,4)	4,4% (4,1-4,6)	8,6% (8-9,1)	3,9% (3,5-4,3)	1,9% (1,5-2,4)	0,0% (0,1-0,4)
Finlândia	10,1% (9,9-10,4)	10,5% (10-10,9)	11,0% (10,5-11,5)	8,0% (7,4-8,7)	0,0% (0-0,2)	11,8% (11,4-12,3)	11,0% (10,4-11,6)	14,8% (14-15,6)	6,6% (5,8-7,4)	0,0% (0,1-0,4)	8,5% (8,2-8,9)	9,9% (9,3-10,5)	7,4% (6,8-8)	9,2% (8,3-10,2)	0,0% (0,1-0,4)
Letónia	1,2% (1,1-1,3)	0,6% (0,5-0,7)	1,5% (1,4-1,7)	1,4% (1,1-1,7)	0,0% (0-0,2)	0,6% (0,6-0,8)	0,8% (0,6-1)	0,8% (0,6-1)	0,0% (0-0,1)	0,0% (0,1-0,4)	1,4% (1,3-1,6)	0,5% (0,4-0,6)	1,9% (1,6-2,2)	1,9% (1,5-2,4)	0,0% (0,1-0,4)
Malta	7,2% (7-7,4)	8,3% (7,9-8,6)	6,9% (6,5-7,3)	5,0% (4,5-5,5)	0,0% (0-0,2)	7,4% (7-7,7)	8,4% (7,9-8,9)	4,4% (6,7-7,9)	6,8% (3,8-5,1)	0,0% (0,1-0,4)	7,9% (6,5-7,1)	6,8% (7,4-8,5)	7,9% (5,3-6,3)	6,7% (5,9-7,5)	0,0% (0,1-0,4)
Roménia	0,5% (0,4-0,6)	0,8% (0,7-0,9)	0,2% (0,2-0,3)	0,0% (0-0)	0,0% (0-0,2)	0,5% (0,5-0,6)	0,7% (0,6-0,9)	0,5% (0,4-0,7)	0,0% (0-0,1)	0,0% (0,1-0,4)	0,9% (0,4-0,5)	0,0% (0,7-1)	0,0% (0-0)	0,0% (0,0-1)	0,0% (0,1-0,4)
Eslováquia	1,3% (1,2-1,4)	0,7% (1,5-1,9)	0,0% (0,6-0,9)	0,0% (0-0)	0,0% (0-0,2)	1,4% (1,3-1,6)	2,1% (1,9-2,4)	0,0% (0-0)	0,0% (0,0-1)	0,0% (0,1-0,4)	1,2% (1,1-1,4)	1,3% (1,1-1,6)	1,3% (1,1-1,5)	0,0% (0-0,1)	0,0% (0,1-0,4)
Total	5,3% (5,1-5,5)	5,8% (5,5-6,1)	5,9% (5,5-6,3)	3,6% (3,2-4)	1,3% (0,9-1,9)	6,6% (6,3-6,9)	7,1% (7-8)	7,5% (6,6-7,7)	4,9% (3,7-5)	1,5% (0,9-2,5)	4,2% (3,9-4,4)	4,4% (4-4,8)	4,8% (4,3-5,3)	2,9% (2,4-3,4)	1,2% (0,6-2,1)

Tabela 4 - Taxa de pessoas que participaram numa organização política ou da comunidade no ano anterior, detalhada por país, idade e sexo, entre os países incluídos na Vaga 7 do SHARE

Discussão

Ao contrário do que a literatura existente sobre participação social, cívica e/ ou política de pessoas adultas mais velhas poderá fazer pressupor (Serrat *et al.*, 2020), percebemos neste estudo que não é nas atividades de voluntariado que se encontram os valores mais elevados de participação entre as pessoas mais velhas reformadas que vivem nos países europeus analisados e em Israel. Enquanto que a expressão da participação em voluntariado é de 13,9%, considerando o total dos países analisados, nas associações desportivas, sociais ou de outro tipo este valor situa-se nos 22,6%. Esta análise dos dados disponibilizados no âmbito do projeto SHARE (Vaga 7), permite-nos perceber que as associações são o contexto onde a participação de pessoas reformadas com mais de 60 anos será mais expressiva. Este tende a ser um contexto de participação menos explorado na literatura sobre participação social, cívica e política de pessoas adultas mais velhas. Fatores geográficos poderão ter um papel relevante para esta participação preferencial, já que, como avançavam Adler e Goggin (2005), a participação para os/as mais velhos/as acontecerá sobretudo em contextos locais e de maior proximidade. Esta constatação evidencia a necessidade de uma maior aposta em estudos sobre a participação de pessoas adultas mais velhas em contexto associativo, com vista a uma maior compreensão dos significados atribuídos a essa participação, tipos de envolvimento e atividades desenvolvidas, bem como motivações e barreiras para a participação nestes contextos.

185

No polo apostado, é na participação em organizações políticas que se encontram as taxas mais reduzidas de participação de pessoas reformadas com mais de 60 anos (5,3%). Esta tendência acompanha estudos realizados junto de outros grupos etários, nomeadamente com jovens, nos quais se percebe que os contextos de participação política formal tenderão a ser menos atrativos, sobretudo quando comparados com outros contextos de participação social, cívica ou política (Menezes *et al.*, 2012). Para além de razões de ordem pessoal ou motivacional, estudos anteriores sobre barreiras à participação política de pessoas adultas mais velhas dão-nos mais pistas para compreender as baixas taxas de participação nestes contextos, como barreiras relacionadas com as oportunidades do contexto (como a falta de informação ou problemas organizacionais) ou barreiras relacionadas com os meios de que as pessoas dispõem para este envolvimento, com destaque para as questões de saúde, mas também para o autorreconhecimento de competências cívicas para esta participação, ou mesmo a disponibilidade de meios, como dinheiro ou tempo (Serrat *et al.*, 2017).

A participação em atividades educativas (cursos ou formações) destaca-se neste estudo pela sua pouca expressão (6%) entre as pessoas reformadas com mais de 60 anos, no total dos países considerados neste estudo. Sendo o Direito à Educação um direito humano

fundamental, reforçado nas políticas públicas da União Europeia e dos vários países considerados neste estudo, verifica-se que a participação de pessoas adultas em atividades educativas é ainda residual, reforçando os alertas que têm vindo a ser feitos, também na literatura, sobre a necessidade de apostas efetivas em oportunidades educativas de qualidade que incluam ou que se dirijam especificamente a pessoas adultas mais velhas (Withnall, 2010; Melo, 2012). Percebemos assim que, mais do que excluídas dos estudos sobre participação educativa de pessoas adultas mais velhas (Narushima *et al.*, 2018), estas estarão excluídas dos contextos e prioridades educativas propriamente ditos. Neste sentido, importará perceber que condições são ou não garantidas nos diversos países para potenciar a continuidade da participação em atividades educativas ao longo de toda a vida, que tem, necessariamente, que incluir o período pós-reforma, se as pessoas tiverem esse interesse.

Percebe-se neste estudo que o género tem impacto na distribuição da participação, nomeadamente no tipo de atividades a que se dedicam homens e mulheres, já que a análise dos dados permite identificar regularidades nos diversos países que vão ao encontro de estudos anteriores que evidenciam uma maior participação de homens do que de mulheres em contextos marcadamente políticos (Santos & Amâncio, 2012) e uma maior expressão de mulheres em atividades de voluntariado (Espírito-Santo & Baum, 2004).

O aumento da idade está claramente associado a uma diminuição da participação nas diversas atividades consideradas neste estudo. Na literatura percebemos que este facto pode relacionar-se com fatores de ordem pessoal, com especial destaque para condições objetivas ou subjetivas de saúde das próprias pessoas, que as afastam destes contextos (Serrat *et al.*, 2018), podendo também ser uma expressão de situações de idadismo interiorizado, assente na autoperceção de que com a idade há uma incapacidade e desadequação crescentes para a participação em determinados contextos (Serrat *et al.*, 2017). Contudo, estes dados podem também ser explicados por fatores relacionados com os contextos de vida das pessoas e pela existência ou não de condições – objetivas ou subjetivas – para que possam continuar a ter uma participação ativa ao longo de toda a vida, nomeadamente numa sociedade estruturalmente idadista (Reynolds, 2020). Aliás, importa sublinhar que o idadismo é especialmente prejudicial para pessoas com idades muito mais avançadas, podendo ser um relevante fator que condiciona a sua participação, para além do acesso a bens e serviços essenciais, como ficou evidente durante a pandemia Covid-19 (Chang *et al.*, 2021; Naughton *et al.*, 2021).

Uma análise da participação das pessoas reformadas com 60 anos ou mais por países, permite constatar que existem algumas regularidades, não raras vezes transversais às quatro atividades analisadas, com alguns países tendencialmente entre os que apresentam

mais baixas taxas de participação (como a Roménia e a Bulgária) em contraposição com outros, tendencialmente entre os que têm taxas de participação mais expressivas (como a Dinamarca ou a Bélgica). Estas regularidades conduzem à necessidade de aprofundamento da reflexão das condições de participação que existem nos diversos países e que podem ser determinantes para estes resultados, nomeadamente ao nível de políticas públicas que possam de algum modo potenciar a participação de pessoas adultas mais velhas. Neste sentido, o aprofundamento deste estudo, tendo em conta outras variáveis que possam ajudar a explicar a expressão da participação nos diversos países é uma das possibilidades de investigação futura na sequência deste trabalho. Este trabalho posterior poderá passar pelo cruzamento de outras variáveis disponíveis na base de dados do projeto SHARE, entre si e com outros indicadores, como políticas públicas especialmente direcionadas para as pessoas mais velhas, que poderão ter impacto na sua participação e, por conseguinte, noutras dimensões da sua vida (como exemplo, acompanhar a iniciativa de criação do Ministério do Envelhecimento Ativo de Malta²¹, criado em março 2022).

Os dados utilizados neste estudo corresponderem à Vaga 7, recolhidos em 2017, o que pode ser compreendido como uma limitação, ainda que se pretendesse perceber a expressão desta participação antes da Pandemia Covid-19. Neste sentido, será pertinente o desenvolvimento de estudo longitudinal dos dados disponíveis no projeto SHARE em relação à participação nestas atividades, sobretudo para uma análise do potencial impacto que a pandemia Covid-19 poderá ter tido na participação das pessoas adultas mais velhas nos diversos países.

Referências

- Adler, R. P.; Goggin, J. (2005). What do we mean by “Civic Engagement”?, *Journal of Transformative Education*, 3, 236–253. <https://doi.org/10.1177/1541344605276792>
- Ayalon, L. & Tesch-Römer, C. (eds.) (2018). *Contemporary Perspectives on Ageism*, International Perspectives on Aging 19, Switzerland: Springer, disponível em: <https://link.springer.com/content/pdf/10.1007/978-3-319-73820-8.pdf>
- Bergmann, M., A. Scherpenzeel and A. Börsch-Supan (Eds.) (2019). *SHARE Wave 7 Methodology: Panel Innovations and Life Histories*. Munich: Munich Center for the Economics of Aging (MEA).
- Börsch-Supan, A., Brandt, M., Hunkler, C., Kneip, T., Korbmacher, J., Malter, F., Schaan, B., Stuck, S. and Zuber, S. (2013). Data Resource Profile: The Survey of Health, Ageing

²¹ <https://mfaa.gov.mt/about-us/?lang=en>

- and Retirement in Europe (SHARE). *International Journal of Epidemiology*. DOI: 10.1093/ije/dyt088.
- Börsch-Supan, A. (2022). *Survey of Health, Ageing and Retirement in Europe (SHARE) Wave 7*. Release version: 8.0.0. SHARE-ERIC. Data set. DOI: 10.6103/SHARE.w7.800
- Chang, E-S., Monin, J.K., Zeltermann, D., Levy, B. (2021). Impact of structural ageism on greater violence against older persons: a cross-national study of 56 countries, *BMJ Open*, 11:e042580
- Ekman, J.; Amnå, E. (2012). Political participation and civic engagement: Towards a new typology. *Human Affairs*, 22, 283–300. <https://doi.org/10.2478/s13374-012-0024-1>
- Espírito-Santo, Ana & Baum, Michael (2004). “A participação feminina em Portugal numa perspectiva longitudinal”. In *Actas do V Congresso Português de Sociologia - Sociedades Contemporâneas - Reflexividade e Acção*, 1-11, Universidade do Minho.
- EUROSTAT (2013). Revision of the European standard population – Report of Eurostat’s task force (2013 edition).
- Fonseca, António (2011). *Reforma e reformados*. Almedina: Coimbra.
- Goerres, A. (ed.) (2009). *The political participation of older people in Europe - The Greying of our Democracies*. Great Britain: Palgrave Macmillan.
- Melo, A. (2012). *Passagens revoltas: 40 anos de intervenção por ditos e escritos*. Lisboa: Sítio do Livro.
- Menezes, I.; Fernandes-Jesus, M.; Ribeiro, N.; Malafaia, C. (2012). *Agência e participação cívica e política de jovens*. In: *Agência e participação cívica e política: jovens e imigrantes na construção da democracia*. Porto: Livpsic, 9 - 26.
- Narushima, M., Liu, J., & Diestelkamp, N. (2018). Lifelong learning in active ageing discourse: Its conserving effect on wellbeing, health and vulnerability. *Ageing & Society*, 38(4), 651–675. <https://doi.org/10.1017/S0144686X16001136>
- Naughton, L., Padeiro, M. Santana, P. (2021). The twin faces of ageism, glorification and abjection: A content analysis of age advocacy in the midst of the COVID-19 pandemic, *Journal of Aging Studies*, 57.
- Reynolds, L. (2020). The COVID-19 Pandemic Exposes Limited Understanding of Ageism, *Journal of Aging & Social Policy*, 32:4-5, 499-505.
- Santos, M. H., Amâncio, L. (2012), “Resistências à igualdade de género na política”. *Ex aequo* (25), 45-58.
- Serrat, R., Scharf, T., Villar, F., & Gómez, C. (2020). Fifty-five years of research into older people’s civic participation: Recent trends, future directions. *The Gerontologist*, 60(1), e38–e51. <https://doi.org/10.1093/geront/gnz021>

- Serrat, R., Warburton, J., Petriwskyj, A., & Villar, F. (2018). Political participation and social exclusion in later life: What politically active seniors can teach us about barriers to inclusion and retention. *International Journal of Ageing and Later Life*, 12(2), 53–88. <https://doi.org/10.3384/ijal.1652-8670.18395>
- Serrat, R., Petriwskyj, A., Villar, F., & Warburton, J. (2017). Barriers to the retention of older participants in political organisations: Evidence from Spain. *Ageing & Society*, 37, 581–606. <https://doi.org/10.1017/S0144686X15001361>
- Withnall, A. (2010). *Improving learning in later life*. Routledge.
- UNECE (2022), <https://mipaa20rome.it/>

PARTE III - DISCUSSÃO E REFLEXÕES FINAIS

*“Dar o mote ao amor. Glosar o tema
tantas vezes que assuste o pensamento.*

*Se for antigo, seja. Mas é belo
e como a arte: nem útil nem moral.*

*Que me interessa que seja por soneto
em vez de verso ou linha desvastada?*

*O soneto é antigo? Pois que seja:
também o mundo é e ainda existe.*

Só não vejo vantagens pela rima.

*Dir-me-ão que é limite: deixa ser.
Se me dobro demais por ser mulher
[esta rimou, mas foi só por acaso]*

*Se me dobro demais, dizia eu,
não consigo falar-me como devo,
ou seja, na mentira que é o verso,
ou seja, na mentira do que mostro.*

*E se é soneto coxo, não faz mal.
E se não tem tercetos, paciência:
dar o mote ao amor, glosar o tema,
e depois desviar. Isso é ciência!”*

Ana Luísa Amaral, Soneto Científico A Fingir

Discussão geral

Esta é uma dissertação sobre experiências de participação social, cívica e política de pessoas adultas mais velhas em Portugal, um assunto ainda pouco estudado e que se foca em práticas de pessoas reformadas que contrariam imagens estereotipadas da vivência do período da reforma.

Dos resultados obtidos através deste trabalho torna-se evidente que as pessoas adultas mais velhas reformadas desempenham e assumem comprometidamente papéis relevantes enquanto atores políticos do presente e que contribuem para a construção do futuro, com a assunção de responsabilidades em relação às suas comunidades, ao país e ao mundo em que vivem. A partir dos dados disponibilizados no projeto SHARE (Vaga 7), que analisamos no Capítulo 6 deste trabalho, percebemos que em Portugal a expressão da participação em associações da comunidade de pessoas com 60 ou mais anos e reformadas é de 10,5%, sendo 9,8% em atividades de voluntariado, 3,5% em cursos ou formações e 3,2% em organizações políticas. Van Deth (2015) propôs um enquadramento abrangente de participação política que inclui todas estas atividades, uma vez que são formas de as pessoas se envolverem com as suas comunidades, contribuírem e também beneficiarem delas.

Neste sentido, importa reforçar que as pessoas mais velhas foram construtoras do passado e são atores do presente, estando envolvidas nos mais diversos contextos, a debater diversas temáticas e a participar efetivamente em diversas esferas da sociedade: seja em contextos internacionais, como podemos ver nos Capítulos 4 e 5; em órgãos do poder tanto central como local, ou no diálogo com estes, nos Capítulos 1, 2, 3 e 4 e 5; em organizações locais com características diversas nos Capítulos 1, 2, 3 e 6; em organizações específicas de *lobbying* pela defesa dos direitos dos mais velhos nos Capítulos 4 e 5.

Fica evidente neste trabalho que os portugueses e portuguesas mais velhas mantêm a sua atividade social, cívica e política, apesar de percecionarem que há ainda um parco investimento de Portugal em políticas públicas que possam contribuir para dar respostas sustentáveis e estratégicas aos desafios que um país com altas taxas de envelhecimento da população enfrenta. A não aprovação (em 2022) da *Estratégia Nacional para o Envelhecimento Ativo e Saudável 2017 – 2025*, poderá ser um indicador relevante de alguma falta de priorização das questões relacionadas com o envelhecimento da população. No relatório enviado pelo Governo português para a UNECE em junho 2022, no âmbito do quarto ciclo de revisão da implementação do MIPAA – *Madrid International Plan of Action on Ageing and its regional implementation strategy*, pode ler-se que “Portugal tem estado a preparar um plano de ação nacional para o envelhecimento – *Estratégia*

Nacional para um Envelhecimento Ativo e Saudável 2017-2025 – e, apesar de pronto, aguarda aprovação política.”²² (2022, p. 6).

Percebemos neste trabalho que em Portugal as pessoas adultas mais velhas participam, que a sua participação é diversa, é contextualizada e determinada por fatores diversos, nomeadamente socio-históricos, como avançava Goerres (2009) para o contexto europeu.

No Capítulo 1 aprofundamos o estudo de fatores que podem predizer a participação, tendo sido identificados três grandes grupos: características e circunstâncias pessoais; contexto envolvente; e contexto histórico e sociopolítico. Variáveis pessoais têm um forte impacto na participação ou não-participação de pessoas adultas mais velhas em Portugal, o que vai ao encontro dos resultados de um estudo mais abrangente sobre envelhecimento, desenvolvido para o caso português por Paúl e colegas (2012), no qual demonstraram que estas variáveis interferem de forma muito relevante com a forma como as pessoas envelhecem, o que se reflete, consequentemente, nos seus perfis de participação.

Percebe-se neste estudo que as trajetórias de vida têm impacto na predisposição para a participação nesta fase do ciclo de vida. No fundo, a questão que se coloca é se, ao longo da vida, em geral e na velhice em particular, teremos, objetivamente, as mesmas condições para participar e se o podemos fazer nos mesmos contextos e nas mesmas circunstâncias. Os resultados obtidos através deste trabalho permitem perceber que existem efetivamente barreiras à participação que se relacionam com os contextos em que as pessoas vivem e com o contexto histórico e sociopolítico do próprio país. Situações de pobreza estrutural atingem ainda um número significativo de pessoas mais velhas em Portugal, condicionando objetivamente as suas oportunidades de participação. Para além disso, a pobreza reforça a vulnerabilidade a situações de exclusão, bem como a invisibilidade e a falta de poder de um número significativo de pessoas, com percursos de vida que poderão ter sido marcados por um afastamento de contextos de participação e de reivindicação cívica e política.

Como evidenciou Van Deth (2015), as desigualdades de oportunidades de participação são um problema, configurando-se como uma ameaça à própria democracia. Percebemos neste estudo que pessoas mais velhas ativamente envolvidas em contextos sociais, cívicos e políticos em Portugal consideram que as pessoas adultas mais velhas não são efetivamente ouvidas, inclusivamente a nível local e comunitário. Defendem a necessidade de serem identificadas estratégias a nível micro, meso e macro, que permitam ouvir pessoas que têm necessariamente perfis diversos e perceber os seus interesses.

²² Traduzido do original: “Portugal has been preparing a national action plan for ageing - National Strategy for an Active and Healthy Ageing 2017-2025 – and although ready it’s awaiting political approval.” (p. 6), disponível em <https://unece.org/sites/default/files/2022-01/mipaa20-report-portugal.pdf> (Consultado em 27.09.2022).

Evidenciam que é deste modo que se podem criar condições para que os/as mais velhos/as possam colocar as suas capacidades e competências ao serviço das suas comunidades e encontrar espaços de reivindicação e de ação cívica e política (Capítulos 1, 4 e 5).

Políticas públicas desenhadas a partir de uma abordagem baseada em direitos, de acordo com o que tem vindo a ser advogado internacionalmente (EU Fundamental Rights Agency, 2018; Age Platform Europe, 2021), poderão ter um papel fulcral para potenciar a participação ou, pelo menos, para contrariar algumas das barreiras que foram identificadas neste estudo e que têm vindo a ser identificadas na literatura (e.g.: Serrat *et al.*, 2018; Serrat *et al.*, 2017; Martinson & Minkler, 2006; Adler & Goggin, 2005). Iniciativas levadas a cabo noutros países ou regiões permitem perceber que as políticas públicas – a nível nacional e local – podem, de facto, ter um papel fundamental para potenciar uma maior e mais efetiva participação social, cívica e política das pessoas mais velhas, em concreto pelo incentivo à sua organização e ação enquanto grupo com interesses e reivindicações próprias (Durandal *et al.*, 2018).

Neste estudo percebe-se que a participação das pessoas mais velhas acontece maioritariamente a nível local, o que reforça a importância das estruturas locais para potenciar a participação. Neste sentido, importa sublinhar o papel fulcral das autarquias, mas também de outras organizações com caráter e ação local que podem, efetivamente, ser relevantes potenciadores da participação dos mais velhos, como outros autores têm vindo também a defender (Serrat *et al.*, 2017; Adler & Goggin, 2005).

As motivações de adultos mais velhos para a participação são também um importante foco de estudo neste domínio. No Capítulo, 2 foram exploradas as motivações para o envolvimento e para a continuidade das pessoas nas entidades nas quais participavam, tendo-se percebido que estas são muito diversas, que são influenciadas por muitos fatores e variam conforme os contextos em que as pessoas se envolvem, tal como se tem verificado também noutros países (Barnes *et al.*, 2012; Serrat & Villar, 2016; Cuyvers *et al.*, 2018). Foram identificadas motivações individuais e relacionadas com os outros ou com a comunidade como relevantes para o envolvimento de pessoas mais velhas nestes contextos. O facto de as pessoas não terem limitações pessoais, nomeadamente questões de saúde, compromissos familiares ou outros, é um incentivo ao envolvimento, o que é consistente com estudos desenvolvidos noutros locais (Principi *et al.*, 2016; Serrat & Villar, 2016).

No entanto, no que diz respeito ao envolvimento em organizações de cariz eminentemente político, identificaram-se neste estudo motivações ideológicas e políticas que se distinguem de categorias de motivações para a participação política propostas por outros autores

(Petriwskyj *et al.*, 2014; Serrat *et al.*, 2017). Em concreto, a memória do fascismo é uma forte motivação e um forte potenciador da participação de pessoas adultas mais velhas, nomeadamente em partidos políticos e em organizações ativistas. Como aprofundamos nos Capítulos 1, 2 e 3, importa sublinhar que Portugal tem uma democracia recente, estabelecida em 1974 após um golpe militar que pôs fim a 48 anos de ditadura fascista. Os portugueses com 65 anos ou mais eram jovens adultos ou adultos durante este regime e têm uma memória vivida do fascismo e do seu impacto na vida quotidiana das pessoas. Esta memória não só persiste como é ainda um importante motor do seu comportamento participativo. Podemos assim pressupor que estaremos perante um efeito geracional (Caren *et al.*, 2011) associado à vivência do período da ditadura, mas, sobretudo, à transição para um regime democrático, que potencia a participação de pessoas adultas mais velhas em Portugal, nomeadamente a participação política.

A existência de oportunidades de participação é fundamental para que esta aconteça, independentemente da etapa do ciclo vital em que nos encontremos. Contudo, para além da existência destas possibilidades, é indispensável que seja garantido às pessoas o acesso a informação sobre estas. Neste estudo ficou evidente o quanto a informação sobre oportunidades de participação se constitui como um fator-chave para o envolvimento de pessoas adultas mais velhas em organizações sociais, cívicas ou políticas. A este propósito, e na senda do que tem vindo a ser referido na literatura (Clary & Snyder 1999; Adler & Goggin, 2005; Petriwskyj *et al.*, 2014; Serrat & Villar, 2016), também neste trabalho ficou evidente que o convite/desafio diretamente dirigido é determinante para o envolvimento nestes contextos.

A acessibilidade, entendida numa perspetiva abrangente, e na qual também se inclui a questão da informação, surge neste trabalho como um relevante preditor da participação de pessoas adultas mais velhas. Neste sentido, a crescente e acelerada digitalização da informação e do acesso a bens e serviços tem vindo a configurar-se como um importante fator de exclusão para muitas pessoas, nomeadamente mais velhas, surgindo neste estudo como uma séria barreira não só à participação, mas também ao usufruto de outros direitos. Esta é, aliás, uma questão a que importa ter atenção, uma vez que a digitalização acelerada das mais diversas dimensões das nossas vidas tem vindo a aumentar a dependência de pessoas totalmente autónomas, que acabam por ter de recorrer a outras pessoas para tratar de questões fundamentais da sua vida. É verdade que muitas pessoas mais velhas têm conseguido acompanhar a evolução tecnológica com que temos vindo a ser confrontados, como se verificou em muitos casos durante a pandemia Covid-19 (cf. Capítulos 3, 4 e 5). Contudo, as mudanças têm sido demasiado rápidas e nem todas as pessoas têm acesso aos mesmos recursos (materiais e imateriais) para acompanhar esta

digitalização acelerada da vida quotidiana. Por isso, a falta de acesso a meios (e.g.: computadores, *smartphones*, *tablets*...) ou o facto de não saberem utilizar estes recursos digitais, tem vindo a obrigar cada vez mais pessoas a precisar de ajuda para aceder a serviços essenciais como bancos (e, por conseguinte, ao seu dinheiro), à saúde (por exemplo, no agendamento de consultas nos centros de saúde), entre tantos outros. A aposta crescente na divulgação de informações sobre oportunidades de participação com recurso exclusivo ao *online* ou a necessidade de inscrição através de meios digitais para participar em contextos sociais, cívicos ou políticos (por exemplo, para assistir a sessões públicas de órgãos autárquicos em algumas localidades) são barreiras concretas e efetivas à participação.

As barreiras à participação identificadas neste trabalho tendem a ser sempre mais gravosas à medida que aumenta a idade das pessoas, percebendo-se, sobretudo no Capítulo 6, que há uma associação entre o aumento da idade e a diminuição da participação das pessoas. Evidentemente que este facto tem diversas explicações, com a literatura a avançar com fatores de ordem pessoal, como as condições objetivas ou subjetivas de saúde das próprias pessoas (Serrat *et al.*, 2018) ou fenómenos de idadismo interiorizado, sustentados por uma auto-perceção do aumento da incapacidade e desadequação para a participação em determinados contextos à medida que se vai envelhecendo (Serrat *et al.*, 2017). No entanto, importa perceber se os contextos em que as pessoas vivem garantem as condições objetivas e/ou subjetivas para que possam continuar a ter sempre uma participação ativa, tendo em consideração as possibilidades de agência que vamos tendo em diferentes momentos da nossa existência (Grenier & Phillipson, 2013; Osorio-Parraguez *et al.*, 2019).

Este estudo sobre participação social, cívica e política de pessoas adultas mais velhas permitiu também perceber o quanto esta é genderizada, ou seja, o quanto o género parece ser um preditor da participação de homens e de mulheres. No Capítulo 1, que resulta de uma análise qualitativa de entrevistas, e no Capítulo 6, que resulta da análise de dados quantitativos de uma base de dados internacional, percebemos o quanto o género se reflete no tipo de atividades a que se dedicam homens e mulheres. Identificam-se nas duas análises, que se complementam, regularidades que corroboram estudos anteriores e que evidenciam uma maior participação de homens do que de mulheres em contextos marcadamente políticos (Santos & Amâncio, 2012; Millano & Goldstein, 2019) e uma maior expressão de mulheres em atividades de voluntariado (Espírito-Santo & Baum, 2004). Para além disso, a expectativa de que as mulheres assumam na reforma tarefas domésticas e de apoio às famílias coloca-as em desvantagem em relação aos homens no que respeita às suas possibilidades de participação para além do contexto doméstico. Isto reforça as

conclusões de Calasanti (1996) de que existe uma relação entre género e satisfação com a vida na reforma que penaliza as mulheres, e que poderá continuar a ser verdade para as mulheres mais velhas em Portugal.

Num estudo sobre perfis de saúde em função do género e da idade de pessoas com 50 anos ou mais em Portugal, Fernandes e Burnay (2019) concluíram que o género é um fator que explica diferenças ao nível da saúde que se agravam em etapas mais avançadas do ciclo vital. Deste modo, não surpreende que esta correlação se perceba igualmente quando estudamos a participação de pessoas adultas mais velhas, uma vez que estas tendem a ter pior saúde que os homens e mais comorbilidades (Fernandes & Burnay, 2019).

Neste estudo fica evidente o quanto o idadismo é um fenómeno estrutural (Reynolds, 2020), condicionando de diferentes modos a participação das pessoas adultas mais velhas, como foi explorado nos diversos capítulos deste trabalho. Contudo, importa destacar o quanto este fenómeno impacta sobremaneira outras dimensões da vida das pessoas adultas mais velhas, condicionando o seu acesso a bens e serviços essenciais, o que ficou desmascarado de forma inequívoca durante a pandemia Covid-19 (Chang *et al.*, 2021; Fraser *et al.*, 2020).

Nos Capítulos 4 e 5 desta dissertação, analisou-se o trabalho desenvolvido por uma associação portuguesa de pessoas reformadas (APRe!) nos primeiros meses da pandemia, através do acompanhamento da sua página pública de Facebook. A reivindicação dos direitos das pessoas mais velhas em Portugal e o combate ao idadismo marcaram as intervenções da associação no período analisado, bem como o acompanhamento permanente das medidas políticas tomadas pelo Governo, tendo os membros desta associação protagonizado diversas manifestações de desagrado em relação a medidas anunciadas. Através da sua ação permanente contribuíram para a denúncia de situações de discriminação de pessoas adultas mais velhas no país e para uma maior tomada de consciência da sociedade civil em relação a este fenómeno. Adicionalmente, a pandemia acabou por permitir a esta associação o reforço da sua intervenção a nível internacional, com a comunicação *online* a criar condições facilitadoras de uma participação mais assídua em fóruns internacionais de reivindicação dos direitos das pessoas mais velhas. Esta maior participação internacional da associação contribuiu para o reforço da sua capacidade de reivindicação de direitos e de alerta em relação a situações de idadismo.

Evidencia-se ainda com este trabalho a profunda ligação entre a participação social, cívica e política de pessoas adultas mais velhas e a educação. Surgindo a educação de forma mais ou menos aprofundada em todos os capítulos, é no Capítulo 3 que a relação entre a

participação e a educação é analisada mais profusamente. A educação é um forte preditor da participação de pessoas adultas mais velhas.

Ora, a falta de oportunidades educativas ao longo da vida das pessoas é uma relevante barreira à participação, o que é especialmente relevante num país como Portugal, onde o acesso massivo à educação (nomeadamente para crianças e jovens) é uma realidade relativamente recente. Para além disso, percebe-se neste estudo que as ofertas educativas para pessoas adultas mais velhas em Portugal são claramente insuficientes e/ou desadequadas. Segundo os dados analisados no Capítulo 6, em Portugal a expressão da participação de pessoas reformadas com 60 ou mais anos em atividades educativas era de 3,5%, apresentando valores próximos de países como o Chipre (3,5%), a Estónia (3,2%) ou a Letónia (3,8%), sendo a média dos países analisados de 6%. Apesar de vários fatores poderem certamente explicar este valor, o que teria interesse explorar futuramente, o confronto com os restantes dados analisados neste trabalho permite defender que a escassez de oportunidades educativas é uma forte explicação para esta residual participação. Neste sentido, reforça-se com este trabalho o alerta para a necessidade de uma aposta efetiva e consistente na educação de pessoas adultas mais velhas, como já outros fizeram anteriormente (Withnall, 2010; Melo, 2012), com vista à salvaguarda do Direito à Educação que não deverá, como nenhum outro direito, ter limite de idade.

As pessoas mais velhas têm interesse e vontade de se envolver em atividades educativas, perspetivando as oportunidades de participação social, cívica e política como potenciais contextos de aprendizagem e de desenvolvimento de competências, tal como tem vindo a ser percebido na literatura (Boulton-Lewis, 2010; Narushima *et al.*, 2018). As pessoas mais velhas atribuem a esta participação um grande potencial de transmissão intergeracional, sobretudo a partir do seu lugar de aprendente, assente na vontade de aprender coisas novas com as gerações mais jovens, não obstante a disponibilidade para partilhar os seus conhecimentos com os outros.

Os contextos de participação social, cívica e política são relevantes contextos de aprendizagem para as pessoas adultas mais velhas em Portugal. Nestes contextos de educação não-formal (Findsen & Formosa, 2011), as pessoas adultas mais velhas reconhecem que desenvolvem aprendizagens diversas, como competências relacionais/interpessoais, conhecimentos teóricos e conceptuais sobre assuntos concretos que lhes interessam, competências instrumentais e competências cívicas e políticas, na medida em que desenvolvem uma maior consciência do que se passa no mundo, bem como dos seus direitos e de como os reivindicar.

No capítulo 5 percebe-se que a APRe!, uma associação que reivindica os direitos de pessoas adultas mais velhas, assumiu como preocupação durante a pandemia a disseminação de informações fidedignas e o alerta em relação a notícias falsas, que circularam abundantemente durante este período. Com esse trabalho procuraram contribuir para o desenvolvimento de competências de literacia em saúde das pessoas a quem tendencialmente se dirigem (adultos/as mais velhos/as e reformados/as), através da divulgação de informação sobre como se protegerem da Covid-19, sem que isso pusesse em causa os seus direitos enquanto cidadãos e cidadãs. Neste sentido, o confronto com circunstâncias adversas em que os direitos dos mais velhos foram postos em causa de diversas formas (D’Cruz & Debanjan, 2020), contribuiu para o fortalecimento da literacia cívica e política dos próprios membros da associação. A tomada de consciência em relação à crescente perda de direitos, levou-os/as a assumir um papel de reivindicação, contestação e ação política, assente num processo de conscientização (Freire, 1975) que levou, em algumas situações, à revisão de orientações políticas por diversas entidades.

Todo este trabalho da associação decorreu essencialmente *online*, com recurso a meios diversos que não utilizavam regularmente antes da pandemia no trabalho regular da associação. Isto obrigou ao desenvolvimento de competências digitais dos seus membros, como é explorado no Capítulo 4. A necessidade de utilizar novas ferramentas digitais e a compreensão da sua utilidade contribuiu para o desenvolvimento de competências digitais dos membros da APRe!, tal como a literatura começa a sugerir que terá acontecido com mais pessoas adultas mais velhas (Martínez-Alcala *et al.*, 2021). Neste estudo, apresentam-se evidências de que o interesse pelo desenvolvimento de competências digitais e a compreensão do valor acrescentado dessa aprendizagem para a vida quotidiana das pessoas terá sido crucial para o envolvimento das pessoas adultas mais velhas em processos de aprendizagem bem-sucedidos, mas também como estratégia para fomentar o seu envolvimento cívico e político.

Finamente, com este trabalho fica evidente a permanência em Portugal de duas realidades dicotómicas: se, por um lado, imagens estereotipadas em relação aos modos de vida e interesses das pessoas adultas mais velhas parecem manter-se cristalizadas, por outro, aumenta significativamente a distância entre as pessoas mais velhas e perceções que, nunca tendo representado a realidade, a ela correspondem cada vez menos.

Contudo, perspetivas idadistas continuam a ter um impacto real na definição de políticas e no modo como a sociedade se organiza e se relaciona com os mais velhos. Se dúvidas existissem, a pandemia Covid-19 foi uma excelente oportunidade para esse esclarecimento. Nesse sentido, é crucial o reforço da investigação sobre esta temática, como se assinalará na conclusão desta tese.

Conclusão

Estudar a participação de pessoas adultas mais velhas foi um desafio, já que tem subjacente um conjunto de tensões sobre as quais vale a pena refletir.

Uma das grandes tensões prende-se com os múltiplos entendimentos e significados atribuídos ao conceito de participação (e.g.: Ekman & Amnå, 2012; Levasseur *et al.*, 2010; Serrat *et al.*, 2020), pelo seu lugar teoricamente central nas sociedades democráticas contemporâneas, em confronto com perceções deste conceito que frequentemente o reduzem a um jargão institucional, cuja tradução para a prática é dúbia, remetendo, não raras vezes, para formas ilusórias de participação (Zask, 2011; Nunes *et al.*, 2014). Também os fatores que predizem a participação, independentemente da conceção de participação que cada um/a de nós tenha em mente, são múltiplos e determinados por complexidades de ordem pessoal, contextual e estrutural (Menezes *et al.*, 2012; Ribeiro *et al.*, 2016). Fazer uma tese de doutoramento sobre “participação” implicará, por isso, uma descoberta permanente e uma consciência de que muitos serão os elementos que faltarão nesta análise, ficando certamente muito por dizer, por analisar e por discutir, no que à participação diz respeito.

A mesma complexidade subjaz o estudo do envelhecimento, um processo amplo, com tanto de único como de universal, que o torna também num desafio permanente, com muito ainda para se saber e descobrir sobre as pessoas que envelhecem – que somos, importa sublinhar, todos e todas nós, os seus percursos de vida e o impacto que estes percursos podem ter nesta etapa do ciclo vital. A própria velhice é, também, um período de grande riqueza e complexidade, na qual uma teia de interações contribui para uma melhor ou pior qualidade de vida e para uma vivência mais ou menos satisfatória (Paúl *et al.*, 2012), como de resto acontece em etapas anteriores do nosso ciclo vital.

Assim, terminado este trabalho, inevitavelmente uma pequena parte do que seria possível explorar sobre experiências de participação social, cívica e política de pessoas adultas mais velhas em Portugal, importa sistematizar algumas pistas para investigação futura, que surgem na sequência dos resultados obtidos neste trabalho.

Questões sociodemográficas, com destaque para o género parecem ter um grande impacto na participação das pessoas adultas mais velhas. Um estudo aprofundado sobre estes fatores, numa abordagem longitudinal, ou seja, tendo em conta variáveis relacionadas com as trajetórias de vida das pessoas e os contextos sócio políticos que têm marcado o seu ciclo de vida seria relevante para um conhecimento mais aprofundado sobre esta temática.

Neste sentido, um estudo comparativo entre pessoas com trajetórias de vida marcadas por experiências de participação social, cívica ou política, com outras que não têm nem tiveram grande ligação com estes contextos, poderá permitir a identificação de padrões interessantes no que respeita a vivências desta etapa do ciclo vital.

Tal como vem sendo sugerido na literatura, seria também interessante o aprofundamento do estudo de experiências de participação tendo em conta diferentes contextos, ou seja, por tipos de organizações. Isto seria especialmente relevante no caso das associações locais (em Portugal vulgarmente denominadas por coletividades), onde as pessoas reformadas parecem ter uma participação significativa. Para além disto, atender à possível diversidade de experiências de participação tendo em conta os contextos em que as pessoas vivem (rurais, urbanos ou periurbanos), poderia ser também um contributo relevante para a literatura, por um lado, e para o desenho de políticas públicas adequadas aos diferentes contextos, por outro.

Pensando na questão da participação política num sentido mais restrito de participação política formal, seria interessante explorar a expressão da participação de pessoas adultas mais velhas em Portugal, nomeadamente em partidos políticos, órgãos autárquicos e outros contextos de representação política local e nacional.

Para além disto, seria interessante compreender o impacto que a pandemia, enquanto fenómeno global, poderá ter tido na participação social, cívica e política de pessoas adultas mais velhas, a curto e a médio prazo, tendo em conta a visibilidade que fenómenos de discriminação em relação aos mais velhos acabaram por ter e o possível afastamento de algumas pessoas destes contextos.

Para terminar, gostaria de partilhar uma intenção que acompanhou sempre este trabalho: não negando a complexidade dos assuntos abordados, procurei sempre abordá-los da forma mais clara que fui capaz, tonando-os acessíveis a todos/as quantos/as queiram ler este trabalho. Neste sentido, lembro as palavras de Eduardo Galeano, numa entrevista publicada no jornal “El Mundo”, no Perú, em novembro de 1994, na qual dizia, sobre o processo de escrita que:

"Para mim, a lição do mestre Juan Carlos Onetti, um grande escritor uruguaio que morreu recentemente, que guiou os meus primeiros passos, foi sempre fundamental. Ele sempre me disse: 'Lembre-se do que os chineses costumavam dizer (acho que os chineses não o diziam, mas o velho tinha-o inventado para dar prestígio ao que ele dizia): 'as únicas palavras que merecem existir são palavras que são melhores do que o silêncio'. Então quando escrevo pergunto a mim mesmo: estas palavras são melhores do que o silêncio? Será que elas merecem realmente

existir? Faço uma versão, duas ou três, quinze, vinte versões, cada vez mais curta, cada vez mais apertada: edição corrigida e reduzida”.

Pensei muitas vezes durante este trabalho de doutoramento, se “estas palavras são melhores que o silêncio”, reflexão que não deixou de ir determinando algumas opções feitas ao longo deste percurso. A esta altura, espero que as palavras que escrevi sejam melhores que o silêncio e que valham a pena, não apenas enquanto marco académico da minha história, mas para mais pessoas que nelas se possam rever e – quem me dera – delas possam vir a beneficiar de algum modo.

Referências

- Adler, G., Schwartz, J., & Kuskowski, M. (2007). An exploratory study of older adults' participation in civic action. *Clinical Gerontologist*, 31(2), 2007, 65-75. http://doi.org/10.1300/J018v31n02_05
- Adler, R. P.; Goggin, J. (2005). What do we mean by "Civic Engagement"? *Journal of Transformative Education*, 3, 236–253. <https://doi.org/10.1177/1541344605276792>
- Age Platform Europe (AGE), (2022), [HR-based approach ageing 27Nov.pdf \(age-platform.eu\)](#)
- Barnes, M., Harrison, E., & Murray, L. (2012). Ageing activists: Who gets involved in older people's forums?. *Ageing and Society*, 32(2), 261-280. <https://doi:10.1017/S0144686X11000328>
- Boulton-Lewis, G. (2010). Education and learning for the elderly: Why, how, what. *Educational Gerontology*, 36(3), 213-228. doi:10.1080/03601270903182877
- Calasanti, T. (1996). Gender and life satisfaction in retirement: An assessment of the male model. *The Journals of Gerontology: Series B*, 51B(1), 18-29. <https://doi.org/10.1093/geronb/51B.1.S18>
- Caren, N., Ghoshal, R.A., & Ribas, V. (2011). A social movement generation cohort and period trends in protest attendance and petition signing. *American Sociological Review*, 76, 125–151. doi:10.1177/0003122410395369
- Chang E-S., Monin J.K., Zeltermann D., Levy B.: Impact of structural ageism on greater violence against older persons: a cross-national study of 56 countries, *BMJ Open*, 11:e042580 (2021).
- Clary, E. G., & Snyder, M. (1999). The motivations to volunteer: Theoretical and practical considerations. *Current Directions in Psychological Science*, 8(5), 156-159. <https://doi.org/10.1111/1467-8721.00037>
- Cuyvers, G., Thomése, F., & van Tilburg, T. (2018). Participation narratives of third age adults: Their activities, motivations and expectations regarding civil society organisations. *Journal of Aging Studies*, 46, 10-16. <http://doi.org/10.1016/j.jaging.2018.05.003>
- D'Cruz M., Debanjan B. (2020), 'An invisible human rights crisis': The marginalization of older adults during the COVID-19 pandemic - An advocacy review", *Psychiatry Research*, 292(113369)

- Durandal, J., Moulaert, T., Scheider, M., Garon, S. & Paris, M. (2018). Adaptation des territoires au vieillissement: politiques publiques et formes d'agencement démocratique: Les exemples de la France et du Québec. *Retraite et société*, 79, 17-41. <https://doi.org/10.3917/rs1.079.0017>
- Ekman, J.; Amnå, E. (2012). Political participation and civic engagement: Towards a new typology. *Human Affairs*, 22, 283–300. <https://doi.org/10.2478/s13374-012-0024-1>
- Espírito-Santo, Ana & Baum, Michael (2004), “A participação feminina em Portugal numa perspectiva longitudinal”. In Actas do V Congresso Português de Sociologia - Sociedades Contemporâneas - Reflexividade e Acção, 1-11, Universidade do Minho
- European Union Agency for Fundamental Rights (2018), *Shifting perceptions: towards a rights-based approach to ageing*, https://fra.europa.eu/sites/default/files/fra_uploads/fra-2018-fundamental-rights-report-2018-focus_en.pdf
- Fernandes, Ana Alexandra; Burnay, Rita (2019), Homens saudáveis, mulheres doentes? Um estudo sobre a esperança de vida e a saúde da população portuguesa, *Rev. Bras. Pesq. Saúde*, 21(2): 17-28.
- Findsen, B. & Formosa, M. (2011). *Lifelong Learning in Later Life - A Handbook on Older Adult Learning*. Rotterdam: Sense Publishers.
- Fraser S., Lagacé M., Bongué B., Ndeye N., Guyot J., Bechard L., Garcia L., Taler V.; CCNA Social Inclusion and Stigma Working Group, Adam S., Beaulieu M., Bergeron C.D., Boudjemadi V., Desmette D., Donizzetti A.R., Éthier S., Garon S., Gillis M., Levasseur M., Lortie-Lussier M., Marier P., Robitaille A., Sawchuk K., Lafontaine C., Tougas F. (2020). Ageism and COVID-19: what does our society's response say about us?, *Age Ageing*, 49(5), 692-695
- Freire, Paulo (1975). Educação política e conscientização, *Cadernos Livres*. Nº 6, Lisboa: Livraria Sá da Costa Editora.
- Goerres, A. (Ed.) (2009). *The political participation of older people in Europe - The Greying of our Democracies*. Great Britain: Palgrave Macmillan.
- Grenier, Amanda; Phillipson, Cristopher (2013), “Rethinking agency in late life: structural and interpretive approaches”, in Jars Baars *et al.* (orgs.), *Ageing, Meaning and Social Structure: Connecting Critical and Humanistic Herontology*. Bristol, Policy Press, 55-80.

- Levasseur, Mélanie, Richard, Lucie, Gauvin, Lise, & Raymond, Emilie (2010). Inventory and analysis of definitions of social participation found in the aging literature: Proposed taxonomy of social activities. *Social Science & Medicine*, 71, 2141–2149. <https://doi.org/10.1016/j.socscimed.2010.09.041>
- Martínez-Alcala, Claudia I.; Rosales-Lagarde, Alejandra; Pérez-Pérez, Yonal M.; Lopez-Noguerola, Jose S.; Bautista-Díaz, María L.; Agis-Juarez, Raul A. (2021), “The Effects of Covid-19 on the Digital Literacy of the Elderly: Norms for Digital Inclusion”, *Frontiers in Education*, 6(19), art. 716025. <https://doi.org/10.3389/feduc.2021.716025>
- Martinson, Marty, & Minkler, Meredith (2006). Civic Engagement and Older Adults: A Critical Perspective, *The Gerontologist*, 46(3), 318–324.
- Melo, A. (2012). *Passagens revoltas: 40 anos de intervenção por ditos e escritos*. Lisboa: Sítio do Livro
- Menezes, Isabel, Fernandes-Jesus, Maria, Ribeiro, Norberto, & Malafaia, Carla (2012). Agência e participação cívica e política de jovens. In Isabel Menezes, Norberto Ribeiro, Maria Fernandes-Jesus, Carla Malafaia & Pedro Ferreira (Eds.), *Agência e participação cívica e política: jovens e imigrantes na construção da democracia* (pp. 9 - 26). Porto: Livpsic
- Milazzo, Annamaria; Goldstein, Markus (2019), Governance and Women's Economic and Political Participation: Power Inequalities, Formal Constraints and Norms, *The World Bank Research Observer*, 34(1), 34–64, <https://doi.org/10.1093/wbro/lky006>
- Narushima, M., Liu, J., & Diestelkamp, N. (2018). Lifelong learning in active ageing discourse: Its conserving effect on wellbeing, health and vulnerability. *Ageing & Society*, 38(4), 651-675. doi:10.1017/S0144686X16001136
- Nunes, João Arriscado, Ferreira, Patrícia & Queirós, Filipa (2014). Taking part: Engaging knowledge on health in clinical encounters. *Social Science & Medicine*, 123, 194 - 201. doi:http://dx.doi.org/10.1016/j.socscimed.2014.07.017
- Osorio-Parraguez, P.; Navarrete, I.; Briones, S. (2019). Aproximación etnográfica a las manifestaciones de agencia en personas nonagenarias y centenarias en Chile. *Etnográfica - Revista do Centro em Rede de Investigação em Antropologia*, 23 (3), 673-692.
- Paúl, Constança, Ribeiro, Oscar, Teixeira, Laetitia (2012). Active Ageing: An Empirical Approach to the WHO Model, *Current Gerontology and Geriatrics Research*, doi:10.1155/2012/382972

- Petriwskyj, A., Warburton, J., Everingham, J., & Cuthill, M. (2014). Seniors' motivations for participation in local governance: Evidence from an Australian study. *Local Government Studies*, 40(2), 240-263. <http://doi:10.1080/03003930.2013.790812>
- Principi, A., Schippers, J., Naegele, G., Di Rosa, M., & Lamura, G. (2016). Understanding the link between older volunteers' resources and motivation to volunteer. *Educational Gerontology*, 42(2), 144-158. <http://dx.doi.org/10.1080/03601277.2015.1083391>
- Reynolds L.: The COVID-19 Pandemic Exposes Limited Understanding of Ageism, *Journal of Aging & Social Policy*, 32:4-5, p. 499-505 (2020).
- Ribeiro, Norberto, Neves, Tiago & Menezes, Isabel (2016). Participação cívica e política de jovens imigrantes e portugueses, *Análise Social*, 221, li (4.º), 822- 849.
- Santos, M. H., Amâncio, L. (2012), "Resistências à igualdade de género na política". *Ex aequo* (25), 45-58.
- Serrat, R., & Villar, F. (2016). Older people's motivations to engage in political organizations: Evidence from a Catalan study. *International Journal of Voluntary and Nonprofit Organizations*, 27(3), 1385–1402. <http://doi:10.1007/s11266-016-9710-7>
- Serrat, R., Petriwskyj, A., Villar, F., & Warburton, J. (2017). Barriers to the retention of older participants in political organisations: Evidence from Spain. *Ageing & Society*, 37, 581–606. <https://doi.org/10.1017/S0144686X15001361>
- Serrat, R., Warburton, J., Petriwskyj, A., & Villar, F. (2018). Political participation and social exclusion in later life: What politically active seniors can teach us about barriers to inclusion and retention. *International Journal of Ageing and Later Life*, 12(2), 53–88. <https://doi.org/10.3384/ijal.1652-8670.18395>
- Serrat, Rodrigo, Scharf, Thomas, Villar, Feliciano, & Gomez, Camila (2020). Fifty-five years of research into older people's civic participation: Recent trends, future directions. *The Gerontologist*, 60(1), e38–e51. <https://doi.org/10.1093/geront/gnz021>
- Van Deth, Jan (2015). Political participation. In Gianpietro Mazzoleni (Ed), *The International Encyclopedia of Political Communication*. JohnWiley & Sons, Inc., DOI: 10.1002/9781118541555.wbiepc171.
- Withnall, A. (2010). *Improving learning in later life*. New York: Routledge.
- Zask, Joelle (2011). *Participer: Essai sur les formes démocratiques de la participation*. Lormont: Le Bord de l'eau.

ANEXOS

Anexo I – Declaração de consentimento informado para participação no Estudo 1

Anexo II – Parecer da Comissão de Ética conjunta do Centro Hospitalar do Porto e do
ICBAS, Universidade do Porto

**CONSENTIMENTO INFORMADO, LIVRE E ESCLARECIDO PARA PARTICIPAÇÃO EM
PROJETOS DE DOCÊNCIA E/OU INVESTIGAÇÃO**
de acordo com a Declaração de Helsínquia¹ e a Convenção de Oviedo²

Começo por agradecer a sua disponibilidade para participar neste estudo!

Por favor, leia com atenção a seguinte informação. Se achar que algo está incorreto ou que não está claro, não hesite em solicitar mais informações. Se concorda com a proposta que lhe foi feita, queira assinar este documento.

Eu, _____ declaro que aceito participar no trabalho desenvolvido por Teresa Martins, no âmbito projeto de Doutoramento com o título “*Participar na velhice: o desenvolvimento da literacia cívica e política ao longo da vida*”, desenvolvido no âmbito do Programa Doutoral em Gerontologia e Geriatria do Instituto de Ciências Biomédicas Abel Salazar e da Universidade de Aveiro, e orientado pelo Doutor João Arriscado Nunes e coorientado pelas Doutora Isabel Dias e Doutora Isabel Menezes.

Este estudo está a ser desenvolvido com o apoio da FCT (Fundação para a Ciência e Tecnologia), através da atribuição de uma Bolsa de Doutoramento (SFRH/BD/132328/2017) e teve parecer favorável da Comissão de Ética do ICBAS-UP.

Declaro que me foi explicado e compreendo:

- o objetivo deste trabalho;
- que aceito responder a uma entrevista desenvolvida pela estudante referida;
- que autorizo que a entrevista seja registada em áudio;
- que a minha participação neste trabalho é voluntária, podendo desistir a qualquer momento;
- que entendo que toda a informação obtida durante a entrevista é confidencial e que a minha identidade não será revelada;
- que os dados recolhidos serão utilizados apenas no âmbito do trabalho académico em causa e que as gravações efetuadas serão destruídas após o fim deste trabalho.

Assinatura: _____

Assinatura da investigadora (Teresa Martins) _____

Data: __ / __ / ____

**ESTE DOCUMENTO, COMPOSTO DE 1 PÁGINA, É FEITO EM DUPLICADO:
UMA VIA PARA A INVESTIGADORA, OUTRA PARA A PESSOA QUE CONSENTE**

¹ http://portal.arsnorte.min-saude.pt/portal/page/portal/ARSNorte/Comiss%C3%A3o%20de%20C3%89tica/Ficheiros/Declaracao_Helsinquia_2008.pdf

² <http://dre.pt/pdf1sdip/2001/01/002A00/00140036.pdf>

Exma. Senhora
Teresa Maria Alves Martins

v. referência	v. comunicação	n. referência	data
		SD/HCC/19	2019-03-22
assunto	2019/CE/P002(286/ICBAS)		

Exma. Senhora,

Informa-se que o projeto com o título “Participar na velhice: o desenvolvimento da literacia cívica e política ao longo da vida”, com a referência 2019/CE/P002(286/ICBAS), submetido à Comissão de Ética conjunta CHUP/ICBAS, foi apreciado em reunião plenária de 20 de março de 2019, tendo obtido parecer favorável nessa data.

Com os melhores cumprimentos,

O DIRETOR


(Prof. Doutor Henrique Cyrne Carvalho)